

I Simpósio de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas



Patrimônio, História e Cidades

22 a 24 de novembro de 2017

Escola Superior de Artes e Turismo
Av. Leonardo Malcher, 1728, Praça 14

UEA UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

PPGI **CH** Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em
Ciências Humanas



NIPAAM
PNCSA



ATTICO53
design studio



Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos
(Coordenadora e organizadora principal)

Prof. Dr. Otávio Rios Portela

Profa. Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira

Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

Profa. Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva

Profa. Dr. Rafael Ale Rocha

MSc. Shirlei Regina V. da Costa Piñeiro

Esp. Abraham Sena Baze Junior

Esp. Murana Arenillas Oliveira

Esp. Carmen Lysia Quintino Nogueira

Samuel Lucena de Medeiros

Tammy Rosas Ramos

Flávia de Oliveira Fernandes

Marcus André dos Santos Bernardes Rabelo

Dayanne Cristine Pires Dagnaiser

Francis Madirson Francisco Souza

Marcos Alan Costa Farias

Julienne Pereira dos Santos

Maria Raimunda M. da Silva

Ruanne Amorim de Oliveira

(Comissão organizadora – Manaus)

**Caderno de Resumos Expandidos do I Simpósio de Pesquisa
Interdisciplinar em Ciências Humanas: Patrimônio, História e Cidades –
ISiPICH**

22 a 24 de novembro de 2017

S237c Santos, Tatiana de Lima Pedrosa.

Caderno de resumos expandidos do I Simpósio de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas: patrimônio, história e cidades – ISiPICH / Tatiana de Lima Pedrosa Santos e Samuel Lucena de Medeiros. – Manaus, AM: UEA Edições, Editora da Universidade do Estado do Amazonas, 2017.

179p.

ISBN 978-85-7883-459-3

1. Ciências Humanas. 2. Pesquisa Interdisciplinar. 3. Patrimônio. 4. História. 5. Cidades. 6. Simpósio. I. Santos, Tatiana de Lima Pedrosa. II. Medeiros, Samuel Lucena. III. Universidade do Estado do Amazonas.

Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos
(Coordenadora e organizadora principal)

Prof. Dr. Otávio Rios Portela

Profa. Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira

Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

Profa. Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva

Profa. Dr. Rafael Ale Rocha

MSc. Shirlei Regina V. da Costa Piñeiro

Esp. Abraham Sena Baze Junior

Esp. Murana Arenillas Oliveira

Esp. Carmen Lysia Quintino Nogueira

Samuel Lucena de Medeiros

Tammy Rosas Ramos

Flávia de Oliveira Fernandes

Marcus André dos Santos Bernardes Rabelo

Dayanne Cristine Pires Dagnaisser

Francis Madirson Francisco Souza

Marcos Alan Costa Farias

Julienne Pereira dos Santos

Maria Raimunda M. da Silva

Ruanne Amorim de Oliveira

(Comissão organizadora – Manaus)

**Caderno de Resumos Expandidos do I Simpósio de Pesquisa
Interdisciplinar em Ciências Humanas: Patrimônio, História e Cidades –
ISiPICH**

22 a 24 de novembro de 2017

Profa. Dra. Veronica Prudente Costa

Profa. Dra. Cristine da Silveira

Gleides Medins de Menezes

Roseane Souza da Silva

Micael de Souza Santos

Thiago Monteiro Oliveira

(Comissão organizadora – Tefé)

COMISSÃO CIENTÍFICA

ARNO ALVAREZ KERN

Pós-doutorado – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA

Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro

CARLA MONTEIRO DE SOUZA

**Pós-doutorado – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da
Universidade de Lisboa**

CARLOS AUGUSTO DA SILVA

Doutorado – Universidade Federal do Amazonas

CLOVES FARIAS PEREIRA

Doutorado – Universidade Federal do Amazonas

SUZY CRISTINA PEDROSA DA SILVA

Doutorado – Universidade de Brasília

CATIA MONTEIRO WANKLER

Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PEDRO HENRIQUE COELHO RAPOZO

Doutorado – Universidade do Minho

**PRODUÇÃO E ELABORAÇÃO DO LIVRO DE RESUMOS EXPANDIDOS DO
ISiPICH**

Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos

Samuel Lucena de Medeiros

SITE

isipich.wixsite.com/simposio

FACEBOOK

facebook.com/sipichuea

E-MAIL

isipich.evento@gmail.com

APRESENTAÇÃO

A questão de se refletir sobre memória, história e Patrimônio se torna cada vez mais atual, presentista e latente. Discuti-las é assumir um campo de debate político, procurando nos afastar dos discursos genéricos de “boas intenções” e tentando se fazer presente numa esfera que perpassa atingir não só os agentes envolvidos com o tema, como suas possíveis transformações e contribuições fundamentais enquanto atitude teórica e conceitual.

Alargar o diálogo em relação à ideia utópica de memória, ao totalitarismo e monumentalização patrimonial, a incompreensão de nossas histórias em uma cidade borbulhante e moderna com suas características formais, formais, culturais e vivenciais, se torna não só um objetivo a ser alcançado, mas um desejo de nos aproximarmos de uma consciência, mesmo que seja apenas evocativa de restos do nosso passado.

Destarte o I SiPICH esquadrinha cunhar um espaço, a fim de propiciar a realização de diálogos cruzados entre investigadores, técnicos e especialistas, oriundos de diferentes áreas disciplinares, que estejam interessados em refletir e discutir a Patrimônio, História e cidades e nos seus principais componentes, incluindo as problemáticas socioculturais, o processo contemporâneo de urbanização, a manipulação da memória coletiva, a indústria cultural e massiva como forma de descaracterização do patrimônio, a memória viva e o patrimônio edificado e etc., numa dimensão de tempo e espaço afim de dialogar com nossa temporalidade amazônica.

A finalidade do Simpósio será articular as redes existentes que buscam construir e trocar conhecimentos e projetos de pesquisa no âmbito acadêmico e em outras instituições sociais, de cunho interdisciplinar na perspectiva de construir um discurso crítico dos atuais momentos em que vivem esses países territorialmente tão próximos e culturalmente tão distantes.

A comissão organizadora.

PROGRAMAÇÃO GERAL

MANAUS

22 DE NOVEMBRO DE 2017

LOCAL: Escola Superior de Artes e Turismo – ESAT

14h

CRENCIAMENTO - ESAT (14 às 16h)

15h/17h

OFICINA - IMAGEM E HISTÓRIA DIGITAL: O MOVIE MAKER COMO FERRAMENTA.

Dr. Otoni Moreira Mesquita - Local: Sala 506, 5º andar - ESAT

17h/18h30

CRENCIAMENTO NO MUSA DO LARGO

18h30/19h

ABERTURA - SOLENIDADE: MUSA DO LARGO

**GRANDE CONFERÊNCIA 1: Dr. ROQUE DE BARROS LARAIA -
PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: 80 ANOS DE IPHAN
Mediador - Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – PPGICH UEA**

19h30

LANÇAMENTO DO LIVRO: OS PRIMÓRDIOS DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Autor: Roque de Barros Laraia | Coleção Jornadas Antropológicas | Projeto Nova Cartografia Social

LANÇAMENTO DO LIVRO: A TRADICIONALIDADE DA OCUPAÇÃO INDÍGENA E E A CONSTITUIÇÃO DE 1988: A TERRITORIALIZAÇÃO COMO INSTITUTO JURÍDICO- CONSTITUCIONAL.

Autor: Daniel Pinheiro Viegas | Projeto Nova Cartografia Social

APRESENTAÇÃO DO GRUPO CULTURAL ENCANTO DO QUILOMBO

23 DE NOVEMBRO DE 2017

LOCAL: Escola Superior de Artes e Turismo – ESAT

08h30 às 12h

GRUPOS DE TRABALHO – LINHAS TEMÁTICAS

Linha 1: Capital Imaterial: produção e circulação de saberes

Linha 2: Crítica, interpretação e história das formas da arte

Linha 3: Espaços, memórias e configurações sociais

12h

ALMOÇO

14h

PALESTRA 1: Dr. RHUAN CARLOS LOPES – UFPA - ARQUEOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NOS LEPROSÁRIOS DA AMAZÔNIA.

Mediador: Dr. Geraldo Tupinambá - PPGICH UEA

16h30

PALESTRA 2: Dr^a MARCÉLIA MARQUES – UNIVERSIDADE ESTADUAL CEARÁ - A BIOGRAFIA DOS OBJETOS: AFETOS E MEMÓRIA PATRIMONIAL

Mediadora: Dr^a Tatiana de Lima Pedrosa Santos – PPGICH UEA

20h

ORQUESTRA EXPERIMENTAL DA AMAZONAS FILARMÔNICA

Teatro Amazonas

24 DE NOVEMBRO DE 2017

LOCAL: Escola Superior de Artes e Turismo – ESAT

14h

GRANDE CONFERÊNCIA 2: Dr^a ISABEL PIRES DE LIMA - PROFESSORA CATEDRÁTICA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Mediador: Dr. Otávio Rios - PPGICH UEA

COFFEE BREAK

15h30

OFICINA APRESENTAÇÃO COM O GRUPO CULTURAL ENCANTO DO QUILOMBO

17h

PALESTRA 3: Dr^a CAMILLA DO VALLE - UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.

Mediador: Dra. Cátia Monteiro Wankler – PPGICH UEA

18h30/19h

GRANDE CONFERÊNCIA 3: Dr. SIDNEI CLEMENTE PERES - HISTÓRIAS, CIDADES E MEMÓRIAS: ETNICIDADE, TERRITÓRIO E CONFLITOS EM TRÊS CONTEXTOS URBANOS.

Mediadora: Dr^a Lúcia Marina Puga – PPGICH UEA

PROGRAMAÇÃO GERAL

TEFÉ

22 DE NOVEMBRO DE 2017

***LOCAL: Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST/UEA
Estrada da Bexiga, 1085, Bairro Juruá***

14h

CREDENCIAMENTO

15h

**ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS PARA PESQUISAS EM
CIÊNCIAS HUMANAS**

Carga Horária: 2h

18h30/19h

ABERTURA - SOLENIDADE

GRANDE CONFERÊNCIA 1: Dr. ROQUE DE BARROS LARAIA

**Mediador - Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – PPGICH
UEA (Transmissão Tefé - por IPTV)**

Local: CEST - Sala 08

21h

**MESA REDONDA: INTERDISCIPLINARIDADE, PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO CIENTÍFICO E INTERIORIZAÇÃO DA PESQUISA NO
MÉDIO SOLIMÕES.**

**Debatedores: Profa. Dra. Cristiane da Silveira; Prof.^a Dra. Cátia Monteiro
Wankler e Prof. Dr. Guilherme Githay de Figueiredo.**

PALCO LIVRE: MPA

Severino Júnior

“CABEÇA BEM-FEITA” - FEIRA DE TROCA DE LIVROS

Área de convivência do CEST

23 DE NOVEMBRO DE 2017

LOCAL: Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST-UEA

Estrada da Bexiga, 1085, Bairro Juruá

14h

PALESTRA: PORTUGAL COMO LUGAR (IN)COMUM: LITERATURA(S), GEOGRAFIA(S), IDENTIDADE(S).

Prof.^a Dra. Cátia Monteiro Wankler.

Mediadora: Ana Cláudia Torres Gonçalves

16h

PALESTRA: A VILA DE EGA NA VISÃO DOS VIAJANTES DO SÉCULO XIX.

Prof.^a Mestre Sandrielle Pessoa dos Santos

18h

ESPAÇO CULTURAL: APRESENTAÇÃO AFRO-NAZIRA

Alunos da Escola Estadual Nazira Litaff

Local: Área de convivência do CEST

19h30

PALESTRA: A GREVE GERAL DE 1917: MILITÂNCIA ANARQUISTA E REDES DE SOLIDARIEDADE.

Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato

Mediadora: Profa. Dra. Cristiane da Silveira

21h

ESPAÇO CULTURAL: APRESENTAÇÃO DE DANÇA AFRICANA

24 de NOVEMBRO de 2017

8h às 12h

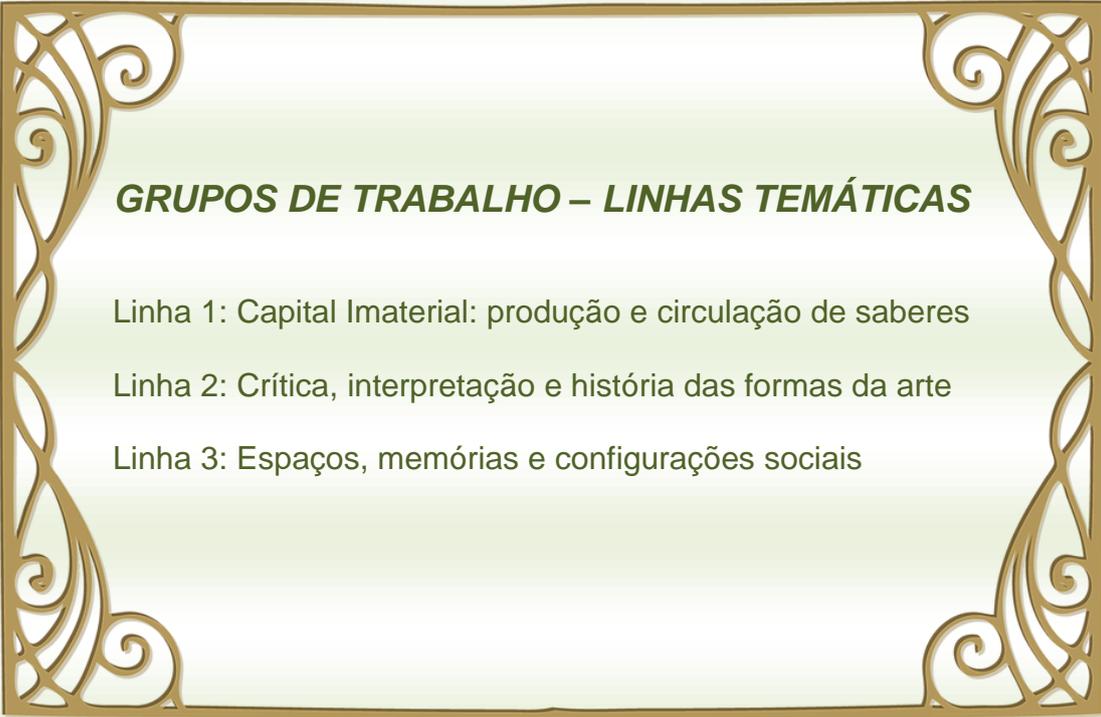
MINICURSO: BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI, UM DEBATE SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.

Organizadores: Filipe Frota de França, Felipe Ramos de Lima, Cristiany Torres de Carvalho Amaro, Luiz Francisco Loureiro

Público alvo: Professores e graduandos.

Carga horária: 4h

Local: CEST - Sala 08.



GRUPOS DE TRABALHO – LINHAS TEMÁTICAS

Linha 1: Capital Imaterial: produção e circulação de saberes

Linha 2: Crítica, interpretação e história das formas da arte

Linha 3: Espaços, memórias e configurações sociais

COMUNICAÇÕES

Linha Temática 1

Professores responsáveis:

Profa. Dra. Camila do Valle

Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Raposo

Capital Imaterial: produção e circulação de saberes

A METAFORIZAÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO, NO CONTO DAS DORES, DE VERA DO VAL.

Alexandre da Silva Santos¹

Resumo: O presente artigo promove um estudo da imagem do negro, a partir do processo de metáforização do espelho da personagem Sauva, do conto "Das Dores", de Vera do Val, presente em *Histórias do Rio Negro*, de 2007. Mediante esse quadro, revela-se uma cultura de prostituição que torna possível a compreensão de saberes pela arte literária de um cenário de marginalização ao qual é representado pela Literatura, para que haja apreensão de possíveis processos que levam o indivíduo a esse contexto. Para realização dessa análise, dialoga-se com Franz Fanon (2008), em *Pele negra e máscaras brancas*, Alfredo Bosi (2010), em *O ser o tempo*, Antonio Candido (2007), em *A personagem de ficção*, e Valetin Yves Mudimbe (2013) em *A invenção de África - gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Nesse sentido, quando a arte intervém na sociedade, ela edifica a humanidade e sensibiliza pelos conflitos apresentados, interagindo com assimetrias e exclusões culturais, sociais e educacionais, presentes na coletividade, contribuindo para que a partir da exposição de um mundo, aprenda-se outros, como uma descoberta de parte da existência. Logo, espera-se proporcionar a discussão de tais dilemas, na prática do ensino de literatura, por entender que as formações identitárias desse homem o situa no exótico, racismo e exclusão.

Palavras-chave: Literatura; Metáfora; Negro.

1 INTRODUÇÃO

A leitura é uma das formas de conhecer o mundo em um ato de espelhamento, com efeito, é possível reconhecê-lo através da representação que o texto literário realiza. Diante desse quadro de mimetizar a vida circundante, Vera do Val, no conto "Das Dores", por meio do trajeto existencial da personagem Saúva, texto que compõe a obra *Histórias do Rio Negro*, de 2007 faz uso da metáforização da imagem do negro, construindo um filtro da realidade pelo objeto metáforizado.

Para tanto, a imagem construída auxilia no processo de apreender o contexto de uma mulher que exerce na sua respectiva rotina da prostituição e na vida de cônjuge, de um lado, e é vista pelos homens da região como objeto de desejo, de outro. A figura aqui analisada revela a condição do negro por ele mesmo criada e que carrega um perfil de exclusão social.

Nesse sentido, o estudo aqui abordado tem como objetivo revelar os efeitos de sentidos produzidos que permitem uma leitura mais atenta dos elementos que configuram um cenário de marginalização que se apresenta, inicialmente, na imagem de aparição, em sintonia com o pensamento de Alfredo Bosi, em *O ser e o tempo*, de 2010, por expor que com o passar do tempo o imagético pode ser distorcido, esfumado ou obscurecido conforme a conexão que ela possui com a realidade. Eis Saúva, objeto da análise.

Diante do exposto, as imagens obtidas nessa abordagem seguem as orientações de Franz Fanon (2008), em *Pele negra e máscaras brancas*, Antonio Candido (2007), em *A personagem*

¹ Mestrando do Curso de Letras, em Estudos Literários, pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Africanos: identidades, dinâmicas sociais e científicas. Membro do Grupo de Estudos da Metáfora e Pesquisas sobre Língua e Literatura de Expressão Amazônica – GREMPLEXA. Email: alexandresantosp@gmail.com

de ficção, e Valetin Yves Mudimbe (2013) em *A invenção de África - gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, entre outros.

Nisso, a escolha do conto intitulado “Das Dores”, do livro *Histórias do Rio Negro*, de Vera do Val, é compreendido como integrante de um fenômeno discursivo que se apresenta em metáfora já a partir do nome da personagem: Das Dores enquanto a mulher dedicada e Saúva no que tange o estereótipo da prostituição, entendida como uma das pragas para a manutenção da instituição família.

Logo, o referencial contextual aqui se desenvolve no campo metafórico e contém marcas culturais que configuram o cenário de marginalização, traço esse que corrobora o pensamento de existir um complexo de inferioridade, duplo narcisismo e negação de sua respectiva negritude diante de um embranquecimento que o mantém mais negro, provocando uma anulação de sua respectiva identidade, conforme expõe Franz Fanon, na obra *Pele negra, máscaras brancas*, de 2008.

Assim, quando o enunciado literário, nesses termos, apresenta ao leitor uma mulher de beleza mestiça e reflete um estereótipo marcado por uma mutilação da identidade original do negro que o torna um escravo de sua respectiva mutação, promovendo uma intertextualidade com a análise Fanoniana.

Diante do contexto exposto, este estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, utilizando a técnica do fichamento para levantar, analisar e compilar os dados relevantes de teóricos das áreas: estudos africanos, expressão amazonense e teoria literária, a ser melhor descrito no tópico "Material e método".

Uma vez o campo metafórico criado por Vera do Val (2007), no conto "Das Dores", sendo revelador de uma organização social e descrição de uma prática cultural, possibilita uma leitura atenta, por outra perspectiva de uma realidade de indivíduos que são tratados com exclusão.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de uma abordagem bibliográfica de autores relevantes aos estudos sobre metáfora, estudos africanos e de Teoria da Literatura, como produto do primeiro passo de conhecimento acadêmico.

Logo após, foram construídos fichamentos para que fosse possível a compilação dos dados levantados para a produção deste resumo expandido para apresentação no Iº Simpósio interdisciplinar em Ciências Humanas.

Por fim, uma vez o tecido textual pronto, revisões bibliográficas e delimitações do tema foram estabelecidos, no intuito de apresentar uma outra forma de leitura de mundo, pelo campo metafórico, porque a representação que a Literatura realiza, mimetiza um tempo, uma sociedade, uma cultura, enfim, o homem e sua existência.

3. DISCUSSÕES

Aristóteles na *Arte poética* entendia que a metáfora é a transferência de uma palavra por analogia a outra palavra, gênero, espécie. Conforme Pierre Fontanier em *Les figures duas discours*, de 1977, o teórico expõe que ela realiza um traslado no sentido ao apresentar uma ideia. Isso significa dizer que quando o autor cria o metafórico, ele revela dois pensamentos diferentes da palavra e o seu respectivo significado se realiza na interação que existente entre o texto e o leitor. Vera do Val, nesse sentido, apresenta a personagem com a metáfora por

comparação de uma aparição e a caracteriza em sua beleza mestiça carregando "...olhos girassóis, ancas e balanço do rio na suavidade dos peixes." (VAL, 2007, p. 17).

Em outras palavras, a autora situa o leitor na posição de quem observa uma aparição, um reflexo de alguém que possui vida, molejo e o ritmo do rio. Este último representa um perfil identitário do homem amazônico, isto é, sua existência é regida pela influência das águas. Para Lakoff e Johnson (2002) todos os aspectos das nossas vidas quando definimos é por metáforas, pois transferimos os elementos concretos da realidade para o pensamento. De tal forma, Val (2007) revela o nome da aparição: "O nome, Saúva, nascera já na zona, devia à bunda grande; deixará de ser Das Dores nome de filha de Deus..." (VAL, 2007, p. 17). Isto é, Saúva está relacionada à bunda que carrega em efeitos de sentido o erótico, na relação Das Dores para filha de Deus, uma mulher preza a valores cristãos, uma pessoa livre de pecados.

Franz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas*, de 2008, em uma análise sobre o homem e mulher de cor, em um processo de branqueamento como anulação e negação de sua respectiva identidade, expõe que o negro, realiza "... uma fusão total com o mundo, uma compreensão simpática com a terra..." (FANON, 2008, p. 56), ele é uma perda de um eu que não é o centro do cosmos. Em outros termos, Das Dores é a contradição da pele, porque é a luz em uma mestiça, no momento em que estiver com o seu homem, Chico, mas a fusão com a existência ao ser associada a uma formiga, um pequeno integrante da natureza e insignificante em uma visão macrocômica.

Por conta disso, como a personagem transita nesses dois planos, ela é uma aparição, o texto desenvolve a leitura de um contexto pelo espelhamento que é feito dos efeitos de sentidos que os nomes dela implica, ou seja, quando Saúva está trabalhando na cada de Sarará como prostituta e Das Dores quando está lavando a roupa, cozinhando cuidando de Chico. Segundo Edson Nascimento Campos, em *O diálogo do espelho*, de 2006, expõe que esse campo metafórico coloca o interlocutor do texto (leitor) em uma posição em que ele ...ocupa o lugar do outro, um certo excedente de visão, uma certa visão de mundo." (CAMPOS, 2006, p. 302).

Ao fazer isso, Vera do Val (2007) permite essa leitura ao apresentar Saúva/Das Dores a um homem branco, louro de olho azul e metaforiza por gradação o encontro dos dois da seguinte forma: "Ele a olhou assombrado, e, é ela fingiu que não via; e, nesse requebra descuidado, o sol abrasando tudo, o brilho do suor no corpo, (...), ele engasgando no peixe, ela caprichando no passo, ele arfando o peito, ela se dando ao deleite." (VAL, 2007, p. 20). Fanon (2008) explica que essa situação se deve ao fato de "...algumas pessoas de cor escolherem alguém de raça branca para se casar, parece ter prioridade sobre qualquer outra consideração." (FANON, 2008, p. 75). A ideia de casamento aqui é compreendida como relacionamento duradouro.

Nesse ponto da narrativa há o contexto de uma mulher que divide parte de seu tempo cuidando de Chico, em um momento, e noutro na casa de Sarará. A partir do momento que as metáforas se realizam até o contato com o homem branco, o espelhamento sofre uma mudança: a refração, porque nessa situação ficará visível o reflexo de Das Dores, aquela que Fanon (2008) descreve como a imagem de um indivíduo que tenta fugir da sua respectiva individualidade, de aniquilar seu estar-aqui. Eis o branqueamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens criadas por Vera do Val, da personagem Das Dores/Saúva, vão além de um traço conotativo da linguagem ou de produto da imaginação criativa. Expõe a leitura de um espelho que enquanto objeto concreto é a representação de uma sociedade que marginaliza a mulher de cor, ao enxergá-la como objeto de prazer.

Em outra visão, a imagem de um indivíduo que é identificado como uma aparição, anulado na sua identidade e num ato de buscar esse traço do seu respectivo ser e se torna um só

na brancura de um homem branco, ao transar com ele. Dessa forma, o espelho processa as imagens passíveis de reprodução, e como tal, constituem os elementos de um contexto. Assim, a refração que a personagem sofre, para Edson Nascimento Campos, em *O diálogo do espelho*, de 2006, revela a respeito desse traço do reflexo da aparição que ela "...vai além do refletir, refrata uma visão de mundo do autor enquanto construção social que não só aponta para o acabamento, mas para o inacabamento que cerca o ser humano." (CAMPOS, 2006, p. 306-307).

Nesse sentido, quando a literatura dialoga com a realidade nessa instância de leitura de mundo, ela produz saberes acerca de uma determinada realidade, ela possibilita a apreensão de práticas culturais de um cenário de exclusão.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES, *Arte poética*. In. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BOSI, Alfredo. *O Ser e o Tempo da Poesia*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1977. 8ª. ed. rev e aum. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAMPOS, Edson Nascimento. *O diálogo do espelho*. O eixo da roda. v.12, 2006. Disponível no domínio: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. Trad. Renato da Silveira.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002. Trad. Maria Sophia Zanatto.
- VAL, Vera do. *Histórias do Rio Negro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

OBRAS CONSULTADAS

- CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2007.
- MUDIMBE, V. Y. *A invenção de África, Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Edições Pedagogo, 2013. Trad. Ana Medeiros.

A ARTE COMO RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA DA COMUNIDADE DO BARRANCO

LIRA, Lúcia Maria Barbosa¹

ROSA, Vinicius Alves da²

RESUMO: Este resumo trata de dois tipos de arte que os descendentes maranhenses da Comunidade do Barranco praticam como manifestações culturais, todos os sábados: a música e o artesanato. A música, através dos grupos musicais que se apresentam para divertir o público que comparece para ouvir, dançar, comer e beber e o artesanato que é exposto pela Associação de Crioulas de São Benedito que utilizam materiais recicláveis para compor suas peças com motivos afros e que são comercializados, além de outros produtos, do mesmo segmento, como forma de identificação de matriz africana. A metodologia foi a bibliográfica e a observação participante no trabalho de campo.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Música; Artesanato; Comunidade do Barranco.

INTRODUÇÃO

Através das artes (música, dança, artes cênicas, visuais, cinemas, esculturas, teatro e outras linguagens), os povos se fazem representar e se reconhecerem dentro e fora dos grupos sociais. Entre as tradições afro-brasileiras o universo artístico é de grande variedade, principalmente na música e na dança. Na Comunidade do Barranco, não poderia ser diferente, pois estes comunitários são descendentes de negros maranhenses, que carregam consigo ainda, a cultura ancestral dos escravizados que aportaram no Maranhão. E através das manifestações culturais como a música, a dança, e o artesanato têm sido a tônica de expressão popular, nos últimos três anos. Esses descendentes sempre foram os precursores da maioria das atividades culturais do Bairro da Praça 14 de Janeiro, em Manaus, principalmente por ser considerado o “berço do samba”. O pagode e o artesanato surgiram devido à necessidade de angariar recursos para a tradicional Festa de São Benedito, dos quais são devotos e esta iniciativa continua com muita ênfase todos os sábados em que são realizados.

METODOLOGIA

Para fazer a pesquisa os autores estiveram diversas vezes nos dois locais, devido ser o *locus* da pesquisa de ambos. As manifestações culturais acontecem todos os sábados a partir de meio dia com a feijoada que é vendida aos frequentadores e a partir das 15h inicia o pagode com término logo depois de onze horas da noite. A exposição do artesanato começa no início da tarde e se estende até a noite. Foram consultadas fontes bibliográficas, para melhor entendimento sobre a teoria que trata os assuntos em questão. A observação participante foi comum nos dias em que os autores estiveram nos eventos.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Estadual do Amazonas – UEA

RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE AS ARTES E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE DO BARRANCO

Segundo Faria (2001, p. 24), “a música sempre esteve presente na vida dos seres humanos [...]”. Ao cantar uma música, o cantor emite sons melódiosos que podem despertar no seu público, mensagens envolventes de prazer, principalmente, as músicas populares nos quais ele se identifica. Para Gainza (1988), a música é um elemento de fundamental importância, pois movimenta, mobiliza, transforma e desenvolve. Em todos os lugares, a música está presente proporcionando sentimentos de alegria, tristeza, calma, euforia, dentre outras. Com a dança, ela permite expressar, através do corpo, as emoções.

Porém, música e dança são artes independentes, embora segundo Schroeder (2000), são manifestações artísticas muito próximas, porém distintas. Segundo o autor, a ligação entre ambas é muito intensa, pois ao se dizer “assisti a um espetáculo de dança”, automaticamente se entende que a música já está inserida na dança. Para Vieira (2013), “o ser humano já usava o movimento como forma de comunicação antes mesmo da fala [...]”, ou seja, antes da oralidade, os gestos e ações realizados através dos movimentos corporais transmitiam mensagens. A dança é uma forma de expressão cultural de um povo. Ao dançar, o corpo se movimenta ao ritmo da música. É uma das expressões artísticas mais antigas. Antes, somente os líderes dançavam, principalmente nas cerimônias religiosas. Depois, o povo também começa a dançar nos primeiros teatros, nas festas das colheitas, nas celebrações à vida, aos seus deuses, no retorno das guerras e nas conquistas.

Os escravizados no Brasil, após consentimento dos seus “senhores”, também começaram a se manifestar dançando ao som de seus atabaques, afoxés, agogôs, berimbaus, cuícas, ganzás, reco-reco, dentre outros. A partir de seus ritmos africanos, muitos outros tipos musicais foram surgindo com a utilização destes ou novos instrumentos, como o samba, samba canção, samba de breque, samba enredo, e mais recentemente, o pagode, além do frevo, maracatu, forró, baião, xaxado, e outros mais. O samba é uma das expressões mais conhecidas no exterior, principalmente por ser o maior destaque do carnaval brasileiro, um símbolo da cultura popular. É um ritmo muito contagiante, vibrante e festivo, o qual pode ser dançado individualmente, em dupla ou em grupos coreografados, em espaços abertos ou de rua como nos períodos carnavalescos. Na Comunidade do Barranco, no Bairro da Praça 14, em Manaus, os descendentes de maranhenses que chegaram ao local no final do século XIX, também cultuam sua ancestralidade através da música, dança, culinária e artesanato. Todos os sábados, no local chamado “Pagode do Quilombo”, situado à Rua Japurá, 1339, acontecem manifestações culturais, como a “feijoada”, a partir de meio dia, o “pagode, com samba de raiz (estilo tradicional do samba)”, com os instrumentos, como pandeiro, surdo, cavaquinho, violão e cuíca, a partir das quinze horas.

A música é um elemento de fundamental importância, pois movimenta, mobiliza, transforma e desenvolve emoções que podem servir de relaxamento para as tensões do dia a dia. Afirma Stefani (1987), que “a música afeta as emoções, pois as pessoas vivem mergulhadas em um oceano de sons”. Segundo o autor, em qualquer lugar e qualquer hora respira-se a música, sem se dar conta disso. Logo, a música faz com que as pessoas sintam algo diferente, proporcionando sentimentos, como a alegria, tristeza, euforia, calma e afetividades. Ouvir música e dançar são expressões que socializam, que faz bem ao coração e que demonstra que o dançarino está de bem com a vida. Ninguém dança chorando, a não ser em algumas peças de teatro. Com relação ao artesanato, é uma expressão artística da riqueza cultural desenvolvida por um grupo de vinte e nove mulheres que confeccionam seus produtos buscando visibilizar a identidade negra de seus ancestrais. Elas estão vinculadas a Associação das Crioulas de São Benedito (ACSB), que tem como objetivo a ressignificação dos artefatos por elas criados. O artesanato resgata motivos afros, com destaque para as bonecas, bijuterias, camisetas e mimos de entidades de matriz africana, como os pretos velhos e os orixás do panteão *Yorubá* do Candomblé, com suas indumentárias muito coloridas. As peças são confeccionadas com

produtos recicláveis, com garrafas de vidro de diversos tamanhos, garrafas plásticas (as famosas Pet), jornais, massas de biscuits, arames, retalhos de tecidos e do tecido protetor da sombrinha quebrada, latas de refrigerante, cd`s, dentre outros. Para Paz (1991, p. 51), o artesanato é uma espécie de festa do objeto transformando o artefato em signo de participação. Como elas trabalham em conjunto, as peças artesanais obedecem a um estilo primoroso, de capricho e zelo. Roizenbruch (2009, p. 58) explica que o artesão utiliza técnicas das antigas gerações, tornando o artesanato em uma prática que associa “o passado ao presente”. Um dos exemplos mais simples do artesanato feitos pelas crioulas é a boneca *abayomi*. Essas bonecas surgiram quando as mulheres escravizadas, em viagem ao Brasil rasgavam a barra das saias para confeccionarem com as tiras de pano, pequenas bonecas para suas crianças brincarem e se distraírem nos porões dos navios. Afirma Barroso Neto, que “essas atividades exigem muitas vezes engenhosidade nas formas, usos e funções para revelar a criatividade de quem a produz”.

As atividades artísticas iniciaram há três anos, pela necessidade de angariar recursos para a Festa de São Benedito, no ano de 2015. O principal organizador do pagode é quilombola e músico, o que facilitou a instalação de um grupo jovem, seletivo para atuar todos os sábados, no Pagode de São Benedito. O nome do principal grupo de pagode é o “Pão Torrado”. Além dele, outros grupos são convidados, como o “Couro Velho”, cujos componentes são de geração anterior, mas que continuam praticando o samba ao público que comparecem para prestigiar os grupos musicais, beber uma cervejinha gelada, ouvir uma boa música, dançar e jogar conversa fora, uma maneira agradável de extravasar as tensões da semana. O pagode é realizado no pátio da residência do organizador, em um barranco onde são colocadas mesas e cadeiras, além de uma pequena área para os músicos. Neste espaço são vendidos os refrigerantes, água mineral, cervejas e petiscos. Quanto à área onde são expostos os produtos artesanais, a mesma está localizada no outro lado do barranco, em um espaço modesto, com uma estante pequena onde são mostradas as peças confeccionadas, além de uma mesa grande e cadeiras para quem visita o espaço. As crioulas ao executarem o artesanato, a partir de materiais recicláveis estão praticando a sustentabilidade. Segundo Freitas e Freitas (2016, p. 16), “a noção de sustentabilidade é difusa e fluida”. É um conceito que ainda se encontra em processo de construção e legitimação técnica em sua identificação e contextualização aos processos socioeconômicos das regiões e dos países. Porém, tendo a mão produtos de potencial reutilização quase sem custo algum, eles podem depois de reciclados proporcionarem recursos financeiros, mesmo que sejam tímidos inicialmente. O material utilizado para o artesanato como o vidro, arame, latas, plásticos, cd`s tem uma durabilidade muito longa e ao reciclar estes produtos, as crioulas estão evitando que muitos deles sejam atirados ao lixo e aos igarapés poluindo o meio ambiente.

CONCLUSÃO

Os descendentes de maranhenses resgatam e ressignificam a identidade negra dos seus ascendentes transformando-os em objetos de referência cultural. Dançar, cantar e ouvir música são elementos principais que agradam o corpo e alma. Ao procurar estes espaços as pessoas procuram distração e um bom papo com amigos e desconhecidos, ou seja, a interação social. Além da exposição e venda do artesanato, as crioulas proporcionam oficinas que estimulam as práticas sustentáveis. Há também rodas de conversa com assuntos referentes à temática negra, como discussões a respeito de algum artigo ou livro, de autores diversos que agregam este segmento. Ressalta-se que, a Comunidade do Barranco, em setembro de 2014 foi certificada como Quilombo Urbano, pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura e também como Patrimônio Imaterial do Estado, com a Festa de São Benedito, principal manifestação religiosa desta comunidade, que com sua fé e devoção ao longo de cento e vinte sete anos continua sendo o fator mais importante de afirmação identitária desses descendentes maranhenses do Bairro da Praça de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BARROSO NETO, Eduardo. **Design, identidade cultural e artesanato**. In: Jornada Íbero-Americana de Design e Artesanato. Fortaleza. Fortaleza, 2000. Disponível em: <<http://www.eduardobarroso.com.br/artigos.htm>>. Acesso em: 10 OUT 2017.

FARIA, Márcia Nunes. **A música, fator importante na aprendizagem**. Monografia da Especialização em Psicopedagogia do Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense. Assis Chateaubriand, 2001.

FREITAS, Marcílio; FREITAS, Marilene C. da S. **A sustentabilidade como paradigma: Cultura, ciência e cidadania**. Petrópolis: Ed Vozes, 2016.

GAINZA, V. Hemsy. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. São Paulo: Summus, 1988.

PAZ, Octávio. **Convergências: ensaios sobre arte e literatura**. Tradução de Moacir Werneck Castro. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ROIZENBRUCH, Tatiana. **O jogo das diferenças: design e arte popular no cenário multicultural brasileiro**. 209. 105f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Anhembi. São Paulo, 2009.

SCHROEDER, Jorge Luiz. **A música na dança: reflexões de um músico**. 2000. 141 p. Dissertação de Mestrado em Educação, na Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251067/1/Schroeder_JorgeLuiz_M.pdf>. Acesso em: 22 OUT 2017.

STEFANI, Gino. **Para entender a música**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

VIEIRA, Alba Pereira. Dança, educação e contemporaneidade: dilemas e desafios sobre o que ensinar e o que aprender. In: LARA, Larissa Michelle (Org). Dança: dilemas e desafios na contemporaneidade. Maringá: EDUEM, 2013, p. 154-184.

INTERPRETAÇÕES DA MÚSICA EM ADORNO E WEBER

Fabiano Santos de Souza¹
Marilene Corrêa da Silva Freitas²

RESUMO: A música é um sistema de comunicação através da organização de sons e posteriormente de estruturas e símbolos dotados de significados objetivos e subjetivos. O presente artigo tem como objetivo compreender a música a partir da perspectiva de Theodor Adorno e Max Weber, sendo estes expoentes na análise sociológica da música e na compreensão da música como um fenômeno social, incorporando elementos provenientes das transformações das sociedades ocidentais em um contexto específico, num sentido amplo e abstrato. Weber percebe a música como parte integrante da esfera cultural, formadas pelas ações sociais dos sujeitos, sendo dotadas de sentidos e significados, e que ao desenvolvimento dos processos sociais ao longo do tempo, se modifica frente ao processo de racionalização típica das sociedades ocidentais. Adorno produz uma reflexão do mundo contemporâneo e de como a música se apresenta como um expoente da arte e reproduz vários segmentos da vida em sociedade com grande rigor metodológico. A partir disso, podemos compreender múltiplos cenários, a exemplo a música local, e como essa se integra nas esferas culturais e mercadológicas. Sendo a música permeada por vários fatores, naturalmente este trabalho desenvolve uma abordagem interdisciplinar que considera suas múltiplas representações, práticas e valores, dentro de uma temporalidade específica.

Palavras-chave: Música, Sentidos, Significados, Adorno, Weber.

1. A MÚSICA A PARTIR DE MAX WEBER

Weber buscou compreender o que orientava as ações dos sujeitos na construção das diversas redes de que constituem os fenômenos na vida dos indivíduos nas sociedades ocidentais a partir do advento da modernidade. Ele acreditava que os fenômenos culturais, assim como todas as outras esferas da vida em sociedade eram dotadas de sentidos e significados, todavia possuíam uma racionalidade que adequava os meios aos fins nas ações sociais dos indivíduos.

A partir disso se faz necessário compreender o que são as ações sociais e quais os fatores que legitimam essas ações.

Dentro dessa perspectiva, o autor percebe a música em dois momentos. O primeiro momento em que a música é criada nas sociedades com um sentido unicamente sagrado, voltada como elo entre o humano e o divino, sendo utilizadas nas mais variadas manifestações religiosas. No segundo momento a música vai adotar outros sentidos, a partir do fato que as sociedades modernas sofreram um processo de racionalização. Esse processo surge a partir da necessidade de inteligibilidade das sociedades, onde se buscou criar processos ligados à lógica, a cientificidade e a proposições racionais que estabelecessem modos de sistematização da vida em todas as suas dimensões. Para Weber o processo de racionalização é típico nas sociedades capitalistas ocidentais, por essas se constituírem de forma diferente das sociedades orientais.

¹ (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA/UFAM. E-mail: fabiano.history@gmail.com).

² (Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marilene.correa@uol.com.br).

Esse processo de sistematização e de rompimento com o sagrado, com o místico e com o mágico, será muito influenciado pelo sistema econômico que agirá de forma significativa, alterando o modo de vida de todas as sociedades a partir da modernidade. Todavia, esse processo não parte do econômico para as outras dimensões da vida, mas age de forma que cada esfera influencia as outras.

Contudo, o processo de racionalização apresenta uma série de significados distintos para o conceito de racionalidade. Nesse sentido, Weber em sua obra “Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música” analisa a música quanto a sua constituição técnica adota um sistema sonoro que possui disposições tonais característicos das sociedades ocidentais modernas, padrão este que o autor interpreta como uma forma de racionalização própria da música, mas que sofreu influência de outras esferas. Com isso, o autor coloca que racionalidade pode adotar diversas dimensões na vida social e música tornou-se uma dessas dimensões nas sociedades modernas ocidentais. Segundo Gabriel Cohn no prefácio da referida obra, “A racionalização é o processo que confere significado à diferenciação de linhas de ação” (WEBER apud COHN, 1995, p. 17), ou seja, é através da compreensão dos diversos tipos de racionalização que pode-se chegar a uma interpretação dos significados que vá além dos dados estruturais.

Mesmo que a música apresente elementos que demonstrem que passou por um processo de racionalização, a mesma ainda se caracteriza como uma ação social tradicional, sendo que está exprime sentidos e significados ligados a subjetividade que vai considerar o sentimento de pertencimento com o grupo produtor dessa cultura e racional em relação aos valores pela valoração dada a cultura na qual está inserida, na crença de que este estilo musical representa as características do grupo a qual ela expressa.

Desta forma, as análises sociológicas da música desenvolvidas por Weber não tratam simplesmente de uma compreensão técnica da música ocidental, através de um processo de racionalização, as relações sociais ligadas à música se modificaram. A música ocidental tornou-se autônoma ao longo do tempo, haja vista que em diversos momentos da história, a arte esteve intrinsecamente ligada à religiosidade e/ou a serviço dela. Esse fenômeno é acentuado durante a idade média, período que antecede o advento da modernidade e a constituição de racionalizações típicas nas sociedades modernas. O determinante não será a música em si, mas os significados da música para os sujeitos que a compõem e para os que a apreciam.

2. A MÚSICA A PARTIR DE ADORNO

Na obra “Introdução à sociologia da música: Doze preleções teóricas”, Theodor Adorno vai abordar um estudo dialético da música, explorando discussões acerca do caráter social, político e artístico típico das sociedades capitalistas, bem como o desenvolvimento de um mercado voltado para o consumo musical.

Adorno pretende utilizar a música como objeto de análise para discutir e entender as contradições oriundas das sociedades capitalistas, a priori a música de câmara e a ópera, e consequentemente as relações que estão intrínsecas devido à análise dialética proposta pelo autor que percebe a música como lócus de múltiplas determinações.

Segundo Adorno a forma estética de música entra em contradição com a função social que ela desenvolve. Faz-se necessário que os estudiosos das ciências sociais, no contexto da obra os sociólogos, identificar os descompassos entre a “coisa” música e o sentido e significado social que esta pode expressar.

Adorno analisa a música valorizando-a como um fator importante para compreender os antagonismos sociais, quando relacionamos a música com as classes, e como a sociedade se introduz na arte

O autor também alerta para o fato da sociologia não haver ainda desenvolvido um método para compreender corretamente as características sociais da música.

É a partir de Adorno que vamos refletir a questão da música como entretenimento, que é produto de um mercado de consumo, e se apresenta em oposição à música criada com o intuito de expressão da arte, voltada para o “ouvinte de cultura” que exige um grau de intelectualidade dos seus compositores e ouvintes. Para o autor quanto maior o consumo musical, menor será sua expressão das relações sociais, assumindo o que o autor chama de música ligeira, que é a forma musical totalmente voltada para o mercado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia da música**. Trad. Fernando Moraes Barros. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

COHN, Gabriel (Org.). **Weber: Sociologia**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MARTINS, José de Sousa. Música sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados. In: **Capitalismo e tradicionalismo: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. Trad. Rubens E. F. Frias e Gerard G. Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. Trad. Intr. E notas L. Waizbort. Prefácio de G. Cohn. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva. In: **Metodologia das Ciências Sociais Parte 2**. Trad. Augustin Wernet. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

Paisagens urbanas do lavrado: diversidades em movimento na cidade de Boa Vista-RR

Indira Viana Caballero¹

Pablo Albernaz²

Remisson Nobre³

Catarina Butel⁴

Valmik Mota⁵

Boa Vista, capital do estado de Roraima, possui uma população que alcança aproximadamente 330 mil habitantes. Seu traçado urbanístico radial concêntrico, planejado ao moldes da cidade de Belo Horizonte (Veras, 2009:95), permite que desde as alturas a cidade apresente uma paisagem panorâmica cuja geografia é plana, sem ruas elevadas ou grandes ladeiras, repleta de construções baixas, um imenso lavrado habitado por humanos. As ruas são largas, com muitas praças e jardins, além de equipamentos urbanos que contribuem para reforçar a imagem hegemônica de Boa Vista: cidade para família, calma, tranquila; onde as praças são espaços predominantemente frequentados por famílias, esportistas, praticantes de atividades físicas

Sabe-se que considerável parte da população da cidade é oriunda de diversos estados e, inclusive, de outros países. Isso se deve, em grande parte, à localização geográfica privilegiada da capital roraimense, situada na região da tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela. O estado de Roraima é bastante conhecido pelas terras indígenas que abriga, onde vivem diferentes etnias – Macuxi, Wapichana, Yanomami são algumas delas – que participam com certo protagonismo da vida na cidade. Com a fundação da capital roraimense proporcionaram-se diferentes fluxos migratórios e, desde então, a cidade cresce incorporando ainda outros fluxos que foram irrompendo e tornando-a um território heterogêneo e diverso. Mais recentemente, percebe-se que o trânsito de pessoas oriundas dos países vizinhos é cada vez mais intenso, como é o caso dos venezuelanos. Contudo, para aqueles que têm a oportunidade de permanecer na cidade por mais tempo e/ou de ampliar suas possibilidades de circulação, outros trânsitos expressivos tornam-se visíveis: pessoas de outros países da América do Sul, da América Central, do Caribe e da África deslocam-se pela cidade, compondo uma espécie de mosaico cultural vivo.

Entendemos que a cidade é praticada de múltiplas maneiras, sendo assim um campo de ricas possibilidades para cada um de seus praticantes, para além dos discursos predominantes e do olhar totalizante de quem a vê do alto. A cidade acolhe microuniversos plurais, prontos para serem descobertos. Destarte, o objetivo deste trabalho é precisamente dar ênfase a essa diversidade (de costumes, gostos, visões de mundo etc.) na composição urbana da capital roraimense. Para tanto, abordaremos a presença indígena na cidade através da música, mais precisamente a partir da universidade; a presença afrodescendente desde um terreiro de candomblé; o bar como ponto de encontro e de compartilhamentos, os mais variados, de um público diverso, desde moradores do bairro a estrangeiros recém-chegados na cidade; e, finalmente, parte da população jovem que se apropria de espaços públicos através da prática do skate, esporte geralmente associado a um estilo de vida urbano.

A música: A importância da música para os povos indígenas na região de Roraima é elucidada desde os relatos de Koch-Grünberg (2006), sendo percebida até os dias de hoje. O famoso grupo musical indígena roraimense *Caxiri na cuia* é uma mostra dessa vitalidade da

¹ Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRR

² Professor Assistente do Instituto de Antropologia da UFRR

³ Graduando em Antropologia-UFRR

⁴ Graduanda em Antropologia-UFRR

⁵ Graduando em Antropologia-UFRR.

música na região. Com letras que articulam traços da cultura local e reivindicações políticas contundentes dos povos indígenas sob o ritmo de “forró regional” ou “forró da maloca”, seu sucesso ultrapassou territórios indígenas, penetrando na paisagem urbana boa-vistense e alcançando outros estados.

Entre as gerações mais recentes influenciadas pela proposta musical do *Caxiri na cuia*, estão jovens que compõem o grande contingente de alunos indígenas da UFRR. Uma banda, composta por alunos da etnia Macuxi do Instituto Insikiran – uma das primeiras instituições voltadas especificamente para o ensino superior indígena no Brasil, criado em 2001 –, chamada *Cruviana*, reforça a presença indígena dentro da universidade, uma vez que sua música, composições de autoria própria que mesclam musicalidades indígenas e não-indígenas e letras que destacam elementos da cultura de seu povo, circula por toda a UFRR e também por outros espaços da cidade. A banda, que protagoniza um projeto de extensão, desde sua origem tinha como propósito realizar atividades que concebem a prática musical como forma de “intercâmbio” de saberes, promovendo a interação entre discentes indígenas e não-indígenas através da “vivência musical”; e, ainda, intercâmbios musicais entre músicos indígenas e não-indígenas no estado. Desse modo, destaca-se a importância da música como criadora da vida social, em seu caráter comunicacional, além de sua força política enquanto canal que possibilita a emergência de outros mundos dentro da universidade.

O bar: O bar “Edi Lanches” é um desses microuniversos a serem descobertos. Localizado na avenida Ataíde Teive, bairro Mecejana, com cerca de trinta anos de existência, ou seja, pouco mais que o estado de Roraima – pois Roraima passou de território federal a estado em 1988 (Veras, 2009). Seu dono, conhecido por todos como Seu Edi é Edimar, natural do Rio Grande do Norte, mas residente de Roraima desde os oito anos de idade. O Edi Lanches é um bar popular, com bebida e almoço baratos, incrustado na fronteira entre centro e periferia na cidade de Boa Vista, fica entre o bairro Mecejana e o bairro Liberdade. O primeiro conhecido como bairro de classe média, de famílias antigas, o outro como um bairro de transição para as zonas mais afastadas do centro, onde vivem muitos moradores haitianos e venezuelanos.

O bar se encontra longe dos ‘holofotes urbanos’, não é disputado pelo público jovem e possui uma estrutura física simples e antiga, com cadeiras de plástico, uma televisão para assistir a jogos de futebol, mesas de sinuca e juke box. Seus frequentadores são moradores do bairro, ‘clientes-amigos’ de Seu Edi, mas há moradores de outros bairros que gostam de frequentar o espaço. Venezuelanos costumam aparecer no horário de almoço por causa de suas refeições a preços populares. A impressão que se tem ao nos tornarmos mais assíduos é que todos se conhecem e possuem em comum o tratamento afetivo com o carismático dono do bar.

Conforme Edi, antes do bar tornar-se de fato um bar, era um lanche, localizado do outro lado da rua, onde atualmente é um lava jato. Na época a cidade de Boa Vista findava na Feira do Passarão, há trinta anos. Edi reside em uma casa atrás do bar e conta que no local “dá gente de toda classe”. Há uma turma antiga, que frequenta o bar há muito tempo, a “diretoria”, a maioria deles moradores do bairro Mecejana. Nota-se a relação do tempo de vida do bar com a expansão urbana de Boa Vista, o entrelaçamento entre a memória histórica da cidade e a memória local do bar pelos habitantes e praticantes da cidade. O bar “Edi Lanches” é a esquina, o encontro, o lugar em contraposição ao não-lugar (Sá, 2014), ou, os espaços vividos em contraste com os espaços construídos. O jogo de sinuca desprezioso, o jogo de futebol na TV, reações, interações, relações, narrações; assim traçamos um mapa afetivo do “Edi Lanches”, no intuito de evidenciar outras formas existentes de se praticar a cidade (De Certeau, 2000), questionando os discursos hegemônicos acerca da urbanidade na capital roraimense.

O terreiro: Em Boa Vista, pesquisas sobre religiões de matriz africana ainda são escassas, talvez ainda eclipsadas pelo forte interesse de pesquisadores acerca de temas relacionados à etnologia indígena. Contudo, podemos citar alguns trabalhos, como o de Günter Padilha (2008) que dedicou-se ao mapeamento das casas religiosas na cidade.

A casa Abassi N’Bantu Tata Bokulê comandada por Carlinhos, mais conhecido como Bokulê, está localizada no bairro São Vicente, região central de Boa Vista. Pai Bokulê,

atualmente presidente da Associação dos Filhos e Amigos do Abassa Ngola Ashe Tata Bokulê (AFATAB), possui certo prestígio, o qual é transferido para sua casa de Candomblé. As festividades costumam receber muitos visitantes simpatizantes da religião. Neste trabalho, queremos destacar como o terreiro de Tatá Bokulê irrompe em meio ao espaço urbano como um ponto de encontro entre praticantes da religião e visitantes que, mesmo com pouco ou nenhum conhecimento a respeito, desejam conhecer outras formas de religiosidade. Além de ser uma casa de religião muito conhecida na cidade, a procura pelo terreiro é reforçada pelo fato de seus participantes não exigirem dos visitantes qualquer tipo de iniciação na crença. Os integrantes da casa são em sua maioria iniciados e praticantes, ou pessoas em vias de serem iniciadas, e seus acompanhantes, amigos e familiares que costumam frequentar as comemorações. Foi também em dias de festas abertas ao público que começamos a realizar nossas primeiras incursões em campo.

Conforme Roger Bastide (2006), a cultura africana é portadora de uma extraordinária “plasticidade”, adaptando-se aos diferentes ambientes para sobreviver. Como as casas situam-se principalmente na cidade de Boa Vista, tal “plasticidade” ganha novos contornos, e entidades que antes eram da floresta passam a compor a urbanidade via filhos-de-santo. Alguns traços vão sendo definidos pelas possibilidades que a cidade oferece ao manter parte de sua natureza intocada, com igarapés e córregos que cortam ruas; esquinas arborizadas com árvores sagradas de cada deus africano, diferentemente de outros centros urbanos que já não dispõem de tais espaços (Silva, 2008). Nesse encontro, os dois mundos, o religioso sagrado e o urbano profano, tornam-se como chave e fechadura, um adentrando o espaço que cabe ao outro preencher.

A skatepark: Entre avenidas movimentadas, carros e uma aparente ordem caótica urbana, os skatistas de Boa Vista se constroem na vivência de todo dia, procurando se destacar em manobras cada vez mais complexas. Localizada na Av. Capitão Ene Garcês, no Bairro Dos Estados, próximo ao centro e integrando o complexo poliesportivo Ayrton Senna, a pista de skate, ou skatepark, torna-se um dos principais pontos de concentração de praticantes vindos de vários bairros da capital. Segundo Olic (2012:12), a skatepark “leva o skatista a elaborar uma relação territorial de outra natureza, pautada na propriedade do espaço”. Essa é a inspiração para pensarmos nas complexas relações que se estabelecem entre os skatistas e o espaço urbano através da prática do esporte, uma interação que promove o intercâmbio de pessoas de diferentes localidades, criando grupos diversos que se familiarizam com a rua e, ao mesmo tempo, se organizam e criam certas regras de conduta. Andar de skate não é sinônimo de competição, mas de diversão, de uma maneira de se refugiar e de explorar novas formas de usufruir da cidade e de seus espaços, ou, de experienciar a cidade.

Referências

- BASTIDE, Roger. *O sagrado selvagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *De Roraima ao Orinoco: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- OLIC, Maurício Bacic. “Reciprocidade em deslize: Aliança e localismo em pistas de skate”. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.87-114, 2012.
- PADILHA, Günter. *Mapeamento dos terreiros de matrizes africanas em Boa Vista*. Trabalho de conclusão de Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Roraima, 2008.
- SÁ, T. “Lugares e não lugares em Marc Augé”. *Revista Tempo Social*. São Paulo, v.26, n.2, 2014.
- SILVA, V. G. “As esquinas sagradas: o candomblé e o uso religioso da cidade”. In: MAGNANI; TORRES (orgs). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2008.
- VERAS, Antonio. *A Produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana Universidade de São Paulo, 2009.

**A PRÁXIS PEDAGÓGICA ENTRE O TRADICIONAL E O
INTERDISCIPLINAR: Possibilidades e desafios**

Gilson Vieira Monteiro

Kátia de Oliveira Lima

RESUMO: Este artigo tem como objetivo realizar uma breve discussão sobre o marco legal que regulamentou o curso de pedagogia no Brasil, esclarecendo as nuances que permearam a história da formação de pedagogos no contexto nacional, a qual foi cercada de incertezas, em especial sobre o campo de atuação e atividades a serem desenvolvidas por este profissional, apontando os avanços e retrocessos quanto a exigência ou não da licenciatura em pedagogia na educação básica, em especial a educação infantil e ensino fundamental. Após mostrar as áreas de atuação do licenciado em pedagogia, traremos a interdisciplinaridade como opção didática para pedagogos que desejem romper com o cartesianismo por meio de uma práxis integradora. Para isso buscaremos aporte teórico em pesquisadores como Edgar Morin, Hilton Japiassu, Ivani Fazenda e Paulo Freire, entre outros autores que há anos vêm evidenciando a pertinência de uma práxis pedagógica que vá de encontro ao tradicionalismo didático, a fim de desenvolver uma educação voltada para a vida, relacionando assuntos curriculares a questões relativas ao cotidiano dos discentes, inclusive partindo destas questões para abordar as disciplinas, realizando um processo inverso ao proposto pelo sistema ao qual esses profissionais se encontram conectados, sem deixar de desenvolver a grade curricular imposta por esse sistema. Nesse contexto a discussão busca apresentar a emergente contribuição que a interdisciplinaridade pode trazer para “o fazer pedagógico” do pedagogo, bem como os desafios para a consolidação dessa práxis. Como procedimento metodológico para conduzir o estudo recorreremos a pesquisa bibliográfica e documental, quanto a abordagem é qualitativa.

Palavras-Chave: LDBEN 9394/96; Pedagogia; Interdisciplinaridade e Práxis.

1 INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia no Brasil, desde sua primeira regulamentação até os dias atuais, passou por diversas modificações tanto em relação a sua estrutura curricular quanto a sua finalidade. Em virtude disto, os graduados do curso ora recebiam o título de bacharel (técnico em educação) ora de licenciado e, para cada titulação havia um currículo a seguir. Em alguns momentos, o curso habilitava o graduando em orientação e supervisão, entretanto, essa formação deveria ser complementada por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu*, caso o mesmo tivesse interesse em lecionar. Isso tornava complexo o entendimento sobre a finalidade da formação do pedagogo.

Com o objetivo de compreender a história do curso e do campo de atuação dos egressos do curso de pedagogia realizaremos uma breve retrospectiva histórica das Leis, pareceres e decretos que o regulamentaram e legitimaram. Em seguida, abordaremos a interdisciplinaridade como opção didática, ou seja, como maneira de conduzir uma prática integradora, que rompa com o cartesianismo.

Para isso buscaremos aporte teórico em pesquisadores como Edgar Morin, Hilton Japiassu, Ivani Fazenda e Paulo Freire, autores que há anos vêm evidenciado a pertinência de uma práxis pedagógica que vá de encontro ao tradicionalismo didático e curricular.

2 METODOLOGIA

A metodologia científica representa a maneira escolhida pelo pesquisador para sistematizar e consolidar a pesquisa. Nesse processo de seleção da base epistemológica, do método, do tipo de pesquisa, da natureza da pesquisa e das técnicas para coleta de dados, ele deve considerar os objetivos, a fim de atender simultaneamente sua intencionalidade e as dimensões do rigor científico, inerentes a pesquisa científica, ainda que este rigor não seja fechado no que postula a ciência tradicional, de separação entre sujeito e objeto estudado.

Para desenvolver este trabalho optamos pela pesquisa bibliográfica em convergência com um estudo documental que visou compreender as nuances que permearam a regulamentação do curso de pedagogia no Brasil; investigar as possíveis contribuições da práxis interdisciplinar para a formação crítico-reflexiva de discentes; apontar a atual incapacidade do Estado em exigir dos docentes formação de nível superior como pré-requisito para atuar na educação infantil e anos iniciais.

A abordagem por nós utilizada foi a qualitativa, que é a considerada mais favorável para as pesquisas em que os elementos do(s) fenômeno(s) estudado(s) não são quantificáveis. A pesquisa qualitativa se preocupa com o que não pode ser mensurado, como valores, atitudes, crenças e desejos (MINAYO, 2011), e conforme apresentamos, nosso objetivo requer uma leitura da regulamentação do curso de pedagogia no Brasil e da interdisciplinaridade enquanto opção didática e suas implicações no nosso sistema educacional, em especial no que concerne a **qualidade do ensino**.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das Leis e pareceres que regulamentaram o curso de pedagogia no Brasil, percebemos que em alguns momentos houve uma incerteza quanto a finalidade do curso, pois seus egressos não sabiam para que estavam habilitados, assim como no mercado o qual não compreendia quais as funções poderiam ser delegadas a estes profissionais.

Mas a legislação atual (LDBEN 9.394/96), delimita quais áreas de atuação do pedagogo, explícita de forma clara que o pedagogo além de estar habilitado para lecionar nos níveis de ensino infantil e fundamental, encontra-se credenciado também para desenvolver trabalhos nas áreas de orientação, planejamento, assessoramento.

Contudo, consideramos que o artigo 64 da LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996), atenuou o campo de atuação do licenciado em pedagogia, ao abrir as especializações como Supervisão, Orientação Educacional, Administração e Inspeção Educacional a todos os licenciados independente da área do conhecimento, pois a concorrência para conseguir uma vaga no mercado tornou-se mais acirrada.

Acreditamos que o exame do artigo 64 da LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996), nos revelou dados importantes sobre o campo de atuação do licenciado em pedagogia, uma vez, que apesar boa parte das instituições escolares terem estes cargos ocupados por pedagogos, não estão, necessariamente, atendendo uma exigência legal.

Outro artigo que contribui para o entendimento da regulamentação do curso de pedagogia e da educação é o Art. 62⁶ da Lei 9.394 (BRASIL, 1996), concernente à docência nas séries iniciais por professores que possuem apenas magistério em nível médio. Isso evidencia que o Estado não exige formação de nível superior, como critério para lecionar na educação infantil e ensino fundamental, porque não tem competência para oferecê-la de modo à atender as demandas necessárias.

⁶ Cabe ressaltar que o Art. 62 foi atualizado em 2017.

Isso não é reflexo de uma dinâmica linear, pois não tem apenas uma causa tão pouco uma única consequência. É efeito de um entrelaçamento de elementos em uma rede complexa de interconexões. Entre eles a ausência de investimento em educação; a desigualdade social e tecnológica, em especial no Norte.

Em 2014, com o Plano Nacional de Educação (PNE), a exigência do cumprimento da meta 15, prevê que todos os docentes com formação mínima em licenciatura até 2024, lecionem nos anos iniciais da educação básica e na educação infantil, entretanto, em 2017 a Lei 13.415 o magistério em nível médio legitimou o magistério a nível médio como requisito mínimo para docência nos anos iniciais.

Quanto ao cumprimento da meta, a região Norte, por exemplo, tem até o momento, segundo dados de monitoramento do PNE entre 34,3%, já a região SULDESTE tem 64,1 %. Cabe ressaltar que este percentual é referente aos educadores licenciados que ministram aula nos anos finais do ensino fundamental. No site do PNE não constam dados referentes a formação de professores dos anos iniciais.

Com o campo de atuação do pedagogo um pouco mais claro, bem como com os avanços e retrocessos educacionais discutidos, partimos agora para algumas observações sobre a interdisciplinaridade. A qual não tem a pretensão de se tornar uma panaceia educacional, mas apresenta a possibilidade da religação do conhecimento, objetivando entre outras coisas, sugerir mudanças na práxis educativa, que fuja da linearidade, seu maior desafio, fomentando uma percepção ecossistêmica da vida.

Mesmo sabendo que não há a exigência de formação superior para todos os professores da educação infantil e para os primeiros anos do ensino fundamental, iremos discutir a interdisciplinaridade como elemento didático no campo da pedagogia, ou seja, voltado para o educador licenciado. Na esperança de que, em um futuro não muito distante as metas do PNE 2014 se consolidem.

A interdisciplinaridade vincula o fazer pedagógico ao ser do sujeito e sua realidade, valorizando as interconexões existentes neste contexto, ao contrário do modelo cartesiano que os apresenta em uma relação de antagonismo, como distintas, assim modificando o fazer pedagógico. Os autores que a defendem criticam a disciplinaridade fragmentada por não conduzir a uma aprendizagem significativa.

Petraglia (2011) mostra que quanto mais fragmentado o conhecimento se apresentar mais mutilador e desinteressante se tornará. A formação do sujeito como cidadão crítico, reflexivo que capaz de perceber **problemas** nas suas multidimensionalidades, depende de uma práxis pedagógica que religue os saberes, proporcionando uma instrução não-linear, desde os anos iniciais escolares.

E, para o pedagogo estando à frente dessa situação, seja em sala de aula, ao lecionar e construir conhecimento junto aos discentes iniciantes, ou desenvolvendo trabalho de cunho administrativo escolar e auxiliando na orientação dos estudantes, no planejamento das aulas dos colegas que exercem diretamente à docência, conhecer o máximo possível sobre a interdisciplinaridade pode contribuir significativamente para sua práxis educacional.

Uma vez que por meio da interdisciplinaridade podemos compreender as interconexões das redes sistêmicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou algumas informações que nos permitiram uma aproximação com o percurso histórico do curso de Pedagogia, desde a sua primeira regulamentação no país, enfatizando a respeito das nuances que permearam o curso, até sua definição. Assim como a difícil definição da identidade do graduado em pedagogia.

Mostrou as fragilidades do Estado em cumprir o que regulamenta. O que nos leva a refletir sobre essas vulnerabilidades, e a pensar quais os impactos disso nas nossas vidas enquanto sujeitos, educadores e educandos.

E por fim apresentou a interdisciplinaridade como opção didática para os pedagogos desenvolverem suas práticas, apontando sua principal característica que é a religação dos saberes, a qual nos permite realizar as interconexões necessárias para a compreensão dos acontecimentos globais e locais, os quais afetam direta ou indiretamente nossas vidas, que tem por desafio quebrar o paradigma tradicional da linearidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. L9394/94.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html> acesso em 09 de julho de 2016.

BRASIL, MEC. **Plano Nacional de Educação-PNE 2014/2024.**

_____. Lei – 13.415/2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm> acesso em 15 de maio de 2017

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade.** Editora Vozes Limitada, 2011.

FAZENDA. Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa.** 18ª ed. Campinas, SP, 2012.

_____. (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A ÁRVORE DO CONHECIMENTO: as bases biológicas da compreensão humana.** 9ª ed. São Paulo: Palas Athenas, 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Tradução Eliane Lisboa. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** 2ª ed. São Paulo: Cortez; DF: UNESCO, 2011b.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

O SABER FAZER MUSICAL COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL

Marcos Alan Costa Farias¹ (PPGICH/UEA)

Resumo: O Grupo Cultural Encanto do Quilombo é um conjunto musical integrado por agentes sociais que se autodefinem quilombolas da Comunidade do Jauari, rio Erepecuru, Oriximiná, Pará. Este grupo surge em 2010 através de uma oficina de construção de instrumentos musicais realizada na própria comunidade, esta atividade impulsionou alguns participantes a criar um grupo a partir dos instrumentos confeccionados na ocasião. Vale ressaltar que o grupo traz consigo características de seus antepassados, ressignificando uma prática que vem desde séculos passados, a citar as práticas musicais passadas da Amazônia vividas pelos negros. Os instrumentos parecem ser um dos principais elementos no contexto do grupo, por representar, expressar ou conceber uma identidade social; práticas, incluindo a música, neste caso a construção de instrumentos, podem ser reconhecidas como patrimônio, estabelecendo uma conexão entre uma narrativa histórica e sua identidade. Nesta prática estão presentes aspectos referentes à memória, identidade e história e essas características fazem sentido se pensarmos a instrumentação produzida por eles como patrimônio, já que sua prática é produto das relações passadas e presentes do homem que a vivenciou e daquele que a ressignificou, relacionando a um fenômeno construído socialmente capaz de compreender a música não apenas como elemento sonoro, mas também, como bem fazer através da prática de construção de instrumentos e do produto final que se caracteriza como instrumento musical. Assim, o Grupo Cultural Encanto do Quilombo não só executa músicas, eles constroem suas músicas a partir de seu saber fazer que pode ser compreendido como patrimônio.

Palavras-Chaves: Música Quilombola; Instrumentos Musicais; Patrimônio.

INTRODUÇÃO

O Grupo Cultural Encanto do quilombo é um conjunto musical formado por agentes sociais que se autodefinem quilombolas da Comunidade do Jauari, situada no rio Erepecuru, afluente do rio Trombetas, no município de Oriximiná – Pará. O grupo teve sua fundação em julho de 2010 através da Oficina de construção de instrumentos realizada pela fundação Curro Velho², que ocorreu na própria comunidade. Essa oficina é ofertada a pedido dos moradores da comunidade, no intuito de incentivar entre eles o retorno dessa prática de construção de instrumentos, vale ressaltar que a oficina não tinha como objetivo a criação de um grupo musical.

Essa oficina orientou os participantes sobre a prática de criar instrumentos com materiais da natureza que os rodeia. É relevante ressaltar que essa prática de construir instrumentos sempre esteve presente nas práticas sociais desses indivíduos, bem como, a musicalidade, é possível pensar esse grupo como um processo de ressignificação musical em que a “música e os elementos que a compõe passam por um processo de rememoração” (FARIAS, p. 79, 2017).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – PPGICH/UEA. Bolsista CAPES. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia social da Amazônia – PNCSA. E-mail: marcosalan10@hotmail.com

² Fundação Curro Velho oferece oficinas de artes e ofícios. A partir de 2015 a Fundação Curro Velho, Instituto de Artes do Pará (IAP) e Fundação Cultural Tancredo Neves (Centur) foram fundidos criando a Fundação Cultural do Pará (FCP), através de reforma administrativa.

Para este estudo, que ainda está em andamento procedo a um ato reflexivo em relação à prática de pesquisa, de acordo com análises de Bourdieu (2008, p. 694) quando é indispensável estabelecer uma “relação de pesquisa” que pode ser marcada como uma “relação social”. Neste sentido, tem sido possível descrever alguns fatos sobre essa prática musical, que exponho a seguir.

A CONFEÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL

Anthony Seeger enfatiza que a música é muito mais que sons capturados por um gravador, que música sucede da “construção e o uso de instrumentos que produzem sons”, assim como, também, música seria “a emoção que acompanha a produção, a apreciação e a participação em uma performance” (2015, p. 16). Nesse sentido, o caso do Grupo Cultural Encanto do Quilombo é significativo pois sua prática musical incide, mesmo que não exclusivamente, da construção e da utilização de instrumentos artesanais.

A música sempre esteve presente nas práticas sociais e culturais dos quilombolas da região do oeste paraense. Vicente Sales assegura que o lundu era a dança dos cabanos, ao alegar: “lundum, a mais expressiva manifestação dos negros, bastante usual nos tempos da Cabanagem” (2013, p. 211). Mesmo que apresentada como dança, o lundu era realizado com acompanhamento musical. Coudreau em *Voyage a la Mapuerá* (1903) descreveu as danças e a instrumentação em um baile na Ramada do mocambeiro Raimundo, ao assistir o lundu e o gambá, citou instrumentos como tambor e violão e voz humana, além de classificar as danças como “lascivas” e “provocantes” (p. 10). No Erepecuru, o Barracão de Pedra, é um local de um misto de acontecimentos como narrativas míticas sobre a existência da cobra-grande (O'DWYER, 2001) e festejos que envolviam o sagrado e o profano. Coudreau (1901) ressalta que ali era o local de encontro dos “mocambeiros”, realizavam pagode, misturavam o sagrado e o profano, cantavam ao santo do dia a quem a honra da festa estava supostamente dada.

Nas narrativas dos moradores do Erepecuru nota-se relatos que quando houve a abolição, no final do século XVIII, houve comemoração no Barracão de Pedra. O Aiué de São Benedito ainda, mescla música e dança, sendo essa mais uma manifestação que ao se juntar as demais citadas levam a compreender o motivo de manter uma prática musical como a que é realizada pelo Encanto do Quilombo.

Esses acontecimentos estão presentes na memória dos moradores do Jauari. Michel Pollak (1992) entende que a memória pode ser entendida como um fenômeno individual ou coletivo e social. Para o autor existem os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos “vividos por tabela” que são aqueles “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” esse fenômeno descamba em uma projeção ou identificação “com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Desta forma, o saber fazer dos instrumentos é algo recorrente desde as práticas passadas. Assim, esse grupo musical estabelece através da música, aqui entendendo música não somente como aspectos sonoros, mas também como o saber fazer dos instrumentos, um elemento de construção social. A prática deles é compreendida ainda, como um fator histórico e social. A música enquanto fenômeno social é ressignificada, entrelaçando passado e presente.

Os instrumentos podem ser remetidos ainda a ideia de patrimônio. Funari e Pelegrini (2009) destacam que ao se falar em patrimônio duas ideias são imaginadas. Primeiro em relação aos bens transmitidos a nossos herdeiros e que podem ser materiais, assim como, aqueles que possuem valor emocional seja pela transmissão de um bem fazer, pela materialidade em si dos instrumentos ou pelo valor emocional. Funari e Pelegrini (2009) dão conta ainda do patrimônio espiritual, que não se resumem apenas em bens materiais recebidos dos antepassados, mas também na “infinidade de ensinamentos e lições de vida que eles nos deixaram” (p. 08).

Essa musicalidade ainda, tem raízes no coletivo. Para Funari e Pelegrini (2009, p. 09) o “patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que nos interessa. Já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima”. Assim, a prática musical é vista como uma interpretação de elementos que vislumbram aspectos identitários e tudo aquilo que tem sido vivido e reproduzido socioculturalmente, pois essas noções estão intrínsecas em sua musicalidade que aqui é compreendida no seu sentido ampliado, não apenas como elemento sonoro, mas também, no saber fazer de instrumentos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A Miséria do Mundo**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- COUDREAU, O. **Voyage a La Mapuerá – 21 de ‘Avril 1901-24 Décembre 1901**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1903.
- COUDREAU, O. **Voyage au Cuminá – 20 de Avril 1900-7 Septembre 1900**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1901.
- FARIAS, Marcos Alan Costa Farias. O Grupo Cultural Encanto do Quilombo: um recorte a partir de aspectos sócio-histórico-cultural. In: **Zona de Impacto**. Ano 19, Volume 2 – julho/dezembro, 2017.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Os Quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade** /Eliane Cantarino O'Dwyer, organizadora. —Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- SALLES, Vicente. **Os mocambeiros e outros ensaios**. Belém: IAP:, 2013.
- SEEGER, Anthony. **Por que cantam os Kisêdjê – uma antropologia musical de um povo amazônico**. Tradução: Guilherme Werlang. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

“Coleta ali, guarda aqui”: O sistema dos objetos através dos Museus Domésticos

Murana Arenillas Oliveira¹

Tatiana de Lima Pedrosa Santos²

RESUMO: A concepção do objeto, agente principal presente nas coleções, é o foco primordial para a compreensão histórica do processo de formação e composição dos conjuntos de coleções, pois o objeto em sua forma isolada, está presente na estrutura física e na organização dos elementos que compõe uma coleção. Os conjuntos de coleções no Amazonas, especificamente na região do médio Amazonas, Maués, se inicia a partir da configuração dos “Museus domésticos”, iniciativa de agrupar objetos em ambiente familiar, tal como ocorre no Museu de Arqueologia e História de Maués pertencente ao Sr. Barrô, coleção particular do senhor em questão que agrupou peças e fragmentos arqueológicos nas dependências de sua residência. A situação dos museus comunitários, informais, particulares e ou domésticos, constituem-se em detrimento da urgência de resguardar e preservar artefatos encontrados em grande quantidade na Amazônia. A partir da relação de identificação e afetividade do homem com os objetos nascem os museus domésticos, iniciativa e ação do homem em reunir e agrupar determinados objetos em seu domicílio de maneira informal e particular (SANTOS, 2017). Assim sendo, o chamado “Museu do Sr. Barrô” em exposição no intitulado Museu de Arqueologia e História de Maués, *a priori* configurado como museu doméstico, denominação que tomamos aqui para nomear os museus criados de maneira informal em espaço domiciliar, que com o passar do tempo foi institucionalizado e cadastrado no Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, é o objeto principal dessa pesquisa.

Palavras-chave: Museus domésticos; coleção; cultura material.

ABSTRACT: The conception of the object, main agent present in the collections, is the primordial focus for the historical understanding of the process of formation and composition of collections sets, since the object in its isolated form, is present in the physical structure and the organization of the elements that composes a collection. Collections in Amazonas, specifically in the region of the middle Amazonas, Maués, start from the configuration of "Domestic museums", an initiative to group objects in a family environment, as it happens in the Museum of Archeology and History of Maués belonging to Mr. Barrô, private collection of the gentleman in question that grouped pieces and archaeological fragments in the premises of his residence. The situation of community museums, informal, private or domestic, are detrimental to the urgency to protect and preserve artifacts found in large quantities in the Amazon. From the relationship of identification and affectivity of man with objects, domestic museums are born, initiative and action of the man to gather and group certain objects in his home in an informal and private way (SANTOS, 2017). Thus, the so-called "Museum of Mr. Barrô" on display in the Museum of Archeology and History of Maués, *a priori* configured as a domestic museum, denomination that we take here to name the museums created in an informal way in

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas- PPGICH/UEA, Graduada em Licenciatura em Artes Visuais e Bacharel em Geografia ambos pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Especialista em Docência no Ensino Superior – Centro Universitário Barão de Mauá – UNIMAUÁ. E-mail: murana.ufam@gmail.com.

² Professora Doutora da Universidade do Estado do Amazonas – Curso bacharelado em Arqueologia e Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/ Arqueóloga Responsável pelo Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza – Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas. E-mail: tatixpedrosa@yahoo.com.br

home space, which with the of time was institutionalized and registered in the Brazilian Institute of Museums-IBRAM, is the main object of this research.

Keywords: Domestic museums; collection; material culture.

INTRODUÇÃO

A coleção pertencente ao Museu de História e Arqueologia de Maués, o chamado “Museu do Sr. Barrô”, representa as manifestações do seu colecionador. O valor simbólico que as peças expostas possuem, refletem aos moradores da cidade a importância e a relação social que a mesma tem para a história de Maués-AM.

O ato de colecionar coisas e resguardar em lugares privados, deu início ao processo de formação do que chamamos aqui de “Museu doméstico”. A constituição de lugares informais que resguardam artefatos arqueológicas encontrados em grande quantidade na Amazônia se tornam cada vez mais comuns.

Dessa maneira, a partir do chamado “Museu do Sr. Barrô” referendado aqui como “Museu doméstico”, esta pesquisa prima pela contribuição acerca da presença da cultura material na Amazônia, por meio do conhecimento dos processos de formação dos museus informais.

MUSEUS DOMÉSTICOS: O CHAMADO MUSEU DO SR. BARRÔ

O processo de formação das coleções, inicia a partir do interesse do homem em agrupar coisas. Esse interesse segundo Boltanski (2014), é motivado pelo fascínio que esses objetos exercem e devem-se a uma espécie de aura que os rodeia e que lhes conferem algo excepcional.

A importância atribuída às coisas também atinge os lugares onde esses objetos estão agrupados, bem como as pessoas que os detém. Os processos de formação das coleções podem estar associados tanto ao desenvolvimento econômico que elas proporcionam, como também ao fenômeno do processo de patrimonialização e mercantilização.

A maneira como as coisas são valorizadas e apreciadas são atribuídas por diversos fatores. Porém, pode opor-se à eles os sistemas de coleções formados que nomeamos aqui como “Museus domésticos”, pois como ressalta Santos (2017), eles são responsáveis pela reposição de memórias dos lugares sociais que estão inseridos, podendo ainda transformar-se em agentes únicos no fortalecimento e na preservação das artes, ofícios tradicionais e dos artefatos arqueológicos encontrados.

A coleção Barrô em exposição no Museu de Arqueologia e História de Maués, pertencente ao Centro de Preservação, Conservação da Cultura-Arte e Ciências de Maués (CULTUAM), resguarda achados dos sítios arqueológicos encontrados na região. Esta coleção, que recebe o nome de seu criador e colecionador, nasceu a partir das experiências vivenciadas na infância que, de maneira aleatória e desconhecida, evidencia a relação do objeto material com o próprio colecionador.

Em conformidade com Boltanski (2010), Dohmann (2013) reitera que a sedução do objeto sobre a vida dos indivíduos, ganhou uma inevitável importância. O sentimento de posse e apreço dado à eles, atua como um mecanismo de relações sociais que espelha seu reflexo na própria sociedade. Assim, motivando a sensação de que existe “uma alma nas coisas” (*Ibidem*).

A busca de se identificar por meio dos objetos deu origem aos sistemas de coleções, que definido por Pomian (1997), como todo e qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais

mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, são submetidos a uma proteção especial, um local particular preparado para esta finalidade que esteja ao alcance do olhar de todos.

Agrupados em armários de curiosidades, salas de estar privada, museus de etnografia ou mesmo em museu de belas-artes, eles compõem, como ressalta Baudrillard (1968), os “sistemas de objetos”. Sistema que segundo Clifford (1994) cria um mundo de valor responsável por manter à disposição em circulação os objetos responsáveis pela formação das “boas” coleções³.

No que tange a concepção de museus de acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, são considerados museus:

“[...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (BRASIL, 2009).

Em contrapartida, as coleções reunidas nos “museus domésticos”, denominadas desse modo por dispor em dependências domiciliares os artefatos em exposição, além de compreender de maneira informal o que rege o estatuto de museus, reúnem juntamente à ele um valor simbólico relacionado com o lugar social onde fora criado.

Em detrimento do valor simbólico contido nos museus domésticos, o “Museu do Sr. Barrô”, permitem que, aos 58 anos de idade, o mesmo destine o espaço da sua residência à exposição de mais de 300 peças (divididas entre fragmentos e peças inteiras) de cerâmica arqueológicas. Hoje, o Museu de Arqueologia e História de Maués resguarda, tanto o sentimento e a memória do seu colecionador, quanto a história e a salvaguarda da cidade de Maués.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os museus domésticos comumente encontrados nas regiões do interior do Amazonas, podem vir a ser uma alternativa para lugares que não dispõem de iniciativas culturais e salvaguarda dos bens materiais dessas localidades.

Dessa maneira, iniciativas como do Sr. Barrô em fundar um ponto por ele chamado de Centro de Conservação da Cultura de Maués que abriga nesse espaço o Museu em questão, pode despertar nos moradores e nas autoridades locais o sentimento de pertença e reconhecimento a partir da afirmação de identidade por meio da cultura material arqueológica do lugar.

REFERÊNCIAS

BRAUDILLARD, J. **El sistemas de los objetos**. Buenos Aires, Argentina: siglo xxi editores, s.a. de c.v., 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Estatuto dos museus. 2009

³ No sentido de acumulação individualista de selecionar, ordenar, classificar em hierarquias. (CLIFFORD, 1994).

BOAS, F. Antropologia cultural. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

BOLTANSKI, L. **La collection**, une forme neuve du capitalisme la mise en valeur économique du passé et ses effets. In: Les temps modernes: Brésil 2013 L'année qui ne s'achève pas. 69e Année avril-juin 2014, n.678. p.5-72

CLIFFORD, J. **Colecionando arte e cultura**. In: Revista do Patrimônio. Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, n. 23, 1994.

DOHMANN, Marcus. et al. **A Experiência Material: A Cultura do Objeto**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

SANTOS, T. **Templos de Memória: Patrimônio, Arqueologia e identidade na informalidade de museus comunitários Amazônicos**. In: XXIX Simpósio Nacional de História (SNH), 29., 2017, Brasília. **Anais...** Distrito Federal: UNB, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488813314_ARQUIVO_Partindodereflexoesemcimateconceitoschavestaiscomoculturamaterial.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

POMIAN, K. **Colecção**. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Memória – história. Edição Portuguesa, vol. 1. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1997. p. 51-86.

REDES SOCIAIS: BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DAS TÉCNICAS DE ANÁLISE

Pedro Henrique Mariosa (UFAM)

Murana Arenillas Oliveira (UEA)

David Franklin da Silva Guimarães (UFAM)

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão (UFAM)

Tatiana de Lima Pedrosa (PPGICH-UEA)

RESUMO: A rede social representa os relacionamentos interpessoais de um conjunto ou grupo de pessoas, ou organizações, interconectadas por fluxos de informações, trabalhos ou outros laços sociais (POUDEL et al., 2015). A análise de redes sociais como campo de estudo ainda é incipiente no Brasil, mas seu uso na academia já demonstra eficácia em auxiliar a tomada de decisões dentro da dinâmica entre Estado e sociedade (MARQUES, 2006). Dentre as características da análise de redes sociais temos: I - a intuição como fator significativo para explicar as ligações entre atores sociais; II - instrumentos de coleta e análise de dados sobre os atores e suas relações; III - análise gráfica para revelar padrões entre os atores e suas relações; e IV - modelos matemáticos e (ou) computacionais para descrever estes padrões (FREEMAN, 2004). Neste contexto, o objetivo deste estudo é traçar um breve histórico da construção e descrever as características das técnicas de análise de redes sociais, por meio de revisão bibliográfica de autores chave como: Milgram (1967), Freeman (1997; 2004; 2011) Watts & Strogatz (1998), Everett & Borgatti (2000), Christakis & Fowler (2010), Latour (2012). Dentre os resultados, cabe destacar a origem interdisciplinar da análise de redes e a evolução das ferramentas que auxiliam a interpretação do social.

Palavras-Chave: Atores sociais; Análise de Grafos; *Actor-Network Theory*; Teoria Ator-Rede.

INTRODUÇÃO

A rede social representa os relacionamentos interpessoais de um conjunto ou grupo de pessoas, ou organizações, interconectadas por fluxos de informações, trabalhos ou outros laços sociais (POUDEL et al., 2015). A análise de redes sociais como campo de estudo ainda é incipiente no Brasil, mas seu uso na academia já demonstra eficácia em auxiliar a tomada de decisões dentro da dinâmica entre Estado e sociedade (MARQUES, 2006).

Há divergências quanto à conceituação de “redes sociais” e “grupo social” serem sinônimos ou significarem termos diferentes, sendo que embora “uma rede, como um grupo, seja uma coleção de pessoas, esta (rede) inclui algo mais: um conjunto específico de conexões entre as pessoas no grupo” (CHRISTAKIS & FOWLER, 2010).

Nesta pesquisa os termos redes sociais e grupos sociais serão usados como sinônimos acatando a concepção de Alexandre (2002), que parte de conceitos da psicologia social, onde um grupo social pode ser definido como um conjunto de pessoas num processo de relação organizada, implicando em uma rede de relações, onde o poder exercido por um líder ou um subgrupo determina ou influencia o grau de participação dos demais atores sociais.

Sobre a solidariedade, os conflitos e o processo de participação e de desenvolvimento de um grupo social, o autor ainda ressalta que:

“O sentimento de solidariedade pode estabelecer-se como um importante fator de manutenção do grupo, e podem surgir conflitos com relação a valores (cumprir ou não a tarefa), a normas (quem não cumpre uma tarefa deve ser punido) e a outros aspectos da vida grupal. Esses conflitos originam-se do confronto permanente entre a diversidade de ponto de vista presentes no grupo. O conflito não leva, necessariamente, à dissolução do grupo e pode caracterizar-se como um estágio de seu crescimento. O processo de

desenvolvimento do grupo proporciona a seus integrantes condição de evolução e crescimento pessoal. Participar de um grupo significa partilhar representações, crenças, informações, pontos de vista, emoções, aprender a desempenhar papéis de filho, estudante, profissional.” (ALEXANDRE, 2002, p.212)

Os autores Christakis & Fowler (2010) traçam uma definição mais simplificada de redes sociais que, independente de influências, parte de dois elementos fundamentais para sua caracterização: os seres humanos e as conexões entre eles.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é traçar um breve histórico da construção e as características das técnicas de análise de redes sociais, por meio de revisão bibliográfica de autores chave como: Milgram (1967), Freeman (1997; 2004; 2011) Watts & Strogatz (1998), Everett & Borgatti (2000), Christakis & Fowler (2010), Latour (2012). Poderíamos ter utilizado como base o renomado pesquisador John Scott e seu livro, “*Social Network Analysis*”, que possui um livro com aproximadamente 12 mil citações desde 1991 e que lança no ano de 2017 atualizações em sua 4ª edição, porém, como o livro possui um enfoque mais didático do que propriamente voltado ao desenvolvimento de teorias e tecnologias, as observações feitas de Linton C. Freeman foram adotadas como base desta pesquisa, uma vez que este além de realizar o levantamento histórico, é o sujeito responsável pela edificação deste tipo de Análise.

DÁ ORIGEM NA ACADEMIA ÀS TECNOLOGIAS DE ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E SUAS TEORIAS

Para Freeman (2011) existem estudos do século XIII que mostram alguns indícios sobre as redes sociais, mas que se efetiva com o que o autor chama de campo moderno das redes sociais na década de 30 em três concepções diferentes, com destaque para a sociometria de Moreno & Jennings (1932). As três concepções foram importantes no aporte teórico das redes sociais, mas nenhuma delas forneceu um padrão estrutural para que fosse amplamente aceita por todos os ramos das ciências sociais. Freeman (2004) apresenta em seu artigo uma tabela (TABELA 1) com alguns dos principais grupos de pesquisa sobre redes sociais que surgiram nos Estados Unidos e na Europa entre as décadas de 30 e 70, nos mais diversos campos das ciências sociais.

Tabela 1 – Grupos de Pesquisa sobre Análise de Redes Sociais que emergiram entre as décadas de 30 e 70.

Universidade	País	Pesquisadores Responsáveis	Campo
Michigan State	EUA	Charles P. Loomis; Leo Katz	Sociologia Rural
Sorbonne	França	Claude Lévi-Strauss; André Weil	Linguística
Lund	Suécia	Thorsten Hägerstrand	Geografia
Chicago	EUA	Nicolas Rashevsky	Biologia Matemática
Columbia	EUA	Paul Lazarsfeld; Robert Merton	Sociologia
Iowa State	EUA	Everett Rogers	Comunicação
Manchester	Inglaterra	Max Gluckman	Sociologia
MIT	EUA	Ithiel de Sola Pool; Manfred Kochen	Ciência Política
Syracuse	EUA	Linton C. Freeman; Morris H. Sunshine	Poder Comunitário
Sorbonne	França	Claude Flament	Psicologia
Michigan	EUA	Edward Laumann	Sociologia
Chicago	EUA	Peter Blau; James A. Davis	Sociologia
Amsterdam	Holanda	Robert Mokken;	Sociologia

Traduzido e Adaptado de Freeman (2011), por Pedro Henrique Mariosa neste trabalho.

Muitos pesquisadores dentro destas ciências não foram incluídos por Freeman (2011), pois este procurou abordar estudos que aconteceram em locais diferentes, por ciências diferentes, contemporâneos, e que pouco aproveitaram os estudos prévios existentes sobre

Análise de Redes Sociais. Cabe ressaltar um pesquisador da década de 1950 que não foi citado por Freeman, chamado Ludwig von Bertalanffy, biólogo alemão que, segundo Chiavenato (2014), é responsável pelo o desenvolvimento da Teoria Geral dos Sistemas (TGS).

Outra característica abordada por Freeman para ser contemplado em sua listagem foi a inclusão de uma das quatro características principais da Análise de Redes Sociais em seus estudos: A primeira envolve a intuição como fator significativo para explicar as ligações entre atores sociais; a segunda toma como base nos instrumentos de coleta e análise de dados sobre os atores e suas relações; a terceira característica baseia-se na análise gráfica para revelar padrões entre estes links; e a quarta e última característica desenvolve modelos matemáticos e (ou) computacionais para descrever estes padrões (FREEMAN 2004).

Um significativo artigo intitulado a "*Collective dynamics of 'small-world' networks*", de autoria de Duncan Watts e Stevan H. Strogatz em 1998, publicado na revista Nature, trata sobre a concretização do fenômeno do "mundo pequeno", que Stanley Milgram (1967) disserta em seu artigo "*The Small-World Problem*" sobre a suspeita de que se o mundo fosse enxergado como uma rede com base em relações sociais ele tenderia a ser pequeno. Em um universo de 200 milhões de pessoas, "através de quantos pontos intermediários passaríamos antes que os pontos escolhidos possam ser conectados pelo caminho mais curto possível?" (MILGRAM, 1967). O método de Milgram consistia no envio de centenas de cartas em busca de um alvo em específico, e a conclusão de seu estudo empírico é uma média de cinco intermediários, ou seja, com seis graus de relações se tem o caminho mais curto entre duas pessoas aleatoriamente.

Watts & Strogatz (1998) aprimoram os estudos acerca do fenômeno do mundo pequeno não só em relações entre seres humanos, mas também em redes que se comportam com a mesma natureza de "mundo pequeno", como a rede elétrica dos Estados Unidos e a rede de colaboração entre atores de filmes. As duas características básicas para determinar se uma rede é do tipo "mundo pequeno" são: primeiro, baixa extensão média de caminho e alta transitividade (conceito melhor trabalhado adiante). Collins & Chow (1998) pontuam os estudos do mundo pequeno de Watts & Strogatz como uma importante contribuição para a confiabilidade de uma rede de informações, sendo capaz de otimização do fluxo de informações com apenas um rearranjo nas ligações entre os "nós".

É importante ressaltar que Milgram (1967) alerta para a perspectiva que damos para o fenômeno do "mundo pequeno", pois pensar em cinco intermediários ou seis graus de relação é uma distância aparentemente pequena, por considerarmos "cinco" como uma quantidade pequena e controlável. A realidade é que a distância psicológica entre dois pontos aleatórios dentro do fenômeno do "mundo pequeno" é enorme e a perspectiva mais adequada é a de "cinco círculos de conhecidos diferentes" ou "cinco estruturas separadas" de distância (MILGRAM, p.67, 1967).

Um ano depois de Watts & Strogatz, Albert-László Barabási e Réka Albert, no artigo "*Emergence of Scaling in Random Networks*" publicado na Science, em outubro de 1999, avançam os estudos sobre as propriedades das redes complexas. Estas sendo designadas por redes com um número grande de "nós" (que podem ter naturezas diferentes) e de interação entre estes "nós", como redes genéticas e a rede mundial de computadores. Existem duas contribuições de grande valia provindas do trabalho de Barabási e Albert: a primeira é que as redes complexas se expandem continuamente pela adição de novos "nós"; a segunda é que novos "nós" conectam-se preferencialmente (e não exclusivamente) a grupos de "nós" que já estejam bem conectados, ou seja, todos os "nós" da rede não possuem a mesma probabilidade de ter o mesmo número de ligações, sendo que um conjunto de "nós" altamente conectados (centralidades) possuem a probabilidade maior de atrair novas conexões do que outros conjuntos de nós com poucas ligações (periferias). Estas duas características permitem a compreensão do comportamento destas redes complexas (que no caso os autores chamam de redes de livre escala), sendo estas regidas por fenômenos de auto-organização que vão além das particularidades das redes individuais.

Estudos posteriores foram bem sucedidos ao entender a relação das conexões que ligam grupos distintos de atores, as chamadas conexões ponte. (FREEMAN, 2011). No caso específico de redes sociais cada "rede de seres humanos tem um tipo de vida próprio"

(CHRISTAKIS & FOWLER, 2010) e é única e não pode ser prospectada observando, como na ciência natural, estritamente padrões estabelecidos em outras realidades sociais.

Análises de redes sociais utilizando algoritmos computacionais para a identificação da formação de grupo tornam-se o foco de alguns acadêmicos, como por exemplo, a concepção da análise de *clusters*, análise de correspondência, análise de componentes principais, agrupamento hierárquico e algoritmo genético.

Programas computacionais nas análises de redes sociais, provenientes de algoritmos sofisticados desenvolvidos por pesquisadores conceituados, geram alguns tipos de gráficos que facilitam a análise de redes sociais provenientes destes grupos de pesquisa e serão utilizados neste estudo, como por exemplo, a análise de correspondência, análise de cluster e o *netdraw*, por meio de programas computacionais como o PAST e o UCINET.

Foram descobertos quatro tipos de posicionamentos: o primeiro relativo às posições em grupos, proposta por Davis, Gardner e Gardner (1941) e aprofundado por Everett & Borgatti (2000), que consistiam na divisão entre núcleo e periferia; o segundo sobre a equivalência estrutural dos indivíduos, proposto por Lorrain e White (1971); o terceiro sobre as posições dos atores sociais em estruturas hierárquicas (FREEMAN 1997); a quarta sobre a centralidade estrutural dos nós nas redes.

O posicionamento de centralidade estrutural merece destaque para este estudo e consiste em explicar as diferenças morais e de desempenho dos atores sociais por meio da distância de cada nó em relação aos demais “nós” da rede social.

O aprofundamento conceitual sobre o posicionamento parece, em primeiro momento, um pouco demasiado para estudar uma rede contendo, em princípio, pouco mais de vinte atores sociais. Nesta perspectiva, que o trabalho de Christakis & Fowler (2010) traz contribuições para elucidar não só como o grupo social influencia no ator social, mas que ambos devem estar sinergicamente ligados, por meio do estudo dos laços que os ligam, uma vez que ao “vincular o estudo de indivíduos ao estudo de grupos, a ciência das redes sociais pode explicar muito sobre a experiência humana” (CHRISTAKIS & FOWLER, 2010).

Estes autores ainda tentam responder questões do tipo: Como um todo se torna maior que as partes? Qual a configuração de um grupo de pessoas que as torne capazes de fazer mais coisas, ou coisas diferentes do que indivíduos desempenhando papéis individuais?

Para responder estas e outras perguntas, a importância dos laços que existem entre os atores sociais dentro de uma rede são exaltados. Existem diversos tipos de laços e identifica-los é parte do processo para a análise da estrutura e da função de uma rede social. Um dos fatores essenciais destes laços é a natureza destas conexões, que podem ser: efêmeras ou por toda uma vida; casuais ou intensas; pessoais ou anônimas. Outro fator que também é parte deste processo é o contágio, ou de forma simplificada, daquilo que flui pela rede (como informações, mercadorias, dinheiro, sementes, etc.), que dependendo de sua característica possui suas próprias regras de fluxo.

Em relação aos atores sociais e suas conexões, organizados em um subgrupo dentro de uma rede, eles podem apresentar dois tipos de configuração: de alta transitividade, que são atores sociais com mais contatos dentro de um mesmo grupo; e de baixa transitividade, que são atores sociais com contatos em grupos diferentes. A transitividade são as conexões internas que existem entre os atores sociais e são capazes de afetar o comportamento dos atores e da rede social como um todo, bem como atrair novos atores para a rede, como no exemplo citado no livro, um casal com um filho que esteja casado, são um subgrupo de alta transitividade por estarem conectados entre si, mas quando há um divórcio, o filho passa a ser esta “ponte” de informações entre os outros dois atores sociais, o que ocasiona dentre outras coisas, dificuldade na coordenação de ações em prol da educação do filho, se caracterizando por um subgrupo de baixa transitividade. A quantidade de atores e de conexões entre si definem as centralidades e periferias de uma rede. As posições dos atores e suas relações na rede formam estruturas relacionais que dificultam certas escolhas, permitem acesso diferenciados a bens e poder, propiciam a ocorrência ou não de conflitos e influenciam fortemente a formulação e a implementação de políticas públicas (MARQUES, 2006).

Sobre os fixos e os fluxos, de acordo com Christakis & Fowler (2010):

- a) Sobre os fixos: olhar além das díades (relações entre dois atores sociais), sendo imprescindível ter informações e observar a rede inteira e ao mesmo tempo.
- b) Sobre os fluxos: ter informações sobre os laços e as pessoas às quais elas se conectam em mais de um ponto no tempo, promovendo uma compreensão dinâmica da rede.

Outra contribuição conceitual em relação à influência das estruturas e funcionalidades da rede, por Christakis & Fowler (2010), consiste na Regra dos Três Graus. A Regra dos Três Graus indica que todas as ações iniciadas por algum ator social tende a impactar em até três graus de relação da rede, que após o terceiro grau de relação à probabilidade de ser influenciado ou influenciar é quase nula.

A Teoria Ator-Rede ou ANT (Actor-Network Theory) surge, no intuito de desenvolver uma nova teoria social mais apropriada aos estudos de ciência e tecnologia, em três documentos do final dos anos oitenta. Segundo Christakis & Fowler (2010) um destes foi publicado por Bruno Latour outros dois pelos autores Michel Callon e Joun Law, que começam uma busca por agregar os "não humanos" compatíveis socialmente. Ao incorporar a ANT como um auxílio para entender a rede que sustenta os empreendimentos, os laços que conectam estes empreendimentos não são tratados como situação de causa-efeito, compreendendo que estes laços heterogêneos estão em constante movimento e a explicação mora na compreensão desta dinâmica. A questão do social nos empreendimentos inicia-se a partir do momento em que os laços que estão conectados começam a se desfazer, onde este social revela-se ao demonstrar movimentos de reassociação, movimentos estes que podem ser suspensos (quando é agregado a atores sociais já aceitos) ou retomados (quando agrega-se a entidades não sociais que posteriormente tornam-se atores sociais). Se bem rastreado esse desagregar e reagregar torna possível definir se esta dinâmica representa, ou não, uma visão de mundo comum, coletivo (LATOUR, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito acadêmico a Análise de Redes Sociais possui uma origem inter, e porque não, transdisciplinar. Além disso, são desenvolvidas e aprimoradas por diferentes escolas de pensamento e incorporam desde conceitos antropológicos até algoritmos matemáticos e computacionais, desenvolvem teorias e passam a subsidiar estudos sobre agentes e instituições sociais e as conexões entre elas. No Brasil, os estudos que utilizam a ferramentas de Análise de Redes Sociais ainda são incipientes, mas demonstram ser um campo de relevante interesse a ser explorado, um exemplo disso é o trabalho desenvolvido por Martins (2016).

Por fim, a pluralidade de usos da Análise de Redes Sociais concede a possibilidade transpassar a ideia de explicar o social e permite compreender o social entre suas ligações e "nós", por meio de suas associações e reassociações, suspensões e retomadas, graus de relações, periferias e centralidades.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. *Breve descrição sobre processos grupais*. Comum - Rio de Janeiro. Vol. 07, No. 19, p.209-219. 2002.

BARABÁSI, A.; ALBERT, R. *Emergence of Scaling in Random Networks*. Science. Vol. 286. P.509-511. 1999.

BORGATTI, S.P.; EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Analytic Technologies, Harvard, MA, USA. 2002.

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 9ª Edição. Editora Manole. Barueri – SP, p.65-72, 2014.

- CHRISTAKIS, N. A. & FOWLER, J. **O poder das conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- COLLINS, J. J. & CHOW, C. C. *It's a small world.* Nature. 393 (6684). p.409–410. 1998.
- DAVIS A.; GARDNER, B. B. & GARDNER, M. R. *Deep South: a social anthropological study of caste and class.* The University of Chicago Press, Chicago, 1941.
- EVERETT, M.; BORGATTI, S. R. *Peripheries of cohesive subsets.* *Social Networks.* Vol. 21, No. 4, p.397-407, 2000.
- FREEMAN, L. C. *The development of social network analysis: a study in the sociology of science.* Empirical Press, Vancouver, B. C., 2004.
- FREEMAN, L. C. *The Development of Social Network Analysis - with an Emphasis on Recent Events.* In The SAGE Handbook of Social Network Analysis. J. Scott and P. J. Carrington (eds.) London: SAGE Publications, 2011.
- FREEMAN, L. C. *Uncovering organizational hierarchies.* Computational and Mathematical Organization Theory, Vol. 3, p.5-18, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.
- LORRAIN, F. P. WHITE, H. C. *Structural equivalence of individuals in social networks.* Journal of Mathematical Sociology, Vol 1, p.49-80, 1971.
- MARQUES, E. C. **Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 21, No. 60, p. 15-41, 2006.
- MARTINS, A. L. U. **Conservação da agrobiodiversidade: Saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 213pg. 2016.
- MILGRAM, S. *The Small-World Problem.* Psychology Today, Vol. 1, No 1. p. 61-67, 1967.
- POUDEL, D. et al. *An Analysis of Social Seed Network and Its Contribution to On-Farm Conservation of Crop Genetic Diversity in Nepal.* International Journal of Biodiversity, Article ID 312621, 13 pages ISSN: 2314-4149. 2015.
- WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. *Collective dynamics of 'small-world' networks.* Nature. Vol 393 (6684). p.440–442. 1998.

Redes colaborativas e processos criativos na produção e circulação de filmes alternativos no Amazonas¹

Rafael de Figueiredo Lopes²

Resumo: Discute-se sobre produção audiovisual alternativa na contemporaneidade. O objetivo é apresentar práticas colaborativas de criações fílmicas no interior do Amazonas. O trabalho expõe a ideia das cartografias cinematográficas contra hegemônicas, contrastantes aos produtos midiáticos da indústria cultural, dando ênfase ao trabalho desenvolvido pela Associação Fogo Consumidor Filmes, do município de Tefé (AM). Assim, traz à tona ideias e experiências criativas que geralmente são invisibilizadas.

Palavras-chave: produção audiovisual; processos socioculturais; cinema em Tefé.

Introdução

O trabalho propõe uma discussão sobre redes colaborativas e processos de produção e circulação de filmes alternativos realizados no Amazonas, a partir da contextualização de produções audiovisuais na contemporaneidade, refletindo que o cinema apresenta outras formas de expressão além dos modelos industriais e comerciais. Denninson (2013), aposta na emergência de novas cartografias do cinema mundial, desconstruindo o padrão *Hollywood*. A autora defende uma visão inclusiva, apontando que o contexto das tecnologias digitais estimula novas redes de produção e circulação.

O objetivo é refletir sobre a marginalização de determinados contextos de produção, evidenciando a criação audiovisual de ficção no interior do Amazonas e os processos socioculturais envolvidos no chamado cinema de bordas, que segundo Lyra (2009), trata-se de um tipo de produção feita por sujeitos autodidatas com recursos técnicos precários, com baixíssimo orçamento, colagem de gêneros e temáticas dramáticas marcadas pelo pastiche. Segundo a autora, os realizadores são movidos basicamente pela satisfação pessoal e o prazer de socializar. Resultam de um processo marcado por influências midiáticas diversas, aliado a disponibilidade de determinados meios de produção (ou seja, condições técnicas e artísticas improvisadas), apresentando reelaborações do cinema tradicional para práticas e representações do cotidiano ao qual se inserem.

Spivak (2010) considera que o que está nas bordas ou margens como o centro silencioso ou silenciado pelas opressões e assimetrias (sociais, culturais, ideológicas, políticas e econômicas) impostas por elites imperialistas dos centros hegemônicos. A autora também alerta sobre o risco das abordagens intelectuais propagarem a manutenção de sujeitos subalternos, ao considerá-los apenas como objetos para validação de estudos científicos, sem dar a eles o devido protagonismo no lugar de fala e representação.

Diante disso, como estratégia metodológica, converge-se para o exemplo do cinema contra hegemônico produzido no município de Tefé, no Amazonas. Embasa-se em entrevista com o cineasta tefeense Orange Cavalcante, publicada no Blog do MIMO, do Grupo de

¹ Trabalho apresentado no I Simpósio de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, integrando as pesquisas da Linha 1: Capital imaterial: produção e circulação de saberes.

² Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), mestre em Ciências da Comunicação (UFAM), especialista em Jornalismo Digital e bacharel em Comunicação Social (UFRR). E-mail: rafaflopes@bol.com.br.

Pesquisa Mídia Moda e Linguagens (UFAM/CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). As falas do artista (CAVALCANTE, 2017) expõem características acerca dos processos de criação e das relações socioculturais da produção audiovisual em Tefé.

O Audiovisual contemporâneo no Amazonas

A produção audiovisual amazonense começa a evidenciar potencialidades ao transcender abordagens espetacularizadas. O ritmo de produção ainda não tem a regularidade de outras cinematografias regionais brasileiras como a produção pernambucana ou gaúcha, diante de fatores econômicos e políticas públicas. Mas, os realizadores locais buscam novas estratégias para impulsionar a produção de filmes de ficção, documentários, experimentais e de animação.

O Amazonas também foi o estado que mais aprovou projetos no último edital do Proday, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro, da Ancine, para a produção de filmes e séries para TVs públicas. Em 2016, a II Mostra do Cinema Amazonense confirmou a diversidade criativa que permeia os novos realizadores, exibindo 25 filmes de diferentes gêneros e formatos. Realizadores como Sérgio Andrade e Aldemar Matias vem se destacando com produções exibidas em festivais internacionais. Outra tendência da produção audiovisual em Manaus são os coletivos artísticos, como o Artupre e o Difusão, que integram artistas de diferentes vertentes e tornam-se laboratórios para experimentações, colocando em prática ações culturais colaborativas.

Entretanto, pouca atenção vem sendo dada para os produtores que estão fora do circuito dos festivais e dos meios acadêmicos. Os filmes do Rambú do São Jorge, possivelmente, sejam os exemplos mais emblemáticos da filmografia amadora amazonense e destacam-se entre as produções brasileiras nesse segmento. No interior do Amazonas também há uma emergência de realizadores audiovisuais amadores. Francisco das Chagas, em Careiro Castanho, produziu em colaboração com amigos dois longas metragens desde 2015, voltados a questões ambientais. Em Parintins há um grupo experimental ligado ao curso de Comunicação Social da UFAM, realizando filmes mais voltados aos dramas familiares. Em Itacoatiara, São Gabriel da Cachoeira e Benjamin Constant também há grupos dedicados à produção audiovisual em ficção e documentário.

O cinema contra hegemônico de Tefé

As iniciativas da Associação Fogo Consumidor Filmes, no município de Tefé, no Amazonas, demonstram que é possível fazer filmes no interior da Amazônia, sem nenhum orçamento e ainda ganhar o reconhecimento fora das fronteiras brasileiras. O coordenador do grupo, Orange Cavalcante, é um tefeense de 37 anos, que, por meio de uma bolsa de estudos, graduou-se em cinema na Argentina e depois regressou à Tefé para desenvolver voluntariamente o Projeto Social “Cinema e Identidade”, voltado a oficinas de produção de filmes com o envolvimento da comunidade local. Desde 2010 já foram produzidos 21 títulos, entre longas-metragens e curtas de ficção e documentário.

Os filmes são lançados em eventos públicos, na praça central da cidade, exibidos em um telão por meio de retroprojektor. Posteriormente, passam a circular em sessões organizadas em associações comunitárias e em escolas. Depois são disponibilizados no canal do grupo no YouTube. Conforme Cavalcante (2017) objetivo da Associação é utilizar o cinema como uma possibilidade de inclusão social e resgate da autoestima, estimulando a capacidade criativa e o pensamento crítico.

A Associação não tem patrocínio e os filmes são realizados com o chamado “orçamento zero” e dependem da colaboração mútua entre os integrantes. Antes da produção dos filmes são realizadas oficinas de capacitação, em parceria com escolas públicas que cedem o espaço para as aulas, concebidas para instigar a percepção artística para novos olhares cinematográficos, além da técnica para a operação dos equipamentos e da preparação do elenco para atuar. Conforme Cavalcante (2007), “dentro dessas oficinas os participantes recebem uma base teórica/prática sobre linguagem audiovisual e geralmente no final de cada curso, como conclusão, cada grupo realiza um trabalho prático”.

Cavalcante (2017) também destaca que é durante as oficinas que cada um dos participantes vai se identificando com as diferentes funções da produção audiovisual e passam a exercitar suas habilidades, sejam elas na equipe de produção, na operação de câmera, no figurino, na maquiagem, na direção de arte, edição etc. As ideias para temáticas a serem abordadas nos filmes e os roteiros também são colaborativos e surgem das improvisações durante os exercícios nas oficinas, procurando abordar aspectos da cultura local e questionamentos provenientes do cotidiano dos participantes. Entre os gêneros cinematográficos o terror é o preferido. Para fazer os efeitos especiais usam truques simples, alguns com soluções bem regionais. Segundo Cavalcante (2017), “nos filmes de terror produzimos sangue com limão, açaí e urucum, os figurinos são dos próprios participantes, temos uma câmera e um microfone, e gravamos durante o dia para não ter problema com iluminação”.

A Associação ainda é pouco conhecida no estado, até mesmo pelos cineastas da capital e produtores regionais. Até então, obteve espaço em apenas uma mostra de filmes amazonenses realizada em Manaus, em 2016. Entretanto, muitos de seus trabalhos já foram selecionados e até premiados em festivais de cinema alternativo na Argentina, Porto Rico, Venezuela, Chile e Espanha. Mas, conforme o coordenador do grupo o objetivo do projeto não é atingir a fama e nem o sucesso financeiro, mas ser um constante exercício para a formação humanística e sociocultural.

Esse trabalho está além das leis do mercado porque não se procura lucro. O objetivo principal é formação e construção de conhecimento do ser humano. Geralmente, temos um imaginário deturpado das histórias, mitos, relatos e até mesmo da realidade das pessoas que moram no interior. Muitas vezes, essa forma de pensamento é resultado dos meios massivos de comunicação, de estereótipos construídos por realizadores que vem de outros lugares. Então, isso gera vários tipos de preconceitos a respeito da vida das pessoas que moram no interior. Através do projeto ‘Cinema e Identidade’, essas pessoas tem a oportunidade de construir seus próprios relatos sem a interferência de terceiros. Os próprios moradores passam a ser produtores desses trabalhos, passam a ser os protagonistas de suas histórias, passam a ter vozes próprias e isso rompe esses preconceitos por parte da sociedade com relação a população do interior (CAVALCANTE, 2017).

Considerações finais

A produção audiovisual alternativa, seja ela estabelecida enquanto cinema amador, cinema político, cinema de arte e etc., precisa ser compreendida como expressão de resistência e ruptura frente ao sistema hegemônico. E, assim, abrir ou ocupar espaços na cena artística e cultural das sociedades, valorizando inovações criativas e os novos arranjos de produção, distribuição e exibição. A tecnologia digital modificou os processos de produção audiovisual, impactando na formação de cineastas, nas dinâmicas de produção, na linguagem, na estética, nas alternativas de circulação e na exibição. O caso de Tefé, por exemplo, é a prova de que é possível fazer filmes com outra lógica de produção e outros nexos de sentidos e significações, configurado por uma rede de relações colaborativas. Seus processos criativos e socioculturais

subvertem com arte o estigma da marginalidade, fazendo circular outras narrativas e outras estéticas. Expressando diferentes formas de pensar, agir, e ser no mundo.

Referências

CAVALCANTE, Orange. **A força audiovisual do interior**. Entrevista concedida ao Blog do MIMO (Grupo de Pesquisa em Mídia Moda e Linguagens - UFAM/CNPq), publicada na coluna Linguagens e Expressões. Manaus: mimoufam.wordpress.com, 03 mai. 2017. Disponível em: <<https://mimoufam.wordpress.com/2017/05/03/linguagens-e-expressoes-2/>> Acesso em 19 jul. 2017.

DENNINSON, Stephanie. **As novas cartografias do cinema**. São Paulo: Papirus, 2013.

LYRA, Bernadette. **Cinema Periférico de Bordas**. In: Revista Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, 2009, vol. 6 n. 15, pp. 31-47.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A INTERDISCIPLINARIDADE E A RELAÇÃO DE PESQUISA NO QUILOMBO DO BARRANCO DE SÃO BENEDITO EM MANAUS

Vinícius Alves da Rosa¹

Lúcia Maria Barbosa Lira²

Resumo: Este artigo é uma reflexão acerca da Interdisciplinaridade e a relação de pesquisa no quilombo do Barranco de São Benedito em Manaus. Objetiva também descrever a importância histórica e antropológica da celebração da Festa de São Benedito na comunidade quilombola. O festejo é organizado pelos agentes sociais, e descendentes de negros do Estado do Maranhão. Ressalta-se que os primeiros negros maranhenses da Comunidade Quilombola migraram para Manaus no final do século XIX. A festividade em honra ao santo negro tem um grande significado para os devotos, por ser o santo o elemento aglutinador da comunidade, pela representação social evidenciada principalmente pela cor da pele na qual os quilombolas se identificam. A comunidade quilombola está situada em um lugar que lhe permite ocupar a estrutura do espaço físico existente, e desenvolver do ponto de vista relacional interações constituídas coletivamente através de processos organizativos os quais se manifestam na estrutura do espaço social. A pesquisa foi realizada in loco através da observação participante, com a realização de algumas entrevistas, conversas informais, que culminou na elaboração deste trabalho. O território onde vivem os agentes sociais foi certificado em 2014, pela Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura do Governo Federal. No local convivem 25 famílias com laços de parentesco e de afinidades, os quais celebram São Benedito há 127 anos. Os mesmos também estão engajados na promoção social, cultural e estrutural do negro na sociedade manauara, evidenciando a simbologia, o ritual, a crença, e a cultura da religiosidade desta comunidade, com o levantamento do mastro, as novenas, a procissão, a missa realizada no Santuário Nossa Senhora de Fátima, e o ápice do encerramento da festa, que é a derrubada do mastro, conclui-se que estas práticas correspondem aos aspectos da afirmação étnica dos descendentes de negros maranhenses.

Palavras- Chave: Quilombo do Barranco, Comunidade, São Benedito

I - A Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas

A Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas possibilita uma melhor compreensão do mundo pela complexidade das relações sociais, pois como sabemos as ciências humanas compõem uma grande área de conhecimentos, sendo natural que cada uma possua a sua especificidade e independência, entretanto, a atitude interdisciplinar busca superar a fragmentação dos saberes.

Ivani Fazenda (2001), ao falar em Interdisciplinaridade considera “uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema de conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do ser humano”. E ainda vai além, ao afirmar que o diálogo é a “única condição de possibilidade da interdisciplinaridade”.

O fazer científico e a produção de conhecimento no contexto das ciências humanas exige uma permanente discussão na perspectiva interdisciplinar, visto que, realizar pesquisa por

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – (PPGICH)-UEA
viniciusalves1@hotmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM

esse viés implica em um desapego das áreas disciplinares, e/ou uma ruptura com as especializações, permitindo superar o saber cada vez mais, de cada vez menos.

Neste ínterim, o pensar e/ ou repensar sobre a interdisciplinaridade nas ciências humanas, considera-se fundamental a derrubada dos muros dos conhecimentos parcelados, além da constante vigilância epistemológica sobre as concepções unidimensionais, para privilegiar a construção de novos olhares e novas práticas educativas.

Os limites do conhecimento fragmentado serão revistos para um entrelaçamento dos saberes, na direção de práticas construídas coletivamente perpassando pelos processos de aprendizagem nas instituições, e isto fará surgir equipes humildes o suficiente para reconhecer que estão aprendendo a fazer a interdisciplinaridade.

O objetivo utópico do interdisciplinar é a unidade do saber” e vai mais longe ao reconhecer que a “Interdisciplinaridade não é algo que se ensine ou que se aprenda, mas algo que se vive” e considera que “é fundamentalmente uma atitude de espírito. Atitude feita de curiosidade, de abertura, de sentido de aventura, de intuição das relações existentes entre as coisas e que escapam à observação comum (JAPIASSU, 1979, p. 15).

Realizar um trabalho interdisciplinar na perspectiva das ciências humanas é estar disposto a superar obstáculos, valorizar a crença, em detrimento da descrença, vislumbrar a esperança perante os desafios, e exaltar a utopia, pois ela será determinante como categoria e parceira na busca de novos caminhos das práticas interdisciplinares.

Discutir, dialogar, e fazer pesquisa interdisciplinar implica em entender que ela não é concedida, isto é, não é algo a priori. Seria ingênuo pensar que a interdisciplinaridade será a chave do mundo, porque certamente, não dará conta de tudo, e o desapego das áreas disciplinares também não significam o abandono delas.

Assim sendo, importa compreender a interdisciplinaridade como construção do pensamento crítico a respeito do saber parcelizado, e pela busca de um conhecimento integrador como atitude pedagógica, que permita uma articulação entre os diferentes domínios no conjunto das Ciências Humanas.

Apesar de construir uma argumentação a respeito das ideias da complexidade, Morin entende os limites e desafios a serem enfrentados, por isso valoriza o diálogo, mas recusa as consequências mutiladoras e redutoras do pensamento simplificador, todavia, o autor reconhece o princípio da incompletude e a impossibilidade para alcançar a totalidade.

Segundo Morin (2005),

As entidades do nosso pensamento devem necessariamente se distinguir, mas não isolarem-se umas das outras porque se interligam, os conhecimentos não compartimentados aspiram ao multidimensional e assumem os desafios, com vistas a superá-los ao tomar consciência da natureza e das consequências dos paradigmas mutiladores. (MORIN, 2005, p.6-7)

Deste modo, o paradigma dominante do pensamento ocidental foi o da simplificação, e apesar dos progressos que trouxe ao conhecimento científico a partir do século XVI, o método cartesiano também permitiu consequências nocivas, através da fragmentação dos saberes, o que privou a ciência de conhecer a si própria e de refletir sobre si mesma.

A pesquisa analisará pelo viés histórico e antropológico a categoria denominada quilombola, em especial, a Comunidade Negra do Barranco de São Benedito, um local fundado

e cuja organização deu-se pelos descendentes de maranhenses estabelecidos no Amazonas desde o final do século XIX.

II- A Relação de Pesquisa Interdisciplinar na Comunidade do Barranco de São Benedito em Manaus

Neste tópico será tratado sobre os processos organizativos de uma Comunidade Quilombola situada no bairro Praça 14 de Janeiro, em Manaus, pois em virtude do autoreconhecimento como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2014, iniciou-se uma “relação de pesquisa”, como afirma Bourdieu (1997).

O exercício da Interdisciplinaridade será importante para a compreensão da memória e da história oral, a partir dos contatos estabelecidos com os agentes sociais, e os quilombolas assentados nesta comunidade. Até porque há pouco tempo acreditava-se que no Estado do Amazonas não existiam negros. Portanto, convém desconstruir a teoria dessa invisibilidade na região.

Desta forma, se faz urgente preencher esta lacuna histórica do Estado do Amazonas, com vistas a evidenciar a existência das Comunidades Quilombolas, como é o caso da Comunidade do Barranco de São Benedito.

Este trabalho objetiva descrever a pesquisa de campo realizada no território quilombola onde estão vinte e cinco unidades familiares na área central da cidade, com relações socioculturais consolidadas, trata-se de uma comunidade localizada na zona urbana do município, a partir de uma realidade empírica observada que permitiu manter o diálogo com os agentes sociais.

A pesquisa é um recorte e/ou uma reflexão sobre a “relação de pesquisa”, desenvolvida na comunidade quilombola, a fim de conceber a necessária imbricação dos saberes, ou a recusa da fragmentação dos conhecimentos, com vistas a não classificar as culturas hierarquicamente, e evitar a subalternização dos afrodescendentes.

Ao considerar a designação quilombo, este texto acompanha a conceituação delineada por Almeida (2011), a fim de lermos criticamente a categoria em análise e romper com os esquemas explicativos do passado, ou com as definições cristalizadas, para perceber como o grupo se autodefine mediante suas características intrínsecas, com vistas a evitar a arbitrariedade das classificações externas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Comunidade Negra de São Benedito da Praça 14 de Janeiro. Manaus-Amazonas*: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2007.

_____. *Quilombos e as Novas Etnias*. Manaus:UEA Edições, 2011.

BOURDIEU, Pierre. (Coord). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001.

JAPIASSU, Hilton. Prefácio. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?* São Paulo: Loyola, 1979.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento Complexo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

Prismas: O Mito e a Transdisciplinaridade

Aldenize Pinto de Melo do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui proposto é um recorte do terceiro capítulo da dissertação de mestrado “O Mito e sua importância na formação da cultura amazônica: Os Mitos na Práxis Educacional da Cidade de Manaus”, e tem o objetivo de pontuar ideias sobre a transdisciplinaridade do mito, isto é, propomos que as narrativas míticas constituam uma forma de “ecologizar” as disciplinas, já que é uma modalidade essencial do vivido cotidiano para todos os povos e todas as culturas. Também apresentaremos de forma breve o resultado da pesquisa de campo realizada em uma escola pública da cidade de Manaus, pesquisa essa que evidenciou a subutilização das narrativas míticas como elemento de mediação no processo de ensino.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa “O Mito e sua importância na formação da cultura amazônica: Os Mitos na Práxis Educacional da Cidade de Manaus” tem o caráter quantitativo, qualitativo e dialético. Foi organizada em duas etapas. A primeira foi um levantamento bibliográfico e uma analogia entre um mito grego e um mito amazônico. Essa fase da pesquisa teve o objetivo de evidenciar que ambos possuem características próximas e valores educativos pertinentes. Essa etapa se deu de forma exitosa onde pudemos estabelecer 12 categorias (Espaço Geográfico, Protagonista, Antagonista, Personagem Secundário, Temática Abordada, Situação Problema, Desenrolar, Clímax, Solução, Desfecho, Arquétipos e Valores Culturais) que conversaram entre si fortalecendo a ideia da possibilidade dos valores educativos dos mitos serem mais evidenciados nas aulas de diversas disciplinas.

A segunda fase da pesquisa foi realizada em uma escola estadual na zona Centro Oeste da cidade de Manaus, com o objetivo de verificar se as narrativas míticas amazônicas e gregas eram trabalhadas em sala de aula de igual modo, e se as narrativas míticas indígenas amazônicas estavam sendo levadas em conta como elemento de mediação no processo de ensino. A pesquisa foi implementada no horário vespertino e centralizamos nossos esforços nas turmas de 5º a 8º série, sendo uma turma de cada série, nas quais aplicamos questionário em dez alunos de cada turma, totalizando o número de 40 discentes. Fizemos também uma entrevista, do tipo padronizada ou estruturada, com quatro professores que lecionam durante o turno referido nas disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Efetuamos a pesquisa de campo através de uma observação direta, semi-intensiva e não participativa. Estivemos na escola por um período de seis meses do ano de 2005, mais exatamente nos meses de abril à junho e setembro à novembro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foi citado anteriormente, a primeira fase da pesquisa procurou pontuar o caráter transdisciplinar das narrativas míticas, pois elas estão próximas do romance, da poesia, da filosofia, da geografia, da arte, da história, da sociologia e da antropologia. Os mitos são, ao

¹ Professora da Escola Estadual de Tempo Integral Prof.^a Lecita Fonseca Ramos – SEDUC - AM. Mestra em Educação-UFAM/ e Licenciada em Filosofia-UFAM.

mesmo tempo, um dos objetos privilegiados de uma história das ideias. Outra forma possível de concepção é vê-lo como um nível específico de linguagem, uma maneira de exercitar o pensamento e expressar juízos. Portanto, lidar com os mitos requer um olhar holístico que solicita um labutar transdisciplinar, a abertura das disciplinas àquilo que as atravessa e as ultrapassa. A visão transdisciplinar está resolutamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exatas por seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência espiritual. Com relação à interdisciplinaridade e à multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade é multidimensional. A transdisciplinaridade não exclui a existência de um horizonte trans-histórico; não existe um lugar cultural privilegiado de onde se possam julgar as outras culturas.

Esse diálogo intercultural de aproximação dos mitos gregos e amazônicos é válida, pois não intenta diluir nenhuma das partes aqui analisadas. Pretende, sim, valorizar os mitos como referenciais culturais e, conseqüentemente, educacionais. Como nos diz Zeina Simonetti (2003) "[...]até o século passado houve uma ignorância sobre o que seja realmente a cultura mitológica desta região [...] pois ao se fazer comparações com a literatura já existente sobre os mitos percebe-se que as narrativas mitológicas indígenas da região possuem as mesmas características estruturais defendidas nas teorias existentes sobre o assunto, que foram fomentadas após estudos nos demais mitos considerados universais". Segue abaixo o resumo a relação de colaço entre dois mitos:

Analogia – Elemento Fogo			
1)	Espaço Geográfico	Grécia Antiga	Vale do Rio Madeira-AM Índios Cauaiua – Parintim
2)	Protagonista	Prometeu – semideus grego	Baíra – chefe dos Cauaiua
5)	Temática Abordada	O roubo do fogo	O roubo do fogo
10)	Conclusão	a) Os homens puderam assar comida e se distinguem dos demais animais.	a) Desde aquele dia os Cauaiua tiveram fogo e puderam assar peixes e caças no moquém.
12) Valores culturais		a) O fogo como símbolo de poder e força; quem detém o fogo é um ser poderoso.	a) O fogo como símbolo de poder e força; quem detém o fogo é um ser poderoso.
		b) Tanto o primeiro detentor do fogo quanto o ladrão do fogo são do sexo masculino, revelando que poder e força seriam características masculinas.	b) Tanto o primeiro detentor do fogo quanto o ladrão do fogo são do sexo masculino, revelando que poder e força seriam características masculinas.
		c) O fogo como símbolo de mudança, uma nova era, novos comportamentos.	c) O fogo como símbolo de mudança, uma nova era, novos comportamentos.
		d) A tomada do fogo é uma conquista adquirida com empenho, uma luta e um desafio. Isso demonstra que o avanço e a evolução exigem esforço.	d) A tomada do fogo é uma conquista adquirida com empenho, uma luta e um desafio. Isso demonstra que o avanço e a evolução exigem esforço.
		e) A inteligência é uma arma usada na aquisição do fogo. Se não for possível desafiar fisicamente o opositor, a astúcia poderá ser uma arma para superá-lo.	e) A inteligência é uma arma usada na aquisição do fogo. Se não for possível desafiar fisicamente o opositor, a astúcia poderá ser uma arma para superá-lo.
		f) Somente alguém superior, diferenciado dos demais, poderia realizar tal feito.	f) Somente alguém superior, diferenciado dos demais, poderia realizar tal feito.

No segundo momento da investigação, estabelecemos como alvo a verificação de como o mito estaria sendo trabalhado em sala-de-aula, como os professores estavam tratando as narrativas míticas, se o valor estético e axiológico estaria sendo levado em conta, quais narrativas míticas estariam sendo mais apresentadas aos discentes - as amazônicas ou as gregas - qual a frequência do uso das narrativas míticas e como os alunos recebem e

entendem a temática dos mitos. Sabemos que o conceito de diversidade cultural está presente nos PCNs, nos PPPs de muitas escolas e na LDB. Durante esses seis meses, da pesquisa in loco, não tivemos a oportunidade de presenciar nenhuma atividade escolar envolvendo mitologia amazônica. Sugerimos um exercício de alteridade que respeite a heterogeneidade cultural.

A pesquisa que realizamos foi mais um passo rumo à consolidação do multiculturalismo dentro do contexto escolar, mais um elo da corrente que liga transdisciplinaridade a práxis do educador. Esperamos incitar o debate e à reflexão sobre a temática dos mitos, ressaltando as possibilidades de aprendizado que eles podem proporcionar.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Robert. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Volume I e II. Petrópolis, Vozes.RJ, 2000.
- BRASIL, Altino Berthier. **O Caríua e outros contos amazônicos**. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, Fundação Cultural, 1978.
- ELIADE, Mircea. **O Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992. FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. RJ: Paz e Terra, 1997. FREIRE, Ribamar Bessa. **A Representação da Escola em um Mito Indígena**. Rio de Janeiro: 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**.RJ. DP&A, 1997. HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. Tradução e estudo de jaa Torrano. São Paulo: Editora Iluminuras, 1991.
- MORIN, Edgar etal. **Carta da Transdisciplinaridade: 1º Congresso Mundial da Transdisciplinaridade**. Convento de Arábida, Portugal, 1994.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. **O multiculturalismo e o Reconhecimento**: Mito e Metáfora. Petrópolis: Cultura Vozes, 2000.
- SIMONETTI, Zeina Paula Reis do Couto. **Jurupari**: do mito à literatura. Dissertação de mestrado. Manaus: UFAM, 2003.

Linha Temática 2

Professores responsáveis:

Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita

Prof. Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes

Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos

**Crítica, interpretação e história das
formas de arte**

A IDEIA PLURAL DE CULTURA: LEITURA DE POÉTICAS EM SUPORTES ALTERNATIVOS

CAROLINE DE ASSIS CAMPOS PINAGÉ

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - PPGL)

RESUMO: O presente estudo propõe refletir sobre novas práticas e formas de socialização existentes na cultura contemporânea, buscando um conceito para o termo *cultura* mais inclusivo. Tal proposta se deve em razão dos objetos da pesquisa em andamento que trata de manifestações literárias circulantes em suportes alternativos ao do mercado editorial convencional, realizando dinâmicas que transitam entre o tradicional e o moderno. A configuração desses suportes, bem como dos gêneros textuais que estes materializam, permeadas pelas Novas Tecnologias, exige uma pensar acerca das fronteiras e do hibridismo entre os meios popular, culto e massivo. Entende-se que assim como as demais expressões artísticas, a literatura também se encontra ativa nos novos modos de integração cultural, por isso, os dois suportes, a revista artesanal chamada *fanzine* e a revista digital, representam manifestações significativas para o cenário artístico em processo na cidade de Manaus.

Palavras-chave: Suportes literários. Revista digital. Fanzines. Literatura Brasileira. Culturas brasileiras.

INTRODUÇÃO

Os dois objetos da pesquisa intitulada *Leituras Poéticas em suportes alternativos*, da qual este trabalho faz parte, são suportes que refletem características da cultura contemporânea, por isso a necessidade de se compreender quais são os conceitos atuais para a ideia de cultura, a fim de vinculá-los aos processos artísticos recorrentes em *fanzines* e em revista no formato digital, visto que ambos se realizam paralelamente no recente contexto.

O *fanzine* é considerado uma revista artesanal, confeccionado de forma independente e com livre temática, porém com um alcance de circulação restrito ao espaço de sua produção. O termo é originário da abreviação de duas palavras inglesas, *fan* que significa fã, e a redução de *magazine* que se traduz por revista. No contexto manauara, observou-se em pesquisa anterior que, a produção dessas revistas de fãs também circula com gêneros literários, o que nos interessou conhecer mais acerca desta. Outra peculiaridade dos *fanzines* em contexto local é a venda informal, ou a constituição de um mercado informal, o que contraria a definição inicial do termo *fanzine*, que teria na troca sem fins lucrativos uma de suas características principais. Apesar da produção ser artesanal, o *fanzine* é um suporte que inclui em seu processo de criação recursos disponibilizados pelas mídias da indústria cultural, como para citar um exemplo a reprodução com máquinas de fotocópia para as tiragens.

A revista digital está imersa nas Novas Tecnologias, mediada majoritariamente pela Internet, o que significa uma abrangência em nível global, caracteriza-se pelo formato mais dinâmico que reconfigura a interação entre obra e leitor. No caso da revista digital selecionada para este estudo, observa-se que esta apesar de estar disposta numa plataforma do ciberespaço, ainda reproduz os caracteres de uma revista em formato regular, oferecendo ao leitor ou internauta a dinâmica interativa de folhear as páginas como a de uma versão impressa, ou seja, um produto em transição, mas que mistura elementos de diferentes processos, desde artístico, a outros oriundos da informática. Neste suporte também há o predomínio da linguagem literária.

Ambos os suportes são produtos de uma cultura que reatualiza elementos tradicionais, associando-os aos modernos, ou seja, na sociedade contemporânea, caracterizada pela globalização, os limites entre o popular, o culto e o massivo, que antes eram bem definidos, passam a se apresentar cada vez mais entrecruzados, configurando novas formas de socialização, identidades e novos valores.

TRADIÇÃO - A IDEIA DA CULTURA HEGEMÔNICA

A hegemonia de uma cultura em detrimento de outras, o silenciamento ou a tentativa de apagamento das demais são questionamentos pertinentes para este trabalho. O britânico Stuart Hall (2014) discute sobre as identidades culturais na pós-modernidade ou modernidade tardia e destaca importantes indagações quanto à predominância de uma cultura como o padrão hegemônico de determinada sociedade, a identidade nacional por exemplo, identificando alguns dispositivos discursivos que são utilizados como formas de exercer o poder cultural, em contexto britânico.

A maioria das nações modernas consiste em culturas separadas que foram unificadas por um longo processo de conquista violenta - isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. (...) Cada conquista subjogou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas e tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada (HALL, 2014, p.35).

A tradição de uma cultura é baseada na perspectiva de representar a totalidade dos valores existentes como unificados, intencionando materializá-los por meio de um patrimônio seletivo, ou o conjunto de obras, sobre o qual se pode inferir que só se realiza a partir de exclusões. No Brasil, a teoria da formação da literatura brasileira, desenvolvida pelo sociólogo Antonio Candido (2013), reforça a relação dos elementos autor-obra-leitor a partir de forças externas, ou seja, do fator social, movimento circular de mútua influência entre arte e sociedade. No contexto do período de formação, as sociedades colonizadas incorporaram fortemente a ideia do projeto de nação para constituir a tradição no país. O trabalho com a questão identitária na colônia reiterou a ideia de uma cultura homogênea para constituir a tradição, que seria o mesmo que a de uma comunidade imaginada, uma idealização de totalidade pelo esforço coordenado para unificar as diferenças a fim de determinar padrões, como os de comportamento, crenças e o linguístico.

A necessidade em se fundar um patrimônio cultural letrado no país colonizado teve relevante auxílio no campo cultural, como dos agentes literários, um veículo a mais para transmitir os valores patrióticos, orientando o pensamento e o comportamento dos habitantes da colônia. O que nos leva a observar que a cultura erudita ao se sobrepôr como a dominante, herança da figura do colonizador, tomou para si os valores da cultura local e assumiu uma posição da cultura de valor, convencida em ser a única capaz de incorporar adequadamente os valores locais. A adoção da escrita como elemento da cultura de valor diante de povos ágrafos não pode deixar de ser lida como um fator excludente que determinou os valores de diversas sociedades.

CULTURAS BRASILEIRAS - UMA IDEIA PLURAL

A literatura é uma das artes mais resistentes à ideia do entrecruzamento entre diferentes tipos de arte. Tendo até então seu espaço bem delimitado como pertencente à arte erudita, considerada hermética em razão de seu trabalho minucioso com a linguagem, nota-se que esta

também passa a participar de processos híbridos, com a materialização de gêneros impuros, que mesclam aspectos distintos dentro de um sistema literário rígido e categórico.

Nestor Garcia Canclini (2015), que problematizou o cenário cultural moderno na América Latina, entende que dentre as peculiaridades dos países latino-americanos está a marca do processo de hibridação. O hibridismo é um processo característico da modernidade desenvolvido a partir da decadência dos projetos nacionais, quando “as misturas interculturais” ou o cruzamento de culturas em uma fusão artística, sem a pretensão de rótulos, tornam-se, segundo Canclini (2015), uma prática do artista latino-americano, seja ele pertencente ao setor hegemônico ou popular, deixando de lado a intenção de se construir totalidades compactas, para se apropriar dos benefícios que a modernidade dispõe.

Esta perspectiva contrariou a proposta de modernidade inicial, vinculada à noção de Nação, que buscava centralizar padrões de forma homogênea na intenção de representar uma unidade, base da formação do mundo moderno.

Com a industrialização, o transporte e as comunicações tornaram-se muito mais rápidos, produzindo uma comunidade “nacional” muito mais integrada. (...) Os governos nacionais têm poderes extensivos sobre muitos aspectos das vidas dos cidadãos, determinando as leis que se aplicam a todos os que vivem dentro de suas fronteiras (GIDDENS, 2005, p.48).

Por isso, a dialética de Alfredo Bosi (1992) nos trouxe uma concepção de cultura mais democrática, visto pensar a sociedade contemporânea a partir do entrecruzamento entre as diferentes culturas existentes no Brasil, uma proposta que não explora tão intensamente o processo de apagamento das outras culturas. Bosi (1992) trabalha com a ideia de faixas da cultura brasileira que é resultado do processo histórico de colonização vivido no país, sendo estas a cultura erudita, a cultura popular, a cultura de massa e a cultura fora da universidade. Nessa perspectiva, não se deve buscar entender a dinâmica da comunicação literária a partir de uma cultura totalizante, mas sim por entender que o contexto do pensamento moderno exige que se reconheça a pluralidade de manifestações culturais em suas mútuas relações. “Uma teoria da cultura brasileira, se um dia existir, terá como sua matéria-prima o cotidiano físico, simbólico e imaginário dos homens que vivem no Brasil. Nele sondará teores e valores” (BOSI, 1992, p. 324).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por uma perspectiva mais democrática de cultura, faz-se necessário reconhecer que não se encontra apenas na cultura letrada a incorporação em si dos valores das demais culturas, isso nos levaria a manter a leitura limitada e fechada, mas sim de que todas as culturas brasileiras se retroalimentam dos valores e dos aspectos umas das outras. Assim, como na hibridação o ritmo da transitoriedade é constante, a heterogeneidade de identidades a partir do contato entre as diferentes culturas, que permite incluir as diferenças, pode ser vista como um aspecto de democratização.

Porém não se pode ocultar que a mesma globalização também desenvolveu o fenômeno da “homogeneização cultural”. Por essa perspectiva, a pluralidade dos valores antes suprimidos orienta a sociedade pós-moderna à uma nova redução, ou simulacro, quando “no interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais (...) ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global” (HALL, 2014, p.43). Nesse contexto global, Bosi (1992) enxerga que a troca de ideias é natural entre culturas dentro e fora do país, e que quando ideias de fora adentram as culturas brasileiras, é necessário imprimir um olhar crítico acerca delas, principalmente quanto ao consumismo desenfreado, cabendo à

inteligência mental brasileira selecionar e adaptar da melhor forma aquelas que aqui se puderem desenvolver a partir do contexto local.

A proposta de pluralidade e mobilidade de identidades ajuda-nos a pensar nossos objetos, o fanzine e a revista digital, como parte integrante de todas essas manifestações presentes na pós-modernidade, objetos híbridos de agentes também partícipes desses processos interculturais. Mas não se pode esquecer que esses como produtos da globalização também apresentam suas contradições, por isso nossas futuras leituras deverão caminhar para a análise de como as tensões se realizam nesses objetos. Nosso foco manter-se-á em não recair em práticas excludentes como a da cultura hegemônica, que silenciou diversos processos culturais em favor de uma ideia de cultura de valor, ou do novo efeito da globalização que busca homogeneizar essas dispersas identidades, reduzindo suas particularidades a generalizações superficiais.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. 14 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.
- GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

**MANAUS, ABRA SUA PORTA E DEIXA O MEU SAX ENTRAR: memória,
música e identidade**

Darle Silva Teixeira¹

Resumo: A cidade é um dos espaços onde se manifesta a arte da música. Temos como objetivo mostrar a cidade representada pelo ritmo, letras compostas, memórias e narrativas desse tempo imaginado. A música popular, midiática, reificada, encomendada ou dentro de um discurso histórico está sempre presente “na” e “com” a cidade e será nessa relação de memória, música e identidade que o texto provocará pequenos despertares sobre a música e a cidade na qual vivemos ou na cidade visitada. A identidade de um grupo social será analisada através da manifestação artística da música, uma vez que ela reverbera a memória e os valores culturais de povo. A temática da música e da indústria fonográfica, como expressão da arte de uma cidade, ainda fora pouco explorada, uma vez que as grandes áreas das Ciências Humanas, como a História, Antropologia e Sociologia, costumam apresentar a música numa visão mais folclórica. A intenção da pesquisa não é analisar exaustivamente as músicas que representam algum lugar, mas mostrar que a música identifica e representa a imagem de uma cidade. A partir dessa reflexão, o escrito destaca a música conhecida hoje como “beiradão”, de Teixeira de Manaus, cuja musicalidade está na memória coletiva da cidade e, portanto, estabelecendo uma relação socioafetiva pela qual uma cidade se contrasta com outra. Apesar de ser uma música instrumental e, não possuir letras que remetam à descrição da cidade de Manaus, o ritmo está na cidade e na memória dos cidadãos e pode ser levada na lembrança de um visitante. A música do artista será discutida no tempo de memória e de afeto, e brevemente, como símbolo local e global, uma vez que seus solos ultrapassaram a cidade e passaram a representar, também, a Amazônia.

Palavras-chave: cidade, memória, música, identidade, Teixeira de Manaus.

Introdução

Quando viajamos e estamos noutra lugar que não o nosso, não há como nos despirmos de um pré-conceito em relação a esse lugar que estamos visitando. Essa ideia do que já é a cidade é manifestada na gastronomia, dança, música, arquitetura, vestuário e até a linguagem nos seus elementos linguísticos e paralinguísticos. Ou seja, estamos já estimulados por todos os sentidos sobre o que comeremos, dançaremos, ouviremos e veremos.

Mas por que é possível criar uma imagem única de um lugar? O Brasil sendo um país de dimensão, não fugindo do clichê, continental apresenta uma pluralidade de identidades culturais. A homogeneidade cultural para uma determinada cidade é construída, então, a partir dessa cultura de pluralidades e será a história de cada lugar que edificará uma identidade cultural. Ortiz explicita:

Toda identidade é uma construção simbólica (a meu ver necessária), o que elimina portanto (*sic*) as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. (ORTIZ, 1986, p. 8)

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas.

Assim, construímos e somos capturados por essa construção. E a música, como manifestação identitária de uma construção coletiva, é um elemento que por contraste marcará a cultura de uma cidade.

Memória, Cidade e Música – Deixa meu sax entrar

Uma música pode remeter a uma cidade mesmo sem a letra apresentar a imagem urbana desse lugar. O ritmo será a identificadora da cidade, como o axé para cidades baianas, frevo para Recife ou carimbó para o Pará. Assim, quando se fala de Manaus, surge Teixeira de Manaus, solista de sax, cuja música é instrumental e apresenta pequenos refrãos cantados que exaltam, na maior parte, o próprio ritmo, como lambada, xote, forró dentre outros. Essa será a memória que resgatará a música que identifica a cidade de Manaus, uma vez que a identidade de uma cidade também é construída pela estética audiovisual.

Teixeira de Manaus, artista amazonense, foi um dos maiores vendedores de LPs nos anos 80. Sua fama lhe rendeu apresentações e shows em todo o Brasil, tendo seus discos produzidos por gravadoras do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sua fama veio, basicamente, das “festas de beiradão”. A obra de Teixeira de Manaus cresceu e se popularizou por fora da MPA/MPB. O “som do beiradão”, chamado à época de “Lambadão”, era tocado em festas populares, com suas danças e seus costumes peculiares. Esses encontros viviam à margem dessa proposta mais intelectualizada capitaneada pelos universitários de Manaus. A música de Teixeira de Manaus pertence à memória de quem viveu esse tempo ou de quem “tem uma quase memória herdada” (Pollak, 1992, p.201) e participa desse imaginário musical. Desobrigado dessa estratificação da memória da música que representa a cidade, o artista está colado à cidade de Manaus. Quando entendemos que Teixeira de Manaus e suas músicas estão na memória dos habitantes da cidade, destacamos que essa reminiscência se dá de forma coletiva. Pollak aponta, ainda, quais os elementos dessa memória individual ou coletiva.

(...) São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou(*sic*) mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo. (POLLAK, 1992, p. 201)

Destarte, quando a música passa a ser ligada a uma cidade, não há o tempo, as canções/ritmos são “escolhidas” pelo tempo da memória, seja ela coletiva, seja individual. Com o próprio nome artístico exaltando a cidade, Teixeira de Manaus tem músicas cujo ritmo e os refrãos são a representação da Manaus dessa memória saudosa: Lambada pra dançar (faixa 1) e Teixeira de Manaus (faixa 6), no primeiro LP. Na primeira, um simples refrão que enaltece o ritmo da lambada: “Quero bailar/Quero lambada pra dançar”. E na segunda, apenas um refrão frástico-nominal: “Teixeira de Manaus”, após a chamada solada para que o nome do solista fosse cantado. No segundo LP, “Deixa meu sax entrar” cujo refrão imperativo “Abra sua porta/Deixa meu sax entrar”, se estabelece ainda mais na memória da cidade de Manaus e de suas paisagens naturais, também representadas nas capas dos LPs.

Quando se trata de memória e da cidade de Manaus, Teixeira de Manaus se apresentará como uma artefato expressivo-comunicacional de um tempo presente e passado. Como a obra de Teixeira de Manaus marcou uma época – anos 80 e 90 – suas músicas criaram “lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança pessoal” (Pollak, 1992, p. 202) e ele, como personagem; e as festas, como acontecimentos, fizeram com que aos escutarmos o seu

sopro nos lembrássemos da cidade de Manaus. Mas, creio, que além da cidade, a reminiscência dos filhos dos pais que escutavam há época, trazem uma memória da família, da terra natal, de uma

época dançante e alegre. A cidade é, pois, lugar onde se materializam narrativas individuais e coletivas. Um lugar que transcende o espaço-tempo quando se trata de entendê-la através da arte.

Referências

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte. EDUFMG, 1998.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FARIAS, Edson Silva de. **Cidade Maravilhosa, Rio Babilônia e Rio 40 Graus**: três signos na economia simbólica da paisagem carioca. Revista de Ciências de Fortaleza, v. 48, n. 1, pp. 155-207, jan./jul., 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaide La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MESQUITA, Otoni. **História, sentimentos, cidades, encontros e desencontros**/ Organização de Antônio Emílio Morga. Manaus: EDUA, 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social** – Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, a. 10, 1992 pp. 200-212.

RAMA, Ángel. **A Cidade das Letras**. Tradução: Emir Sader. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

RIKWERT, Joseph. **A sedução do lugar** – a história e o futuro da cidade. Tradução: Valter Lelis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Música popular: um tema em debate**. 2. ed. Rio de Janeiro: JCM, 1969. VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. Tradução: Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 2004.

A PARINTINS ESCONDIDA NA “CAPITAL DA CULTURA”

Dayanne Cristine Pires Dagnaisser¹

Lúcia Marina Puga Ferreira²

Tatiana de Lima Pedrosa Santos³

INTRODUÇÃO

A cidade de Parintins é conhecida internacionalmente pelos bois-bumbás, fator preponderante para que ela recebesse o título de “Capital da cultura e do folclore do Amazonas”. Por isso, sua área central torna-se palco de uma cidade ideal, a qual pode e deve ser vista, sobretudo por quem a visita, por isso, o que não é tão espetacular fica escondido, “fantasiado”. A cidade é “fantasiada” sobretudo no período pré-festival, para receber os visitantes, contando com pinturas das calçadas e de prédios públicos, asfaltamento nas principais avenidas, recolhimento de lixo intensivo, poda das árvores na região central, entre outras melhorias temporárias.

Quem chega para visitar acredita que Parintins tem uma ótima e perene estrutura, e por isso possui um evento desse porte; na verdade, o que acontece é justamente o inverso, ela ganha essa estrutura por conta do evento. Contudo, logo após o seu encerramento, muitas demandas deixam de ser atendidas, havendo por exemplo racionamento de água diário durante a madrugada e racionamentos esporádicos de fornecimento de energia, ou seja, fora do período que envolve o Festival, Parintins mostra-se uma cidade com uma realidade muitas vezes paradoxal ao que se vê durante a festa.

Ironicamente, a “Capital da cultura e do folclore do Amazonas” possui uma Casa da Cultura que sequer chegou a ser reinaugurada após uma reforma realizada para sua ampliação, e acabou transformando-se em ruínas, por muitos anos escondidas por trás de placas de publicidade, para que o episódio de corrupção na construção do prédio fosse esquecido. Entretanto, em 2013, com o surgimento do Movimento Parintins sem Fantasia, que através de atos públicos e atividades culturais reivindicou vários pontos junto às autoridades, foi realizada a ocupação do local juntamente com outros movimentos.

METODOLOGIA

A pesquisa teve como *locus* a sede do município de Parintins, localizado no extremo leste do Estado do Amazonas. A cidade obteve destaque nacional e internacional por meio do Festival Folclórico, realizado há 52 anos, no final do mês de junho, tendo como ponto alto a disputa entre os bumbás Garantido e Caprichoso. Realizou-se para tanto, pesquisa qualitativa de cunho exploratória, por meio de um estudo de caso, e como percurso metodológico utilizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas e bolsista CAPES.

² Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF e professora efetiva da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

³ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e professora efetiva da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Parintins transfigura-se anualmente durante o Festival Folclórico, evento que tem como principal expoente a apresentação dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido, no último final de semana do mês de junho. Tal cidade foi declarada no dia 16 de março de 2012, como “Capital da cultura e do folclore do Amazonas”, através do Projeto de Lei do deputado estadual Tony Medeiros (PSL), aprovado na 14ª Edição da Reunião Itinerante da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Percebe-se a existência uma preocupação visual com a cidade, que foi construída e modificada ao longo dos anos para ser a “vitrine” vista pelos turistas que visitam a cidade, tanto aqueles vindos em cruzeiros durante o ano todo, como pelos que vêm para o Festival Folclórico. Pesavento (1999, p. 32) nos lembra que “a cidade se aprende antes de tudo pelo olhar. Objeto visual, primeiramente, ela dá lugar a uma percepção perpetuamente renovada”.

Parintins é dividida ao meio por uma linha imaginária que vai até o Bumbódromo⁴, o que inclui o centro da cidade e seus bairros adjacentes. Essa parte da cidade inclui praças, sinalizações e o mural de esculturas no Bumbódromo com temas amazônicos e por esse motivo recebe uma atenção diferenciada, principalmente em relação à estrutura pública, incluindo asfaltamento, pintura do meio-fio, arborização e limpeza. Essa estrutura é revitalizada anualmente no período que antecede o Festival, para deixar a cidade pronta para o espetáculo, ou por que não, para torná-la uma cidade-espetáculo. O que nos remete ao que Lefebvre *apud* Mesquita (2016, p. 86) cita quando diz que a própria cidade é uma obra de arte. Enquanto isso, os outros bairros são negligenciados, invisibilizados, deixados para receberem reparos posteriormente, isso quando recebem.

Contudo, mesmo nessa Parintins embelezada, existem locais que são o reflexo do desvio de verbas públicas e não compõem essa cidade ideal, feita para ser vista; por isso são escondidos atrás de *outdoors*, para que a corrupção que os envolve não venha à tona. É o caso do prédio em ruínas da Casa da Cultura, localizado a poucos metros do Bumbódromo, que tornou-se um grande “elefante branco”, e por estar na parte “vista” da cidade e por seu tamanho, quase uma quadra inteira, precisou ser invisibilizado e silenciado por *outdoors* com propagandas coloridas, tanto na parte da frente quanto atrás do prédio, visto que o mesmo tem entrada pelos dois lados por ruas diferentes, que servem de passagem para quem vai ao Festival, desviando o olhar do que está por trás. Sobre isso Rama (2015, p. 38) nos aponta que:

As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem.

Surge então o Movimento Parintins sem Fantasia, como forma de posicionamento da coletividade, a respeito do desvio do dinheiro público e do mascaramento da obra inacabada. Este movimento surge da união de ideias coletivas de vários grupos sociais, tendo caráter suprapartidário, ou seja, possui atores sociais de diversos partidos, contudo não se submete ao interesse particular de nenhum deles. Sobre isso, Rykwert (2004) discorre que a cidade, independente de seu tamanho, jamais é absolutamente passiva. E é perceptível que, como há

⁴ Cujo nome oficial é Centro Cultural Amazonino Mendes, uma arena com o formato estilizado da cabeça de boi, projetado especialmente para a apresentação dos bois-bumbás, Caprichoso e Garantido, local este onde é realizado o Festival Folclórico de Parintins

uma constante interação entre a sociedade e o tecido urbano, não há como modificar nossas cidades sem que também ocorram mudanças na sociedade ou vice-versa.

Segundo Pessoa (2017) o MPSF foi formado durante a Semana Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFAM/Campus Parintins, no mês de agosto de 2013, quando em alguns debates a Casa da Cultura surge como exemplo da corrupção de determinados governos e da inércia dos seguintes, o que levou ao clamor por intervenção e enfrentamento; com isso, o movimento Articulação Parintins Cidadã sugeriu uma mobilização com vistas a tirar da invisibilidade e do silenciamento a questão da Casa da Cultura. O Movimento Parintins sem Fantasia surge então como um movimento voltado para a ação coletiva, formado inclusive por um grupo heterogêneo, e tendo com crítica primeira o próprio nome que nos remete a pensar em uma Parintins sem mentiras.

Para Mesquita (2016, p. 78-79) como a cidade é receptáculo de diversas tendências, seus espaços acabam por repercutir e configurar “os desejos dos homens, suas lutas psicológicas, sociais e religiosas, gerando um amplo território de tensão.”

Essa tensão tornou-se visível quando em 22 de agosto de 2013, foi realizada a primeira atividade do MPSF, na qual artistas, universitários, professores, membros de movimentos populares e juvenis reivindicando por melhorias na cidade, não apenas melhorias físicas, ainda que estas entrassem em pauta durante os protestos, mas de melhoria nas condições de acesso no que se refere à cultura, já que na época a cidade não dispunha de políticas públicas culturais efetivas para a população, o que melhorou apenas com a implantação do Liceu de Artes e Ofícios, sem, contudo, servir de substituto para a Casa de Cultura. Durante a manifestação foi realizada uma caminhada da praça dos bois até as ruínas, onde foi realizado a derrubada dos *outdoors* que escondiam o local. Pessoa (2017, p. 31) descreve essa atividade dizendo que:

A multidão formada por estudantes e professores secundaristas, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA), membros dos grupos Articulação Parintins Cidadã, Movimento Anarcopunk, Marcha das mulheres, civis em geral chegaram à frente do prédio durante a noite.

Tal ocupação durou 3 dias, havendo revezamento de equipes e distribuição de tarefas nas comissões de comunicação, alimentação, segurança e limpeza. O MPSF realizou diversas intervenções artísticas, principalmente pinturas, grafites, painéis, colagens, poemas e desenhos, como forma de protestar através da cultura e da arte, além de caracterizar visualmente o lugar e de levar a reflexão sobre a complexidade que envolve o movimento, no seu sentido mais plural. Além das intervenções artísticas foram realizadas na Casa de Cultura constantes limpezas na casa, shows musicais, recitais de poesias, aulas públicas, exibições de filmes, exposições e reuniões, contudo tais atividades que eram semanais, viraram quinzenais e um ano depois passou a ser esporádico, principalmente em alusão às datas comemorativas, incluindo o aniversário da ocupação. (PESSOA, 2017)

Para Mesquita (2016, p. 90) a administração pública geralmente é acusada de tomar como prioridade o aspecto decorativo e monumental das obras públicas, fazendo com que as atividades da administração pública remetam às de um vitrinista, que, ao organizar o espaço, tende a valorizar “determinados elementos e seduzir os possíveis investidores e consumidores”. Em Parintins é possível observar tal aspecto no próprio Bumbódromo, que contém o Liceu, não se importando em camuflar ruínas indesejadas com *outdoors* e banners de propagandas.

O Liceu surgiu como proposta governamental para que houvesse uma utilização do espaço do Bumbódromo fora do período do Festival. A iniciativa objetivou oferecer à comunidade local e circunvizinha cursos e espaços culturais para visitação. Apesar da inegável importância do Liceu para a sociedade parintinense, ele não dá conta por si só da demanda de

espaços culturais na cidade, sobretudo de espaços contínuos e abertos a várias culturas, pois todos os anos é necessário recolher todo o acervo do Liceu para que as salas possam servir para seu real propósito, camarotes para os expectadores pagantes e camarins para a preparação dos itens dos Bois.

Levando em conta esse ponto negativo, o Movimento Parintins Sem Fantasia continuou realizando atividades pontuais na Casa da Cultura, principalmente nos aniversários de ocupação. Quatro anos após a intervenção e ocupação, alguns membros do MPSF voltaram para ajudar no puxirum⁵ em parceria com a Teia de Educação Socioambiental e Interação em Agrofloresta – TEIA, para que fosse realizada uma Feira de Quintais no local, que contou com a comercialização de vários produtos produzidos em hortas caseiras, como Plantas Medicinais, Ornamentais e Frutíferas e Além de produtos artesanais dos artesões locais.

Vale ressaltar que todas as manifestações em prol da Casa da Cultura, demonstram o sentimento de pertencimento da população local, expressa através de arte e cultura, o que acaba por transformar um bem imóvel do município em patrimônio dos parintinenses e que, portanto, merece ser resguardado e servir de local da cultura de fato. Para que isso ocorra, a Casa da Cultura precisa ser vista e entendida, principalmente em sua dimensão patrimonial, para tanto, sugere-se que seja utilizada a educação patrimonial, sobretudo para que a Casa da Cultura seja não apenas mais uma ruína, mas local de memória, de cultura, de luta por direitos e de tantos outros significados. Contudo, para que isso se torne realidade, tem-se como alternativas políticas públicas para o resguardo desse patrimônio, assim como ações privadas, tendo como apoio a lei de incentivos fiscais, ou ainda que o Festival Folclórico de Parintins, principal expoente da cultura parintinense, “abraçe” esse local, assim como as múltiplas culturas e os diversos movimentos populares que o povoam, buscando sobretudo apoio financeiro, para que este lugar seja vista de fato a Casa da Cultura da cidade.

CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, sem, contudo, concluir as discussões, percebe-se que as intervenções deram visibilidade a um patrimônio ocultado por anos e além disso o ressignificou, transformando as ruínas da corrupção em local de cultura híbrida parintinense, por acolher todos os grupos que se sentem chamados a essa identidade coletiva que foi iniciada pelo MPSF, mas que ainda “habita” as ruínas.

Ademais, percebeu-se que a Casa da Cultura tem suas especificidades, principalmente por acolher todos os grupos que se sentem chamados a essa identidade coletiva iniciada pelo MPSF, mas que ainda “habita” as ruínas. Chama a atenção o fato que uma cidade intitulada de capital da cultura e do folclore, recheada de manifestações culturais e de uma pluralidade artística, prefira esconder uma ruína com *outdoors*, do que revitalizá-la com o objetivo de gerar não só emprego e renda, mas um espaço de encontros para os mais diversos grupos, para reflexões, e mostras culturais durante o ano todo. Contudo, na contramão disso, Parintins se embeleza apenas nos três dias do Festival e, passa o resto do ano “sem fantasia”.

Percebe-se por fim, que a educação patrimonial se mostra uma alternativa de visibilidade, de reafirmação de pertencimento e de resguardo do patrimônio. Necessitando apenas do interesse público e privado para a valorização desse lugar que deveria ser a casa da cultura, mas que suas ruínas se tornaram palco da ação de diversos movimentos populares.

Findo este trabalho com a seguinte reflexão: por que o poder público ainda não buscou uma solução para a valorização deste local? Será que é mais interessante para eles esconderem o resultado da corrupção praticada no passado, do que proporcionar a toda a população um local onde se veja e se viva a multiplicidade da cultura parintinense?

⁵ Mutirão; esforço coletivo para solução de uma necessidade que geralmente dura um dia.

PALAVRAS-CHAVE: Parintins, Cidade, Casa da Cultura, Movimento Parintins sem Fantasia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MESQUITA, Otoni. *Cidade Embelezada como estratégia*. In: MORGA, Antônio Emílio. Histórias, sentimentos, cidades, encontros e desencontros. Manaus: EDUA, 2016

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

PESSOA, Sue Anne G. C. *Ruína e criação: Relações Complexas em Imagens na Casa da Cultura de Parintins*. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

RAMA, Àngel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

A trajetória do Espaço de Cidadania Ambiental, ECAM, localizado no Manausa Shopping, na cidade de Manaus, Amazonas, no período de 2010 a 2015

Ivan Nunes de Souza
Brenda Vitoria
Santos Ferreira
Caroline Davila da
Silva Amorim
Larissa Nascimento
da Rocha
Mateus Vinicius Passos de Lima

Palavras-Chave: Cidadania. Educação ambiental. Espaço não formal de educação.

Neste estudo descritivo e analítico de abordagem qualitativa foi analisada a trajetória do Espaço da Cidadania Ambiental (ECAM), localizado no Manausa Shopping, um espaço não formal de educação ambiental (EA), criado em 2010 pela Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias do Tribunal de Justiça do Amazonas (VEMAQA/TJAM) com o objetivo oferecer atividades ambientais, por intermédio de parcerias com diversas instituições. Para Gil (1987), a pesquisa descritiva objetiva descrever grupos ou fenômenos. Collis e Hussey (2003), afirmam que a pesquisa analítica ajuda a entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações de causa e efeito. A abordagem qualitativa, segundo Marconi e Lakatos (2008), busca analisar e interpretar aspectos mais profundos, empregando vários métodos e técnicas de acordo com o tipo de investigação. Participaram deste estudo 25 sujeitos adultos, sendo: 01 magistrado; 04 coordenadores do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), além de 20 usuários dos serviços no ECAM, no período de estudo desta proposta. Procedimentos éticos: Esta iniciativa foi encaminhada a VEMAQA e ao IPAAM para obtenção prévia dos Termos de Anuência e as entrevistas foram realizadas, mediante a assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o objetivo de esclarecer os sujeitos da pesquisa e preservar o anonimato e a confidencialidade dos entrevistados. Os dados da pesquisa documental receberam tratamento estatístico descritivo e as entrevistas, análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Os problemas ambientais ganham proporções cada vez mais alarmantes, a ponto de comprometer a própria existência na terra. Tal preocupação é vivenciada por governos do mundo todo. As principais Conferências Internacionais sobre o tema reconhecem a importância de uma educação voltada às questões ambientais. No Brasil a Constituição Federal de 1988 impõe ao poder público e a coletividade a tarefa de defender o ambiente como direito de todos, sobretudo pela promoção da EA em todos os níveis de ensino. Tal entendimento é reforçado pela Lei Nº 9.795/99, relativa à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que estende esse escopo a modalidade de EA não-formal. Somou-se a isso também o fato de que no Amazonas, 3.677 processos por crimes ambientais foram registrados, somente no período de 2009 a 2014 (PINHEIRO, 2015). Para o enfrentamento deste cenário de degradação ambiental, surge na cidade de Manaus, por iniciativa da VEMAQA, um espaço não formal de EA, denominada Espaço da Cidadania Ambiental (ECAM). Fez-se necessário, descrever e analisar a trajetória deste espaço educativo. Bem como investigar, se as ações e práticas educativas desenvolvidas vinham de fato contribuindo para o fomento da cidadania ambiental. Verificar ainda, como se dava o acesso do cidadão aos serviços educativos ofertados. Identificar quais Instituições atuavam neste Espaço e em que consistia essa atuação. Bem como, investigar as representações dos cidadãos que utilizam o ECAM. A partir dos resultados obtidos durante a pesquisa foi possível identificar a atuação de algumas instituições de ensino, pesquisa e defesa do meio ambiente que desenvolveram ações objetivando fomentar a cidadania ambiental. Podemos destacar as “Oficinas de Reeducação Ambiental” coordenadas pelo Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA (NEA-IBAMA/AM), em parceria com a VEMAQA/TJAM, Ministério

Público do Amazonas (MP-AM), IPAAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, (SEMMAS). Constatou-se que nessas oficinas atuam como voluntários palestrantes de diversas instituições públicas e privadas ligados à área ambiental. O público alvo dessas oficinas são cidadãos, instados pela Justiça do Amazonas a participar como parte da pena educativa por crimes ambientais cometidos, essa participação ocorre mediante prévia transação penal. O juiz titular da VEMAQA ressalta o excelente resultado da aplicação da pena educativa nos casos de crimes ambientais de menor potencial ofensivo com reflexos em projetos ambientais envolvendo a sociedade e órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA):

“No cotidiano da vara ambiental, essa logística despenalizatória é aplicada com excelentes resultados, que fogem do infrutífero pagamento de cestas básicas, centrando reflexos em projetos ambientais envolvendo a sociedade, órgãos do SISNAMA, Unidades de Conservação etc.” (ANTONIO, 2006, p. 10).

As Oficinas atenderam 1031 pessoas no auditório do ECAM, no período de 2010 a 2015, em sua maioria homens (77%). Souza (2016), observa que a reduzida participação feminina nessas Oficinas (23%), pode estar relacionado ao tipo de crimes ambientais mais praticados pelos participantes, constituídos por infrações previstas no Art. 46; 60; 29; 32 e 64 da Lei 9.605/98, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais (LCA) que envolvem o manuseio de madeira, lenha e carvão; construções, reformas ou obras potencialmente poluidoras ou ainda a caça ou captura de animais silvestres, que em sua maioria exigem grande esforço físico, o que poderia explicar o maior número de apenados que participam das Oficinas pertencer ao gênero masculino. Identificou-se ainda a participação de outras Instituições em atividades como a “Semana de Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, ação realizada pela Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM) em parceria com o IPAAM em maio de 2016. Além da exposição “Tecnologias Sociais” e “Planetário”, realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, (INPA/MCTIC); em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC/CIÊNCIA) em outubro de 2016. Constatamos que no período de janeiro a outubro de 2016 cerca de 4.750 pessoas participaram de alguma atividade no ECAM, o que demonstra a atuação constante das instituições envolvidas. Também foi possível observar que no mês de outubro do corrente ano, 408 pessoas frequentaram o espaço, deste total a maioria pertencia ao gênero masculino 52%. Entre os usuários do ECAM a ocupação com maior incidência no período foi a de estudante, seguido da ocupação de engenheiro e professor. O Lugar de residência dos usuários do ECAM no mês de outubro de 2016, com maior frequência foi Manaus, mas constatou-se também a presença de pessoas, oriundas de outros municípios, estados e países. A partir da análise das entrevistas verificou-se que para a maioria dos entrevistados (95%), espaços como o ECAM favorecem a construção da cidadania ambiental. Verificamos também que alguns entrevistados (31%) afirmaram que o espaço precisa ser mais divulgado. A partir dos resultados foi possível concluir que o ECAM representa um espaço de fomento a cidadania ambiental, fruto da conjugação de esforços de várias instituições ligadas à defesa do meio ambiente que atuam de forma efetiva e bem-sucedida neste espaço. Constatamos ainda que o público alvo do ECAM é constituído, em sua maioria por estudantes. Sugerimos que as atividades ofertadas no ECAM sejam mais divulgadas, através de parcerias com as escolas, para que um número maior de estudantes, professores e cidadãos de outros seguimentos possam usufruir e se beneficiar dos cursos, oficinas, palestras, exposições científicas e atividades desenvolvidas neste espaço não formal de Educação e cidadania ambiental.

Agradecimento:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pela concessão de bolsas por intermédio do edital nº 001/2016 – PCE/FAPEAM/SEPLAN-CTI, SEDUC e GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS; À Comissão Organizadora do I

Simpósio de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, pela concessão da isenção de inscrição; À Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias – VEMAQA, pela anuência concedida; Ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, pela anuência concedida e por disponibilizar os registros históricos do ECAM, Obrigado.

Referências Bibliográficas

ANTONIO, Adalberto Carim. **A Conciliação como Solução dos Problemas Ambientais**. Revista CEJ, Brasília, n. 32, p. 6-11, jan./mar. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 1988.

_____. **Lei nº 9.605**, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1995.

_____. **Lei n. 9795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

COLLIS, J. e HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. 2ª. Ed. Ed. Bookman, São Paulo, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

PINHEIRO, V. **Sistema de responsabilização dos crimes ambientais praticados nas Unidades de Conservação no Município de Manaus**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas) INPA, 2015.

SOUZA, Ivan Nunes. **Oficinas de reeducação ambiental como processo substitutivo de penas por crimes ambientais na cidade de Manaus - Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) UFAM, 2016. Disponível em: < <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5389> > Acesso em: 08/12/2016.

QUANDO AS LUZES SE APAGAM: O IMAGINÁRIO MONSTRUOSO NA TRADIÇÃO GÓTICA

Jéssica Cleofer Amaral de Abreu (UEA) ¹

Gleidys Meyre da Silva Maia (UEA) ²

Resumo: A literatura e o cinema de Tradição Gótica reúnem elementos do terror que encantam gerações até os dias atuais. Mas o que a consagrada obra de Mary Shelley, *Frankenstein*, e a aclamada adaptação do diretor Francis Coppola, *Drácula de Bram Stoker* tem em comum? Bom, a resposta é que tanto essas obras como outras, resultam de um imaginário que se instaurou na mente das pessoas em períodos nos quais o medo era vivido cotidianamente. Na obra *Esquecidos por Deus*, Mary Del Priore aborda sobre as possíveis origens dessas criaturas monstruosas, e o cenário decadente que propiciou as suas aparições. Segundo Gilbert Durand, em *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, esses seres sombrios costumam se manifestar durante a noite, motivando assim todo um pensamento que relaciona os monstros com a escuridão.

Palavras-chave: Tradição gótica, monstros, imaginário, cinema.

O IMAGINÁRIO MONSTRUOSO

No século XVIII, o termo gótico ao ser empregado na literatura passou a classificar obras de terror que ganharam notoriedade devido à ascensão burguesa. Essas histórias trouxeram o sobrenatural de volta às páginas dos livros, numa época em que a “ditadura da razão” tentava predominar. Assim, os romances góticos recorreram a um imaginário que o movimento iluminista parecia querer extinguir, e empregaram nas suas histórias os monstros e toda a atmosfera mórbida vivida naqueles tempos sombrios.

O medo que tomou conta da sociedade, e que segundo Menon (2007) representava o lado mais sombrio do homem, saiu desse imaginário popular, assombrou as páginas dos livros de Shelley, Stoker, entre outros, e chegou à sétima arte para explorar os monstros e toda a atmosfera sombria que circunda a existência desses seres.

Embora haja uma grande variação de obras e filmes do gênero gótico, para a objetividade desta pesquisa serão exploradas as obras *Frankenstein* de Mary Shelley, e *Drácula* de Bram Stoker. Assim como os filmes *Drácula* dirigido por Francis Coppola e *Edward Mãos de Tesoura* de Tim Burton.

OS MONSTROS ESTÃO À SOLTA

Antes de habitarem as páginas dos livros de romance gótico ou as telonas de cinema dos filmes de terror, os monstros, e outras criaturas sombrias, engendraram o imaginário popular desde tempos remotos. Todas essas espécies amaldiçoadas por Deus ou possuídas pelo demônio

¹Acadêmica do 8º período de Licenciatura em Letras do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas

²Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora e pesquisadora na Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Parintins.

como a bruxa, o vampiro e outros seres com formas ou poderes sobrenaturais, deram vida a personagens e a um conjunto de elementos que fazem parte da Tradição gótica.

Para Lovecraft (1987, pg. 13-14), apesar de escritores anteriormente trazerem “traços de horror cósmico”, foi o inglês Horace Walpole que recebeu o título de “verdadeiro fundador da história de horror literária como forma permanente”. Sua obra *O castelo de Otranto*, que lhe trouxe tal reconhecimento. E apesar de não ter obtido muito sucesso e ser bastante criticada pela sequência de absurdos que ocorriam no desenrolar da narrativa, a história Walpole continha o dualismo de luz e trevas, amor e morte, e outros elementos caracterizadores da arte gótica clássica. Porém, foi a jovem Mary Shelley que se tornou uma verdadeira lenda da literatura gótica ao escrever a memorável *Frankenstein* (BADDELEY, 2005).

Frankenstein retrata a história de um jovem cientista, que desafiando as leis de Deus, decide dar vida a uma criatura formada por partes do corpo de pessoas mortas. Ele obtém sucesso, porém ao se deparar com a forma monstruosa que criou se vê arrependido e foge da sua criação. O monstro criado por Shelley é apenas uma das transposições do imaginário dessas criaturas amaldiçoadas para as obras literárias.

Em um cenário no qual horror era vivenciado todos os dias e a população carecia de conhecimento, o sobrenatural ganhava grandes proporções, principalmente para poder explicar alguns casos que aconteciam na época. Foi assim, que o imaginário envolto de muitas criaturas, dentre elas, o vampiro, foi se solidificando (DEL, PRIORE, 2000). Aproveitando-se das lendas que circulavam pelo Leste Europeu sobre o monstro sanguessuga, Bram Stoker em 1897 nos apresentava um dos personagens mais marcantes do lado sombrio da literatura, o conde Drácula.

Além dessas lendas, a inspiração de Stoker para compor a personagem também veio a partir de uma figura real, o cavaleiro Vlad Tepes. (MELTON, 2003). O nobre guerreiro que ficou eternizado pela crueldade com a qual dizimava seus inimigos, inspirou Stoker na construção de um personagem sanguinário e amaldiçoado, que somado ao mito vampiresco tornou-se o maior representante dessa espécie monstruosa.

Drácula aterrorizou diversos filmes, porém, a adaptação de Francis Coppola (1992) do monstro de Stoker para o cinema, continua sendo uma das mais populares e bem recebidas pela crítica. Além de trazer o cavaleiro Vlad Tepes, Coppola (1992) também nos apresenta o estereótipo dos vampiros, cuja estética tem se mantido até as mais recentes obras sobre essa temática.

A aparência do Drácula é baseada nos relatos das doenças que se espalharam nessa época. Lord A (2014) lista algumas destas moléstias que automaticamente eram associadas a um ataque vampiresco: a anemia que explicava a palidez, a porfiria cutânea tardia que gera sensibilidade à luz, e a raiva que não permitia que a boca se fechasse por completo, e assim os dentes ficavam expostos. Todos esses males que ajudaram a traçar o perfil de um vampiro podem ser observados na fisionomia de Drácula

Vale ressaltar que não apenas o vampiro, mas outros abantesmas espalhavam seus horrores justamente nas horas sombrias. Durand (2001, pg. 91) explica que:

No folclore, a hora do fim do dia, ou a meia-noite sinistra, deixa numerosas marcas terríficas: é a hora em que os animais maléficos e os monstros infernais se apoderam dos corpos e das almas. Esta imaginação das trevas nefastas parece ser um dado fundamental, opondo-se à imaginação da luz e do dia.

Todas essas peculiaridades fizeram com que os homens enxergassem nas sombras todo o mal, de preferência sobrenatural, que há no mundo.

Vampiros a personalidades sombrias surgem na cinematografia e despertam o terror e a compaixão de quem os assiste, esse efeito catártico pode ocorrer ao vermos o filme *Edward Mãos de Tesoura* do diretor Tim Burton (1990), que traz uma maldição similar a exposta em *Frankenstein*.

Se *Frankenstein* é o moderno Prometeu, então *Edward Mãos de Tesoura* poderia ser o moderno *Frankenstein*? Certamente há alguns elementos nas duas histórias que realçam essa semelhança. Primeiramente, assim como o monstro de Shelley, Edward é resultado da soberba do homem em querer se comparar a deus, logo, se não é criação divina, então o humanóide passa a ser uma inspiração demoníaca. Outro ponto em comum é a aparência monstruosa de ambas as personagens, pois igualmente a *Frankenstein*, Edward é um ser disforme. Sua particularidade desperta o medo e o estranhamento nas pessoas, tanto que ele é chamado de aberração. A mesma repulsa que o autômato provoca em seus vizinhos, Victor *Frankenstein* sentiu por sua criação.

O “habitat” natural de Edward, um castelo gótico situado no alto de uma colina também se assemelha ao de *Frankenstein*. Sobre essa conexão entre as obras Baddeley (2005, p.138) afirma que “Aqui Burton traça um forte paralelo entre a turba de aldeões que, raivosa, tomara de assalto o castelo de *Frankenstein* e a multidão conformista que age por trás do ambiente dos subúrbios americanos”.

O contraste entre o castelo negro de Edward e as casas coloridas que o cercam, realça a estranheza entre ele e a comunidade assim como sua localização, que também é uma maneira de promover a exclusão social que o monstro de Burton sofre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecemos o medo de outrora pela figura do vampiro, do fantasma, da bruxa, e de outras formas tão estranhas, cujo único termo que pode classificá-las é, senão, a palavra aberração. Por meio dessas criaturas repletas de simbolismo, que o homem pôde sonhar e também ter pesadelos, se encantar, e se assombrar. Contudo, dentro desse dualismo que envolve os monstros, e do dilema constante que indaga as origens de sua existência, apenas uma coisa é certa: eles continuam à solta, e de tempos em tempos ressurgem. Seja como personagem de uma obra literária, ou de um novo filme que explora esse campo tão fecundo que é o imaginário monstruoso.

BIBLIOGRAFIA

BADDELEY, Gavin. **Gothchic: um guia para a cultura dark**, trad. Amanda Orlando, Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

DEL Priore, Mary. **Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**, trad. Hélder Godinho, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LORD, A. **Mistérios vampyricos**, 1ª ed. São Paulo: Madras, 2014.

LOVECRAFT, Howard Phillips. **O horror sobrenatural na literatura**, trad. João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987

MELTON, John Gordon. **O livro dos vampiros: a enciclopédia dos mortos-vivos**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2003

MENON, Maurício Cesar. **Figurações do gótico e de seus desmembramentos na literatura brasileira de 1843 a 1932**. Londrina, 2007.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

STOKER, Abraham. **Drácula**. Trad. Theobaldo de Souza. Porto Alegre: L&PM, 1983.

FILMOGRAFIA

Bram Stoker's Dracula. Dir. Francis F. Copolla. 1992. DVD. EUA: American Zoetrope e Columbia Pictures Corporation.

Edward Scissorhands. Dir. Tim Burton. 1990. DVD. Los Angeles: 20th Century Fox Home Entertainment.

**Cidade e Políticas Culturais na Baixada Fluminense:
um olhar sobre o município de Duque de Caxias**

Profa. Dra. Rosane Cristina de Oliveira

(Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
Universidade do Grande Rio)

Palavras-Chave: Cidade, Políticas Culturais, Baixada Fluminense.

Introdução

A relação entre a cidade e o sentimento de pertencimento daqueles que nela residem, sem dúvida, perpassa tanto pela questão do Direito à cidade, como pela dimensão cultural típica daquele espaço urbano. Neste sentido, a proposta deste trabalho é discutir a relação entre cidade e políticas culturais, a partir da contextualização e análise políticas culturais que foram apresentados e institucionalizados pelos governos da Cidade de Duque de Caxias desde o início do século XXI até o estabelecimento do Plano Municipal de Cultura de Duque de Caxias (Lei No. 2.745 de 10/11/2015), tendo em vista a importância da cultura local como forma de construção do pertencimento e reconhecimento do “lugar” no qual os sujeitos habitam. Este estudo faz parte dos resultados preliminares do Projeto de Pesquisa intitulado *Cidade e políticas culturais: um estudo sobre as políticas culturais e o Plano Municipal de Cultura de Duque de Caxias*¹, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão e Pesquisa (PROPEP), da Universidade do Grande Rio. Estes resultados são as leituras teóricas sobre Cidade e Políticas Culturais, e, também, as primeiras apreciações em torno do Plano Municipal de Cultura de Duque de Caxias

No Brasil, os estudos que envolvem políticas culturais no âmbito estadual e municipal tornaram-se crescentes dos anos 2000 em diante, cuja a perspectiva está alicerçada no fato de que tais políticas devem conjugar articuladamente propostas dos poderes públicos, órgãos civis, entidades privadas, grupos comunitários diversos, com o intuito de verificar quais são as reais necessidades culturais da sociedade local. Discutir a cidade, como um lugar fundamentalmente cultural e que possui inúmeros aspectos simbólicos, monumentos, museus, etc., é importante tanto para os atores políticos e sociais, como para a construção das bases participativas no que concerne o direito à cidade, ou seja, acesso por parte daqueles que nela habitam, dos bens culturais e econômicos que ela pode e deve oferecer.

A importância desta proposta de pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de produzir estudos sobre a Baixada Fluminense (e, nesta proposta enfatizamos o município de Duque de Caxias) em relação aos espaços de cultura e as múltiplas manifestações culturais que fazem parte do cotidiano cidadão. Em segundo lugar, é fundamental discutir a questão das políticas culturais, uma vez que é através da dimensão cultural que se torna possível criar, reavivar ou reconhecer, no bojo da vida urbana, estratégias tanto para o pertencimento, bem como para o que a sociedade local entende e espera do poder público em relação à cultura local. É nesta perspectiva que este projeto se insere.

A estratégia metodológica baseia-se em pesquisa bibliográfica sobre cidade, políticas culturais e cultura local; exploratória em relação ao levantamento de dados/informações sobre

¹ Este projeto de pesquisa faz parte dos estudos e discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa, cadastrado no CNPq, intitulado Núcleo de Estudos Urbanos: Redes, Narrativas, Subjetividades e Memórias – NURBS, e tem a participação de dois alunos de iniciação científica, sendo um bolsista pelo CNPQ (Thamyris Mesquita Dias Nogueira) e o segundo cadastrado como pesquisador voluntário (Athilla Henrique Carvalho de Sousa).

os projetos culturais discutidos e implantados no município caxiense; análise documental (atas de reuniões das discussões em torno de propostas / projetos de lei; relatórios oficiais); análise de fontes primárias e secundárias (jornais e revistas locais, blogs e fóruns de discussão).

Políticas Culturais e Cidade: questões conceituais

Um dos estudos pioneiros, na América Latina, sobre políticas culturais é o trabalho de Nestor Canclini, publicado em 1987 e intitulado *Políticas Culturales en América Latina*. Neste estudo, além da análise crítica em torno das dificuldades de pensar e institucionalizar as políticas culturais no contexto de crise pelo qual a América Latina estava inserida nos anos 1980, chamou a atenção para o aspecto da segregação e dificuldades enfrentadas pelas classes trabalhadoras no acesso aos “espaços” de cultura que estão contidas nos chamados “patrimônios hegemônicos”, ou seja, “se trata de conhecer os sítios arqueológicos, a arquitetura colonial e os objetos nobres da antiguidade para resgatar-los e restaurar-los” (Canclini, 1987, p. 55). Para Canclini, as classes populares estão excluídas, portanto, de duas maneiras: em primeiro lugar porque o patrimônio cultural está nas mãos dos grupos dominantes; e em segundo lugar, porque os estudos voltados para difundir e resgatar os bens culturais hegemônicos, em geral, não se baseiam nas necessidades culturais reais da população. Dessa forma, raramente são elaborados diagnósticos “sobre a necessidade da população que permita intervir na distribuição de recursos e avaliar a eficácia dos serviços prestados por museus, programas educativos e comunicacional” (CANCLINI, 1987, p. 55)

A cultura constitui um dos temas mais instigantes para a antropologia, sociologia, história e outras áreas do conhecimento. Embora não exista um consenso acerca do conceito de cultura, de acordo com o dicionário de conceitos históricos, “em todo universo cultural, há regras que possibilitam aos indivíduos viver em sociedade; nessa perspectiva, cultura envolve todo o cotidiano dos indivíduos. Assim, os seres humanos só vivem em sociedade devido à cultura. Além disso, toda sociedade humana possui cultura. A função da cultura, dessa forma, é, entre outras coisas, permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. E é por meio da herança cultural que os indivíduos podem se comunicar uns com os outros, não apenas por meio da linguagem, mas também por formas de comportamento. Isso significa que as pessoas compreendem quais os sentimentos e as intenções das outras porque conhecem as regras culturais de comportamento em sua sociedade” (SILVA, 2006, p. 86).

Discutir a cidade, como um lugar fundamentalmente cultural e que possui inúmeros aspectos simbólicos, monumentos, museus, etc., é importante tanto para os atores políticos e sociais, como para a construção das bases participativas no que concerne o direito à cidade, ou seja, acesso por parte daqueles que nela habitam, dos bens culturais e econômicos que ela pode e deve oferecer. Esta perspectiva de análise alicerça-se nas discussões de Henry Lefèbvre, em o *Direito à cidade*. Para este autor, “o direito à cidade se afirma como um apelo, uma exigência [...]. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada.” (LEFÈBVRE, 2001, p. 117-118).

É importante destacar que no texto do Plano de Municipal de Cultura de Duque de Caxias, no capítulo VI, “Da revitalização cultural da cidade através dos distritos em uma amostra anual batizada de festival da primavera de Duque de Caxias”, a proposta é a criação e interação cultural dos distritos que formam o município caxiense “pela economia criativa”. Assim, o processo de integração cultural seria promovido através da apresentação de “oficinas da economia e das artes” em cada distrito. Além disso, a Lei propõe, também, políticas públicas de oposição à “cultura da violência” e, no capítulo VIII, sugere a implementação de uma política pública para a educação enfatizando a cultura local em suas variadas formas de manifestação.

Considerações parciais

Este trabalho diz respeito aos resultados preliminares da pesquisa intitulada *Cidade e políticas culturais: um estudo sobre as políticas culturais e o Plano Municipal de Cultura de Duque de Caxias*, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão e Pesquisa (PROPEP), da Universidade do Grande Rio. Expomos aqui as leituras conceituais realizadas em torno das temáticas políticas culturais e cidade. A análise e contextualização do Plano Municipal de Cultura de Duque de Caxias, institucionalizado em 2015, foi fundamental para situarmos o direcionamento acordado pelo poder público. Entretanto, é imprescindível observar a consonância entre o Plano Municipal de Cultura de Duque de Caxias e a realidade local, com o objetivo de verificar até que ponto as proposições exposta no referido documento, encontra ecos com as necessidades da população.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Cultura. Legislação Cultural Brasileira Anotada. Supervisão e organização da pesquisa Theo Pereira da Silva; coordenação e pesquisa Yberê Eugênio Veiga. Brasília: MinC, 1997.
- CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque . In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 31, 2003. p. 161-181
- CANCLINI, Nestor Garcia. Políticas Culturales em America Latina. México: Editora Grialbo. 1987.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- MICELI, Sérgio (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.
- MINAYO, Oliver. A condição urbana: a cidade na era da globalização. SP: Estação Liberdade, 2009.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. MARAFON, GJ; RIBEIRO, MF Estudos de geografia fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, p.13-26, 2002.
- SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2006.
- SOTO, Cecília ET AL. Políticas Públicas de cultura: os mecanismos de participação social in RUBIM, Albino Canelas (Org.). Políticas Culturais no governo Lula. Coleção Cult. Salvador: EdUFBA, 2010.
- SOUZA, MarluCIA Santos de. Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

“Amazonas, Amazonas”: uma análise do documentário de Glauber Rocha

Rosiel do Nascimento Mendonça

Prof. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga (Universidade Federal do Amazonas)

Palavras-chave: Amazonas; cinema; documentário; Glauber Rocha.

Nesta apresentação, discutimos alguns resultados preliminares da pesquisa de mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/Ufam), que se debruça sobre o documentário de curta-metragem “Amazonas, Amazonas” (1966), dirigido por Glauber Rocha.

Ligado ao movimento do Cinema Novo, que propôs um novo paradigma estético e político para a Sétima Arte brasileira, Glauber foi contratado pelo governo do Amazonas para produzir um filme de divulgação dos potenciais turísticos e econômicos do Estado. Naquele momento pós-golpe de 64, quem ocupava a chefia do Executivo estadual era o historiador Arthur Reis, reconhecido estudioso da “problemática amazônica”, isto é, dos entraves ao desenvolvimento de uma região que estava estagnada desde o início do século XX, com o fim do Ciclo da Borracha.

No entendimento dele e de outros intelectuais da mesma geração, a Amazônia precisava ser efetivamente integrada à cadeia econômica do Brasil por meio de ações conduzidas pelo poder central. O pesquisador Hélio Dantas (2014) aponta que Reis defendia uma política nacional mais atuante na região, em que as possibilidades de desenvolvimento estivessem calcadas na pesquisa científica, no estímulo à racionalização dos processos produtivos e no conhecimento profundo da realidade local:

O problema encontrava-se não na natureza, mas na forma como a região era administrada e estudada. Inclusive, para o autor, a própria inércia e desinteresse do Estado brasileiro pela região deviam-se, em grande parte, à visão distorcida ou idealizada que se tinha dela, que findava por condená-la ao primitivismo (DANTAS, 2014, p. 92).

Nesse sentido, como parte dos objetivos da pesquisa, buscamos identificar as representações que “Amazonas, Amazonas” faz do Estado e da região amazônica, relacionando a narrativa verbo-visual da obra com os discursos socialmente disponíveis na década de 1960. Entendemos que, longe de ser uma mera peça de divulgação turística, o documentário de Glauber Rocha acabou assumindo uma leitura crítica – na medida do possível, pois tratava-se de obra de propaganda encomendada – da situação social e econômica do Amazonas à época. Assim, o filme pode ser analisado a partir de dois eixos:

1) Sob a perspectiva do **cinema-história**, conceito apresentado por Marc Ferro (NÓVOA; BARROS, 2012). Durante muito tempo, as fontes documentais usadas pela História foram extremamente hierarquizadas, atendo-se ao caráter de “verdade” dos documentos oficiais ou institucionais. Por volta da década de 60, houve um movimento de transformação das concepções de História e das antigas hierarquias. Foi assim que as imagens em movimento, antes consideradas atrações de feira e pouco confiáveis enquanto documento histórico, passaram a ser valorizadas pelos “rastros” e marcas que podem fornecer sobre a sociedade e o tempo em que foram produzidas.

Dessa maneira, “Amazonas, Amazonas” se habilita, ao mesmo tempo, como fonte e

agente da História na medida em que informa sobre o contexto que o engendrou e também assume uma dada discursividade sobre o Amazonas e sua capital. O filme de Glauber registra, por exemplo, cenas de uma Manaus que não existe mais: estão no filme cenas do bairro do São Raimundo, ainda repleto de veículos de tração animal nas ruas, bem como dos antigos ônibus de madeira na Praça da Matriz. Em relação ao discurso que adota, “Amazonas, Amazonas” faz a clássica representação da Amazônia como região esquecida e abandonada, à espera que sua riqueza humana e natural fosse valorizada.

2) Por fim, “Amazonas, Amazonas” faz um típico retrato de Manaus como “**cidade em crise**”, para retomarmos a expressão do Prof. José Aldemir de Oliveira (2003), segundo o qual esse foi o discurso predominante na capital amazonense entre o fim do Ciclo da Borracha e o início da ditadura militar: “Manaus parece uma construção inacabada, onde cada geração pode construir um pouco, quase sempre destruindo o que já se construiu” (p. 165). No documentário, esse discurso se faz presente nas representações iniciais de Manaus como o lugar do fausto, dos aventureiros e das “súbitas fortunas”, tendo o Teatro Amazonas como o ícone máximo da sociedade da borracha.

Tal cenário logo é contraposto a imagens de prédios em abandono e decadência, heranças visíveis da falência da economia gomífera. “Manaus ressurgiu mais lenta e realista, à espera do Amazonas ser incorporado como agente do processo econômico”, diz o locutor. Para Oliveira (2003), a espera é justamente a principal característica da temporalidade e espacialidade amazônicas: “Na Amazônia, na visão das elites, a história não deve ser feita, deve ser esperada” (p. 53).

O filme de Glauber Rocha assume, então, a forma de um apelo às autoridades, que deveriam guiar o desenvolvimento do Amazonas, incorporando-o ao processo econômico do País. Portanto, a presente análise vem para acrescentar novos olhares ao estudo de uma fase importante da História da região, além de lançar luz sobre uma obra pouco conhecida e estudada da filmografia glauberiana.

Referências

AMAZONAS, AMAZONAS. Direção de Glauber Rocha. Manaus: Departamento de Turismo e Promoção. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=tMyUZI63eCo>>. Acesso em: 20 out. 2017.

DANTAS, Hélio. *Arthur César Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

NÓVOA, Jorge; BARROS, José D’Assunção (Orgs.). *Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer/Edua/Governo do Amazonas, 2003.

OBRAS DE ARTE EM ESPAÇOS PÚBLICOS: LEITURA E CRÍTICA DOS PAINÉIS DE CLEODON FARIAS

Tafinis Said (UFRR)

Elisangela Martins (UFRR)

Resumo: Este trabalho tem como tema central três painéis de madeira em grandes dimensões (3x4m, 3X8m, 3X8m) de autoria de Cleodon Marques Farias, que, expostos no hall de entrada da Assembleia Legislativa de Roraima, assumem o caráter duplo de obra de arte e patrimônio público. A história da produção e compra dos painéis pela Assembleia Legislativa foi investigada a partir de entrevistas orais com o artista. Seu conteúdo também foi submetido à análise de conteúdo, com a finalidade de identificar e interpretar signos e símbolos trabalhados pelo autor. Tomando como base teórica estudiosos como Stuart Hall, Pierre Nora, Ecléa Bosi e Michael Pollack, observou-se que essa manifestação artístico-cultural, produzida por encomenda, embora não tenha seu conteúdo previamente definido pelos agentes detentores do poder político, faz coro ao seu discurso e atua conjuntamente na busca pela determinação dos símbolos e signos que deveriam representar Roraima e seu povo, uma vez que foi verificado que, para além das lendas que o autor pretendeu retratar, as obras são representativas de um discurso de poder, remetendo à história e à composição social de Roraima num momento de afirmação da identidade local – a transição do status político de Território para Estado. Conclui-se que obras de arte como essas, expostas em prédios públicos da capital Boa Vista, podem e devem ser interpretadas como fontes para o conhecimento dos esforços políticos realizados com intenção de construir uma identidade para o próprio estado de Roraima.

Palavras-chave: Roraima; Identidade; Arte; Painéis

Este trabalho é fruto de uma investigação maior sobre as obras de arte expostas no interior dos prédios de órgãos públicos da capital de Boa Vista –Roraima. Foram abordados os prédios da Assembleia Legislativa, Palácio do Governo, Prefeitura Nova, Palácio da Cultura, entre outros. No recorte, exporemos nosso referencial teórico para em seguida tratarmos especificamente das obras do conteúdo das obras de arte expostas no prédio da Assembleia Legislativa de Roraima- ALE. O objetivo do trabalho é discutir o papel das obras de arte expostas em locais públicos como elementos de formação da memória e da identidade de determinado estado.

Muitas problemáticas envolvem a questão da formação de identidade. No contexto da pós-modernidade, marcado por constante mudança, a política, em contrapartida, busca definir um ideal identitário, cultural e social, seja por discursos ou imagens. Hall (2006), por sua vez, explica que algumas identidades tentam manter ou recuperar o que consideram como sua beleza anterior, que teriam sido perdidas, enquanto outras “aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença”, ou seja, não voltarão a ser unitárias nem “puras”.

Sabemos por Michael Pollak (1992) que a memória e a identidade são valores que geram disputas em conflitos sociais opondo grupos políticos diversos que buscam representar a si e aos outros. Pierre Nora (1993) em seu artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares” reflete sobre esses processos de representatividade através de um resgate à memória sobre a história. Nora ensina que,

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos,

imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero e devesse se tornar prova (NORA,1993, p.15).

Para entender essa problemática, é possível abordar as obras de arte e o modo como ficam disponíveis para o público. Isso porque as obras trazem símbolos, imagens que possuem significados, ou seja, representam uma materialização da memória, aquilo que Pierre Nora (1993) chama de “estoque material daquilo que é impossível lembrar, algo insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar”.

Assim, se por um lado os artistas também são agentes importantes sobre o imaginário de uma sociedade e ora fazem a reafirmação, ora desestruturam uma identidade sobre um caráter global, também os locais onde a arte fica exposta, mesmo sujeitos a muitas interferências, se convertem no que Nora (1993) chama de “lugares de memória”.

O historiador explica que nos tempos clássicos, os maiores mantenedores de lugares de memória eram as grandes famílias, a igreja e o Estado. Para Nora (ano), existem lugares de memória e os monumentos seriam alguns desses lugares. Nesse aspecto, a memória se caracteriza portanto como “um fenômeno construído social e individualmente”, podendo “ser herdada por meio da socialização política ou histórica” (POLLAK,1992,p.2).

Tratando da formação da memória e identidade no estado de Roraima, Elisângela Martins (2010) demonstra elementos pelos quais os primeiros criadores de gado da região, que constituíram famílias posteriormente autodenominadas “tradicionais” e que são participantes ativas da organização do poder local, construíram monumentos na capital Boa Vista Roraima de forma a valorizar sua participação na história da construção do estado. Por causa disso, a produção artística presente nesses monumentos apresenta o ideal identitário desses agentes do poder político em nome das “famílias tradicionais”. Diante disso, pode-se afirmar que uma visão exógena¹ tende a representar os personagens históricos. Martins apresenta e analisa a forma pela qual os monumentos, erigidos por essas “famílias tradicionais”, geralmente apresentavam a figura do indígena, do garimpeiro e do pioneiro e como serviram à disputa para formação identitária local (MARTINS, 2010, p.150).

Com base nesses pressupostos, investigamos obras de arte expostas em órgãos públicos da capital de Roraima com vistas a observar como estas produzem sentidos, compondo, com outros elementos da história local, um sistema de representação cultural. Nosso objeto específico são 3 painéis entalhados e pintados em madeira, com grandes dimensões (3x4m, 3X8m, 3X8m) e expostos no hall de entrada e no corredor da ALE/RR. Embora não se observe assinatura visível nos trabalhos, seu autor é o artista Cleodon Marques Farias, mais conhecido como Farias, paraibano que vive há 40 anos em Roraima.

Sobre a temática das obras, o artista afirma que prefere tratar de “temas amazônicos” nos seus painéis e que sua trajetória artística já demonstrava uma certa frequência nessa temática. Segundo ele, seus temas “sempre foram ligados ao cotidiano [...], a fauna e a flora, aos costumes indígenas, e os temas amazônidas”(FARIAS, 2016). Pode-se afirmar que, por elementos do conteúdo bem como pelo modo como estão expostas, as obras do paraibano Farias reforçam o que se chama de representação exógena² da Amazônia. Sobre isso, Magali Bueno explica que essa representação estabelece e “atribui, a partir de fora, uma imagem para a região que tem a função de silenciar as representações endógenas”. (BUENO,2002 P.169)

¹ Nas representações que definem o que seria a Amazônia existe uma grande quantidade de estereótipos ligados à região a retratam com florestas e rios caudalosos - representações ligadas à sua fisiografia – bem como um vazio demográfico, atraso, indigência cultural e indolência dos nativos, entre outros (BUENO, 2002, p.65).

²Magali Bueno (2002) cita que a visão exógena se refere à visão das pessoas que vivem fora da Amazônia tem sobre a região. E a visão endógena se refere à visão de pessoas que vivem na Amazônia tem sobre a região.

Imagem 1 e 2 – Obras no hall do prédio Assembleia Legislativa



Foto: Wellmar Roth

Para demonstrar esse caráter exógeno, ressaltamos a exuberância da natureza, compondo um caráter místico representado pelas lendas. Farias emoldura as cenas com rios, folhagens, flores e árvores. Essa estratégia reforça a sensação de se estar vendo uma capturada no interior da floresta, onde as personagens principais aparecem ainda cercadas de pássaros e peixes, além de desenhos estilizados circulares que lembram vitórias régias ou, por outra, troncos de árvore cortados. É interessante observar que, nessas imagens circulares que o autor define como sendo “alegorias”, por vezes se pode observar um traçado radial que remete ao formato do mapa da cidade de Boa Vista.

À primeira vista os painéis parecem compor uma única narrativa na qual figuram como centrais personagens representados por longilíneas e alvas figuras femininas, lembrando ninfas ou deusas. Essa possibilidade de leitura se acentua pelo fato de que nenhum deles placa de identificação. Em entrevista concedida para a pesquisa em 2016, o artista esclareceu que cada um dos três painéis retrata lendas amazônicas: lenda da mãe d’água, do Tepequém e a da Cruviana e foram pintados com cores vibrantes de acordo com o tema amarelo para lembrar o fogo e calor do vulcão (lenda do Tepequém), tons de azul para lembrar o vento e frio da noite (Cruviana), variações de verde e azul para a mãe d’água. Chamou a atenção, portanto, que os personagens centrais dessas lendas são originalmente indígenas, mas não estão assim representados e tal situação nos faz pensar sobre as disputas pela memória e observar que há, nesse caso, certo apagamento da presença indígena.

Sobre a aquisição dessas obras, Farias (2016) explica que se deu através de uma reunião na qual firmaram “acordo entre as partes”, compostas por assessores dos chefes políticos e o artista. A ausência de registros oficiais da compra permite afirmar a falta de transparência do processo. Fruto de ações particulares em consonância com membros da elite local de políticos que formam o governo do Estado e da Prefeitura de Boa Vista, tal forma de aquisição de uma obra de arte não significa, portanto, a abertura de espaços públicos para a participação dos artistas e não pode ser entendida como fomento à produção artística local, o que demonstra que a presença de obras de arte nos espaços públicos da capital não pode ser lida como parte de uma política de valorização dessa produção.

Tais apontamentos nos servem para iniciar, portanto, uma discussão sobre o papel que a arte pode ter em locais onde a disputa pela memória e pela formação identitária ainda se dá de modo muito acirrado. Para tanto, problematizamos os interesses do poder público na aquisição de obras de arte, com desdobramentos que fomentarão a continuidade da nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. Companhia das Letras: 10ª Edição.1995.
- BUENO, Magali. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos, de Geografia e da mídia impressa**. 2002. 187p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- FARIAS, Cleodon Marques. **Entrevista**. Entrevista concedida à Tâfinis Said em 15 de Dezembro, 2016/ vídeo, 30min. Boa Vista, 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.
- MARTINS, Elisângela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. 2010. 222p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- NORA, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. **IN: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 1993. 28 p. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 03 março 2015.**
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

**A CIDADE DE MANÁOS E O PAÍS DAS SERINGUEIRAS: ENTRE A CIDADE
MOSTRADA E A CIDADE VIVIDA**

Bruno Miranda Braga

Professor - Universidade Federal do Amazonas UFAM

A cidade Manaus, ao longo do século XIX, assumiu importantes papéis políticos e culturais como polo da produção gomífera internacional, bem como nova capital da mais recente Província do Império do Brasil. Se comparada ao início do oitocentos, no seu findar, Manáos havia mudado, suas feições eram de uma cidade que exaltava civilidade aos moldes europeus. Pelo menos publicamente a cidade era apresentada como “alva e moderna”, sem problemas urbanos e sociais. A sociedade que enriquecera com a extração da goma elástica, gabava-se de que sua cidade, não ficava para trás de qualquer cidade europeia do mesmo período. Esse era o discurso, porém entre a cidade mostrada e a cidade vivida, a cidade do cotidiano, havia uma linha de diferenças avassaladoras. O espaço urbano, criado para apresentar ao mundo e atrair o público estrangeiro, ao mesmo tempo que projeta, riqueza, luxo e civilização, também guarda em seu interior contradições e muitas resistências, pois o mesmo espaço que urbaniza, adorna, segrega e expelle para longe.

Na modernidade, existia um acontecimento internacional, que visava mostrar o que cada localidade possuía de “melhor”, eram as Exposições Universais. Francisco Foot Hardman (1988, p. 49), nos diz que elas representavam o *exibicionismo burguês*, e, nelas viam-se desde a transparência do vidro, à maleabilidade do ferro.

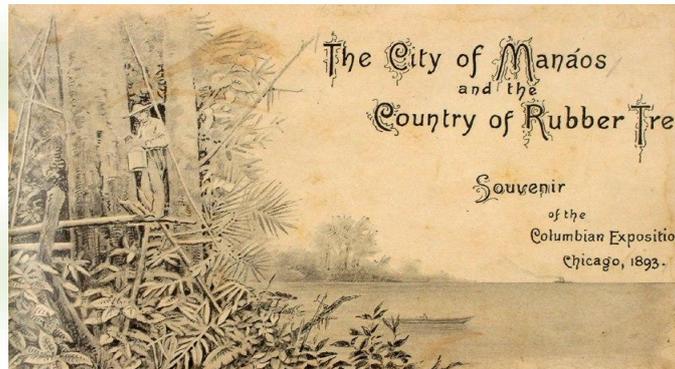
Bem, o Brasil não poderia ficar de fora dessas mostras, e participou de diversas delas. Melhor ainda, Manáos, querendo ostentar o “orgulho da civilização”, “referencial de progresso”, não deveria mesmo perder a oportunidade de mostrar ao mundo sua ascensão em meio a selva.

Sandra Pesavento (1997, p. 13), afirma que nas exposições, “o mundo pois se mobilizava para um encontro universal em nome do progresso e da concórdia entre os povos, da instrução e do divertimento das trocas comerciais e da exibição de novidades, etc., etc.” Dentre as diversas Exposições Universais, a do ano de 1893, realizada em Chicago, é bastante relevante para Manáos. Nesta Manáos foi apresentada pelo Álbum: “*The City of Manáos and the Country of Rubber Trees*”, que se traduz em “A Cidade de Manáos e o País das Seringueiras”, era um souvenir, divulgado na Exposição.

Desde a capa, o álbum desperta curiosidades e encantamentos. Vemos nesta imagem, o seringueiro em seu ofício, cercado pela vegetação e o rio. As letras, desenhadas de maneira pitoresca, chamam atenção.

No seu interior, vemos de tudo um pouco, desde elementos nativos como variedades da fauna e flora, os prédios de Manáos que começavam a surgir neste período, e os índios, sim o índio aparece neste álbum, porém de uma forma longínqua, afastada, o que fica em evidência é a *belle époque*, a reurbanização da cidade, as pompas que a economia gomífera proporcionou.

Figura 01: Capa do Álbum *Souvenir* da Exposição Universal de Chicago. “*The City of Manáos and the Country of Rubber Tree*”, 1893



Fonte: Acervo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.

Entre a cidade mostrada, e a cidade vivida, neste álbum temos uma distância expressiva, pois, essas fotografias de paisagens, com a participação em exposições universais, desperta uma sensação de “*não estar no todo*”, de “*iluminar uma parte escurecendo as demais*.” Sim, não é toda a Manáos que aparece neste álbum, até porque, quem não se enquadrava nas normas, no discurso do belo e organizado não iria ser bem visto em uma exposição progressista, que precisa atrair investidores na cidade.

Então, esse discurso de progresso, era estampado neste álbum, como o intuito de representar o belo, o ideal, porém a realidade nem sempre correspondia ao retratado no álbum. Era imperativo que se mostrasse apenas o belo, mas como lemos acima o belo não é a realidade em si, uma vez que desta fase, não foram todos os ângulos, os contrastes que existiam. Todas as imagens, fazem uma alusão a cidade como sendo de raízes estrangeiras, mas vê-se índios que são ligados ao exotismo, ao diferente, ao fantasioso.

Um dos objetivos da fotografia no século XIX, limiar do XX, era o de seduzir, apresentar ao mundo uma localidade pouco conhecida, era divulgar, publicar, Manáos era apresentada como uma cidade viva, celebrada, civilizada e opulenta. Porém, pelas figuras do álbum, verificamos uma postura de aversão dos governantes em apresentar ao mundo um local onde ainda os indígenas formavam a maior parte do contingente humano. Mas, pela leitura das imagens presentes, vemos que também, há uma tentativa grotesca de apresentar ao mundo Manaus como exemplo de civilização, como local de civilização.

Que a cidade virara naquele momento um canteiro de obras não há discordância, mas a ausência de elementos e fazeres indígenas na cidade é uma tentativa frustrada.

Criação de gado, casas cobertas de palha e estrutura em tábuas, pessoas com trajés simples, sem eletricidade, sem praças, sem jardins, sem teatro, meio de transporte: canoa, grande porção de água em rio, etc., são características típicas da vida interiorana apresentada nas imagens do álbum, era como se Manáos fosse consolidada como centro urbano civilizado, distante de todo o “atraso” da vida rural, do interior, porém em grandes áreas de Manáos, essas práticas sociais, mesmo impedidas pela Legislação, ocorriam, pois, a grande maioria da população residente na cidade da borracha era índia, tapuia ou mameluca, e à *belle époque* não alcançou a todos. A imprensa local, diariamente apresenta-nos a visão, as vivências daqueles que pouco ou quase nada usufruíram do boom da borracha, muitos afirmavam que,

A impressão que se tem ao chegar a Manaus é deplorável. A capital do grande Estado, em que há na natureza opulenta, na sombria fertilidade de suas terras, não um, mas muitos potosis, mais parece uma cidade em abandono.

É um horror! A cidade está cheia de indigentes, que vivem a sol e a chuva, pelos jardins e por todos os cantos da cidade, muitos atacados de febre e beribéri! Morre-se de fome em Manaus, é esta a verdade. (JORNAL Correio do Norte 03/02/1906).

Assim, visualizamos a grande distância entre a cidade mostrada, divulgada ao mundo e uma outra cidade. Vale ressaltar que, acredito que o poder ao mostrar no álbum índios e afirmar que são habitantes da região do Rio Purus, queriam evidenciar que os índios estavam longe de Manáos. Geograficamente falando, a região do Purus é bastante distante de Manaus, o que leva a crer que se criou um discurso de que em Manáos não haviam indígenas, nem tapuias, houve um “*branqueamento da vitrine*”. Tornou-se imperativo “desaparecer” com os índios de Manaus, visto que Manáos se tornava cada vez mais branca, o interessante é perceber que mesmo assim, o poder público, pôs no álbum da Exposição de Chicago, fotos de índios, talvez para apenas utilizar o índio como uma forma de excentricidade.

Com toda essa discussão, pretendemos mostrar como o poder público criou o mito, uma verdade que na qual, na cidade de Manáos, no período analisado, era quase que impossível se ter índios, ou mais, se viver com práticas de saberes indígenas. Pelo que já foi posto até aqui, visualizamos que a cidade mostrada era uma, e na cidade das vivências, havia uma distância simulacro da cidade vivida que exalava em sua sociabilidade saberes, fazeres sabores e crenças indígenas.

No ano de 1900, houve outra exposição, essa mais luxuosa e exuberante, era a Exposição de Paris, por se realizar na Cidade Luz, modelo a ser seguido, o Amazonas, em especial Manáos, devia estar ali representada. O Jornal Commercio do Amazonas, do dia 12 de junho de 1898, em uma matéria intitulada “*A Amazonia em Pariz*”, narra uma rivalidade bem particular da região: Pará contra Amazonas. O autor da matéria, procura evidenciar que não é justo o Pará expor prédios e monumentos mais estrangeiros que nativos, e o Amazonas, ficar com o atrasado conteúdo típico da região, nas palavras do autor:

[...] o Amazonas, a nossa prodigiosa terra, nada tem que expor a não ser os desenhos dos palácios que pretende construir, das pontes, reservatório e outros melhoramentos materiais desta capital, pois os seus produtos cifram-se na sinfonia elástica, na castanha e no cacau já muito conhecidos e para os quais não precisamos mais de reclames, porque felizmente não temos para eles competidores nos mercados estrangeiros.

Exibir flechas, arcos e outros objetos indígenas isso já passou a ser ridículo.

Madeiras? Mas para que expor madeiras se nós as importamos por não termos quem se incumba de arrancá-las das majestosas matas virgens, que só nos animamos a explorar para extrair a seringa?! [...] (JORNAL Commercio do Amazonas, 1898)

Vemos qual objetivo que gostariam de apresentar uma cidade urbanizada, moderna, branca e civilizada, mostrar elementos da cultura indígena era retrógrado, e já era uma coisa sem importância, a própria madeira era importada, pois não havia trabalhadores para extrair, para a elite só interessava a extração da seringa!

Referências

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a Modernidade na Selva*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

JORNAL Comercio do Amazonas. Ano XXX, Nº 203. Domingo, 12 de julho de 1898. Manáos, 1898 – grifos nossos. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

JORNAL Correio do Norte, de 3 de fevereiro de 1906 – Matéria: “A Miséria no Amazonas”, cartas. – Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA.

MAUAD, Ana Maria. *Imagem e Autoimagem do Segundo Império*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) ALENCASTRO, Luiz Felipe (org. do vol.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 02. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

The City of Manáos and the country of rubber trees. (Álbum souvenir distribuído na Exposição de Chicago em 1893). Sem local, editora e data de impressão – Acervo: IGHA.

**ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO ESTUDO DA CULTURA MATERIAL DE
PRETOS- VELHOS DO MUSEU E LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA
ALFREDO MENDONÇA DE SOUZA¹**

Flávia de Oliveira Fernandes²

RESUMO: O estudo desenvolvido se propôs a estudar a cultura material de pretos- velhos que estão sob a salvaguarda do Museu e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, tendo como objetivo apresentar reflexão sobre o potencial das estatuetas de pretos-velhos em associação com os sentidos de memória e identidade. Como o próprio nome os identificam preto-velho e preta-velha fazem referências aos anciãos negros do passado, visualmente produzindo um efeito, ao evidenciar através da sua forma material e características, uma atmosfera da escravidão, conjugando características variadas entre o religioso, o social e o cultural. Tendo o aporte teórico e metodológico da Arqueologia Histórica, buscamos através da interdisciplinaridade um apoio para ampliação e construção do conhecimento, sendo realizado levantamento de documentação, leitura analítica, produção de um inventário e análise laboratorial. Buscamos contribuir para o entendimento dos diversos patrimônios culturais manauara e incentivar outras pesquisas sobre esta temática a partir de variados panoramas possíveis.

Palavras-chave: Pretos-Velhos; Identidade; Memória; Cultura material; Arqueologia Histórica.

Introdução

O casal de estatuetas de pretos-velhos foram identificadas no ano de 2010, através de um trabalho arqueológico realizado nos Casarões da Sete, atualmente Salão de Eventos Culturais Rio Solimões, mais conhecido localmente como Salão Rio Solimões, localizado ao lado do Palácio Rio Negro, na Avenida Sete de Setembro no bairro Centro da cidade de Manaus.

No período, parte do complexo de Casarões em questão estava sendo demolido, então foi solicitado o apoio da equipe de arqueologia da SEC – Secretaria de Cultura do Estado – para que fossem até o local identificar possíveis objetos de interesse para a arqueologia. Foi identificado além das estatuetas, a imagem de uma Santa e um Filtro Inglês da Fábrica Cheavin's de letra D, e também inúmeros fragmentos de grés e de vidro, mas não coletados.

Os artefatos formam um conjunto bastante interessante, primeiramente por estarem presentes em religiões de matrizes africanas, pelo sincretismo evidente, e também por estarem em um contexto diferente de seu usual. A Santa se encontrava em uma prateleira no rol de entrada em um patamar mais elevado, a preta-velha estava posicionada atrás da porta de entrada, provavelmente indicando proteção, o preto-velho estava no sopé da escada que dava acesso ao primeiro piso, e o filtro inglês estava em um dos compartimentos mais distantes das peças.

Possibilitando-nos uma ponte entre o passado e o presente, suas características agregam conjuntos variados, entre o social, o cultural e o religioso, fazendo referências diretas à

¹ Este trabalho surge a partir do projeto de pesquisa intitulado *Preta Velha e Preto Velho: interpretando a cultura material de afrodescendentes a partir do tratamento arqueológico*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, nos anos de 2015 e 2016.

² Universidade do Estado do Amazonas - UEA, acadêmica do curso de Bacharelado em Arqueologia. Participa do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica – NIPAAM – Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq. E-mail: flavia.fernandes_@hotmail.com.

identidade e a uma herança negra.

Metodologia

O universo desta pesquisa está inserido dentro da Arqueologia Histórica, esta que é uma subdisciplina recente da Arqueologia, tendo sido institucionalizada na década de 1960 nos Estados Unidos, contemplando o estudo da cultura material do passado mais recente compreendendo diversidade de fontes disponíveis em meio aos processos de transformação desde a chegada dos colonizadores, até um limite temporal não estabelecido (LIMA, 1988). Dentre as suas fontes principais estão: os artefatos e estruturas; a arquitetura; os documentos escritos; as informações orais; e as imagens pictóricas. (ORSER, 1992).

Fazemos uso de pesquisa documental primária e secundária, no primeiro caso, a cultura material retrospectiva é tida como fonte primária, a qual pode-se investigar a significação valorativa simbólica e de usos adquirida ao longo das décadas (LAKATOS & MARCONI, 2003); leitura analítica; fichamentos; análise dos dados; sintetização; redação da monografia; e defesa.

Resultados e discussão

A sacralização dos personagens consequentemente está inserida em um processo de rememoração da escravidão, se tornando referência para a construção ou reafirmação de identidades, não apenas de uma identidade negra, mas de sofrimento e resistência.

A sua caracterização produz um efeito visual, voltado para uma percepção temporal mais ampla que da sua própria produção, estabelecendo como ponte relações entre o objeto e o corpo, elaborando sentidos através do resgate de um passado e atuando na sociedade contemporânea recolocando em questão as origens e raízes das identidades brasileiras (DIAS & BAIRRÃO, 2011).

Exteriormente são compostas por variedades de detalhes, alguns pequenos, mas que nos dizem muito quanto a sua elaboração e conjugação de símbolos, como a sua postura curvada, expressão facial, marcas de chicotes pelos corpos indicativo dos castigos sofridos, cachimbo nas bocas, um referencial bastante importante de etnicidade (AGOSTINI, 2009), ambos com roupas brancas, a preta velha com um lenço na cabeça e pés descalços, o preto velho apenas com calça branca.

Ao falar destas identidades na cidade de Manaus, e das carências sobre a sua visibilidade, algumas pesquisas tem desvelado esta memória como o estudo dos negros em Manaus e seu cotidiano durante o processo abolicionista, através da análise de documentações primárias, por exemplo, o Código de Posturas de 1875 no qual é destinando um capítulo específico aos negros na cidade (SANTIAGO, 2010), entre outros estudos sobre a temática da escravidão, das fugas na região e questões mais recentes também (SAMPAIO, 2011) e agora no campo da arqueologia através da cultura material.

A inventariação e catalogação realizada tiveram como objetivo a organização do acervo, o acesso mais rápido aos dados dos artefatos, bem como a preservação destes objetos, além da pesquisa realizada que também é uma forma de sua preservação, pois a simples guarda e cristalização deste material no museu, não cria possibilidades para que a comunidade ao visitar este local reconheça a necessidade de sua valorização, a sua história, significados e importância.

Conclusões

Esperamos que a análise desenvolvida e o diálogo estabelecido com outros campos abram caminhos que contribuam para futuras pesquisas sobre esta temática, levando também em consideração o conjunto arquitetônico em que foram identificados e da sua demolição ilegal, bem como os outros objetos identificados neste local, como o filtro e a Santa.

Referências Bibliográficas

AGOSTINI, Camilla. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. **Topoi**, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p.39-47.

DIAS, Rafael de Nuzzi. & BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Aquém e além do cativo dos conceitos: perspectivas do preto-velho nos estudos afro- brasileiros. **Memorandum**, 20, 145- 176, 2011.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. **Clio**

– **Série Arqueológica** [S.I.], v. 5, 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORSER JR., Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açaf; CNPq, 2011.

SANTIAGO, Maria Célia. “A presença negra em Manaus durante o processo de libertação dos escravos”. In.: MACIEL, Elisângela Socorro (org.) **Revista Clio: história em perspectiva**. Ano 1, n,1 – Manaus : Uninorte/Laureate, 2010.

Experimentando novos espaços: a adequação do Museu Ciência e Vida ao público escolar

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima¹

Compreendemos que um Museu de Ciência pode se colocar como ao mesmo tempo um ambiente voltado para memória e perpetuação de seu acervo, bem como de identificação dos processos de sociabilidade dos moradores da cidade em que se insere. Nossa pesquisa, fomentada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), desenvolvida como Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE), aborda o Museu Ciência e Vida, um Museu de Ciência criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Duque de Caxias, região da Baixada Fluminense, como possibilidade de criação de um espaço de ciência e de cultura para o Brasil como um todo, mas que, a partir das perspectivas reais de inserção na Cidade, se solidificou mais como um Museu voltado aos espaços escolares da região.

Para tanto, entendemos o Museu Ciência e Vida como lugar-de-memória e sociabilidade, entendendo como as memórias expressam e concretizam um projeto definido para os jovens e sua identificação com a Cidade e seu pertencimento a ela, a fim de percebermos nas atividades dos alunos de Ensino Médio a construção do sentido de patrimônio e seu trabalho nas áreas educacionais.

Tal questão torna-se importante, a partir da identificação de que o município de Duque de Caxias possui a maior densidade demográfica da região, sendo que aproximadamente mais de 50% da população do município vive em situação de pobreza. Tal perspectiva traduz a necessidade de pensarmos os lugares de patrimônio e cultura da referida cidade, como uma forma de despertar no cotidiano da população maior apreço pelo espaço urbano do qual fazem parte.

A principal questão orientadora deste trabalho está em entender como as memórias expressam e concretizam um projeto definido para os jovens e sua identificação com a Cidade.

Compreendemos a noção de patrimônio a partir de análises feitas na historiografia brasileira, que trata do início da ideia de patrimônio no Brasil, referindo-se à independência do Brasil com a criação do estado-nação, onde o principal intuito era o interesse monárquico de criar uma identidade nacional para o povo em que constituiria uma certa noção de civismo e amor à pátria. Esse trabalho se apropria para promover uma reflexão acerca da importância e da necessidade de se preservar, e difundir histórias regionais a partir de patrimônios atuais.

Criado no ano de 2010, como iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Museu Ciência e Vida situado no antigo Fórum da Cidade de Duque de Caxias e em frente à Delegacia da Cidade, tem como uma de suas tarefas difundir a cultura e a ciência na Cidade, possuidora de poucos espaços destinados à Cultura da Cidade. Embora amplie o estímulo de novos visitantes, seu espaço abriga, hoje, diferentes atividades e possuem cada vez mais visitantes das escolas da região, sendo este hoje, a principal atividade do Museu, redirecionando sua relação com a comunidade que o visita.

A oficina enquanto metodologia de trabalho é utilizada nos diversos processos de ensino-aprendizagem. Pressupõe atender uma pedagogia mais ativa, na qual a participação dos indivíduos é mais valorizada. Pode atender a diversos objetivos e utilizar-se de diversas atividades, sendo bastante utilizada nos locais formais e não formais de aprendizagem.

Podemos também nos reportar e tomar como referência o pensamento de Paulo Freire no qual entendemos a relação entre aluno-professor / aprendente-educador como uma dialética

¹ UNIGRANRIO. E-mail: jpinheiro@unigranrio.edu.br (JCNE/FAPERJ).

onde quem ensina também aprende e vice versa. Essa dinâmica do aprender-ensinar supera a verticalidade do processo desenvolvido por uma pedagogia mais tradicional que considera o educador como aquele que detém o conhecimento e o transfere ao educando.

No livro “Pedagogia da Autonomia”, Freire (1999) traz reflexões sobre os saberes que considera necessários à prática educativa numa perspectiva progressista. Para ensinar faz-se necessário compreender que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”. Por isso, as oficinas podem ser vistas como caminhos de construção, de dialética, de diálogo. Como as oficinas foram direcionadas aos adolescentes de escolas públicas da rede municipal de Duque de Caxias, na sua concepção julgamos necessário também o saber ouvir pois

É escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. (FREIRE, op. cit., p. 127-128)

Essa atitude de escuta, de conhecer as opiniões dos adolescentes é a base dialética de construção de cidadãos conscientes e críticos em relação ao espaço urbano que agrega a todos. Contribui no processo de identidade e de pertencimento que, nas oficinas, tiveram a oportunidade de refletir sobre os patrimônios, muitas vezes desconhecidos da cidade onde residem/trabalham/estudam. Uma cidade desqualificada, estigmatizada, subalternizada em comparação à cidade do Rio de Janeiro.

O relatório de Jacques D’Elors apresentado à UNESCO em 2001 aponta os quatro pilares para a educação do século XXI. Esses pilares são baseados em quatro habilidades, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

O trabalho com oficinas tem a intenção de contribuir com a segunda habilidade. O significado de aprender a fazer como o propõe a UNESCO refere-se a um aprendizado amplo, abrangente. Vai além de adquirir qualificação profissional. Refere-se mais às habilidades coletivas nas quais as situações desafiadoras podem e devem ser enfrentadas através de um trabalho de equipe.

Além disso, aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho. (UNESCO, 2001, p. 31)

Os princípios sinalizados pelo relatório da UNESCO também incentivam uma ‘educação ao longo da vida’, ou seja, processos que possam favorecer a eliminação de uma dicotomia entre educação formal inicial e educação permanente, mas todas as oportunidades que sejam oferecidas pela sociedade podem ser transformadas em momentos de aprendizagem e desenvolvimento de talentos, gerando assim uma ideia de “sociedade educativa”.

Buscamos em Vera Maria Candau e Susana Scavino (2000) uma definição mais formal do conceito de oficina. Essa autora vem utilizando as oficinas pedagógicas em seus trabalhos sobre educação em Direitos Humanos. Para elas, as oficinas são

espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação, de intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos (CANDAU e SCAVINO, 2000:64) .

De acordo com Candau e Scavino (2000), no planejamento e aplicação das oficinas deve-se sempre considerar a experiência que os sujeitos trazem. Geralmente, as oficinas são planejadas de modo a favorecer momentos de: sensibilização, reflexão, construção coletiva e conclusão.

As conclusões sobre a pesquisa apontam que há um forte movimento de saída de espaços de educação não formais para o público escolar e que a partir desses alunos e do trabalho nas escolas, seja dentro delas, ou na visitação a Museus, encontre parceria e sintam pertencentes a esses espaços e ao processo de Cidadania.

A formação política é imprescindível na formação do cidadão, ainda mais quando agregada à própria história do município de residência, num processo de valorização e de aumento da autoestima, principalmente numa região onde a mídia insiste em priorizar as faltas, as ausências, os problemas. As análises feitas pelos alunos mostram o quão importante é esse resgate de sua história e a construção de suas memórias e identidades.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.) **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro : DP&A, 2000.

<http://www.museucienciaevida.com.br/>, acessado em 10 de agosto de 2014.

DELORS, J. Educação um tesouro a descobrir. **Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI**. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINE, Sandra de Cássia Araujo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. GIL, Gilberto. A importância dos baús abertos da nossa memória afetiva. Disponível em: . Acesso em: 23-04-2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Sítios pré-coloniais em Parintins- AM: lugares ressignificados por grupo humanos contemporâneos

Michel Carvalho Machado¹

Clarice Bianchezzi²

José Camilo Ramos de Souza³

Esta comunicação é parte da pesquisa de Iniciação Científica que busca mapear os sítios arqueológicos do município de Parintins-AM. Ao buscarmos a localização dos sítios arqueológicos, via dados de GPS, e endereço onde os mesmos se localizam, percebemos no processo como esses espaços que armazenam vestígios de ação humana na paisagem amazônica, são ressignificados pelos grupos humanos que ocupam esses lugares no presente. Os diversos usos e transformações demonstram como ambientes naturais foram e, ainda são ao longo do tempo, ressignificados e utilizados para manter a vida fluindo no território amazônico. (NEVES, 2006).

Assim como, muitas vezes sofrem ações de grandes empreendimentos sob alcunha do progresso, que causam a total destruição dos vestígios arqueológicos existentes, causando um dano irreparável para uma história do passado ligada ao presente. A preservação desses locais que apresentam vestígios pré-coloniais é o que está em jogo, pois muitas são as demandas de salvaguardar essas áreas, mas que pouco se pode fazer, sabendo uma vez que muitos desses locais são encontrados por acaso, muitas vezes esses achados são percebidos somente depois de muito tempo, pelos novos ocupantes das áreas, atrasando muitas vezes os trabalhos que poderiam ser executados nesse determinado local, com o objetivo não só de reconhecer, mas também de pensar em políticas públicas voltadas para a preservação.

Durante as pesquisas de campo, diversas são as dificuldades encontradas no decorrer do seu desenvolvimento, identificar esses locais através da paisagem, e até mesmo de acesso a esses locais, pois chegar aos locais onde se encontra os sítios arqueológicos se torna um pouco difícil, algumas áreas apresentam acesso através de estradas que ligam a área urbana de Parintins a comunidades rurais mais próximas (dentro da Ilha Tupinambarana), mas a maioria das comunidades só se tem acesso através de barcos, fazendo com que aconteça alguns atrasos para desenvolver trabalhos nesses locais.

Outra dificuldade recorrente trata-se do receio das pessoas que residem nesses locais (BEZERRA, 2013) em relação ao reconhecimento e o tombamento da área como sítio arqueológico, pois as pessoas ficam com medo de perder as terras e serem impedidas de produzir o seu sustento, que muitas vezes está voltada para a agricultura de culturas rápidas sobre área de Terra Preta de Índio⁴ (TPI).

Ocorre muitas vezes informações dúbias sobre o assunto. Informações que chegam aos moradores por pessoas que tem interesses econômicos nestes locais, como extração de terra, aberturas de estradas e outros. Então pelo fato de ter uma demanda muito grande de novos

¹ Graduando do curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas. Bolsista da Iniciação Científica com bolsa de pesquisa FAPEAM.

² Professora mestre, docente do curso de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas.

³ Professor doutor, docente do curso de Geografia no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas.

⁴ Esses solos, segundo estudos de solo, se formaram em decorrência da ocupação humana. Também chamados de solos antropológicos. Resultado do descarte de resíduos orgânicos como ossos, carapaças, conchas, fezes, urina, cerâmica, fogueiras, etc. que contribuíram na modificação das propriedades do solo gerando alta fertilidade (cf. KÄMPF; KERN, 2005; GARCIA; COSTA; KERN; FRAZÃO, 2015).

afloramentos em diversas áreas da Amazônia, buscamos através deste projeto estabelecer parcerias com os moradores dessa localidade, para que possamos fazer um trabalho de reconhecimento, catalogação, preservação e salvaguarda dos sítios arqueológicos, pois os maiores protetores, beneficiados, muitas vezes, desses locais que estão diretamente ligados a essas áreas são os moradores.

Os locais catalogados e suas devidas informações registradas visam constituir uma base de dados capaz de subsidiar pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento de forma multidisciplinares como: arqueologia, história, geografia, física, química, etc, pois uma das constatações que fizemos ao iniciarmos o projeto, foi a pouca produção acadêmica sobre a vasta concentração de vestígios arqueológicos na região de Parintins, contudo é muito recorrente pessoas de diversas comunidades do município indicarem, relatarem a presença de evidências arqueológicas nos locais que residem. Mesmo em andamento a pesquisa já demonstra elementos significados para desenvolvimentos de outros projetos de investigação científica na região em áreas específicas de conhecimento e em temas interdisciplinares.

Para que esse projeto ocorra de maneira organizada, inicialmente fizemos uma lista de comunidades a serem visitadas, em um primeiro momento comunidades ligadas a Parintins e que apresentam vestígios arqueológicos indicados pelos moradores das mesmas, com isso selecionamos as comunidades que já temos conhecimento da existência de vestígios arqueológicos – cerâmicas ou TPI, mas não deixamos de lado as que não temos informação prévias destes evidências, pois queremos verificar melhor essas localidades que fazem parte do município de Parintins e que por algum motivo ainda não há informações de vestígios arqueológicos, sabendo que toda região é riquíssima em sítios arqueológicos.

Após esse trabalho de reconhecimento e seleção das comunidades ter sido feito, já iniciamos as visitas nas comunidades mais próximas a Parintins, para verificar as ocorrências que estão sendo apresentadas de afloramento de cerâmicas, e outros vestígios que chamam atenção dos moradores e do nosso projeto, contribuindo para que possamos mapear e preencher a Ficha Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos IPHAN/ Nacional, com as devidas informações necessárias para elaboração de uma mapa dos sítios e incidências arqueológicas em Parintins, contribuindo em futuras pesquisas, além de dar uma visão mais ampla da presença e localização no município dos sítios arqueológicos aqui presentes.

Com isso o projeto não procura apenas mapear e reconhecer os sítios arqueológicos de Parintins-AM, mas também trazer à tona informações que demonstram a importância da ressignificação dada pelos moradores a esses locais, e esses significados dados ao objeto estudado em geral. Mas, faltam indicações de diálogos com esses sujeitos que vivem cotidianamente com essas incidências ao longo de suas vidas, são informantes dos pesquisadores, indicam com precisão os locais onde estão esses materiais, e que muitas vezes não são tratados como parceiros de pesquisa. Estes se relacionam com esses locais, então precisamos entender a importância dos sítios arqueológicos no cotidiano dessas pessoas, uma vez que o mesmo já é responsável por manter o local em estado de preservação por diversos fatores que trazem benefício e geram renda na maioria dos casos para essas pessoas.

Desta forma, buscamos demonstrar com essa pesquisa que Parintins tem muitos sítios arqueológicos desconhecidos, ignorados, desprezados, que merece uma atenção por parte de pesquisadores, mas também do poder público do municipal com relação a apoio nos projetos que procuram contribuir com a ressignificação da história local, além de políticas efetivas de valorização do patrimônio arqueológico local.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Marcia. **As Moedas dos Índios?** Um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, p. 57-70, 2011.

- BEZERRA, Marcia. **Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado**: reflexões a partir da Amazônia. Revista Arqueologia Pública, v.7, p.107-122, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora do Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº3.924 de 26 de julho de 1961. **Dispões sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em 26 nov. 2015.
- CLEMENT, Charles R.; DENEVAN, William M.; HECKENBERGER, Michael J.; JUNQUEIRA, André Braga; NEVES, Eduardo G.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; WOODS, William I.. **The domestication of Amazonia before European conquest**. Proceedings - Royal Society. Biological Sciences (Print), v. 282, p. 20150813, 2015.
- FARIA, Ana Beatriz Goulart de. **Cadernos Pedagógicos**: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Ministério da Educação (MEC): agosto, 2010.
- GARCIA, Lorena; COSTA, Jucilene Amorin; KERN, Dirse Clara; FRAZÃO, Francisco Juvenal Lima. *Caracterização de solos com terra preta: estudo de caso em um sítio tupi-guarani pré-colonial da Amazônia oriental*. In: Revista de Arqueologia, v.28, p.52-81, 2015.
- KÄMPF, Nestor.; KERN, Dirse Clara. *O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia*. In: P. TORRADOVIDAL, L. R. F. ALLEONI, M. COOPER & A. P. SILVA (Ed.): **Tópicos em ciência do solo**: 2005, 1. ed., v. 4: 277-320. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa.
- LIMA, Helena; SILVA, Carlos. **Levantamento Arqueológico do Médio Amazonas**. Manaus, IPHAN 1a SR, Relatório não Publicado, 2005.
- MARTINS, José Clerton de Oliveira. *Patrimônio cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar*. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org) **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.
- NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- PORTARIA IPHAN/MIC nº 230/2002, de 17/12/2002, **sobre os procedimentos arqueológicos necessários ao licenciamento ambiental e o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra**. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em:16 nov. 2015.
- PORTARIA IPHAN/MinC 07, de 01/12/1988, **que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional**. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- TEIXEIRA, Wenceslau Gerales; KERN, D. C.; MADARI, B. E.; LIMA, Hedinaldo Narciso de; WILLIAM, Woods (Org.). **As Terras Pretas de Índio da Amazônia**: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas. 1. ed. Manaus: EDUA- Universidade Federal do Amazonas, 2010.

CULTURA, RELIGIÃO E MATERIALIDADE: AS HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM EM SÃO JOSÉ DO AMPARO, TONANTINS-AM

Marcus André Rabelo¹

O presente trabalho tem como ponto de partida uma escadaria que dá de frente a uma igreja. A construção e a escada são a porta de entrada de uma comunidade pacata e acolhedora na região do alto Solimões que carrega em sua trajetória histórias de vidas que se cruzam no presente por meio de representações do passado. A sua dinâmica e os seus modos de vida atuais tem muito a dizer sobre a sua cultura, identidade e especialmente sobre os seus processos formativos.

A comunidade ribeirinha de São José do Amparo é uma comunidade rural pertencente ao município de Tonantins-Am. Dentre as comunidades deste município, é a que tem maior densidade populacional e talvez a maior extensão territorial. Em suas terras os mais diversos “seres amazônicos” (FRAXE, 2009) encontram-se presentes: indígenas das etnias Cocama e Caixana, não-índios, membros de uma irmandade religiosa, mestiços, caboclos e ribeirinhos e embora se tenha tamanha diversidade, nem sempre a comunidade esteve aberta a possibilidade de conviver com outras representações sociais. (RABELO, 2017)

Na época de sua fundação, as suas terras eram quase inabitadas. A chegada da seita religiosa irmandade da cruz em 1972 foi o marco de seu nascimento, abrindo espaço de moradia para os temerosos fiéis que estavam à procura de salvação para os eventos apocalípticos anunciados pelo líder espiritual da irmandade: José Francisco da Cruz (ORO, 1989).

Embora fosse relativamente fácil entrar e viver na comunidade - afinal não existiam burocracias para morar lá - havia um preço a pagar. Todos os novos moradores de São José deveriam, dentre outras coisas, deixar para trás toda a sua vida, e desse modo abdicar de práticas, vícios, atividades e crenças passadas, como parte de uma adesão física e espiritual à irmandade (ORO, 1989), assumindo, desse modo, uma nova identidade regida pela própria associação religiosa.

Os modos de vida que assumira o novo membro da cruzada constavam no estatuto da Santa Cruz, escrito pelo próprio Irmão José em vida. Nele continham 3 capítulos, 12 artigos e 33 pontos (respectivamente a honra da santíssima trindade, as doze colunas dos doze apóstolos de cristo e os 33 anos que cristo viveu na terra ensinando a humanidade) que resumiam-se em diretrizes e obrigações de todos os fiéis cruzadores. (CRUZ, 1975 apud ORO, 1989)

Ao mesmo tempo que a nova identidade negociada permitiu uma coesão social muito grande, característica de sistemas sociais homogêneos, também ocasionou em crises identitárias ao neutralizar a cultura indígena tradicional ligada ao significado da terra e ao seu manejo (HUTTNER, 2007).

O desconforto causado com a nova vida teve seu estopim com a articulação de um movimento indígena que, por sua vez, passou a questionar e insurgir-se contra o sistema religioso em vigor. Como resultado deste embate, os indígenas foram deslocados para um lugar afastado da igreja da Santa Cruz, e assim criaram o bairro de Novo Israel onde lhes é permitido viver de acordo com suas vontades, incluindo as práticas tradicionais advindas de sua identidade formativa (RABELO, 2017).

A fragmentação deste sistema abriu cada vez mais espaço para aqueles que desejavam morar na comunidade sem pertencer à irmandade, bem como influenciou os fiéis descontentes a

¹ Arqueólogo formado pela Universidade Estadual do Amazonas – UEA e pesquisador do NIPAAM (Núcleo interdisciplinar de pesquisas arqueológicas da bacia amazônica). E-mail: rmarcusandr@gmail.com

abdicar de uma vida ligada à cruz. A heterogeneidade que hoje é característica deste local, começou a tomar forma nesse período de grandes divisões ideológicas ocasionadas por mudanças estruturais significativas, aliás, a mudança parece ser a chave para o entendimento da sociedade de São José do Amparo.

A mudança é, na obra de Stuart Hall (2006) sobre a modernidade tardia, o que diferencia os sistemas de sociedade compreendidos como tradicional e moderno. Segundo o autor, a sociedade tradicional é aquela não passível de mudanças no seu sistema de representação, o que implica dizer que é “congelada” em questões estruturais (HALL, 2006).

Para Guiddens (2002), essa aversão à mudanças de um sistema tradicional não se dá por acaso, ela se manifesta como uma ferramenta de perpetuação do tradicional, entendido aqui como o modo de viver no passado por meio de práticas sociais recorrentes (GUIDDENS, 2002). Por outro lado, uma sociedade moderna é aquela em que a mudança é constante, rápida e permanente (HALL, 2006).

Desse modo, São José do Amparo representa um sistema tradicional com uma leve tendência a um sistema moderno mas longe de chegar a transformar-se em um. As primeiras mudanças não foram recebidas de uma forma pacífica justamente por que elas propunham uma mudança estrutural em uma sociedade que é por definição tradicional.

Para Prats (2002) o discursos podem se tornar “estratégias de autodefesa contra a agressão externa”, o que justifica a “totemização” ou simplesmente a falta de desejo pela mudança, uma vez que elas ameaçam o sistema cultural vigente no sentido de que pode torná-lo ultrapassado (PRATS, 2005)

Todo este quadro de rupturas do sistema tradicional contribuiu para um certo desgaste entre os grupos sociais até então recém divididos. A partir do momento em que a mudança é instaurada nesse sistema, o mesmo tenta reorganizar-se para funcionar de acordo com a nova ferramenta incorporada, mas mesmo assim as discordâncias ideológicas não paravam de crescer, o que trouxe à tona rapidamente outro problema: os conflitos sociais.

Embora haja um enorme empenho para uma convivência pacífica, todos os esforços de conter os nervos se desfazem quando o assunto é a posse da terra. Essa sensível questão leva os indígenas e cruzadores a se enfrentarem por conta de seus apetites excludentes, onde por um lado existe o desejo dos fiéis cruzadores em manter as terras no nome da associação missão ordem cruzada e de outro os indígenas que desejam demarcar e reconhecer as terras junto ao governo federal. É justamente essa incompatibilidade que Glasl (2010) entende como um princípio fundamental para a ocorrência do conflito em si, onde a realização ou concretização dos objetivos específicos de um grupo, torna-se obstaculizada por outro. (GLASL apud DIMITRIADIS, 2010: 305)

Como se não bastasse, a comunidade foi fundada sobre um enorme sítio arqueológico pré-colonial que parece ser multicomponencial, ou seja, que foi ocupado várias vezes em períodos diferentes trazendo à tona mais histórias que se cruzam, só que agora no passado. Este sítio apresenta uma grande quantidade de objetos e vestígios deixados por essas populações que lá viveram no passado. A isso tudo somam-se os relatos dos cronistas e viajantes sobre o período colonial, que fazem referência à etnias indígenas, organizações políticas e modos de vida na região (PORRO, 1996).

Vale ressaltar ainda, que apesar de toda a estrutura social apresentada, os grupos de São José não se amparam ou pouco se preocupam com discursos patrimoniais. Ainda assim, os patrimônios se manifestam imaterialmente e de uma forma que não são percebidos por estes indivíduos. Existem ainda, aqueles como o material arqueológico, que uma vez que são desconhecidos, não assumem o mesmo papel por falta de representatividade. Nesse caso, torna-se evidente a ideia de que os patrimônios só são patrimônios, no sentido da palavra, quando conseguem atingir ressonância com o público local (GONÇALVES, 1996)

Os cruzadores, por exemplo, embora não o percebam, têm todo o seu discurso pautado na materialidade da edificação igreja da santa cruz, marco de fundação da comunidade, que por

sua vez carrega uma ideia clara para todos os agentes externos àquela realidade: a presença desta associação religiosa naquelas terras. Nesse sentido, o patrimônio material é carregado não só de imaterialidades mas também da ideia de ressonância defendida por Gonçalves (2002) para uns e até mesmo da ideia de uma herança negativa (PRATS, 2005) para outros.

Quanto ao movimento indígena, este não possui um discurso patrimonial por conta de sua recente formação e principalmente devido à origem externa dos indivíduos que o compõem. Esta ideia torna-se mais clara ao analisar as premissas principais do patrimônio quando partem da ideia de tempo passado e de propriedade herdada (PELEGRINI, 2006) como o próprio nome sugere. Desse modo, não há possibilidade de que esses grupos os tenham a não ser que se “apropriem” de outros patrimônios já existentes na comunidade e que de certa forma possa representá-los enquanto unidade social.

Por fim a configuração social de São José demonstra que os processos de formação podem ser definitivos em algumas questões, bem como reitera que a adoção dos patrimônios por meio da população local nem sempre ocorrem do jeito que se é esperado.

REFERÊNCIAS

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. Cuadernos de Antropología sócia, Buenos Aires. 2005.

ORO, Ari Pedro. Na Amazônia um messias e índios e brancos – Traços para uma antropologia do messianismo. Editora Vozes, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Editora UFRJ, 1996

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. TupyKurumin, 2006.

DIMITRIADIS, Georgios. Arqueologia dos conflitos: uma abordagem sistêmica; Arqueologia preventiva: Gestão e Mediação de Conflitos. Estudos Comparativos / organização de Marise Campos de Souza. – São Paulo, SP: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2010.

HÜTTNER, E. A Igreja Católica e os povos indígenas no Brasil. Os Ticuna da Amazônia. Porto Alegre: EDIPUCRS.[Links], 2007.

PELEGRINI, Sandra C.A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, p.115-140, junho de 2006.

FRAXE. Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. Ciência e cultura. 2009

RABELO, Marcus A. Diálogos cruzados: identidade e patrimônio arqueológico na comunidade de São José do Amparo, Tonantins-AM. 2017

GUIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PORRO, Antonio. O Povo das Águas. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

O MUSEU DA AMAZÔNIA (MUSA) e suas interfaces com o Turismo científico e cultural na cidade de Manaus-Am

Natalia Suelen dos Santos Palheta¹

Jocilene gomes da Cruz²

Introdução

O Museu da Amazônia (MUSA) é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, laica, fundado em 22/01/2009. Com o intuito de construir na região, particularmente em Manaus, um espaço semelhante aos encontrados na Europa, nos quais são criados artificialmente representações sobre a Amazônia, com mostras da fauna e da flora, postas para a visitação da população local e dos turistas. Atualmente o Musa possui três espaços: o “Musa Jardim Botânico” localizado na Reserva Florestal Adolpho Ducke, o “Musa do Puraquequara”, no bairro com o mesmo nome, dedicado especificamente á pesquisa de Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC’s). O terceiro espaço, é o “Musa do Largo”, localizado em frente ao Teatro Amazonas, no Largo São Sebastião, objetivo de sua criação seria o de propiciar à população local e aos visitantes, um lugar voltado à “popularização da ciência, das artes e da cultura, à memória e à história da Amazônia, um lugar de exposição dos povos indígenas” (MUSA, 2017, p.1).

Na atualidade os patrimônios culturais tidos como referências turísticas para a cidade de Manaus, são exatamente os emblemáticos da *Belle Époque*, a exemplo do Teatro Amazonas e da Igreja de São Sebastião, sendo pouco valorizadas as referências culturais indígenas. Embora inaugurado recentemente (2015), o Musa do Largo vem gradativamente se projetando e se estruturando como um lugar de visitação turística. Nesse sentido, justifica-se a presente pesquisa, cuja finalidade é analisar as contribuições do referido museu, no que tange a apresentação da cultura amazônica sem estereótipos, verificando quais os caminhos percorridos para atingir tal finalidade. Busca-se, sobretudo, saber como são pensadas e construídas as programações culturais e científicas, de forma que os visitantes/turistas possam reconhecer a diversidade cultural amazônica, sob uma nova ótica, identificando as percepções dos visitantes/turistas sobre o que lhes é apresentado.

Referencial Teórico

O termo museu é derivado da palavra grega *mouseion* e quer dizer “casa das musas ou Centro de estudos e investigação com museu, sob a autoridade de um sacerdote” (PÉREZ, 2009, p.178). Com o passar dos anos foi definido também como o lugar ou edifício destinado ao estudo das humanidades, ciências e artes. O *mouseion* era, então um local privilegiado, em que a mente repousava e o pensamento criativo se libertava dos problemas e aflições cotidianas. As obras de artes expostas no *mouseion* existiam mais em função de agradar as divindades do que serem contempladas pelo homem, assim sendo, percebe-se que na antiguidade os museus eram a

¹ Graduanda do curso de Turismo, Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Artes e Turismo, Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Email: natalia.palheta@gmail.com

² Docente da Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Artes e Turismo; Líder do Grupo de Pesquisa NEICAM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica. Email: jocilene.am@gmail.com.

junção de templo de adoração e instituição de pesquisa, especificamente, voltada para o saber filosófico.

A partir do século XIX os museus tornaram-se espaços institucionais que preservam o patrimônio cultural, representando as diversas culturas, sem nenhuma elitização. Segundo Fernandes (1993), “o conceito de museu abandonou a ideia de simples armazém de peças e objetos para converter-se num espaço ao serviço das comunidades. Nesse sentido o museu é um meio de comunicação”. Foi nessa perspectiva que Robert Poujad (1971) apresentou um novo paradigma sobre o papel dos museus em Dijon na 9ª Conferência Geral do ICOM., nomeado por ele de “ecomuseu”. Embora, esse termo tenha sido criado por Robert Poujad, outros autores, a exemplo de Hugues de Varine e Georges Henri Rivière, também já haviam escrito sobre o ecomuseu.

Com o surgimento desse novo paradigma, em 1974 o International Council of Museums - ICOM, definiu a palavra museu como “um estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente”(PARDELLAS, *apud*, ICOM , p.144, 2003). Foi assim que o museu deixou de ser apenas um espaço de exposição e apreciação e transformou-se em um ambiente mais dinâmico e híbrido. O “novo museu” caracteriza-se como um instrumento dado à sociedade, para que a mesma tenha uma maior participação. Nessa perspectiva o público abandona o papel de observador e passa a ser o protagonista, sendo por meio desse mecanismo mais inclusivo que o ecomuseu funciona. Ele dá a voz aqueles que raramente partilhavam da cena, ou que até mesmo eram esquecidos, ajudando-os a recriar ou até mesmo a descobrir sua própria história.

É nessa perspectiva de oposição ao museu clássico que o ecomuseu se destaca e prima pelo um maior envolvimento da sociedade. Essa nova tipologia museológica permite a comunidade ser seu próprio objeto de investigação. “O ecomuseu sobre um território, exprime as relações entre o homem e a natureza através do tempo e através do espaço desse território; ele se compõe de bens, de interesses científicos e culturais reconhecidos, representativos do patrimônio da comunidade” (DESVALLÉS, MAIRESSE, *apud*. RIVIÈRE, 1978, p.66).

Portanto, o conceito de “museu vivo” é justamente o de “ecomuseu” criado em 1971 na França, período marcado pelo processo de descolonização do modelo tradicional museológico, inaugurando uma nova visão, no sentido de acompanhar a sociedade e suas evoluções e ressignificações. Na contemporaneidade, o papel desses espaços é o de despertar maior interesse do público, por meio de ideias e interações, não somente apresentar um produto. Assim o “museu vivo” torna-se um espaço adequado para as discussões da sociedade e suas relações, como também a relação com o ambiente na qual está inserida.

Esse novo modelo de museu é de grande relevância para a sociedade, pois ele trouxe uma nova forma de pensamento, oportunizando a sociedade maior envolvimento no contexto histórico, permitindo ao seu visitante também o papel de protagonista, tirando-lhe do lugar de mero observador e de um cliente do lugar visitado. Portanto, o museu vivo é um componente importante para o desenvolvimento do turismo científico e cultural no mundo contemporâneo.

Metodologia

A metodologia tem a finalidade de indicar um caminho coerente e viável para a pesquisa, considerando as suas particularidades. Nesse sentido, para a realização da presente pesquisa, cujo o *locus* é o Museu do Largo, considerou-se pertinente fazê-la mediante uma abordagem qualitativa, sem contudo, excluir uma eventual abordagem quantitativa.

Elegeu-se como método o Estudo de Caso, definido por Yin (2005, p. 19), como “aquele que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu

contexto de mundo real” (YIN, 2015, p.17). Ainda, conforme o autor, esse método “representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados” (YIN, 2015, p.17). Pautando-se nas análises do autor, constata-se que o Estudo de Caso é pertinente aos estudos nos quais o pesquisador não busca interferir nos acontecimentos, mas sim observar as dinâmicas processadas no contexto observado (YIN, 2005, p. 18), postura adotada na pesquisa no Musa.

As atividades serão iniciadas com a pesquisa bibliográfica e documental (leitura de livros, dissertações, teses, artigos científicos e documentos oficiais da área de estudo e da temática). As informações obtidas serão reunidas não somente para a efetivação de um *registro* de dados de modo mecânico, mas com o propósito de *interpretar* a informação à medida que a coleta for acontecendo (YIN, 2015).

Como procedimentos na coleta de dados serão utilizadas entrevistas não estruturadas (diálogos informais), entrevistas semiestruturadas, particularmente para obter as concepções dos visitantes/turistas sobre o MUSA, de modo a saber, o que pensam a respeito do referido museu, especificamente sobre as bases conceituais nas quais ele foi estruturado. Durante todo o trabalho de campo serão feitas observações sistemáticas, anotações no diário de campo e registro fotográficos.

Constituem-se como os sujeitos da pesquisa três grupos, a saber: grupo 1 – visitantes/turistas; grupo 2 – gestores e colaboradores do Musa do Largo; grupo 3 – pesquisadores que utilizam o espaço do Musa para realizarem palestras, seminários, lançamento de livros e outros. Para todos os grupos serão feitos pré-teste de maneira a testar os instrumentos de coleta de dados, fazendo-se as devidas modificações, quando necessárias. Os sujeitos do grupo 2 e 3 serão contatados de maneira individual por telefone, *e-mail* ou pessoalmente. A todos os participantes da pesquisa será apresentado e aplicado o instrumento (entrevista, formulário e questionário), mediante a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Considerações Finais

A pesquisa encontra-se na fase de levantamento de dados em fonte bibliográfica e documental, tendo-se, até o momento, sistematizado informações importantes sobre como se deu a mudança de paradigma, que tirou o museu da visão elitista e classificatória, para um lugar onde as dinâmicas sociais são problematizadas e os sujeitos são parte constituintes do processo.

Os dados iniciais permitem observar a relevância do Musa do Largo no centro histórico de Manaus, especialmente pelo contraponto de sua presença, por possibilitar uma programação cultural fluída, diversa, inclusiva e educativa, da qual participam pesquisadores, artistas, comunidades tradicionais, povos indígenas, movimentos sociais de gênero, dentre outros. Portanto, a estruturação de um espaço democrático em frente a um dos maiores ícones da cidade – o Teatro Amazonas, que ainda guarda em si, as dicotomias e assimetrias sociais.

As análises das referências bibliográficas e documentais também permitiram a contextualização da participação de populações tradicionais e povos indígenas na construção de seus próprios museus e o impacto dessa construção. Atualmente, em muitos lugares, a exemplo da cidade de Manaus, povos indígenas têm criado centros culturais, casas de sabedoria indígena, casas de medicina tradicional e outros, cuja centralidade da existência desses lugares é a divulgação e promoção do patrimônio cultural vivo, dinâmico e ressignificado no contexto contemporâneo. Um lugar para as experiências e troca de conhecimentos – tradicionais e científicos.

Referências

DESVALLÉS, André, MAIRESSE, François, SOARES, Bruno Brulon, CURY, Marília Xavier. **Conceitos – Chaves de Museologia**. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo. 2013.

FERNÁNDEZ, Alonso,L. **Museologia, Introducción a la teoría y práctica del museo**. Madrid. Istmo.1993.

MUSEU DA AMAZÔNIA, disponível em: <<http://www.museudaamazonia.org.br>>, acesso em 30 abr. 2017.

PARDELLAS, Xulius X. (dir). **Turismo Cultural y Ambiental**. Vigo:Universidade de Vigo, Servicio de Publicacións, D.L. 2003.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural. Uma visão antropológica**. El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

“COMPRE A PURÍSSIMA SAÚDE!”: A ÁGUA MEDICINAL DE MELGAÇO EM PROPAGANDAS (1900-1950)¹

Samuel Lucena de Medeiros²

RESUMO: A preocupação com a saúde pode ser entendida como uma das primeiras e mais essenciais preocupações dos grupos humanos. Com a chegada das inovações tecnológicas do final do século XIX, assim como nos problemas que seu decorrer veio a apresentar, a manutenção da integridade física e de uma vida saudável apenas mostrou-se mais almejada pela sociedade ocidental. Já no início do século XX, em decorrência da “explosão” midiática, o tema da saúde ganha novos patamares, está agora fortemente envolvido ao capitalismo. É nesse cenário que aparecem nos jornais, revistas, e livros, propagandas de produtos medicinais e terapêuticos, tomando foco especial no presente trabalho a marca portuguesa de águas medicinais “Águas de Melgaço”, engarrafada e comercializada pela Europa e também exportada para países como o Brasil. Este trabalho pretende, através de pesquisa bibliográfica e documental, não apenas apresentar as expressões propagandísticas e comerciais da marca acima citada, mas também relacioná-las com o período histórico em que foram publicadas e como desempenhavam o papel de ancoradoras de significado simbólico à marca. Levar em consideração que as formas de expressão artística e publicitária relacionadas a produtos medicinais e afins possuem poder de influência no comportamento do público consumidor é reafirmar a existência de interações intrínsecas entre o simbólico e imaginário com o meio cultural e material.

Palavras-chave: Arqueologia; Arqueologia Histórica; Cultura de Consumo; Expressão Propagandística; Águas de Melgaço;

Introdução

É de amplo conhecimento o impacto que desempenhou o uso de propagandas e publicidades desde o começo da implantação do sistema capitalista e a crescente industrialização pela qual passaram os países a ele relacionados. A partir do aumento da produção de bens de consumo passou-se a pensar em formas de apresentá-los ao público consumidor de maneira a alcançar o maior contingente possível (ROCHA, 1995).

Todavia, quando se considera as transformações causadas como reflexo da desenfreada implementação maquinária e surgimento de configurações socioespaciais insalubres (como as áreas de descarte indevido, falta de cuidado com os rejeitos e seu destino adequado), e os avanços alcançados pela área médica e farmacológica, principalmente durante o século XIX (THOMPSON, 1980), pode-se ver o aumento de uma forma particular de propaganda: a

¹ Trabalho apresentado no I Simpósio de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas – Patrimônio História e Cidades (ISIPICH), inserido na linha de pesquisa 2: Crítica, interpretação e história das formas de arte.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA). Graduado no Curso de Bacharelado em Arqueologia da UEA. Pesquisador no grupo de pesquisa do CNPq – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica – NIPAAM, da Universidade do Estado do Amazonas. Pesquisador no projeto pelo CNPq – Chamada Universal (Interdisciplinar) – triênio 2017-2019. Também pesquisador em Arqueologia Histórica e Arqueologia Amazônica. Pesquisador do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC/AM). E-mail: samuca_slm@hotmail.com

propaganda da saúde. Como consequência da “explosão” midiática (ROCHA, 1995; SANDMANN, 2003), já no início do século XX, o tema da saúde alcança novos patamares, ganhando um forte envolvimento com o capitalismo.

É, pois, durante a configuração desse cenário que aparecem nos principais meios propagandísticos (jornais, revistas, e livros) propagandas de produtos medicinais e terapêuticos, dentre os quais se escolhe como foco especial deste trabalho a marca portuguesa de águas medicinais “Águas de Melgaço”, engarrafada e comercializada pela Europa e também exportada para países como o Brasil (BASTOS et al.)³. Seu material de propaganda remanescente é riquíssimo, estando sob a forma de anúncios, reclames, rótulos, cartões postais, artigos em revistas, lembranças, livros, e outras.

Metodologia

A pesquisa é realizada com base nos métodos de epistemologia da Arqueologia Histórica, sendo multidisciplinar e interpretativa, conforme o viés pós-processualista (LIMA, 1985). O tipo de pesquisa é caracterizado como documental e bibliográfico, de forma que são consultados documentos escritos e pictóricos, como cartas, fotos, mapas, embalagens, recortes de periódicos e jornais, e outros (GIL, 1987; ORSER JR., 1992). Este ramo de pesquisa permite ao arqueólogo a consulta fontes de informação diversas, permitindo, dessa forma, uma visão mais ampla e coesa dos fenômenos estudados, não estando concentrado apenas em análises físicas ou materiais (artefatuais) (ORSER JR., 1992). A parte bibliográfica é desenvolvida a partir de leituras com proposta analítica e crítica-reflexiva, para base informativa e metodológica da pesquisa (GIL, 1987, LAKATOS & MARCONI, 2003).

Portanto, partindo-se do contato com o material informativo documental através da consulta a acervos físicos e digitais, busca-se uma abordagem analítica e interpretativa em relação ao seu conteúdo, contexto histórico-social no qual estava inserido durante o período de circulação e, não apenas apresentar as expressões propagandísticas e comerciais da marca estudada, mas também relacioná-las com o possível papel que desempenhavam, o de ancoradoras de significado simbólico (MCCRACKEN, 2003) à marca e ao produto de consumo.

Resultados e Discussão

Resultante do levantamento realizado durante a pesquisa, pôde-se identificar o número total de 31 ocorrências de propaganda comercial relacionados à marca “Águas de Melgaço”. Dentre elas, apenas aquelas produzidas a partir do início do século XX (e que se enquadram no recorte temporal escolhido para a pesquisa) apresentam forte tom apelativo, chegando, às vezes, a utilizar o reclame como principal forma de alcance do consumidor. Elas foram publicadas em jornais, revistas, e outros meios de propagação de informação eficientes do período.

Desde os primeiros engarrafamentos da água da região de Melgaço (Minho, Portugal), em 1885, histórias chamativas faziam parte de sua propaganda (LEITE; FERRAZ, 2007). Há o famoso exemplo da mulher de um conhecido médico que, ao tomar as águas das fontes termais que afloram na região, foi curada de um mal estomacal e esta cura atribuída às águas da estanca de Melgaço (Lugar do Peso, Alto Minho). Através desse acontecimento, a fama daquelas águas espalhou-se por toda a Europa (BASTOS et al., 2002; LEITE, FERRAZ, 2007), sendo posteriormente construídos hotéis de luxo e um belo parque para os aquistas (para os que iam para beber da água medicinal ou nadar nas piscinas termais).

³ Na cidade de Manaus é conhecida a existência de um único exemplar de garrafa identificado, estando sob a guarda do laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC/AM).

A água mineral natural (SEZINANDO, 2013) que tinha a si atribuídas propriedades terapêuticas medicinais, até mesmo por químicos e médicos da época, passou a ser amplamente comercializada com a ajuda essencial da formação de uma imagem da marca e o apreço existente no período pelos produtos importados da Europa na América (SANTOS, 2009). Havia, portanto, uma construção da imagem da marca em andamento.

Esse processo de “construção” da imagem de determinado bem de consumo é nada mais que, em termos gerais, conferir significado simbólico a este bem. Dessa forma, o objeto material de consumo (bem ou produto), antes mesmo de entrar no mercado, recebe da empresa (e/ou empresa propagandística) um conjunto de significados simbólicos (MCCRACKEN, 2003) que, através do produto em si e seus suportes de significado (empresa, propagandas, consumidores, etc.) é assim transportado até os outros estágios da vida do bem. Em outras palavras, pode-se dizer que o bem de consumo não tem qualquer valor que não seja nele “embutido” pelos seus fabricantes através de várias formas, como as propagandas publicitárias, e que chega até o mercado e compradores ao longo de sua utilização.

Assim, ao se abordar o material propagandístico das “Águas de Melgaço”, nota-se a forte intenção de apresentar ao consumidor um produto não poucas vezes idealizado e com propriedades quase mágicas. Frases como “A Salvação dos diabéticos” ou “A mais puríssima e rica das águas” demonstram uma tentativa da marca de, na época, oferecer aos consumidores aquilo que não poderiam possuir, assumindo assim o papel de indicadoras das deficiências da realidade. “Cada anúncio, à sua maneira, é a denúncia de uma carência da vida real” (ROCHA, p.26, 1995).

Para Sandmann (2003), o uso das propagandas não tem apenas o objetivo de apresentar comercialmente determinado produto, mas principalmente de propagar ou incutir ideias, sejam elas relacionadas a serviços comerciais, políticos, ou ideológicos. Ao se aplicar tal pensamento na presente pesquisa, vê-se que, de forma elegante, mas clara, o material propagandístico tinha por intenção mostrar a água engarrafada portuguesa como sendo fiável quanto as suas propriedades medicinais e também divulgá-la como um produto requintado (afinal, era também uma água de mesa). Confirmando o que diz McCracken (2003), a maior parte do conteúdo que chegava até o público consumidor era o acumulado das aplicações de significado simbólico conseguidos com a utilização de adicionadores desse significado (publicidade).

Figura 1. Propaganda das “Águas de Melgaço” em jornal português de 1902.



Fonte: DIARIO ILLUSTRADO, 1902, p.4

Conclusões

Pode-se reconhecer, através dos resultados obtidos, que o grande sucesso e fama obtidos pela marca em questão não foi apenas o resultado da qualidade do produto ou excentricidade deste. Na verdade, deveu-se muito mais às táticas propagandísticas traduzidas em produção publicitária que, além de ser em grande número, possui agregado em si valor simbólico que pôde atuar de forma a moldar hábitos, influenciar o consumidor e criar uma imagem idealizada do produto, que é a água engarrafada portuguesa “Águas de Melgaço”.

Levar em consideração que as formas de expressão artística e publicitária relacionadas a produtos medicinais e afins possuem poder de influência no comportamento do público consumidor é reafirmar a existência de interações intrínsecas entre o simbólico e imaginário com o meio cultural e material.

Referências

BASTOS, Cristiana et al.. *Das termas aos “spas”*: reconfigurações de uma prática terapêutica. Projecto POCTI/ANT/47274/2002 – Centro de Estudos de Antropologia Social e Instituto de Ciências Sociais, 2002. Disponível em: <http://www.aguas.ics.ul.pt/viana_peso.html>. Acesso em 30 de Maio de 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Diário Ilustrado. Disponível em: <<http://purl.pt/14328>>. Acesso em 01 de Outubro de 2016.

DELCAMPE, Melgaço. 2017. Disponível em: <https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/search?search_mode=all&excluded_terms=&is_searchable_in_descriptions=0&is_searchable_in_translations=0&term=melga%C3%A7o&show_type=all&display_ongoing=ongoing&started_days=&started_hours=&ended_hours=&display_only=ongoing&min_price=&max_price=¤cy=all&seller_localisation=&view=&order=>> Acesso em 17 de julho de 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Antero; FERRAZ, Susana. *O Edifício da Fonte Principal das Termas do Peso (Melgaço)*. A.C.E.R. – Associação Cultural e de Estudos Regionais, entidade parceira do Projecto Vale do Minho Digital, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, 2007. 18p. Disponível em: <[www. http://acer-pt.org/](http://acer-pt.org/)> Acesso em 18 de Setembro de 2015.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. Comunicação apresentada ao I Seminário de Arqueologia Histórica. SPHAN/FNPM, outubro de 1985, Rio de Janeiro. 13p.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura & Consumo: novas abordagens ao carácter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Coleção Cultura e Consumo. Ed. MAUAD; Tradução Everardo Rocha, 2003.

ORSER JR., C. E. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte, 1992. Editora: Oficina de Livros.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANDMANN, Antônio José. *A linguagem da propaganda*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Repensando a Língua Portuguesa).

SANTOS, P. A. da Graça. *Mensagens nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)*. 2009. 185p. Tese (Doutorado em História na Área de Concentração das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Doutorado Internacional em Arqueologia. Porto Alegre – RS, Brasil.

SEZINANDO, S. C. F. G. *Águas Minerais Naturais e Águas de Nascente de Portugal Continental*. Dissertação apresentada no Instituto Politécnico de Beja (IPBEJA), Escola Superior Agrária para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente. Beja, 2013.

THOMPSON, John D. Assistência e Cura: Evolução da engenharia hospitalar através dos tempos. In: BRITANNICA, Encyclopaedia (Ed.). *Ciência e Tecnologia – 1980*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1980. p.8-27.

“Chá da tarde do caboclo”: a influência histórico-social das louças brancas na Manaus Antiga

Tammy Rosas Ramos¹

Resumo: Através das louças brancas aqui estudadas, cultura material esta que se enquadra nas metodologias e cronologia da subdisciplina chamada Arqueologia Histórica, busca-se inferir sobre como o objeto é capaz de influenciar o modo de vida, as relações sociais e o modo de se portar em público, em um período onde a cidade de Manaus está passando por mudanças bruscas em seu espaço público e privado, na sua economia e nos seus interesses, conhecido como *Belle Époque*, que abrange os anos de 1890 à 1920, onde após a sua queda econômica, Manaus busca reviver as glórias dos anos anteriores.

1. Introdução

Através da cultura material recuperada em sítios históricos aliados às metodologias da Arqueologia Histórica, podemos contar histórias que por muito tempo estavam esquecidas. Trabalha-se o objeto como parte integrante de sistemas classificatórios, sejam como parte de coleções, acervos, ou patrimônio.

As louças brancas aqui estudadas foram encontradas no ano de 2002, durante uma obra de restauração e reforma da Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Catedral Metropolitana da cidade de Manaus. A Catedral da Matriz passou por inúmeras destas reformas, mas foi somente por acaso que a cultura material foi encontrada. No momento da retirada do solo por retroescavadeiras o conjunto de cultura material histórica foi puxado junto ao solo. Hoje, este material se encontra na reserva técnica do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC-AM).

A ideia de que estas louças brancas poderiam fazer parte de um sistema classificatório surge a partir do levantamento laboratorial das peças. São mais de trinta marcas nacionais e internacionais divididas em um quantitativo de 1.230 fragmentos curados. Segundo o relatório do projeto de resgate, foram mais de 3.000 toneladas de material retirado do solo, triado, higienizado e catalogado. Essas louças foram inseridas em grande quantidade no cotidiano da população manauara no final do século XIX até meados do século XX. A pergunta que resta ser feita é “Por que?”. Segundo LIMA (1995) e SYMANSKI (2002), este tipo de cultura material é encontrado aos montes, as vezes milhares nos sítios arqueológicos históricos, levando-nos a crer que existia um potencial simbólico por trás de seus usos utilitários e decorativos.

2. Tipologia cerâmica

As louças brancas presentes no estudo são, em sua grande maioria, pertencentes a dois grupos de faiança segundo BRANCANTE (1981). Louças como as das fábricas Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo – IRFM, com marcas de dois municípios do estado de São Paulo, São Caetano e São Paulo (capital) e cerâmica ZAPPI encaixam-se no grupos de faianças conhecidas como “*louça de pó-de-pedra*”. Vale ressaltar que essas fábricas produziam mais de um tipo de louça branca/cerâmica.

¹ Formada em bacharelado em Arqueologia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA), integrante do grupo de pesquisa do CNPq, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (NIPAAM).

“Tem semelhança com a porcelana, é de composição diferente com a moagem do feldspato e do quartzo a pó não muito fino, pois as partículas ficam visíveis e desiguais em tamanho, dando a impressão de pó de pedra. No comércio para efeito de propaganda é chamada de meia porcelana.” (BRANCANTE, 1981, p. 707)

Outras empresas como a internacional Johnson Brothers, a famosa Santa Catharina, cerâmica Mauá, Porcelana Real, se enquadram no que é chamado de faiança fina.

“Faiança fina ou inglesa: Segundo Alexandre Bronguiart (Sèvres), a faiança fina pertence aos produtos de pasta dura e opaca, branca infuzível ao fogo de porcelana e com vidrado de chumbo. Porém, a sua composição é diferente da clássica faiança ou majólica. Sua pasta é produto ingredientes, conforme a fábrica que os aplica, é compacta e de forma geral esbranquiçada, dispensando o engobe. [...] Chamada pelos ingleses de “cream colouredware” ou “queen’sware”, ou “White earthenware”.” (BRANCANTE, 1981, p. 705)

3. Manaus: sua elite e bens de consumo

Explicar seu grupo tipográfico é importante, pois durante a *Belle Époque* era comum você julgar uma pessoa de bem ou não pelo que esta possuía. A vida era social e os bens de consumo eram quem ditavam as classes sociais, bem como produziam as tensões e conflitos sociais da época.

Segundo Mesquita (2005), com a crescente industrialização das cidades europeias houve uma preocupação por parte do Governo de Manaus com o espaço urbano. Acontece então o que ele chama de refundação da cidade.

“Eles sugeriram medidas estruturais para ordenar o crescimento da área urbana e evitar a manutenção dos traços orgânicos que marcavam o seu traçado original.” (MESQUITA, 2005, p. 112)

É também entre o período de 1890 e 1920 que ocorre a “expressão de euforia e do triunfo da sociedade burguesa no momento em que se notabilizavam as conquistas materiais e tecnológicas” (DAOU, 2000, p.10).

Na região norte, principalmente em Manaus e Belém, o surgimento de um modo de vida burguês advém da descoberta do potencial econômico e tecnológico do látex extraído da seringa. Para acompanhar a refundação da cidade estruturada por Mesquita (2005) e o *boom* econômico do comércio do látex conflitando com o aumento do interesse de estrangeiros na cidade de Manaus, a população manauara se vê em uma posição onde a única solução é se transformar em uma sociedade digna da recém-chegada *Belle Époque*.

“Nas duas últimas décadas do século XIX, essas conexões intensificam-se, possibilitando a incorporação da Amazônia como parte crescente do mercado internacional. O volume de exportação da borracha começa a tomar destaque no conjunto das exportações da região. Ao dinamismo promovido pela economia gomífera a partir dos anos 1880, correspondeu a chegada de PESSOAS, CAPITAIS E MERCADORIAS, o que facultou para as ELITES da Amazônia uma situação de riqueza e prosperidade únicas.” (DAOU, 2000, p 17)

A população elitizada de Manaus começa a adquirir um gosto particularmente europeu. Costumes como o “chá da tarde” chegam junto com os estrangeiros que aqui abrem seus cafés e

restaurantes. Mas como alcançar a maioria marginalizada e que sentia a necessidade de fazer parte da *Belle Époque*? Queria fazer parte da elite?

Neste quadro social e econômico as louças brancas, sejam elas faiança, faiança fina, porcelana, ou grés, irão fazer parte de uma cadeia de objetos que formarão a cultura e a sociedade manauara do final do século XIX à meados do século XX.

Esta cultura material integra a teia de significados simbólicos escondidos por trás dos objetos encontrados em sítios históricos. O consumidor aqui se porta como dominado pela cultura material que antes ele dominava. Segundo Michel de Certeau (1990) existe a imagem do consumidor enquanto produtor de uma imagem, no presente trabalho a minoria capaz de adquirir as louças brancas, e a apropriação deste cotidiano por uma maioria marginalizada. Essa maioria marginalizada procura instituir no seu cotidiano o que Certeau chama de “maneiras de fazer” de uma elite para se encaixar em padrões sócio-culturais aceitos pela mesma. As louças em sua grande diversidade, tanto quantitativa quanto qualitativa, podem nos mostrar, de maneira tangível, os procedimentos, as bases, os efeitos e as possibilidades dessas “maneiras de fazer” em um consumo material combinatório e utilitário.

Aliando isso a intensa incorporação das louças brancas ao cotidiano manauara nos leva a crer que o uso e consumo desse material acarretou uma transmutação dessas louças em signos culturais (GEERTZ, 1989) capazes de definir limites entre classes sociais e de moldar comportamentos nos séculos passados.

4. Referências

- BRANCANTE, E. F. **Brasil e a Cerâmica Antiga**, São Paulo, 1931;
- CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**. Editora Vozes, 3ª edição. Petrópolis, 1998;
- DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Coleção Descobrimdo o Brasil, Jorge Zahar Editor, 2000;
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1973;
- LIMA, Tânia A. **Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas**. I Seminário de Arqueologia Histórica, 1985, RJ;
- _____. **Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX**, Anais do Museu Paulista, São Paulo, N. Ser v.3 p.129-191 jan./dez.1995;
- MESQUITA, Otoni Moreira. **La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)**. Niterói, 2005;
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Louças e a auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas no Brasil**. Arqueologia na Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas, 2002;
- ZARUCCHI, Jeanne Morgan. **Visions of America: Johnson Brothers pottery in the US Market: 1872 – 2002**. The Journal of Popular Culture, 2004.

MUSEU ETNOGRÁFICO NA CONTEMPORANEIDADE: um estudo no Museu do Índio-AM

Thais Brito Soares Reis¹

Jocilene gomes da Cruz²

Introdução

No Brasil o museu etnográfico se estruturou a partir dos pressupostos da Antropologia Culturalista, predominante entre os anos de 1930 e 1950, cujo propósito era revelar a “alteridade pura” (PEIRANO, 1999), com preceitos pautados na concepção evolucionista e no estudo dos “povos exóticos”. Com o passar dos anos essa visão mudou, particularmente em função das próprias modificações nos paradigmas da Antropologia, que trouxe novos conceitos e, conseqüentemente levantou questões sobre o papel dos museus na contemporaneidade.

Em 1953 foi criado no Brasil o Museu do Índio na cidade do Rio de Janeiro tendo como um dos seus objetivos produzir conhecimentos sobre as culturas indígenas, vistas como em vias de desaparecimento. Para estudiosos como Vrdojak (2008), a segunda metade do século XX é significativa em termos de reestruturação das finalidades e objetivos à criação de museus. Para esse autor, o movimento indígena se fortaleceu e firmou-se na autodeterminação étnica e nas lutas para além dos direitos a terra, mobilizando-se também em torno da proteção e promoção dos seus bens patrimoniais. Todos esses acontecimentos foram fundamentais para levantar novas discussões sobre o papel dos Museus Etnográficos.

No contexto atual verifica-se que o conceito de museu etnográfico, etnológico e antropológico se fundamenta em uma percepção de patrimônio que abarca a dimensão material e imaterial dos bens patrimoniais, bem como opera com um conceito de cultura dinâmico e que contextualiza os processos de reelaboração cultural oriundos da própria dinamicidade da cultura. Thompson (2014) observa que esses museus são vistos atualmente como ferramentas importantes para a valorização e promoção do patrimônio cultural, bem como nos processos educacionais e de cidadania. Conforme o autor, a alteridade se introduziu nos conceitos de museu com intensidade abrindo espaço para que os indígenas possam contar sua história em primeira pessoa.

O Museu do Índio de Manaus foi inaugurado no ano de 1952, pela Irmã Salesiana Madre Magdalena e, ao longo de 65 anos, recebe visitantes de várias partes do mundo interessados em conhecer sobre a cultura dos povos indígenas, também recebe alunos de escolas públicas e privadas de Manaus e, conforme consta em seus folhetos informativos, seu objetivo seria “pedagógico, educativo e de cidadania”, possibilitando à população local e aos turistas, conhecerem a diversidade cultural amazônica, particularmente no que tange a diversidade dos povos indígenas.

Embora o acervo do museu seja diversificado, há um número expressivo de artefatos da região do Alto Rio Negro, reunindo mais de três mil objetos/artefatos, sendo a maioria pertencente aos povos indígenas Baniwa, Yanomami, Tucano, Dessana, Wanano, Tariana e outros, oriundos da referida região que abrange os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

¹Graduanda do curso de Turismo, Universidade do Estado Amazonas, Escola Superior de Artes e Turismo. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UEA. Email: thaisbritosreis6@gmail.com

² Docente da Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Artes e Turismo; Líder do Grupo de Pesquisa NEICAM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica. Email: jocilene.am@gmail.com

A pesquisa sobre o Museu do Índio de Manaus tem como objetivo central analisar o contexto de sua criação e estruturação, de modo a apreender suas contribuições para a promoção da cultura indígena e do turismo cultural na cidade. Dentre os objetivos específicos, busca-se identificar as motivações e as finalidades intrínsecas à criação do museu; caracterizar as ações culturais, educacionais e de cidadania promovidas pelo museu e verificar as contribuições diretas e indiretas do museu no âmbito do Turismo na cidade de Manaus.

Referencial Teórico

A história do colecionismo de objetos/artefatos indígenas remonta alguns séculos. Há relatos de que, desde o período do descobrimento, viajantes europeus levavam peças fabricadas pelos povos indígenas para seus países de origem. No final do século XIX teria surgido os primeiros museus de etnologia, a partir de então, os objetos/artefatos indígenas passaram a ser utilizados para “atestar” cientificamente o lugar que esses povos ocupavam na evolução da humanidade (BENNETT, 2009; SHELTON, 2011).

Os artefatos etnográficos eram denominados, no início do século XIX, como “espécimes etnográficos” e ficavam em lugares destinados a guardar os objetos exóticos “coletados” durante a conquista do Novo Mundo (STOCKING, 1985). Tais lugares eram os museus de história natural ou de ciências. O Brasil seguiu essa mesma lógica e os primeiros museus criados em meados do século XIX, também tinham um formato de enciclopédia, neles eram guardadas as coleções das culturas indígenas doadas pelos viajantes, sertanistas, clero, dentre outros personagens envolvidos com as ideologias da colonização e da catequização dos povos indígenas (CANNIZZO, 1998, apud VELTHEN, 2012).

A partir do século XX as concepções sobre os museus foram se ampliando, isto se deu pelas próprias mudanças na forma de conceber a cultura, o patrimônio cultural e a identidade cultural. Essas novas concepções objetivaram romper com a visão estática, na qual prevalecia uma ideia equivocada sobre a própria relação entre o passado e o presente, desarticulados entre si.

O novo museu deveria se abrir ao diálogo com a sociedade, pois durante muito tempo estiveram fechados para a sociedade em sua totalidade, uma vez que eram acessados apenas por uma pequena parcela privilegiada socialmente e economicamente. Tais, mudanças na forma de concebê-los viabilizou, por exemplo, o surgimento de museus criados por povos indígenas e populações tradicionais com a finalidade de promover as suas culturas e fortalecer as suas identidades culturais.

De acordo com Anico (2005, p. 83) o patrimônio cultural e os museus possuem um papel importante na criação de consciências pessoais, no que diz respeito à “construção e representação de identidades locais, regionais ou nacionais, em virtude do seu posicionamento enquanto instrumentos pedagógicos e ideológicos”. A autora assinala que ao longo dos séculos os museus e sítios patrimoniais foram problematizados e/ou contestados, e assim foram produzidas as mudanças necessárias acerca de seu papel na contemporaneidade.

Nas análises de Velthen (2012, p.9) também se encontram ponderações que se coadunam com as observações já destacadas. Para a autora o grande desafio posto no contexto é “recontextualizar os objetos etnográficos”, sendo necessário para atingir tal propósito “ultrapassar primeiramente uma perspectiva clássica, que considera apenas os artefatos obsoletos da vida cotidiana, ditos ‘tradicionais’, ou então os empregados em cultos ou rituais [...], sendo absolutamente indispensável a consideração de que todas as sociedades e os indivíduos que a compõem possuem uma história, e que todas as culturas são o produto de contatos e trocas”.

Metodologia

Para a realização do estudo no Museu do Índio de Manaus utilizou-se a triangulação metodológica, composta por pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados teve início com a análise de artigos científicos, teses, dissertações, documentos oficiais, artigos de jornais, revistas e livros sobre as temáticas/categorias de estudo. Paralelamente a pesquisa bibliográfica e documental será feita a pesquisa de campo, por meio de visitas sistemáticas ao Museu do Índio de Manaus com a finalidade de registrar, mediante a observação direta, os acontecimentos e as ações desenvolvidas no museu. Com o propósito de fazer a contextualização histórica do museu, bem como conhecer as suas finalidades, durante a pesquisa de campo também serão feitas entrevistas semiestruturadas com as pessoas envolvidas diretamente com a sua criação. Para os visitantes/turistas serão aplicados formulários com perguntas abertas e fechadas, visando conhecer as percepções destes sobre o museu - as experiências vivenciadas com a visita, suas impressões sobre os artefatos e as histórias sobre os povos indígenas.

Considerações Finais

A pesquisa está em andamento e os resultados são ainda incipientes e oriundos de dados bibliográficos, documentais e da observação direta no museu. Destaca-se que apesar das contradições envolvendo a criação do museu do Índio de Manaus, ele possui um papel preponderante no contexto das discussões sobre a promoção e valorização da cultura e da identidade cultural da região, particularmente a dos povos indígenas. As reflexões são relevantes, sobretudo, por sua própria existência, uma vez que é um dos pouquíssimos espaços existentes em Manaus voltados para a temática indígena.

O museu recebe estudantes de escolas públicas e privadas da cidade que vão conhecer um pouco da história dos povos indígenas, tendo acesso a um acervo que retrata o cotidiano, os objetos utilizados nas atividades de subsistência, nos rituais e cerimônias, dentre outros. Portanto, o referido museu pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e visões etnocêntricas sobre os povos indígenas, mas isso só será possível, se as bases conceituais do museu estiverem em consonância com as novas visões sobre o papel e as dinâmicas dos museus na vida contemporânea, algo que se espera encontrar ao longo da pesquisa.

Referências

- VELTHEN, Lucia Hussak Van. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan.-abr. 2012.
- ABREU, R. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 2005
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. *Museu, Identities e Patrimônio Cultural. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 7, 2008.

Linha Temática 3

Professores responsáveis:

Prof. Dr. João Siqueira

Profa. Dra. Jocilene Gomes da Cruz

Profa. Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira

Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres

**Espaços, memórias e configurações
sociais**

RELAÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA: OS RELATOS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA CIDADE DE MANAUS

Célia Maria Nascimento de Oliveira¹

RESUMO

Trata-se de um trabalho bibliográfico com entrevistas realizadas à quatro mulheres vítimas de violências intrafamiliar, onde as mesmas foram agredidas pelos seus companheiros em seu dia a dia, destacando a relação de gênero e como se dão as violências que as mulheres sofreram ou sofrem, relatando os casos de agressões que as vítimas passam na cidade de Manaus estado do Amazonas, pontuando as formas de violência que há contra a mulher e como elas ainda são submetidas a conviver com esse drama de violência em nossa sociedade, mesmo com tantos avanços repressivos e punitivos aos agressores. A relação da violência de gênero é um fenômeno presente entre os casais de todas as classes sociais, destacando os da cidade de Manaus, onde os casos estão sendo registrados com mais frequência pelas vítimas de violência, sendo importante elencar a Lei 11.340/2006, mas conhecida como (Maria da Penha), contextualizando as violências mais comuns entre as mulheres da cidade manauara. A violência contra a mulher repercute em todos os meios de comunicação, passando a punição a ganhar força com as políticas públicas, as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, as secretarias, os pesquisadores, e sociedade envolvida à proteção da mulher. As mulheres nos dias atuais ainda sofrem com as violências em todas as esferas, nesse sentido os mecanismos de coibição existentes entre as redes em Manaus estão fazendo muitas mulheres perder o medo de registrar as agressões sofridas, passando a sair do anonimato passando a denunciar seus agressores. Com a metodologia utilizada houve a possibilidade de elaborar a pesquisa com 1 mulher de 19 anos, 1 de 35, e 1 de 40 anos, com a utilização teórico/metodológico, com entrevistas presenciais semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas, com informação sobre as formas de violências que as mulheres sofrem no cenário atual.

Palavras-Chaves: Família; Relação de Gênero; Violência contra a Mulher.

INTRODUÇÃO

A relação da violência de gênero ainda é um fenômeno corriqueiro e presente no cotidiano atual de muitas famílias de todas as sociedades, sendo necessário relatar os casos de agressões que várias mulheres sofrem por seus companheiros na cidade de Manaus Amazonas, caracterizando assim, as violências de gênero no contexto atual. As famílias em sua maioria são afetadas pelo fenômeno da violência em todos os sentidos, principalmente se tratando das mulheres, as quais são agredidas pelos seus próprios companheiros, porém, muitas mulheres já conhecem seus direitos, os quais estão sendo registrados com mais frequência pelas vítimas.

Com a contemporaneidade as formas de violência contra mulher passaram a serem evidenciadas em todos os cenários, sendo necessário pontuá-las, e ainda destacar como acontecem entre vítimas e agressores, elencando com qual frequência elas acontecem. A importância da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, traz subsídio para essa discussão, com vários mecanismos existentes para coibição todas as formas de violência contra a mulher.

A metodologia utilizada é a pesquisa teórica/metodológica, com entrevistas presenciais,

¹ Assistente Social, Pesquisadora Autônoma, Aluna especial do mestrado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM.

semiestruturadas com 3 mulher entre 19 e 40 anos, com a utilização de questionários com perguntas abertas e fechadas, sobre as informações das formas vítimas de violências doméstica na cidade de Manaus.

CONTEXTUALIZANDO FAMÍLIA NOS DIAS ATUAIS

Familiar é a junção de todos os membros que compõe um grupo de pessoas que dividem o mesmo espaço, devendo seus membros estarem sempre em comunhão com a construção ética e moral de seu em grupo familiar, os quais são responsáveis pela construção dos seus membros em sociedade.

De acordo com Sarti (2010, p. 26), “família se delimita simbolicamente, baseada num discurso sobre si própria. - Constrói sua própria história, seu próprio mito, entendido como formulação discursiva, em que se expressam o significado [...]”.

Nesse contexto, entende-se que toda família tem seus ensinamentos, cria suas crenças, seus valores, seus desenvolvimentos sociais, com suas idealizações entre todos os seus membros. Os membros da família devem se desenvolver em sociedade para que todos possam conviver em harmonia com seu grupo e em sociedade por uma boa cidadania.

Para Gomes e Oliveira (2016, p. 12), “família é convivência de várias pessoas em um só local praticando a construção ética e moral como cidadãos de direitos e deveres, sendo os pais ou as pessoas mais velhas responsáveis pela educação dos membros [...]”.

A família é responsável pela composição das várias alterações dos comportamentos de seus membros. Assim, configura-se as inúmeras formas de cada componente do grupo familiar, com seus princípios e suas capacidades para exercerem seus direitos e deveres de cidadãos em uma sociedade justa visando melhor relação de convivência e respeito entre os gêneros, para que a relação de violência possa pelo menos diminuir entre os cônjuges.

A RELAÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA

A relação dos gêneros no cenário atual é um fenômeno preocupante no mundo inteiro, por muitas mulheres estarem sofrem com o fenômeno da violência. Historicamente vivemos em uma sociedade que traz desde o início da civilização, traços de violência entre a relação dos gêneros, onde são consolidadas as construções práticas e sociais da violência contra mulher, que ainda é um dispositivo de poder para os homens.

Como destaca Foucault, (1979, p. 89), “[...] as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito -, mas - são os efeitos - de desigualdades e desequilíbrio que se produzem as condições internas destas diferenciações”. Diferenças essas entendidas como manifestações da correlação de forças entre a relação de poder dos gêneros masculino e feminino com a dominação do homem sobre a mulher entre suas relações de poder gênero.

Nesse contexto Samara (1997, p. 63), destaca “as feministas americanas foram as que primeiro utilizaram o termo gênero para acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Onde o termo gênero passa ser socializado em todos os discursos permeando as diferenças entre homens e mulheres, com seus valores do período histórico.

Como a entrevistada Cravo (05/08/2017), relatar “vivo uma situação difícil, meu marido quer que eu trabalhe e não fique só comendo as custas dele, é muito ruim para mim, não tenho com quem deixar meus três filhos que são muitos pequenos, ele vive irritado comigo”.

Assim, se tem a certeza que Cravo convive diariamente com a violência de seu companheiro, pois sabe-se que a violência simbólica também é uma forma de agressão a qual

diminui a autoestima da mulher. A violência contra a mulher, ainda é uma situação muito preocupante, pois o ato de violência causa muito sofrimento as vítimas.

De acordo com Cavalcante (2012, p. 51), “a violência contra a mulher precisa ser encarada como um problema complexo e sério que aflige a humanidade, com graves consequências para -, comprometendo o seu pleno desenvolvimento”. Ressalta-se, que as consequências das violências em sua maioria deixam marcas profunda que nem o tempo pode cicatrizar, por ficar guardada em sua cruel lembrança e lhes tira a auto estima da mulher lhe impossibilitando-as de buscar conhecimentos que lhes orientaram a se reconstruir mentalmente.

Violeta (05/08/2017), em suas lamentações destaca “não me sinto livre para tomar minhas decisões meu marido me controla vinte e quatro horas por dia, quando não estou com ele, preciso falar ao telefone que tem vídeo, para ele saber onde estou e com quem”. Entende nesse relato que essa mulher é controlada, não exerce seu direito de ir e vir, que seu companheiro a controla de todas as formas em seu cotidiano, situação que não deixa de ser violência, passando a ser configurado como cárcere privado.

Para Cavalcante (2012, p. 37), “o crescimento da violência no Brasil não é composto de uma única explicação -. Encontra associado a lógica da pobreza e da desigualdade socioeconômica. Contudo, a pobreza e desigualdade não justificam - o acréscimo da violência [...]”. Sabe-se que a violência tem sempre uma justificativa e se tratando da mulher é mais complicado por ela não ter condições de medir força com seu companheiro, passando a mesma ser agredida continuamente por seu companheiro.

Como relata Rosa (05/08/2017), “eu tenho muito medo do meu marido, ele é muito bravo e agressivo não posso conversar com as vizinhas, por que no outro dia já chega bêbado do trabalho e vai logo me estapeando, me chamando de vagabunda e outros nomes”. Nesse contexto se tem certeza que a mulher ainda vive situação triste de violências com as agressões sofridas por seus companheiros, situação muito preocupante para nossa sociedade manauara.

CONCLUSÕES

Com a temática em destaque houve-se a possibilidade de adquirir conhecimentos que estabeleceu a discussão que retrata a relação da violência de gênero, a qual está presente na história da humanidade ao longo dos anos em todas as classes sociais. A discussão da violência contra mulher é evidenciada na relação de gênero, onde os papéis sociais são impostos à mulher pelo reforço da cultura patriarcal a qual estabelece a relação de dominação e violência entre os pares passando a ter grande repercussão com a promulgação da Lei 11.340/2006.

Com a Lei Maria da Penha a mulher vítima de violência passa a obter apoio, para denunciar seus agressores, onde a referida lei passa a coibir todos os tipos de violência contra as mulheres, com direito de proteção, fortalecendo a autoestima das mulheres vitimadas de violência sobretudo em Manaus Capital do Amazonas.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica contra a mulher no Brasil. Análise da Lei “Maria da Penha”, Nº 11.340/06.** 4º Edição. Editora. Juspodivm, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder / Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado.** – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOMES, Lílían da Silva. OLIVEIRA, Célia Maria Nascimento de. **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: Um estudo contemporâneo sobre a situação das bolsistas especializadas do programa bolsa educação em**

Manaus-Amazonas. **Ethos & Episteme: Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB, Ano XI, Volume XXI.** — Manaus: FSDB, 2016.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Marina de Andrade Marconi, - 5. Ed. - São Paulo: Atlas 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Raquel, MATOS M. IZILDA, S. de. **Gênero em Debate. Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea.** São Paulo, EDUC, 1997.

SARTI, C. A. **Família e individualidade: Um problema moderno.** In: CARVALHO, M. C.

B. de (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Educ, 1995.

O BRASÃO DA CIDADE DE MANAUS: SEMIOSE DE FATOS HISTÓRICOS

Denise T. M. S. de Souza (UEA)¹

Neiva Maria M. Soares (UEA)²

A comunicação torna-se cada vez mais multimodal, por meio de símbolos, representações sociais, culturais e identitárias são construídas em inúmeros eventos discursivos. Um exemplo disso são os brasões utilizados nas bandeiras das cidades que remetem a aspectos históricos e culturais tecendo um discurso sobre as mesmas. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é verificar o modo como os três quadrantes presentes no brasão da bandeira da cidade de Manaus foram representados, e quais aspectos foram enfatizados, para isto se utiliza como recurso teórico e metodológico os pressupostos da Semiótica Social, com o aporte teórico da Análise de Discurso Crítica, por meio de Fairclough (2001, 2003) e da Gramática do *Design* Visual (GDV), de Kress e van Leeuwen (1996) que focalizam o processo de produção dos signos como um evento social realizado em determinado contexto e com a participação de atores sociais.

A Teoria Multimodal de Van Leeuwen (1996, 2008) e a proposta da ADC, via Fairclough (2003, 2006), traçam um percurso que inicia na Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de Halliday, pois tais teorias se complementam para constituir o significado do texto e do discurso. “Todos esses fios de significado estão interligados na fabricação do discurso” (Halliday e Hasan, 1985:23). Halliday (1994) considera a multifuncionalidade da linguagem e propõe o uso das metafunções da língua para uma compreensão discursiva, elas denominam-se ideacional ou experiencial, interpessoal e textual que correspondem, respectivamente, a ação social na qual o indivíduo se envolve, a natureza da atividade, a linguagem como expressão da experiência do mundo externo, interno e da consciência do falante; o papel da linguagem nas relações sociais entre os participantes em diferentes situações, por fim, os sistemas textuais disponíveis.

Na ótica da Gramática do *Design* Visual, diferentes interpretações são possíveis com uma mesma linguagem devido a diferentes posições ideológicas. Os sentidos pertencem à cultura, em vez de a específicos modos semióticos (KRESS e van LEEUWEN, 1996, p.2). Os significados são mapeados através dos diferentes modos semióticos. Desse modo, o que é expresso na linguagem através da escolha entre diferentes palavras e estruturas pode na comunicação visual ser expresso pela escolha entre os diferentes usos de cores ou estruturas composicionais (KRESS e van LEEUWEN, 1996, p.2)

A semiótica social de Halliday (1978) considera o fato de que a função primordial da linguagem é a comunicação. A língua é um instrumento social que possibilita a interação dos indivíduos em diferentes contextos, quer de situação ou de cultura. Na proposta hallidayana, entender a linguagem é compreender o seu uso. O texto é considerado como um construto metafuncional (HALLIDAY; HASAN, 1985, p. 44).

Para os autores, a Multimodalidade agrega e se realiza por múltiplos códigos semióticos. Nesta acepção, para a análise do brasão de Manaus foi priorizado o significado representacional (ideacional) presente em imagens que mostram participantes representados, os quais podem ser pessoas, objetos ou lugares (KRESS e VAN LEEUWEN, 1996). A seguir, a imagem do brasão de Manaus:



O *corpus* desta análise se constitui pelo brasão da cidade de Manaus, concebido como um símbolo que identifica a cidade. Manaus é estabelecida via elementos que compõem este símbolo, que apresenta a seguinte perspectiva, na ótica de Ugarte (2017), o canto esquerdo do escudo representa a passagem de uma expedição em 1542, que era comandada pelo espanhol Francisco Orellana, e que nesta época o Rio Negro foi batizado com esse nome, há a presença de dois bergantins e dois remadores. No canto direito, está a representação do Forte de São José do Rio Negro, futura Manaus, há ainda a presença de um homem e uma mulher. O homem simboliza o português, um militar, e a mulher uma índia, juntos, representam a união entre colonizadores e povo do lugar. Na terceira sessão, na parte inferior, aparece a figura da seringueira, símbolo do auge da borracha e que trouxe desenvolvimento para Manaus.

Percebe-se por meio da análise uma gama de elementos semióticos que constroem uma representação cronológica que enfatiza aspectos culturais e identitários de Manaus, inicialmente são retratadas as primeiras expedições pelos rios da Amazônia, mostra-se a navegação no encontro das águas, em seguida, a fundação da cidade e o contato cultural entre o povo da região e o colonizador e por último, na parte inferior do escudo, e com maior destaque, o apogeu da época da borracha, simbolizado pela árvore gomífera. Assim, por meio de um símbolo é possível contar uma história, retratar aspectos culturais e identitários, tendo em vista que o discurso visual é multissemiótico e, como o verbal é repleto de significados que representam o mundo, interagem com os participantes e conduzem informações pontuais que correspondem a ordem discursiva de dado evento comunicativo.

Desse modo, os discursos verbais ou visuais retratam as práticas sociais nas quais as pessoas se envolvem. A forma como o discurso é construído serve para moldar e naturalizar tais práticas. As imagens e os textos aqui analisados demonstram como os discursos podem ser constituídos para representar modos particulares de representação de identidades, de discursos e de eventos sociais. Logo, qualquer sistema semiótico tem que ser capaz de projetar as relações entre o produtor do signo e o receptor do signo.

PALAVRAS-CHAVE: Símbolos (brasão); Multimodalidade; Cultura; Identidade.

¹ Mestranda em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Integrante do Grupo de Pesquisas SDISCON- Múltiplas Linguagens, Semiótica e Discurso na Contemporaneidade. E-mail: denisetm.10@gmail.com.

² Dra. em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UNB). Professora adjunta da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e líder do Grupo de Pesquisas SDISCON. Orientadora de Iniciação Científica e professora do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas. E-mail: nemsoa@hotmail.com

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*, Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. New York, Routledge, 2003.

KRESS, G.; van LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London, New York: Routledge, 1996.

HALLIDAY, M.A.K. *Functional grammar*. 2 ed. New York: Routledge, 1994.

_____.; HASAN, R. Language, contexto and text: aspects of language in a social semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: DEL PRIORE, M. e GOMES, F. (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. In Rede Diário de Comunicação, 2 de julho de 2017. Manaus, Amazonas.

SANTA ETELVINA: HISTÓRIA E RELIGIOSIDADE – UM FENOMENO SECULAR

Erivelto Nick Farney C. Montenegro¹

Antônio Delfino Lima²

RESUMO: Este trabalho busca investigar o mistério que envolve a devoção a “Santa” Etelvina que ocorreu a partir de sua morte em 1901, na colônia Campos Salle em Manaus-AM. A intenção dessa pesquisa é analisar fontes históricas para construção do fenômeno religioso e da religiosidade do povo e do espaço sagrado “Pau da Santa”, visto que esse espaço recebe o nome em virtude do corpo da jovem ter sido encontrado debaixo de um pé de angelim-rajado; debruça-se ainda na forma trágica de como esse crime ocorreu e as circunstâncias em que o corpo de Etelvina de Alencar foi encontrado. Pois o episódio gerou um sentimento religioso que tomou conta dos moradores daquele lugar, naquela época permanecendo até hoje. Este acontecimento tem 100 anos, e já tem representatividade local significativa com muitos fiéis e faz parte do Calendário Litúrgico da Área Missionária Imaculado Coração de Maria, tornando-se uma “Santa” popular na comunidade e em toda a cidade de Manaus. Para atingir esses objetivos realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo histórico e exploratório fundamentadas em dados secundários que proporcionaram refletir sobre o tema.

Palavras-chave: Santa Etelvina, História, Espaço Sagrado.

A pesquisa foi realizada, tendo como objeto de estudo o Espaço Sagrado, local onde o corpo sem vida da jovem Etelvina foi encontrado, a manifestação religiosa ocorre há mais de cem anos, no dia dois (02) de novembro.

Nas primeiras décadas após o acontecido verifica-se nos registros documentais um aumento a devoção a “Santa”. Ano após anos no cemitério o túmulo de Etelvina é o mais visitado e procurado, no local onde aconteceu o fato de sua morte é celebrado uma grande missa campal e no término desta são realizadas celebrações eucarísticas frequentado por grande número de fiéis.

Para a composição do espaço físico, foi construído um monumento em homenagem a jovem morta “Santa Etelvina”, área a qual na época de sua morte ficava distante de Manaus, porém com o passar do tempo, o crescimento e o desenvolvimento da cidade esse local foi conservado, porém é rodeado por templos de outras denominações religiosas e de empresas e residências.

¹ Licenciado em História; Pós-graduação em História da Saúde na Amazônia - Fiocruz – ILMMD; Pós - graduação em Ensino Religioso Escolar - Dom Bosco. Curso de Especialização em Metodologia do Ensino de História pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA; Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências da Religião – UEA.

² Licenciado em Ensino Religioso – CENESCH; Licenciado em Matemática – UNITINS; Pós-graduado em Metodologia do Ensino da Matemática e Metodologia do Ensino Superior; Acadêmico do curso de Licenciatura em Ciências da Religião – UEA



Foto: Monumento construído no local onde o corpo foi encontrado no bairro Santa Etelevina

É fundamental analisar como se deu a religiosidade dos sujeitos daquela localidade, os principais motivos que levam as pessoas a recorrerem a crença da jovem Santa. O local onde o corpo sem vida da Etelevina Alencar foi encontrado, transformou-se hoje em um espaço sagrado de visitação do povo, e ali são realizadas atividades voltadas para a religiosidade popular, onde as pessoas pagam promessas pelas bênçãos recebidas, deixam no local muitos objetos dos mais variados possíveis, (cadernos, fardas, cartas, placas, mensagens de agradecimento entre outras).

A história que permeia a seca no Nordeste, sobretudo no Ceará, todos os anos chama atenção, isso porque as características da região e ter chuvas irregulares e mal distribuída geograficamente. Uma das maiores secas do Nordeste Brasileiro assolou a região partir de 1877. O Historiador (SOUSA, JOSÉ WEYNE FREITAS, 2009, 38) faz referência ao memorialista das secas Rodolfo Teófilo que considerou que “a seca estava declarada”.

Com isso o sentimento de pânico apoderou-se da população e ao anoitecer muitas famílias pobres se recolhiam as suas casas e com medo, falavam em migrar. A família sertaneja ao iniciar sua história migratória nos períodos das secas, terminou sofrendo suas consequências posteriores decorrentes do seu esforço de readaptação.

Essa situação não passou despercebida pelas autoridades do Amazonas vendo a situação da seca como elemento de progresso para o seu estado, visto que Manaus no século XIX passava por sérios problemas de mão de obra, viu nesse desastre natural da seca como solução para seus problemas que o estado enfrentava, no início fundando colônias com intuito de trabalhar no solo.

O que se nota nos relatos dos presidentes dos estados brasileiros (AM) – 1891 a 1930, e que neste período é perceptível a grande quantidade de portugueses no estado e sua presença no controle dos empreendimentos comerciais e na maioria das vezes os seus funcionários também eram portugueses, mas não tinha habilidades para lavoura isso incomodava bastante os representantes do estado, como um de seus relatos nos afirma (JUNIOR, JOSE CARDOSO 1899:26),

O Estado do Amazonas quer o imigrante estrangeiro, mas o que venha espontaneamente, não alliciado por especuladores, mas atraído por um campo de trabalho aberto á sua atividade, não o vagabundo nos centros populosos europeos, incapaz do trabalho agrícola mas cultivador rural que sabe amar a terra e fazel-a produzir, o industrial que tenha uma profissão determinada, o artista que saiba tirar da arte quanto ella pode dar.

O historiador Antônio Mesquita expõe que um expressivo percentual da massa migratória foi atraída para a região através de campanhas sustentadas por promessas ilusórias de enriquecimento rápido e que parte desse contingente ao perceber o engano não dispunha de recursos para retornar a sua região de origem e contra vontade tiveram que se adaptar e

compara a situação dos migrantes nordestinos que estavam em Manaus com os trabalhadores londrinos, enfatizando o estado de penúria de ambos segundo (MESQUITA, 2005:207):

A situação da massa de nordestinos que migrou para região amazônica se apresentava muito mais dramática que a das classes trabalhadoras da Inglaterra, onde Engels as localizou, longe dos olhos das elites, empurradas para periferia suburbana ou escondidas sob os muros encardidos e nas vielas improvisadas nas proximidades das próprias fábricas. Ainda que os seringueiros na Amazônia respirassem um ar mais puro que o londrino, era igualmente doloroso sua sobrevivência, pois viviam isolados em distantes seringais no interior da floresta, sem qualquer segurança contra as doenças, feras ou selvagens. Desprovidos de qualquer tipo de organização ou defesa e sob condições mínimas de subsistência, eram explorados por um sistema de trabalho semi escravocrata, cujas condições inspiraram Alberto Rangel a escrever alguns contos d'O inferno Verde.

Essa versão é de ordem histórica cronológica das migrações serve como parâmetro para nos mostrar como foi a trajetória de Etelvina Alencar 17 anos e sua família. Segundo Historiador Júlio Benevide Uchoa (JORNAL DO COMERCIO, 1947), filha de Cosme José de Alencar e de Dona Rosalina de Alencar, Etelvina nasceu em Boa Vista do Icó (Ceará), 1884, vindo para Manaus em companhia de sua genitora, já então viúva e de três irmãs, sendo uma casada. De Manaus foi transportada para a Colônia Campos Sales inaugurada em 1882, onde iriam trabalhar na agricultura. Esse processo de readaptação não foi nada fácil, além dos vários obstáculos ao novo ambiente amazônico, a Colônia Campos Sales ficava muito distante da cidade, mais de qualquer forma tiveram mais sorte do que aqueles que foram trabalhar no seringal.

Comparados com outros estados, a Colônia Campos Salles era visto com bons olhos pelos nossos governantes, até que por terrível coincidência do destino na estadia do Engenheiro Ajudante da Colônia Alberto Rangel e que em seguida se tornaria escrito da obra Inferno Verde, quase presenciou um terrível acontecimento, retirando poucas horas antes para a Cidade, por pouco não presenciou uma terrível tragédia, segundo Genesino Braga (Jornal do Comércio 13/06/1971), quando a pobre moça Etelvina de Alencar, de 17 anos de idade, virgem e bela, foi arrastada da rede em que dormia, para ser violada e assassinada a tiros de rifle, no amargo da floresta.

Ao chegar a colônia conheceu um colono com nome de José, um jovem apaixonado que assumiu diante da família o compromisso de namoro e logo após o desejo em casar. Estando tudo certo veio a decepção a jovem desfez o compromisso assumido onde ela não desejava mais se casar. Segundo Júlio Uchoa a imagem da moça na comunidade ficou abalada, onde a má fama ia de boca a boca, comentários foram muitos uns afirmavam que Etelvina possuía três namorados: Antônio, Estevam e Henrique.

Um grande abalo produziu no espírito de José o rompimento do noivado, o local pequeno, constituído por poucas famílias onde a notícia provocou sensação. Houve mesmo quem afirmasse que Etelvina realmente possuía três namorados. Tudo isso ouvira José e dando crédito às intrigas que lhe contavam, jurou vingar-se, não só da ex-namorada, mas, igualmente, dos três rapazes que imaginava causadores de sua infelicidade. E, foi assim que ao historiador Júlio Benevide Uchoa (Jornal do Comércio 13/01/1956) forneceu com detalhes o acontecido:

José planejou tudo fria e demoradamente. Veio à cidade, onde adquiriu um rifle e farta munição. Mataria a todos, dissera ele a amigos. Estávamos em março de 1901.E, assim, aconteceu. Mal entrava na área da colônia, alveja a tiros a Estevam, que descuidado não esperava a agressão; ao primeiro disparo ele corre, procurando se desvencilhar do assassino; um segundo tiro, porém,

prostou-o sem vida. Mais adiante, estava Henrique, com quem José trava violenta luta corporal; subjogado o adversário, abateu-o a tiro. Um pobre caboclo, que dormia à sombra de uma árvore próximo à casa da administração, é a terceira vítima da fúria sanguinária do celerado.

Cometidos os três crimes, José se dirige à residência de Etelvina, e, valendo-se do coice do rifle pôs abaixo a porta da casa. Nessa ocasião, aparece-lhe Versoli, administrador da colônia, que procura interceptar a entrada do criminoso, sendo morto, por este. Suspeitando das intenções do bandido, a moça tenta fugir, no que é obstada por ele, que conseguiu alcançá-la e “quase nua, pés descalços, em camisão” (diz o poeta), a desventurada Etelvina é arrastada para a densa floresta que se estendia às proximidades da casa.

Infrutíferas foram as buscas nos primeiros dias. E, somente a 8 de março, é encontrado o local em que se consumara o derradeiro ato do imenso drama, misto de amor e ódio. Os urubus, em grupos simétricos, vojavam alto, sinal evidente de que lauto fora o repasto. E, ali, o quadro pungente que a todos estarreceu: duas caveiras se defrontavam, numa evocação sinistra dos últimos instantes, de pavor e de alucinação, que viveram aquelas duas criaturas. O rifle, entre os dois esqueletos, explicava a cena final: José matara a infeliz Etelvina, suicidando-se, a seguir.

O acontecimento da trágica morte da jovem Etelvina Alencar teve repercussão nacional e abalou toda sociedade amazonense onde inclusive no dia 28 de fevereiro de 1901 ou então governador do estado relatou que o funcionário da administração da Colônia campos Sales, que ouviu um infeliz acontecimento que no mesmo dia que tomou posse do seu cargo de administrador, foi vítima do bárbaro instinto de homem que trabalhava como carpinteiro na colônia e uma moça colona, relatos dos presidentes dos estados brasileiros (AM) – 1891 a 1930;384.

Após vários dias a sua procura, no dia 08 de março de 1901, foram encontrados os corpos, e perceberam que dos rapazes estavam no estado avançado de decomposição onde os urubus e outros animais tinham se alimentando, e o da moça estava intacto sem ser violado, por esse motivo levou a população a santificá-la. O seu enterro aconteceu na mesma colônia, mas, por pressão popular o então Prefeito de Segurança Pública Dr Bonifácio de Almeida ordenou que fosse colocado uma lápide de mármore na sepultura a fim que seus restos sejam piedosamente guardados no mesmo lugar em que repousam, hoje ao sopé das mesmas velhas árvores, as únicas testemunhas, para sempre da trágica cena de amor insano. No dia 31 de agosto 1901, foi removido seus restos mortais da colônia Campos Salles para o cemitério São João Batista (JUNIOR, JOSE CARDOSO 1901 a 1930).

Etelvina de Alencar, ou “Santa Etelvina”, como é por todos reverenciada, no cemitério de São João, em sepultura perpetuada por lei municipal n.º 233, de 30 de agosto de 1901, à sombra do jazigo que o Povo Amazonense ergueu à sua memória. E, desde então as visitas ao seu túmulo se sucedem, ininterruptamente, durante o dia: são os devotos da meiga “santinha” que ali vão levar suas oblatas, ou acender um círio votivo pelo atendimento às suas súplicas e orações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito significativo buscar compreender histórico e religiosamente a fé que há mais de 100 anos vem sendo sustentada naquele lugar sem ter nenhuma instituição religiosa que a mantenha, pois nem a igreja católica cuja proximidade é inegável assume esse compromisso. Porém, essa religiosidade é cultivada pelo sentimento numinoso do povo daquela área, que acreditam que o espaço se tornou sagrado pela fé que eles alimentam em tudo aquilo que o circunda, tornando um local eminentemente religioso.

Pode-se finalmente afirmar que foi de extrema relevância, ao mesmo tempo em que prazeroso fazer essa pesquisa, visto que essa é uma história conhecida por todos da cidade e uma grande parcela da população já visitaram o jazigo de Etelvina Alencar no cemitério São João Batista; ou leram em jornais, ou ouviram falar por intermédio de outras pessoas que tomaram conhecimento da história. E notório a mudança no olhar de quem ouvi e na voz de quem relata com confiança essa história secular; Pois ambos, são envolvidos por um sentimento religioso que os leva acreditar que fato naquele espaço, houve inexplicavelmente a luz do racional a manifestação do sagrado.

REFERÊNCIAS

JUNG, Carl Gustav, *Psicologia e Religião*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978

OTTO, Rudolf. *O sagrado: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, EST; Petrópolis: Vozes, 2007. 224p.

RELATORIO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS (AM)-1891 a 1930:314.

SOUSA, José Weyne de Freitas. *Política e Seca no Ceará: Um projeto de desenvolvimento para o norte (1869-1905)*. Tese História econômica de História da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanais. São Paulo: 2009.

“CORPO SANTO”: UMA ANÁLISE DA COMPLEXIDADE SIMBÓLICA DE UM FENÔMENO AMAZÔNICO

Gleilson Medins de Menezes¹

Allan Soljenitsin Barreto Rodrigues²

Resumo: O trabalho discute a Comunicação frente à imaterialidade da cultura, ou seja, expõe a complexidade do universo comunicacional (à luz das teorias da Folkcomunicação e da Complexidade) em face de um fenômeno do campo simbólico, o “Corpo Santo”, forjado em uma comunidade rural no município de Coari-AM. Este resumo faz um recorte interdisciplinar do “Corpo Santo” e suas práticas. Durante muito tempo a ciência ignorou a integração dos estudos deste tipo de fenômeno e seus sujeitos. A proposta aqui é fazer um movimento inverso, ir de encontro ao pensamento disjuntivo e compreender o “Corpo Santo” em suas múltiplas dimensões.

Palavras-chave: Comunicação; Complexidade; Campo Religioso; Cultura.

Introdução

Neste estudo discute-se a Comunicação pelo viés da complexidade. Inter-relacionam-se os sistemas: cultural, social e religioso. Considera-se que o campo da Comunicação é interdisciplinar por natureza e permeia fenômenos observados na educação, na biologia, na ecologia, na engenharia, na antropologia ou quaisquer outras áreas onde haja alguma forma de interação, sociabilidade e produção de conhecimento.

A teoria que embasa o estudo é a Folkcomunicação, que significa “o conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (BELTRÃO, 1980, p.24).

O objeto de pesquisa é uma manifestação sociocultural característica da região do Médio Solimões, no Amazonas, conhecida como o “Corpo Santo”, observada na comunidade de Terra Preta, em Coari. Desse modo, este trabalho propõe uma análise folkcomunicacional complexa acerca deste fenômeno. Ancora-se em abordagens da antropologia e da sociologia sobre cultura religiosa e identidade. Numa visão simplista, o “Corpo Santo” refere-se a alguém que morreu e seu espírito ajuda aos que vivem no plano terrestre. Contudo, nesta proposta, apresenta-se uma visão complexificada do fenômeno, observando seu potencial comunicativo dentro da estrutura sócio religiosa em que está inserido.

Este fenômeno “sócio religioso” (BOURDIEU, 2011), embora componente do campo simbólico da existência humana, afeta o grupo social morador da referida comunidade rural, ditando suas práticas (*habitus*). Segundo Bourdieu (2007), o *habitus* é um conjunto de procedimentos socialmente estruturados e estruturantes, capazes de organizar o comportamento social e o pensamento simbólico dos grupos sociais e influenciar outros tantos. Rituais específicos religiosos (heterodoxos), códigos verbais peculiares, vestimentas e pagamento de promessas, denominados ex-votos, por Beltrão (1980), todos esses elementos compõem o cabedal ideológico dessas pessoas, ou seja, o *habitus* dos moradores de Terra Preta.

¹ Graduado em Comunicação Social/Jornalismo e mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM); e-mail: audiovisualufam2@gmail.com.

² Graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Mestre e Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM); e-mail: allan30@gmail.com.

Metodologia

O método escolhido foi a História Oral de Vida e a técnica entrevista em profundidade. Conforme José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), a História Oral de Vida trata-se da narrativa do conjunto da experiência de uma pessoa, valorizando seus aspectos intersubjetivos. Segundo Meihy, a história oral de vida é retrato oficial do depoente. “Nesse sentido, a verdade está na versão oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas” (MEIHY, 2005, p. 149).

O pré-estudo selecionou oito famílias residentes na comunidade para participar da pesquisa, com o objetivo de identificar crentes no fenômeno do “Corpo Santo” e, por consequência, também praticantes dos seus rituais e procedimentos. O *corpus* de análise foi focado nos depoimentos dos três moradores mais velhos, por serem considerados os guardiões da memória, seguindo a perspectiva de beltraniana. Possibilitando o diálogo entre o material apurado nas entrevistas em profundidade e os pressupostos teóricos.

Resultados e Discussão

Nesta pesquisa exploratória observou-se a necessidade de conjugar diversas áreas do saber para se compreender mais profundamente a eficácia simbólica que o “Corpo Santo” (como signo de linguagem) representa para a comunidade. Nesse sentido, a Comunicação aliada ao método da História Oral de Vida e a técnica de entrevistas em profundidade abre várias vertentes de análise tornando plural nossa percepção científica. Sendo assim, a teoria da complexidade (MORIN, 2006) possibilitou o entendimento e a complementaridade entre conhecimentos sociológicos, comunicacionais e antropológicos, na representatividade complexa do “Corpo Santo”.

O pensamento complexo de Edgar Morin é uma tomada de atitude que todo o indivíduo que almeja mudanças significativas na sociedade e nas ciências deve buscar. O pensamento complexo integra, rejunta e põe em diálogo várias áreas do saber em movimento e em conversação com as mais diversas contingências ambientais que cercam as variadas condições da existência humana. Nesse panorama, a Comunicação vem para fazer a ligação dos saberes. Ela dialoga com os outros campos (social e religioso) fundindo os elos em comum e traz à tona outra forma de conhecimento. Uma nova forma de observar e notar algo que a convencionalidade social e religiosa do lugar acostumou-se a ignorar e marginalizar, por quase meio século.

Convém trazer para essa discussão o pensamento complexo de Edgar Morin, uma vez que pensar no “Corpo Santo” apenas pelo seu potencial religioso ou folkcomunicação seria simplório e superficial. E de modo algum abriria nossas mentes para outros tipos de interpretação, novas possibilidades de produzir conhecimento sobre algo que o pensamento cartesiano, reducionista e fragmentado nos tira ao direcionar-nos ao marasmo de um mesmo paradigma dogmático. A fragmentação do pensamento é incapaz de visualizar novas angulações de um mesmo fenômeno, valorizando as diversidades dentro da mesma unidade, do mesmo todo.

Conclusões

Manifestações simbólicas do campo religioso e/ou social acompanham os indivíduos desde épocas imemoriais e ajudam as sociedades a explicar o mundo e seus contextos de convivência. Quando o assunto é Amazônia, os olhos se voltam sempre a questões exóticas deixando de lado a riqueza pluricultural dos povos amazônicos. Fora dos holofotes da ideologia capitalista hegemônica do nosso país, estão pessoas que se expressam de inúmeras formas e encontram-se à margem dos sistemas de comunicação social e religiosa (só para pontuar dentro do tema em análise).

Assim, acredita-se que este estudo poderá contribuir para a formação de novos saberes sobre a cultura amazônica, uma vez que, no bojo de suas abordagens multidisciplinares, ele

apura, apresenta e problematiza contextos e histórias de vida ignoradas e/ou marginalizadas. Tanto pelas religiões, quanto pelos veículos de comunicação hegemônicos.

Adota-se aqui o antagonismo defendido por Laraia (2007) quando o autor se opõe ao determinismo biológico na formação cultural dos indivíduos, seu aprendizado ou pertença original, processo que o autor chama de “endoculturação”. Trata-se de um processo contínuo e intangível de hábitos e figurações que somente pelo viés do pensamento complexo poderíamos ligar e religar suas interações dialógicas e simbólicas.

Considera-se, portanto, que com a compreensão de interdependência entre estes dois processos de expressividade cultural poderiam fundir-se (culturas hegemônicas e culturas marginalizadas) integrando os indivíduos que estão entre uma cultura e outra, sem, no entanto, pertencer a nenhuma delas em sua totalidade. Tal reforma de pensamento científico poderia sanar lacunas marginais entre as culturas sócio religiosas eruditas e as de domínio prático (como no caso do “Corpo Santo”), onde habitam os meios artesanais de comunicação e identidade cultural.

Referências

- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**/ São Paulo: Cortez, 1980.
BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas** (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, (2007).
LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** / 21 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**/ tradução do francês: Eliane Lisboa. — Porto Alegre: Sulina, 2006.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA AMAZÔNIA: DIÁLOGOS COM A TEORIA DA COMPLEXIDADE

LEITE, Juliane Almeida Batista¹

SASSAKI, Yoshiko².

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo dialogar as relações de gênero na Amazônia com a teoria da complexidade, considerando que as relações de gênero perpassam por várias questões complexas e a região amazônica é constituída por especificidades que a tornam complexa. Pensar de maneira complexa é estabelecer uma comunicação entre elementos que se distinguem sem reduzi-los, contribuindo para novos significados de ideias, conceitos e noções. Pensar as relações de gênero na Amazônia de maneira complexa é articular o homem e a mulher com a natureza Amazônica, sem separá-los e sem submeter um ao outro. É compreender seus modos de vida na Amazônia e suas relações sociais em sua diversidade. as relações de gênero na Amazônia devem ser tratadas, analisadas e estudadas em uma perspectiva que considere sua complexidade, pois são perpassadas por vários fatores e a Amazônia por ser complexa ainda não foi totalmente desvendada, exigindo que os estudos sobre seus fenômenos e problemas considerem sua complexidade.

Palavras-chave: relações de gênero, Amazônia, complexidade.

INTRODUÇÃO

A categoria gênero surge para dar suporte aos estudos feministas que buscavam contrapor elementos sociais que justificavam a dominação e subordinação feminina. O conceito de gênero passa a ser trabalhado na perspectiva de construção social contrapondo a tradição essencialista, que defende que a sexualidade é determinada pelos fatores biológicos e fisiológicos. Dentre as construções que discutiam gênero na perspectiva de construção social, destaca-se Joan Scott, que conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Para compreender as relações de gênero, é necessário considerar que perpassam por diversos fatores como os papéis construídos e/ou atribuídos a homens e mulheres, a formação da identidade dos sujeitos, sexualidade entre outros. Nota-se assim que as relações de gênero são complexas.

É neste sentido que o presente artigo tem como objetivo dialogar as relações de gênero na Amazônia com a teoria da complexidade de Edgar Morin, a qual nos ensina e orienta a utilizar a dialógica entre conceitos e fatores antagônicos e complementares que existem nas interações presentes na natureza e na sociedade humana, considerando que tanto as relações de gênero quanto a região Amazônica apresentam realidades complexas.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. RELAÇÕES DE GÊNERO NA AMAZÔNIA

¹ (Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Estácio do Amazonas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: julianeableite@hotmail.com).

² (Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professora associada da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: sassakiyo@uol.com.br).

O processo de formação da Amazônia foi permeado por um imaginário amazônico criado pelos seus exploradores. Esse imaginário apresenta a Amazônia como uma região permeada de mistérios e riquezas a serem desvendados e explorados. Tal cenário mítico criado em torno da Amazônia refletiu e ainda permanece refletindo na formação e no desenvolvimento da região.

Para Neide Gondim (1994), a Amazônia não foi descoberta e nem construída. A invenção da Amazônia se deu a partir de um imaginário criado pelos exploradores e viajantes antes de chegarem à região. Para eles, a região possuía uma natureza variada que delicia e apavora os homens, com monstruosidades animais e corporais, sendo uma região paradisíaca e infernal ao mesmo tempo. Criaram-se inúmeras histórias que relatam a Amazônia como o “Eldorado”, um lugar fabuloso com inúmeras riquezas e a cidade Manoa das mulheres guerreiras – as Amazonas.

A Amazônia é o mistério inventado por aqueles que vieram explorá-la. A falta de um conhecimento aprofundado sobre a Amazônia contribuiu para a perpetuação de um imaginário construído acerca da região (como por exemplo, na rotulação do índio como preguiçoso, ladrão e etc) que não abrange as particularidades e mistérios que constituem a região, exigindo um olhar que desvende a Amazônia.

O processo de conhecer, saber, viver e fazer na Amazônia, que foi predominante indígena, sofreu influências dos colonizadores, exploradores e povoadores. Resultou assim em um encontro de valores e culturas. Segundo Benchimol (1999), isso implicou nos modos de vida, na alimentação, no vestiário, na moradia, nos cantos, nas crenças, danças, jogos, fumo, bebida, nas relações de parentesco, divisão de tarefas, relação homem-mulher dentre outras.

Pode-se afirmar que as relações de gênero amazônicas sofreram influências desse processo de formação social e cultural da sociedade amazônica. Pensar nas relações de gênero na Amazônia no seu passado e presente exige atenção nas relações sociais e de poder que são desiguais principalmente para as mulheres e no preconceito étnico que influenciam na condição do sujeito feminino na região.

2. A TEORIA DA COMPLEXIDADE

O princípio da complexidade parte da constatação que não há nada simples na natureza, o que existe é o simplificado. A sociedade humana e os sistemas não podem ter suas totalidades descritas de maneira simplista, logo a complexidade busca poder demonstrar que a totalidade, a verdadeira totalidade é incerta e incompleta. Ao contrário da complexidade, temos a ciência cartesiana que tem como princípio a disciplinaridade que fragmenta o conhecimento em sua totalidade, o que acaba por limitar a abordagem do conhecimento e criando obscurantismos.

Morin (2010) propõe uma reforma do pensamento, de um pensamento não fragmentado. Essa reforma do pensamento será possível através do princípio da complexidade. O objetivo da complexidade é dar conta das conexões fragmentadas pelas mutilações entre as disciplinas, entre os tipos de conhecimento e entre as categorias, noções e conceitos. Se o homem é um ser biológico, social, cultural, político, psíquico, espiritual dentre outros, logo os fenômenos sociais seguem o mesmo raciocínio.

O paradigma da complexidade permite a interdisciplinaridade, onde há um diálogo entre os saberes para a resolução e estudo dos problemas e objetos que são complexos. A complexidade distingue, separa, opõe e divide os domínios científicos, fazendo-os se comunicarem entre si sem que aja a redução.

3. DIÁLOGOS ENTRE RELAÇÕES DE GÊNERO NA AMAZÔNIA E COMPLEXIDADE

De acordo com o que se abordou até aqui, nota-se que as relações de gênero na Amazônia podem dialogar com a teoria da complexidade. Isto porque primeiramente é preciso considerar que a região amazônica em seu processo de construção sofreu influências do imaginário criado pelos seus exploradores muito antes de chegarem a região, o que corroborou

para a construção de um conhecimento sobre a Amazônia que não considera sua complexidade, um conhecimento fragmentado que limita e cria obscurantismos e portal motivo a Amazônia não se encontra totalmente conhecida e estudada.

Djalma Batista (2007) propõe que se conheça e compreenda a Amazônia considerando sua complexidade, onde as relações que a constituem, neste caso focaremos nas relações de gênero, não sejam encaradas de uma maneira simplista. Entender e analisar as relações de gênero na Amazônia requer que se considerem as suas especificidades, facetas e sua complexidade.

As relações de gênero envolvem vários fatores como o de classe, raça, etnia que se interligam e dependem um do outro formando uma teia, como bem aponta Capra (2006) quando diz que a vida é uma teia, uma rede dentro de redes e que quanto mais se estuda os problemas que se apresentam na nossa época, mais passamos a perceber que não se pode isolá-los para entendê-los, pois são problemas que estão interligados e são interdependentes.

Diante do que foi exposto, percebe-se que as relações de gênero na Amazônia devem ser tratadas, analisadas e estudadas em uma perspectiva que considere sua complexidade, pois são perpassadas por vários fatores como já foram apontados, e a Amazônia por ser complexa ainda não foi totalmente desvendada, exigindo que os estudos sobre seus fenômenos e problemas considerem sua complexidade.

4. CONSIDERAÇÕES

No decorrer desse estudo pretendeu-se dialogar as relações de gênero na Amazônia com a teoria da complexidade, considerando que a realidade das relações de gênero na Amazônia é multidimensional e a complexidade busca compreender a multidimensionalidade. Tudo se entrecruza e se entrelaça no princípio da complexidade.

Pensar complexamente é buscar um caminho na pesquisa que não a limite. Pensar as relações de gênero na Amazônia de maneira complexa é articular o homem e a mulher com a natureza Amazônica, sem separá-los e sem submeter um ao outro. É compreender seus modos de vida na Amazônia e suas relações sociais em sua diversidade. Portanto, as pesquisas e as resoluções dos problemas que se apresentam na Amazônia, como é o caso das relações de gênero na região, deve considerar a complexidade da Amazônia, suas facetas, especificidades, seus antagonismos e complementaridades em busca de um pensamento e conhecimento que possibilite evitar a cegueira da ciência.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BECHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer e Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução: Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultirx, 2006.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SER MULHER: UMA CRÍTICA SOBRE O SEXISMO BIOLÓGICO E A DOMINAÇÃO MASCULINA

Luana Pantoja Medeiros (UEA)¹

Franklin Roosevelt Martins de Castro (UEA)²

Ao iniciar sua crítica sobre a questão do lugar subalterno que a sociedade predominantemente masculina forjou para a mulher, Simone de Beauvoir desconstrói os mitos do que ela chamou de sexismo biológico, onde procura evidenciar e delinear, a partir dos dados da biologia, o que seriam fatos e mitos com relação ao corpo e ao *ser mulher*, em uma perspectiva forjada. Bourdieu afirma que há uma ordem social, e que esta funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos. O objetivo desta pesquisa de cunho bibliográfico, portanto, é tecer um diálogo entre as teses de Beauvoir e Bourdieu em *O Segundo Sexo* (1980) e em *A Dominação Masculina* (2007).

Sexo, Gênero e Ato performático

Judith Butler (2015) traz a questão de gênero em um debate contemporâneo a partir da diluição da relação binária de sexo-gênero, desnaturaliza-se o gênero do aspecto biológico. O gênero passou a ser uma categoria relacional e política, segundo a autora, gênero é um “ato performático” como um efeito produzido ou gerado.

Para a filósofa, pensar sobre gênero como passivo as leis culturais, é criar um determinismo cultural que também nos faz cair em um equívoco tal qual a formulação de que a biologia é um destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. O problema proposto por Beauvoir em “O Segundo Sexo” reflete que o gênero é “construído”. Há um agente implicado em sua formulação de que algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro.

Beauvoir diz claramente que alguém se “torna” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, “o corpo é uma situação”, não há como não recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida será sempre apresentado, por definição como tendo sido desde o começo. (BUTLER, 2015, p. 29).

Butler enquanto leitura de Beauvoir, afirma que na tese trazida em “O Segundo Sexo”, não há nada que comprove que quem torna-se mulher, necessariamente seja uma mulher, e também nada explica que o ser que se vem a se tornar mulher está a mercê de influências internas como a cultural ou social. A crítica de Butler sobre a questão de gênero se situa na

¹Graduanda em letras pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: luana.pantoja.am@hotmail.com

²Professor na Universidade do Estado do Amazonas. Doutorando em linguística na UNICAMP. E-mail: fknroosevelt@hotmail.com

contemporaneidade, utilizando e refutando ao mesmo tempo a tese de Beauvoir. Mulheres é um falso e unívoco substantivo que disfarça e restringe uma experiência de gênero variada e contraditória.

A unidade da categoria mulheres não é nem pressuposta nem desejada, uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que liberta e espera representar. A autora conceitualiza gênero enquanto performances adotadas pelos indivíduos, que estão para além da biologia e da cultura, por isso é um ato político. Uma forma de se colocar, e se posicionar diante do mundo sexualizado.

Uma crítica ao sexismo biológico

Simone de Beauvoir, ao iniciar sua crítica sobre a questão da opressão da mulher com relação ao homem e ao lugar que este ocupa na sociedade, desconstrói os mitos do que ela chamou de sexismo biológico. A partir dos dados da biologia a autora concentra a sua sete sobre fatos e mitos, com relação ao corpo da mulher, e o que se entende por *ser mulher*. Segundo a autora “À luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia” (BEAUVOIR, 1980, p. 48). A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir.

A humanidade é dividida em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais ou talvez se destinem a desaparecer, mas por enquanto elas existem com uma evidência total.

O sujeito só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; “a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana”. (BEAUVOIR, 1980, p. 57).

A ideia de um destino pré-determinado tentaria legitimar o discurso de má fé ao atribuir uma essência à mulher e criar um lugar definido, um destino que a determina e a fixa em uma situação de não transcendência ao pretender criar um destino fisiológico, psicológico, econômico e social para a mulher. Beauvoir, portanto, identifica e refuta essa ideia que tenta bloquear a liberdade da mulher.

O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que ele acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”. (BEAUVOIR, 1980, p. 11).

O problema reside na afirmação de que por ter úteros e ovários a mulher seria inferior, em sentido político, moral ou mesmo intelectual, em relação ao homem. Essas significações hierarquizadas diante das diferenças sexuais colocam a mulher numa situação de desvalorização permanente perante o homem. Sobre o corpo sexualizado, Pierre Bourdieu a firma que;

A constituição da sexualidade enquanto tal (que encontra sua realização no erotismo) nos fez perder o senso da cosmologia sexualizada, que se enraíza

em uma topologia sexual do corpo socializado, de seus movimentos e seus deslocamentos, imediatamente revertidos de significação social - o movimento para o alto sendo, por exemplo, associado ao masculino, como a ereção, ou a posição superior no ato sexual. (BOURDIEU, 2007, p. 16).

Para Bourdieu (2007), afirma existe uma ordem social que funciona como uma imensa máquina e está propensa a dominação masculina sobre a qual se alicerça a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, as mulheres.

Neste sentido, a mulher é uma construção masculina. A mulher é um projeto do imaginário coletivo masculino, e todos passam a reproduzir este modelo ideal de mulher, a família, o Estado e a sociedade. Este último, manipula controla e forja a condição feminina. Pode ocorrer que a própria mulher possa reproduzir estes modelos de se por ao mundo, presa em uma forma, em uma condição que irá determinar todos os ciclos de sua vida e em todos os aspectos, inclusive na velhice. A mulher, nesse momento, passará a reproduz a violência que a oprime.

A divisão sexual dos corpos, segundo Bourdieu (2007), é a concordância entre as estruturas objetivas e cognitivas que as conformam em uma divisão forjada como natural, ignorando assim as condições sociais e suas possibilidades, reconhecendo como legítimas essas condições arbitrárias, o que é arbitrário não tem natureza fixa.

Considerações finais

Tanto para Beauvoir quanto para Bourdieu, a diferença biológica entre os sexos, masculino e feminino, serve como justificativa forjada para uma possível “diferença natural”, socialmente construídas entre os gêneros, inclusive a divisão social e do trabalho, o lugar de prestígio e o lugar subalterno. Biologicamente, os dois traços que caracterizariam a mulher seriam os seguintes: seu domínio sobre o mundo que seria menos extenso que o do homem; e sua maior submissão à espécie.

Segundo Beauvoir, a categoria de gênero não tem legitimidade se está fundada na biologia, pois o sexo não é capaz de definir a mulher; sendo a mulher um indivíduo, ela também se volta ao mundo porque é escolhendo-se por meio do mundo que o indivíduo se define.

Palavras-chave: Sexismo biológico; Dominação masculina; Corpo sexualizado.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 5. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 9. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MONUMENTOS AOS PIONEIROS EM RORAIMA: DISPUTAS PELAMEMÓRIA DA CIDADE DE BOA VISTA

Elisangela Martins (Elimacuxi)¹

O presente trabalho revisita a história dos Monumentos aos Pioneiros, instalados no centro da cidade de Boa Vista. No momento em que crescem as manifestações xenófobas na capital de Roraima, vale a pena voltar o olhar para o processo de invenção de tradições e construção de uma memória dos pioneiros. Baseado na leitura dos próprios monumentos bem como em duas fontes documentais (o Jornal Boa Vista, que circulou entre 1973 e 1979, para o primeiro monumento e o livro produzido pela Prefeitura da cidade para o segundo), a pesquisa discute o processo de construção e reconstrução da memória local. Instalados em um intervalo de vinte anos (1975 e 1995), os monumentos atestam a permanência da intenção de valorizar os primeiros criadores de gado da região em detrimento de outros grupos sociais. O apagamento do primeiro pelo segundo monumento se revela como um fator da disputa que se estabelece no processo de constituição de determinada memória de Boa Vista e de Roraima e envolve diretamente duas diferentes famílias de fazendeiros locais. Inspirado pelos trabalhos de Michael Pollack e Jaques Le Goff sobre as lutas de memória, o estudo demonstra, sobre os monumentos aos pioneiros presentes no centro histórico da cidade, que seu conteúdo, a história de sua construção, bem como sua disposição no espaço, são testemunhos dos dissensos surgidos no processo de invenção de tradição que pretende estabelecer apenas os grandes criadores de gado como responsáveis pelo surgimento do atual Estado de Roraima.

PALAVRAS-CHAVE: Boa Vista, Memória, História, Monumento aos Pioneiros.

A xenofobia, que pode ser entendida como expressão de desconfiança, medo ou aversão à pessoas e/ou coisas consideradas estranhas ao meio que as discrimina está ligada, entre outras coisas, à formação de identidades coletivas, já que o medo, desconfiança ou aversão são sempre provocados pelo “outro”, “o intruso”, “o estrangeiro”, alguém que não participa originariamente do grupo e, portanto, não gozaria dos mesmos direitos.

No mundo contemporâneo, muitos fenômenos provocam a situação de vulnerabilidade social e deslocamentos humanos dando margem ao surgimento de manifestações xenófobas, como a perseguição crescente aos símbolos islâmicos na Europa, a intenção declarada dos eleitores estadunidenses de Trump em restringir a entrada de estrangeiros nos EUA ou a violência contra venezuelanos no extremo norte do Brasil: o rejeitado é sempre aquele que não pertence ao lugar.

Estudar as formas pelas quais se estabelece o pertencimento, observando a formação da memória de um determinado grupo pode esclarecer o modo pelo qual se manipulam signos e símbolos para o estabelecimento do pertencimento identitário. Como se sabe, a memória, seja individual ou coletiva, não é um campo neutro marcado pelos acontecimentos, mas uma narrativa construída a posteriori, na qual se reorganizam elementos de modo bastante seletivo. Estudiosos explicam que a memória pode ser herdada, editada, revigorada, estabelecida como verdade através da invenção de tradições que tem, entre outras coisas, a finalidade de manter a coesão de grupos humanos. Em uma sociedade desigual como a nossa, entretanto, o acesso aos bens simbólicos dos quais a memória coletiva se compõe não é igualitário e, não raras vezes, a memória é composta também de apagamentos, esquecimentos, ou seja, da disputa entre a

¹ Mestre em História social, é poeta e professora de História e Crítica de Arte no Curso de Artes Visuais da UFRR. E-mail: elisangela.martins@ufrr.br

memória de uns em detrimento da de outros. Ao revisitar a história da construção do Monumentos aos Pioneiros, instalados em frente ao rio Branco, próximo à Orla Taumanã, na capital de Roraima, Boa Vista, o trabalho discute o processo formação de determinada memória e problematiza a própria identidade de Roraima, que hoje se evoca nas manifestações de recusa – inclusive oficial - à presença crescente de migrantes venezuelanos no estado.

Durante a década de 1970, sob uma política que previa a migração em massa para a região amazônica com fins de “integração” de uma “terra sem homens, para homens sem terra”, Roraima era Território Federal. Os governantes, indicados pela Aeronáutica, vinham de outros estados do Brasil e lidavam, nem sempre de modo tranquilo, com uma elite política local formada por fazendeiros que se instalaram na região um século antes. Em 1975, o prefeito de Boa Vista, Júlio Martins inaugurou o primeiro *Monumento aos Pioneiros*. Instalado entre o que seria o antigo Porto do Cimento, porta de entrada da cidade, o terreno do Prédio da Intendência, onde Boa Vista se tornara cidade oficialmente e a sede da Fazenda Boa Vista, que dera origem à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, o monumento garantia a instituição de um marco zero e delimitava o que seria chamado mais tarde de “berço histórico”.

Composto por uma escultura em concreto representando uma embarcação cujos veleiros chegam a mais de dois metros e meio de altura, o monumento possuía duas placas em bronze, descerradas por Horácio Mardel de Magalhães. A primeira informava, “No 85º aniversário do Município de Boa Vista, homenagem à memória dos seus pioneiros”. A outra registrava as palavras do ex-comandante geral do Exército para a Amazônia, General Rodrigo Otávio Jordão Ramos: “É árdua a missão de desenvolver e defender a Amazônia, muito mais difícil porém foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”. Fazendo eco à placa, a Sra. Haidée Lima discursou representando os homenageados. Confortáveis no papel de “bandeirantes modernos”, os homenageados da família Magalhães consideravam que, naquele momento, Roraima vivia uma “condição de glória”.

A década seguinte foi marcada pela descoberta de ouro ao norte de Roraima e atraiu centenas de milhares de garimpeiros à região ocupada por indígenas yanomami. O enorme impacto ambiental, social e econômico coincidiu com o processo de democratização do Brasil, promulgação da Constituição de 1988 e eleição direta para presidente da República, em 1989. Roraima tornou-se Estado, com maior autonomia local e viu surgir, em termos de produção cultural, um regionalismo que marcou as ações artísticas na poesia, música, fotografia e outras linguagens que, de algum modo, se dedicaram de modo mais intenso a definir e afirmar o que “ser roraimense” significava. Em 1995, a prefeita de Boa Vista, Tereza Jucá, lançou o projeto “Projeto Raízes”,

que previu a montagem de um novo Monumento aos Pioneiros, a restauração de prédios históricos e a publicação de um livro intitulado “Berço histórico de Boa Vista”, produzido por Amazonas Brasil. O Monumento aos Pioneiros foi descrito por Raimundo Santos (2003) de forma bastante completa:

[...] esculpida em concreto armado pelo artista plástico roraimense Luiz Canará, [retrata] a chegada de famílias imigrantes em canoas movida a remo, à esquerda e em primeiro plano; o transporte de seus utensílios quando em terra feito por homens e mulheres, também à esquerda, mas em segundo plano; a conquista dos campos representada pelo homem a cavalo ao centro do conjunto e; à direita, os indígenas, com destaque para o busto da principal personagem da mitologia indígena roraimense, o [...] Grande Pai Macunaima, que aparece em primeiro plano e em alto relevo, tendo por trás um grupo de indígenas, de pé e nus.

Santos observou que os “migrantes de pouco poder aquisitivo”, vindos em canoas, eram retratados em segundo plano, contrastando com o fazendeiro que, sobre um cavalo, fica bem ao centro da imagem. Acrescento a isso que o Monumento explicita um marco temporal ao retratar a bandeira do Império Brasileiro e restringe a história retratada ao século XIX. Assim, a imagem trata da chegada dos “verdadeiros pioneiros” e demarca de modo explícito que estes não se confundem com os migrantes chegados a Roraima no fim do século XX. A construção de 1995, convertida em um dos principais cartões postais da cidade, também faz referência ao Forte São

Joaquim, reafirmando fazendeiros e militares como pioneiros. Aos povos indígenas, como apontou Santos, coube “barrar o caminho dos pioneiros”, reprodução visual de um discurso que se intensificara pelo fechamento dos garimpos e a homologação da Terra Indígena Yanomami, poucos anos antes. O projeto Raízes apagou o primeiro monumento: Teve a parte que representava o casco da embarcação retirada, restando apenas a vela que foi deslocada para o centro da praça, atrás do painel novo, sob uma grande mangueira e ladeada por um pombal de madeira, o que pode ser considerado como representação das disputas e rearranjos entre os novos atores políticos e as famílias que buscavam, para si, o reconhecimento como pioneiros da cidade.

O fortalecimento de vínculos de memória com um determinado local apela para a afetividade e é fator fundamental para a construção das identidades, por isso a história se distingue da memória. A formação histórica da sociedade roraimense não permite a negação da presença indígena nem tampouco daqueles migrantes que, muito depois da instalação das primeiras fazendas, continuam chegando à essas terras. Esse estudo nos permite perceber a manipulação da memória e as disputas internas entre grupos de elite que detém maior poder sobre sua enunciação. Espera-se, com a retomada dessa questão, recordar e elucidar a condição histórica daqueles que hoje se encontram estabelecidos em Roraima. E quiçá constituir um elemento de força para o argumento contra as crescentes manifestações de xenofobia observadas na sua capital, Boa Vista.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA, v.11, n.5 p.173-191, 1991.

DOSSE, François. As representações coletivas: a saída da História das Mentalidades. In: _____.

O Império do sentido: a humanização das ciências humanas. Bauru-SP: EDUSC, 2003. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994;

MUNICÍPIO homenageou seus pioneiros. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, p.06-07, 02 ago.1975. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Vol.5, n.10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. “**Roraima: a construção de identidades políticas indígenas e não indígenas no final do século XX**”. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2003.

**DE CONVERSAS E DE MEMÓRIAS: O PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS
RELAÇÕES DESENVOLVIDAS NO BAR DO ARMANDO**

Carmen Lysia Quintino Nogueira¹

Geraldo Jorge Tupinambá do Valle²

Tatiana de Lima Pedrosa Santos³

RESUMO: O bar, como ambiente de sociabilidade, vem conquistando nova centralidade nas pesquisas de ciências sociais. No trabalho que desenvolvemos, o Bar do Armando, situado no Centro Cultural Largo de São Sebastião, zona central de Manaus, é analisado enquanto Patrimônio Cultural Imaterial, registro concedido pelo Poder Legislativo no ano de 2015. A pesquisa avança na coleta de informações sobre a trajetória desse endereço impregnado de simbologias associadas à vida boêmia amazonense e como palco de movimentos sociais e culturais da cidade. Em um recorte mais focalizado, o bar do Armando será analisado a partir das relações construídas nas mesas de bar em busca de resultados que o qualifiquem como ‘lugar de memória’.

PALAVRAS-CHAVE: Bar; boemia; patrimônio; lugar; memória.

INTRODUÇÃO

O Bar do Armando, situado no Centro Cultural Largo de São Sebastião, zona central de Manaus, começou a funcionar em 1976 como Mercearia Nossa Senhora de Nazaré, fundada pelo português Armando Dias Soares, para vender bebidas, fósforo, vela e outros produtos de consumo imediato. Esse período foi marcado como um dos momentos de maior fluxo migratório interno no estado do Amazonas provocado pelo modelo Zona Franca de Manaus.

A partir da segunda metade da década de oitenta, o Bar do Armando começa a se consolidar como referencial de boemia, em Manaus. Os clientes mais assíduos já não se referiam àquele endereço como ‘Mercearia’. Era o ‘Bar do Armando’, em referência ao nome do proprietário. Funcionários de empresas de comunicação e estudantes de universidades situadas na área central tornaram-se frequentadores permanentes. Geralmente antes do expediente ou depois da aula, a passadinha no Armando, fazia parte de um ritual diário. Com o passar dos anos, o lugar se transformou ponto de encontro de jornalistas, intelectuais, artistas, carnavalescos e apreciadores do restrito cardápio: sanduíche de pernil com queijo prato e bolinho de bacalhau. O endereço também era ponto de encontro para eventos culturais e políticos.

Diante dessa visibilidade, nossas análises buscam os elementos que contribuíram para o Bar do Armando conquistar o registro de Patrimônio Cultural Imaterial, concedido pelo Poder Legislativo ao Bar, no ano de 2015. Além dessa reflexão sobre patrimônio, propomos um recorte mais focalizado: as relações construídas nesse bar, as experiências vividas por seus frequentadores, são atributos para considerá-lo um ‘lugar de memória’?

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas.

² Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP) e professor efetivo da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.(PPGICH).

³ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e professora efetiva da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

METODOLOGIA

Desde o início de seu funcionamento até os dias atuais, o Bar do Armando permanece com a mesma característica: mesas sem toalhas, cadeiras sem padronização, bonecos gigantes que ‘desfilam’ na Banda da Bica, no dia de Carnaval, encostados na parede, bandeiras e camisas de times de futebol, como decoração. Nesse “pedaço” a nossa pesquisa será desenvolvida.

MAGNANI, (2012, p.87), em sua pesquisa etnográfica, denominou os espaços conforme ia avançando nas pesquisas de campo em Antropologia Urbana. Uma das categorias citadas na pesquisa, em minha concepção, possui requisitos que remetem à atmosfera do Bar do Armando e seu entorno. Observo que o objeto de estudo da nossa pesquisa situa-se como “pedaço”, de acordo com a teoria do antropólogo: espaço – ou segmento dele – assim demarcado que passa a ser ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores, como pertencentes a uma rede de relações.

No momento, as análises encontram-se em fase inicial. Novos elementos serão incorporados na medida em que as pesquisas de campo forem avançando. Para isso, pretendemos adotar a técnica de observação direta que conduz para o método etnográfico: observar, descrever e interpretar como determinado lugar desenvolve sociabilidades, enfim, verificar o “estar junto coletivamente”.

No desenvolvimento de análise há uma frequente interação de informações que transitam pela sociologia, antropologia, história e geografia, com intensa colaboração de referenciais teóricos produzidos no meio acadêmico e pesquisas convencionais em meio digital.

No decorrer da dissertação os fatos relacionados ao Bar do Armando serão citados em tempos verbais que intercalam entre o pretérito (passado) e o presente. As narrativas vão citar o Bar como palco de situações que marcaram a vida social da cidade e vão ressaltar que o lugar ainda protagoniza acontecimentos capazes de projetar o modo de vida da cidade. Nos dias atuais, o lugar ainda é roteiro turístico para pessoas que incluem ‘passadinha’ no Bar do Armando como uma espécie de batismo para quem visita a cidade de Manaus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas em ciências sociais tem direcionado nova centralidade ao “bar” como ambiente de sociabilidade. Inclusive nos estudos de história contemporânea o assunto está contemplado em novas abordagens para temas considerados aparentemente despreziosos pela história tradicional e clássica.

Um dos estudiosos de bares, o sociólogo Gilberto Luiz Lima Barral, lançou a reflexão em sua tese de Doutorado, na Universidade de Brasília:

“O bar, em determinado espaço e tempo, aparece como lugar do advento da opinião pública, como um lócus de experiências e conhecimentos das coisas pela vivência e/ou observação, transformando-se em local de conversas e práticas políticas e culturais. Lugar onde, por exemplo, fala-se da cidade, às vezes sob uma narrativa homogênea, consensual, esperada, outras vezes ouvem-se falas polarizadas, provocadoras”. (BARRAL. 2012)

Em Manaus, a intenção de indicar bares da cidade como patrimônio imaterial partiu de um deputado estadual⁴ que atribuiu ao poder legislativo a incumbência de declarar como

⁴ Deputado estadual Bosco Saraiva, PSDB. Decreto Lei 4.199, de 23 de julho de 2015. **Declara como**

Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Amazonas por meio do Decreto Lei 4.199, de 23 de julho de 2015, três bares situados na área central da cidade: Caldeira, na esquina das ruas José Clemente com Joaquim Sarmento; O Jangadeiro, na Rua Marquês de Santa Cruz; e o Bar do Armando, situado na Rua Dez de Julho.

O registro de Patrimônio Imaterial para o Bar do Armando ocorreu somente 2015, três anos depois da morte do Armando Soares, fundador do estabelecimento. A iniciativa de transformar o “Armando” em Patrimônio leva a uma interpretação inicial de que as memórias produzidas naquele ambiente estão resguardadas e suas histórias, imunes ao declínio.

Embora para alguns o tema “Patrimônio” seja tratado com lirismo e associado a saudosismo, JORGE (2000, p.20) desconstrói essa ideia e faz um alerta para a proposição de que só se pensa em patrimônio quando a sociedade começa a ter meios para, radicalmente, varrer do território tudo o quanto o caracterizava secularmente.

O alerta vale para a condição do Bar do Armando. O estabelecimento, mesmo com o registro de Patrimônio Cultural Imaterial e situado em uma área tombada como patrimônio (o centro histórico de Manaus foi tombado pelo Iphan em 2012), não possui garantias de que seu espaço físico está resguardado. O imóvel é alugado há 41 anos pela Igreja Católica que impetrou, dois anos atrás, um processo de encerramento de contrato que tramita na justiça. Um dos representantes da Igreja São Sebastião, vizinha ao Bar, confirmou a intenção de reaver o prédio alegando que a atividade do bar não se enquadra aos projetos que a instituição religiosa tem para o imóvel.

Em relação aos estudos que analisam o Bar como ‘lugar de memória’, as reflexões seguem o conceito lançado pelo historiador francês Pierre Nora que estariam, a princípio, restritas às questões da memória nacional francesa e privilegiavam as dimensões simbólicas da França. No entanto, o conceito de *lugares de memória* coloca em evidência questões de diversidades acentuadas e de infinitas possibilidades de pesquisa, capazes de conectar experiências além da fronteira francesa. Assim, considerei o Bar do Armando como um tema estimulante a fim de investigá-lo, esmiuçá-lo, analisá-lo por dentro e buscar conexões com a teoria do historiador.

Nosso campo de pesquisa está repleto de pessoas e personagens envolvidos com as memórias do lugar, da maneira como Pollak definiu ‘identidades coletivas’. Os eventos realizados no Bar, imprescindíveis para a manutenção das suas atividades, são mantidos com frequência a fim de dar continuidade ao projeto coletivo (Banda da Bica) criado por frequentadores assíduos. Anualmente os organizadores da agremiação carnavalesca reúnem artistas em torno de uma mesma motivação: compor a tradicional música de carnaval da Banda. É uma dinâmica que se repete há 31 anos.

Quando a memória e a identidade estão suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearranjos, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual (Pollak 1992).

Identidades coletivas são todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, com o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou nação – o sentimento de unidade, de continuidade e coerência.

CONCLUSÃO

Esperamos, com esta pesquisa, contribuir para reflexões sobre o patrimônio histórico imaterial no Amazonas e, assim, provocar discussões em busca medidas cabíveis que salvaguardem lugares de memória da cidade. Queremos ainda buscar respostas aos questionamentos que buscam identificar os aspectos sensoriais aguçam a memória desse lugar. É mais: como esse lugar acompanha a dinâmica da expansão do centro urbano que se desenvolve ao redor dele? Queremos revelar, sobretudo, os atores sociais como autênticos porta-vozes de suas práticas cotidianas.

“Os sociólogos seriam, então, os únicos capazes de revelar a “verdade” da condição dos indivíduos. Então, se consideramos que o sociólogo é o único capaz de dizer aos atores a “verdade” de sua condição, nessa Sociologia, o sujeito desaparece. Ora, um pouco no espírito da Sociologia e da Antropologia da resistência, a capacidade crítica não pertence somente aos sociólogos; ao contrário, ela está bem distribuída entre os atores sociais” (BOLTANSKI, 2014).

REFERÊNCIAS

- BARRAL, Gilberto Lima. Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília. 2012. 233f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília.
- BOLTANSKI, Luc. Plural, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.1, 2014, pp.217-230.
- JORGE, Vitor Oliveira. Arqueologia, Patrimônio e Cultura. 2ª. Edição. Porto, 2000.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- NORA, Pierre. I La Republique, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLIII. Tradução autorizada pelo autor. 1984.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.200-2012.

MIGRAÇÃO, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADES: a (re)produção do território simbólico cultural dos maranhenses na cidade de Boa Vista/RR (1991-2010)

Francisco Marcos Mendes Nogueira*

“O território (...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações (...)”.

RAFFESTIN, 1993

Os estudos migratórios estão cada vez mais em evidência por diferentes tendências teórico-metodológicas. Desse modo, na atualidade, há um revigoramento com contornos epistemológicos e empíricos a partir dessa temática. Nessa perspectiva, a questão em torno do Território se mostra cada vez mais profícua nas análises em que têm as relações, as interações e os fenômenos sociais como pano fundo o processo migratório, bem como na construção dos territórios simbólico-culturais.

Nessa perspectiva, a questão Territorial acaba por se impor como um campo fértil e profícuo, o qual desvelar as relações, as interações e os fenômenos sociais que são constituídos a partir do contexto migratório. Essa condição acaba por afetar as relações territoriais tanto para os que partem como para os que ficam. Mister destacar que, entende-se como fenômenos sociais a própria realidade concreta em que o sujeito migrante está inserido, pois ela é ao mesmo tempo parte da experiência vivida, percebida e concebida.

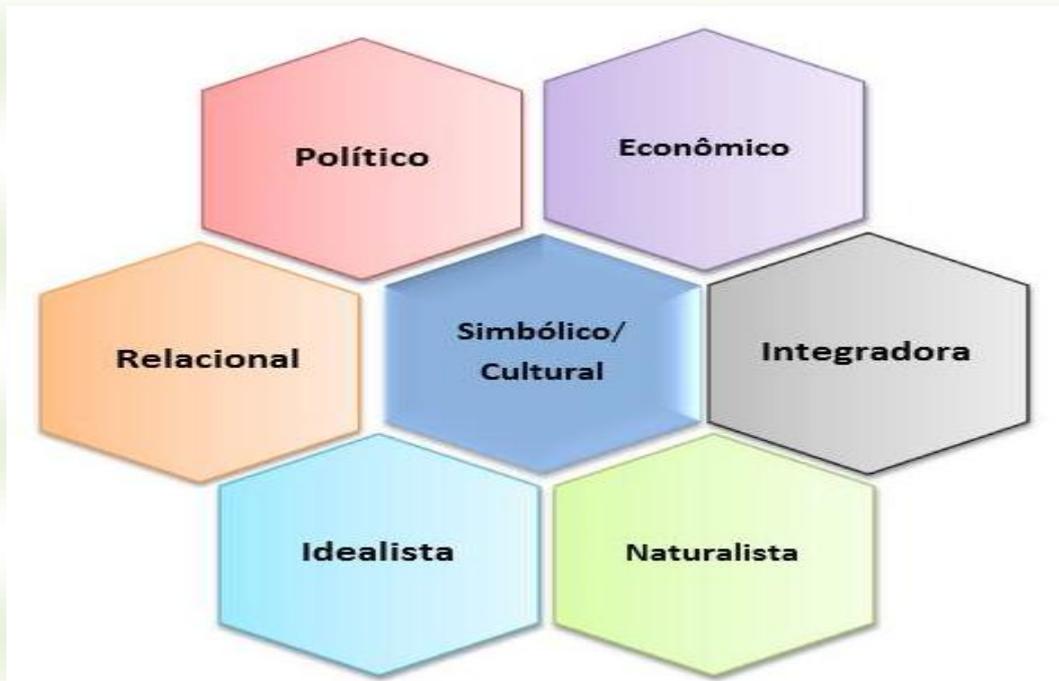
Ao considerar o exposto em tela, toma-se, então, o conceito de território como elemento chave na busca de responder aos seguintes questionamentos: se a produção territorial é “absoluta” e ao mesmo tempo ela é “relacional”, então, em que medida o Arraial dos Maranhenses contribui para “configurar” e “fortalecer” uma identidade maranhense no lugar de destino a partir dos elementos socioculturais do território de origem? Pensando o uso e a produção do território simbólico-cultural dos migrantes maranhenses no Extremo Norte do País, Boa Vista/Roraima, como ele abarca a dimensão do ser e do viver, nesse caso dos elementos socioculturais?

Na busca de responder as indagações em tela, podemos aventar que, na produção territorial por parte dos migrantes, há diferentes influências e distintas intenções uma vez que, o território produzido é, ao mesmo tempo, material e imaterial; social e cultural; relacional e afetivo; constituindo-se, assim, numa esfera de poder ao qual tem a capacidade de incluir e de excluir, pois todo território se dar e se constitui a partir da perspectiva de poder.

Atualmente, vivemos um entrecruzamento de “proposições teóricas”, conseqüentemente, poderá ocorrer que, algumas “proposições conceituais não se enquadrem com clareza em uma única grande corrente teórica, como ocorria no passado”. Essa realidade em tela é capaz de desvelar as várias nuances que há, por exemplo, nos estudos migratórios em vista da compreender o processo de territorialização, sejam ele na perspectiva – materialista, idealista, político, econômico, cultural, entre outras que poderíamos pontua (FIGURA 1)

* Historiador. Mestre em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS)

FIGURA 1 – Simultaneidades na dimensão do território



Organização e elaboração do próprio autor

Vale mencionar que essas perspectivas ou dimensão não existem de forma estanque ou compartimentada do/no território. Nesse caso, com base no exposto, leva-se em consideração o território como uma dimensão social em que há diferentes atores sociais e diferentes interesses por parte desses atores, pois, “o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas”.

Desse modo, ao tomarmos a produção do Território Simbólico-Cultural por meio do Arraial dos Maranhenses considera-se como pano de fundo a discussão identitária que se destaca pelo “jogo” das diferentes relações que há dentro das dimensões espaciais e/ou territoriais, pois nesse jogo há uma estreita relação entre Cultura e identidade se considerarmos a perspectiva do enraizamento territorial por meio da identidade Cultural que os sujeitos assumem si, seja de forma individual, social ou coletiva.

Nesse sentido, pensar o processo de **territorialização** e a **(res)significação identitária** dos migrante maranhenses por meio do Arraial dos Maranhenses, na cidade de Boa Vista, possibilita desvendar as dimensões em torno da questão territorial, sejam elas – a material e/ou a simbólico, haja vista que, a territorialização de dar a partir de múltiplas formas e/ou combinações (FIGURA 2).

FIGURA 2 – Cenário com elementos da cultura do Maranhão no Arraial dos maranhenses na Comunidade Católica São Raimundo Nonato, bairro Santa Luzia, Boa Vista/RR



Foto: Marcos Nogueira, 2015.

A partir dessa linha de pensamento, pode-se inferir que a territorialização se inscreve sempre numa perspectiva de poder, não apenas no sentido da apropriação física ou material, mas, também, nas dimensões simbólico-cultural. Mister distinguir o “Território como instrumento de Poder Político” e do “Território como espaço de identidade cultural”. O Território, portanto, remete a uma dimensão estatal, ao passo que, no segundo, predomina a dimensão cultural e da subjetividade na apropriação simbólico/cultural ao território.

Assim, a migração de maranhenses revela-nos que a des-re-territorialização se apresenta como um movimento contínuo, no qual a reterritorialização se caracteriza no movimento de construir novos territórios no lugar de destino, ainda que, na sua construção existam elementos de continuidade e descontinuidade; de materialidade e imaterialidade. Vale destacar que a territorialização e a desterritorialização se dão como processos concomitantes e contínuos já que na medida em que ocorre a desterritorialização se processa a reterritorialização.

Registra-se que a organização e a apropriação territorial passa pela versatilidade dos elementos do vivido e do cotidiano que são experienciados pelos sujeitos, os quais o indivíduo em contexto de “mobilidade” é capaz de utilizar distintas dimensões e funcionalidades, pois a des-re-territorialização não é um simples ativar ou desativar elementos de pertencimento ou de “desligamento” do indivíduo. Vale destacar que a moldagem de cada território ocorre a partir de diferentes dimensões e forças, não podendo ser compreendido de forma compartimentada ou estática, mas dentro de uma totalidade sociocultural. Nesse sentido, a territorialização do migrante, nesse caso a dos maranhenses, é vista como um meio de referência individual e/ou coletiva.

Nesse sentido, a identidade territorial é um processo construído e em construção o território e as territorialidades são caracterizados como atributos humanos. Nesse caso sua constituição/configuração e moldagem sofre influência direta dos elementos sociais e culturais.

Desse modo, é preciso considerar as diferentes dimensões que há em torno do território, tais como: a econômica, a política, o social, o cultural, dentre outras.

As dimensões em tela não se dão de forma estanque ou hierarquizada. Elas em determinados contextos se apresentam concomitante ou em oposição visto que, os “territórios simbólicos” são sempre “algo” construído e não dado, configurando-se, então, em campos de forças através das relações sociais. Assim, em torno dessa questão há o exercício do poder e a diferença indenitária.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** (Org's) Vinícius Lages; Chistiano Braga; Gustavo Morelli. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HASBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói/RJ: EdUFF, 1997.
- _____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço.** (Org's) Álvaro Luiz Heidrich *et. al.* Canoas/RS: Ed. ULBRA; Ed. UFRGS. 2008.
- _____. Concepções de território para entender a territorialização. In: **Território, território: ensaio sobre o ordenamento territorial.** 3ªEd. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SOUZA, Carla Monteiro de. Des-re-territorialização no contexto migratório: o caso dos maranhenses na cidade de Boa Vista/RR. In: **Fronteiras e Interdisciplinaridade: limites e desafios.** Vol. 1 (Coletânea Sociedade e Fronteiras). Boa Vista/RR: EdUFRR, 2016, p.
- ORTIZ, Renato. Espaço e territorialidade. In: **Um outro território.** Ensaio sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 49-69
- PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidades e desenraizamento. In: **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado.** (Org.) Inês Signorini. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “HOMEM AFRICANO” EM MOÇAMBIQUE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, ATRAVÉS DA SAÚDE

Girlane Santos da Silva¹

RESUMO: O presente estudo aborda a construção da imagem do “Homem Africano”, através das políticas de saúde implantadas em Moçambique, principalmente a partir da Conferência de Berlim, em 1885. Por tal fato ser tido como um marco na História do continente negro e no país em questão, por promover verdadeiras e radicais transformações em todas as esferas administrativas e setores sociais, no qual a saúde se destacou por ter sido um dos campos que mais sofreram com essas modificações. E são as fontes como: tratados, boletins, relatórios e relatos médicos entre outros, que revelam o olhar eurocentrico sobre o indivíduo negro, muitas vezes tido como um sujeito de índole e cientificista, caracterizados muitas vezes como homogêneos e carregados com costumes e fé considerados primitivos. Assim, a construção da sua representação nas décadas iniciais do século XX, estava intimamente ligado a ideia de incivilidade e subdesenvolvimento cognitivo, justificado em um discurso de caridade e dever para com os necessitados, contudo essa justificativa estava apenas encobrendo os anseios imperialistas das nações europeias. A pesquisa tem como objetivo desconstruir essa perspectiva negativa sobre o sujeito negro, pautada em estereótipos raciais oriundos de uma política exploratória e colonizadora, através de leituras e fichamentos que discutam esse processo histórico, a formação de identidade e colonização. E portanto, revelando a longa rede de interesses tecidos á partir dos interesses de exploração econômica em África.

Palavras-chave: Estudos Africanos; Moçambique; Identidade; Imagem.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo problematizar a discussão sobre a desconstrução do mito do “País” africano, ao qual ele não é um continente, vem sendo amplamente debatida em pesquisas, fóruns, colóquios, encontros e outros, vem sendo derrubada a ideia de uma África homogênea alheia as transformações históricas e para que assim também “... pudesse impulsionar uma escrita da história que superasse os preconceitos colonialistas sobre o continente, contribuindo para mostrar as contribuições africanas para a civilização humana.” (BARBOSA, 2012, p.212).

E a construção da imagem do “Homem Africano” vem atrelada a essa discussão, pois, por muito tempo a África e conseqüentemente seus habitantes foram reduzidos a inúmeros estigmas, reforçado por produções cinematográficas, e outros meios de comunicação, de certo tal concepção perdura até hoje em vários segmentos da sociedade como no caso das salas de aula no Brasil, apesar da Lei 10.639/03 de 2003, que prever a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana do Ensino Médio até o Fundamental, como colocado pelo Professor José Ricardo (2005), ao abordar que as instituições de ensino no Brasil ainda não se adaptaram as condições de pluriethnicidades que tanto caracteriza o país.

A pesquisa temo como objetivo considerar o processo de descolonização do pensamento para consolidação de uma reflexão pautada em saberes que compreendem as dinâmicas internas

¹ Discente do curso de Licenciatura Plena em História. Aluna-pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais (POLIS), e componente do Grupo de Estudos Africanos, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) * E-mail: girlane.silva.1995@gmail.com.

da África, como únicas e complexas. E ao abordar essa questão no campo da saúde, essa discussão torna-se ainda mais interessante, pois tanto nos relatos médicos (e outros documentos) o africano vem sendo estigmatizado como infantil e incapaz de cuidar de si próprio como aborda Zamparoni (2013).

Dessa forma, a emergência de uma historiografia renovada a partir dos anos de 1960, “a história vista de baixo” e da história das mentalidades concedem a capacidade de refletir sobre o caráter dessas produções de modo a distinguir sobre seus reais interesses no continente negro. Nas práticas de cura por exemplo, antes vistas muitas vezes como incivilizadas e oriundas de uma fé animalesca e irracional, hoje são encaradas como parte de uma identidade que define e diferencia cada grupo étnico que coexistem em África e acabam também revelando as nuances do comportamento daquele “Homem Africano”, como formas de resistência ao violento processo colonial, recriando novas interpretações sobre a construção de sua historicidade e seu protagonismo ao longo do tempo. E a saúde tem um papel fundamental nesse questionamento, pois é através desta que é possível acompanhar o desdobramento das relações de poder entre colono e colonizado, dinamismo das sociedades africanas e principalmente como foi consolidado a ideia de superioridade e inferioridade racial, que por um longo período justificou a presença europeia naqueles territórios.

Portanto, analisar esse intenso e continuo movimento de (desconstrução) e construção no âmbito da saúde é fundamental para desmitificar não somente a ideia de um homem homogêneo e desprovido de um lado racional, alocado nos padrões eurocentricos de inferioridade, é também compreender o longo processo histórico que resultou na consolidação de uma representação negativa do que viria ser o africano, e conseqüentemente a África.

METODOLOGIA

O presente estudo foi constituído através de um estudo bibliográfico, a partir de fichamentos para a coleta de dados de autores relacionados ao tema desenvolvido nessa pesquisa. Isto é, a fundamentação teórica é oriunda de leituras dos trabalhos do Antropólogo José Luiz Cabaço como *Políticas de identidade no Moçambique Colonial* (2002) ; *Estado Colonial e Medicinas ao Sul de Savé, Moçambique (1930 a 1975)* (2014) da Professora Ms. Carolina Maíra Gomes; Médicos, *Selvagens e Antropófagos: A medicina ocidental e os “indígenas” em Moçambique colonial* (2013) do Professor Dr. Valdemir Zamparoni; e entre outros que foram citados no decorrer da pesquisa. Após esse primeiro contato, foi realizado uma abordagem reflexiva e dialética entre os teóricos mencionados a fim de que fosse possível construir o presente texto.

RESUMOS E DISCUSSÃO

Ao utilizar o termo “Homem Africano” é necessário remeter um ponto essencial que precisa ser citado: aquele que confere a representação como um reflexo de uma política de 1972, que conferia uma certa autonomia aos “indígenas” respaldado nas diretrizes do lusotropicalismo e nos inúmeros movimentos de libertação colonial que ocorria em todo os países do continente africano, contudo, para chegar a tal processo histórico é imprescindível se dirigir a um contexto político e econômico do final do século XIX.

Segundo Cabaço (2002), a partir de 1870, o cenário econômico, políticos e sociais europeus passavam por profunda transformações, caracterizado pelo avanço da indústria e disputa por áreas de influências comerciais. Neste cenário imperialista, o continente africano foi partilhado entre as potências europeias e suas fronteiras modernas foram definidas. As colônias africanas tornaram-se pontos estratégicas de influências econômicas e no campo político. No

âmbito ideológico, o quadro que estabelecido justificava e reconhecia “a legitimidade da missão civilizatória europeia em África” (HERNANDEZ, 2008, p. 78).

Tais transformações provocaram mudanças significativas na administração colonial. No caso português, verifica-se a criação das bases legais que contemplavam estruturas coloniais para educação e saúde em Moçambique, em 1894.

Segundo Carolina Gomes (2014, p. 37), as práticas relacionadas à saúde foram importantes para Portugal no processo de dominação colonial. Logo, o investimento em saúde foi patrocinado pela metrópole portuguesa, que carregava o estandarte da ciência e modernidade na África, combatendo a fé e as crenças das populações, principalmente no que tange as práticas que envolviam a medicina tradicional.

Em seu trabalho intitulado: *Sobre doenças, terras e agentes de Angola: um olhar setecentista*, V. Zamparoni (2011, p. 3) argumenta que mesmo antes do estabelecimento do colonialismo, existia um interesse por parte dos europeus sobre as doenças e seus mecanismos de tratamentos. Tais dados podem ser encontrados nos escritos de cronistas, missionários e viajantes no séculos XVII a meados do século XIX. Porém, o surgimento de um interesse mais acentuado só foi notado a partir das décadas iniciais do século XX, sendo justificado pelo caráter exótico e desconhecido das práticas culturais dos africanos, traçado pelos exploradores no momento de “descobrimento” do continente africano.

Para Zamparoni (2013, p. 1), a expansão da medicina ocidental nas terras africanas nas primeiras décadas do século XX estava apoiada, principalmente, em um discurso imperialista. O autor ressalta em seu artigo uma lógica apontada a partir de leituras dos relatórios produzidos pelos médicos do início do século XX, acentuando que o processo de “civilidade” imposta pelos colonizadores não ocorreu de forma tão pacífica.

Nesse sentido, é preciso salientar que nos relatórios médicos há uma acentuada ênfase nas dificuldades na realização do ofício, dificuldades essas que caracterizadas pelos seguintes pontos: número insuficiente de médicos para atendimentos, baixos salários e pouquíssimos profissionais para auxílio (enfermeiros) mais a principal queixa desses profissionais era “(...) a resistência dos “nativos” as inspeções e cuidados médicos propostos.” (ZAMPARONI, 2013, p. 2). Tais questões apontam que a influência medicina colonial no processo de colonização talvez fosse limitada e que existia uma desconfiança generalizada dos africanos em relações aos médicos coloniais. Os africanos dos territórios ultramarinos portugueses eram caracterizados pelos médicos coloniais como indivíduos de índole e mentalidade infantil. Seguindo essa ideia, se construiu todo um sistema para ação dos médicos coloniais.

Logo, a construção da imagem do “Homem Africano” esta fortemente ligada a ideia de evolucionismo científico e superioridade racial, em que argumentos que reduzem sua capacidade cognitiva e mental são essenciais para manutenção de uma presença europeia em África, mascarando assim os interesses exploratórios e imperialistas que essas colônias foram remetidas. Nesse sentido, a investigação em torno da saúde nos territórios africanos coloniais, especialmente em Moçambique foi fundamental para a compreensão de algumas das dimensões acerca do seu cotidiano e dos complexos mecanismos de dominação colonial exercidos por Portugal.

CONSIDERAÇÕES

Através dessa pesquisa é possível constatar que a construção da representação do “Homem Africano” em especial os de Moçambique, através da saúde estava ligado a um processo de civilidade e portanto de colonização dos seus países, e que tal imagem é reproduzida até hoje em forma de discurso que caracteriza o continente negro e consequentemente seus habitantes em sujeitos e lugares heterogêneos, aquém do padrão civilizador europeu, sem movimentos sociais, políticos e econômicas complexas, com uma

religiosidade entendida como pré-histórica e uma cultura pobre e sem representação no cenário atual. Porém, ao considerar as novas produções acadêmicas que visam desconstruir esses estereótipos como a deste estudo, é possível reconhecer que os estímulos negativos trabalhos acima, são frutos de um longo processo histórico pautados em ideias de superioridade e inferioridade racial e que acabou escondendo a grandiosidade e riqueza não só da economia ou cultura africana, mas também de suas próprias epistemes e tradições que tanto corroboram para caracterizar a África como um lugar único.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Muryatan Santana. *A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (Unesco)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, no 64, p. 211-230. 2012.
- CABAÇO, José Luís. In: *Raça como retórica: a construção da diferença: Políticas de identidade no Moçambique Colonial*. Rio de Janeiro, 2002, V. 1, 353 – 408.
- FERNANDES, José Ricardo. *Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África em sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- LIMA, Mônica. *História da África: temas e questões para a sala de aula*. CADERNOS PENESB. Nº 7, p. 68 – 101, 2006.
- MORAIS, Carolina. *Estado Colonial e Medicinas ao Sul de Savé, Moçambique (1930 a 1975)*. Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014.
- ZAMPARONI, Valdemir. *Sobre doenças, terras e agentes de Angola: um olhar setecentista*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. 2011.
- _____. *Médicos, Selvagens e Antropófagos: A medicina ocidental e os “indígenas” em Moçambique colonial*. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013.

A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O PROFESSOR

Kátia de Oliveira Lima (Mestranda no programa de pós-graduação em Sociedade e cultura na Amazônia- UFAM)

RESUMO: O presente artigo versa acerca de fatores que estão levando educadores a se afastar do emprego, em especial os professores da educação básica os quais vêm exteriorizando seu descontentamento por meio de um número expressivo de afastamentos das salas de aula. Nesse processo notamos que alguns educadores optam por sair da sala de aula voluntariamente, outros não. Durante o percurso da pesquisa constatamos que essa situação não é um problema linear e sim ecossistêmico. Contudo, acreditamos ser possível apontar alguns fatores que vem contribuindo para fortalecê-lo, dentre podemos citar: a indisciplina; a sobrecarga funcional e a violência física e simbólica, o que é agravado pelas exigências mercadológicas capitalistas associada a cultura do ter; a coerção do tempo e do incentivo das propagandas midiáticas ao hiperconsumo. Neste contexto, apresentaremos o professor em uma figuração social como docente e em uma figuração social como sujeito que além de ser professor é cidadão do mundo, realizaremos uma análise crítica-reflexiva sobre a ideia de qualidade de vida e bem-estar. Como procedimento metodológico recorreremos a pesquisa bibliográfica e documental, quanto a abordagem é qualitativa.

Palavras-chave: Professores; Ecossistêmica; Afastamento; Hiperconsumo.

1 INTRODUÇÃO

Com a exigência cada vez maior de uma sociedade capitalista, na qual os valores são medidos a partir dos bens materiais que adquirimos, os cidadãos têm se dedicado cada vez mais ao trabalho, e como consequência desta busca desenfreada para conseguir o mínimo de bem-estar social e econômico, o cuidado com a saúde, o tempo com e para a família, ficam em segundo plano.

E nesse contexto o professor não é uma exceção. Na sociedade contemporânea ele aparece em duas figurações diferentes, como educador responsável por EDUCAR mais de 40 sujeitos por turno, o que conseqüentemente compromete seu tempo para figurar como educador dos seus próprios filhos.

Mas toda a sua dedicação não lhes garante valorização, uma vez que o número de ocorrências de violência física e simbólica, sofridas pelos educadores, vêm crescendo. Associado a isso temos os baixos salários, o incentivo ao hiperconsumo e a sobrecarga funcional o que culmina em uma (des)valorização profissional o que está levando um número expressivo de educadores a desistir da profissão, assim como a desenvolver transtornos mentais.

Nosso objetivo neste trabalho é evidenciar que a desvalorização docente é uma problemática ecossistêmica, para isso realizaremos uma tecedura entre alguns elementos que contribuem para situação ora apresentada.

2 METODOLOGIA

A metodologia científica representa a maneira escolhida pelo pesquisador para sistematizar e consolidar a pesquisa. Trata-se da escolha do caminho a ser percorrido para “conhecer o conhecer” (MATURANA e VARELA, 2011).

Para subsidiar este artigo optamos por uma pesquisa bibliográfica e documental com uma abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que este propõe compreender os reflexos da precarização do trabalho docente na vida dos professores; evidenciar que o número agressões a docentes vem crescendo e relacionar o incentivo ao hiperconsumo ao desgaste profissional.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o que não pode ser mensurado, como valores, atitudes, crenças e desejos (MINAYO, 2011), já a pesquisa quantitativa se preocupa com os números e conforme apresentamos, nosso objetivo requer uma leitura do fenômeno na dimensão qualitativa, bem como de evidências numéricas para nos fornecer dados estatísticos da problemática ora discutida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O professor assim como outros profissionais enfrenta o desafio da maratona diária, buscando conciliar, algumas vezes sem êxito a vida familiar, profissional e pessoal, desdobrando-se para dar conta de tantas atribuições. Ultimamente as cobranças e responsabilidades delegadas a este profissional vêm crescendo em ritmo acelerado, e na ânsia de corresponder às expectativas da sociedade o docente tem ficado cada vez mais sobrecarregado de atividades, seja na escola ou em casa, e isto tem gerado graves problemas na saúde dos educadores.

Sabe-se que hoje a escola desempenha um papel além do legislado¹, tomando, por vezes para si a função de **civilizar** os estudantes sozinha, acreditamos que no contexto social e cultural da atualidade a maioria dos pais de crianças e adolescentes estão, assim como os professores, cada vez mais ocupados com o trabalho, e como consequência não têm **tempo** para se dedicar a educação dos filhos, logo, a escola fica com a responsabilidade integral de formar cidadãos, críticos, reflexivos, com valores morais e éticos, preparados para o mundo do trabalho e para a vida.

Esta atual conjuntura que se apresenta, vai de encontro ao que diz a LBDEN 9.394/96 em seu “Art. 2º A educação, **dever da família e do Estado**, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Grifo nosso), de acordo com o que postula a LDBEN a instituição, primeira, responsável pela educação é a família, a escola neste contexto teria função complementar à educação familiar, porém no contexto atual o que se nota é a inversão de competências.

Nessa configuração, uma das principais queixas dos professores é justamente a falta de limites e respeito por parte dos estudantes, associados ao mau comportamento, e em uma palestra proferida pelo professor Drº Leandro Karnal, na Jornada da educação em Vitória da Conquista -BA, em 11 de fevereiro de 2016, ele comentou que “recebemos toda a responsabilidade, mas não recebemos todo o poder. Querem cada vez mais que eu faça tarefas maiores, com cada vez menos tempo e menos poder”. O tempo e autoridade dos professores não

¹ A escola enquanto instituição é regida por leis, parâmetros, diretrizes e funções que a norteia e legitimam.

são mais a mesma de 30 anos atrás, e as demandas e responsabilidades, ao contrário aumentaram.

Há algum tempo atrás os professores eram vistos como uma classe respeitada, era comum os pais orientarem os filhos a respeitarem os profissionais em sala de aula, e a relação escola família convergia de uma maneira mais harmoniosa, quando Karnal comenta que a escola tem muita responsabilidade e pouca autoridade, acreditamos que ele possa estar se referindo a sanções que educadores possam vir a sofrer até mesmo por chamar atenção de algum estudante e correr o risco de ser agredido dentro ou fora da escola.

Se tornou costumeiro ler alguma notícia, reportagem relatando casos de agressão física contra professores, em Manaus recentemente tivemos alguns casos divulgados na mídia, como o caso de um professor afirma ter sido agredido na saída da escola, pelo marido de uma aluna que momentos antes havia sido convidada a se retirar da sala porque estava usando celular durante toda a aula. De acordo com a Lei Ordinária nº 3198/2007 de 04/12/2007² que trata do assunto, o professor estava no direito de solicitar que a estudante guardasse o celular³, isso denota o quanto o professor perdeu a autoridade e o respeito por parcela da sociedade

Estes são alguns exemplos de violência que o docente sofre, havendo outras formas de violência como a simbólica que se configura em um tipo de violência não físico, exemplos deste tipo de agressão são: o assédio moral e a pressão que os docentes sofrem por parte de supervisores/ gestores em especial em escolas particulares, nas públicas nem sempre é diferente.

Nesse contexto, os professores da rede particular e da rede pública, têm feito queixas contínuas à cerca da pressão que vêm sofrendo por parte dos empregadores, carga excessiva de trabalho, baixa remuneração e supervisão constante de cada palavra que pronunciam ou atividade que executam.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria municipal de educação de Manaus-SEMED, no dia 10 de outubro de 2016, um número significativo de docentes tem entrado de licença médica devido a transtornos mentais. Não podemos afirmar quantos estão com estresse, Burnout ou outra patologia, uma vez que os dados informam apenas que se trata de afastamentos motivados por transtornos mentais.

Na tabela 1 iremos apresentar o quantitativo de docentes afastados por zona, no segundo semestre de 2015, nesse caso não iremos traçar um paralelo entre o total de afastados e o total de lotados, visto que a quantidade docentes lotados que a secretaria tem no momento não é a mesma de 12 meses atrás, dadas as aposentadorias, redução e /ou aumento de turmas escolares, exonerações, contratos, etc. Na tabela 2 iremos apresentar o quantitativo de docentes afastados por zona, mensurando o total de docentes lotados em cada zona para fazer um paralelo percentual de afastamento.

² Esta Lei dispõe à cerca da proibição do uso de aparelho celular nas instituições escolares seja de natureza pública ou privada no Estado do Amazonas, a exemplo do Estado boa parte da federação instituiu leis neste sentido.

³ Cabe aqui ressaltar que não somos contra o uso de tecnologia em sala de aula, contudo o modo de usar aparelho celular urge por um olhar pedagógico dentro do processo educacional por docentes e discentes, a fim de que situações como estas sejam evitadas.

TABELA 1

Período	Zona	Quantitativo de afastamento
2º semestre de 2015	SUL	72
	OESTE	122
	NORTE	76
	CENTRO SUL	35
	LESTE I	31
	LESTE II	27
	RURAL	27
TOTAL	390	

TABELA 2

Período	Zona	Quantitativo de afastamento	Quantitativo de professores lotados	Percentual de afastados
JANEIRO A AGOSTO DE 2016	SUL	77	1.663	4,7%
	OESTE	110	1.898	5,8%
	NORTE	59	1.318	4,5%
	CENTRO SUL	57	1.173	4,9%
	LESTE I	38	1.566	2,5%
	LESTE II	25	1.523	1,7%
	RURAL	36	841	4,3%
	TOTAL	402	9.982	

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma realidade complexa na qual os problemas se apresentam como multidimensionais, e para entendê-los se faz necessário um estudo da conjuntura que os envolvem, partindo deste pressuposto, nesse processo de investigação procuramos tecer alguns elementos que envolvem a temática proposta neste trabalho: as violências físicas e simbólicas; os baixos salários; o incentivo e a necessidade de consumir para pertencer a um grupo; a sobrecarga funcional e social. Por meio dessa tecedura, pudemos constatar que a precarização do trabalho docente é cercada de nuances, não se resume a uma questão logo, não apresenta apenas uma causa tão pouco uma consequência.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Assembleia legislativa. **Lei Ordinária nº 3198/2007 de 04/12/2007.**

BRASIL. L9394. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html> acesso em 22 de agosto de 2016.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora Vozes Limitada, 2011.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A ÁRVORE DO CONHECIMENTO: as bases biológicas da compreensão humana.** 9ª ed. São Paulo: Palas Athenas, 2011.

Jornada da Educação: Leandro Karnal traz reflexão sobre os desafios dos educadores na atualidade.
Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=aGnZoV4WNg&list=LLQrzDG_L13bMd_R1QusomQ&index=1>
acesso em 23 de agosto de 2016.

Programa Mulheres Mil: educação profissional e ações inclusivas no contexto do IFAM Campus Parintins/AM

Rúbia Maria Farias Cavalcante
Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia
PPGSCA/UFAM

Mário Bentes Cavalcante
Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia
PPGSCA/UFAM

Mírian de Araújo Mafra Castro
Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia
PPGSCA/UFAM

RESUMO: Este trabalho diz respeito à experiência do Programa Mulheres Mil, coordenado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM-Campus Parintins. O Programa Mulheres Mil, tinha por objetivo promover a inclusão social, por meio da geração de renda, elevação da escolaridade e qualificação profissional de mulheres residentes em bairros periféricos da cidade, com ênfase no perfil de situação de vulnerabilidade social. O objetivo deste artigo é analisar em que medida as ações inclusivas desenvolvidas pelo Programa Mulheres Mil contribuíram para a inserção das alunas no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulher; Educação; Identidade;

INTRODUÇÃO

O enfoque desta investigação está delimitado nas experiências das mulheres que realizaram o Curso de Qualificação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas o IFAM *Campus* Parintins. A busca por conhecer a história de vida desse gênero, suas experiências são aqui viabilizadas por meio de práticas curriculares da qualificação profissional promovida pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC por meio da modalidade da Formação Inicial e Continuada – FIC. A proposta curricular foi idealizada e estruturada para essa clientela específica, devido à escolaridade ser diferenciada.

Ressaltamos que o Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo e foi implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). A partir de novembro de 2011 o IFAM/Campus Parintins, firmou uma parceria com a referida Secretaria para a execução da proposta de qualificação profissional.

O comprometimento do Brasil com a redução da pobreza por meio da inclusão social de mulheres faz parte de acordos com organizações internacionais como a ONU que estabeleceu entre as metas do milênio a superação das desigualdades de gênero objetivando a promoção da sustentabilidade socioambiental na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Tais programas e projetos sociais de inclusão social, envolvendo mulheres na faixa etária de 18 a 70 anos chegam às periferias de cidades como Parintins no estado do Amazonas.

Assim, ao promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, o Programa Mulheres Mil objetivava criar as mediações

necessárias para desenvolver profissionalmente os potenciais produtivos para que as mulheres possam ter acesso às melhorias nas condições de suas vidas, famílias e comunidades.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A estratégia metodológica da pesquisa orientou-se pela realização de um estudo de caso de natureza qualitativa. A opção metodológica foi pela História Oral (ALBERTI, 1990). Utilizamos a entrevista semiestruturada, pois ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987). A coleta de dados foi obtida através de entrevistas individuais e também observações *in lócus*, o que possibilitou conhecer o cotidiano das mulheres no ambiente do *Campus* IFAM/Parintins, no decorrer do período de realização dos cursos.

PROGRAMA MULHERES MIL

O Programa Mulheres Mil foi implantado, inicialmente, como Projeto Piloto. O objetivo era promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, para a melhoria do seu potencial de mão de obra, de suas vidas e famílias. Executado inicialmente em 12 estados das regiões norte e nordeste do país, foi idealizado por meio de uma parceria com a Association of Canadian Community Colleges (ACCC) do Canadá no ano de 2007. O Programa foi instituído nacionalmente pelo MEC (Portaria nº 1.015 de 21/07/2011). A metodologia “Acesso, Permanência e Êxito” visava profissionalizar as mulheres em situação de vulnerabilidade social e os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) a metodologia específica: direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2017).

MULHERES, PROFISSIONALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

O propósito do trabalho aqui exposto não é só divulgar a realidade vivenciada pelas alunas do Programa Mulheres Mil é, sobretudo, suscitar a importância de tais políticas e programas públicos, além de despertar o interesse de novos atores participarem de outros projetos e programas de Qualificação Profissional e dar visibilidade ao gênero e trabalho feminino.

A motivação de realizar este estudo teve como referência o “Mapa da Vida”, uma ferramenta que objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que esses conhecimentos possam ser compartilhados e devidamente registrados e valorizados. Sendo a primeira atividade desenvolvida pelo Programa, momento em que as mesmas relatam fatos de vida que marcaram o passado, o presente e a expectativa para futuro. As experiências podem ser narradas e registradas por suas protagonistas que é expresso através de desenho, de gravuras ou de texto.

Outro fator preponderante foi a metodologia que deveria abranger os três aspectos básico: o acesso, a permanência e êxito. O IFAM/ *Campus* Parintins, buscou os meios possíveis para as mulheres terem o acesso ao programa e manter sua permanência para não ocorrer muitas desistências. Os casos citados acima confirmam o êxito do programa e das mulheres, mas além da metodologia a escolha dos cursos foi essencial, vistos que os cursos pactuados deveriam oferecer oportunidade de trabalho as mulheres e colaborasse para o desenvolvimento local ou

regional, que buscasse a qualidade de vida como um todo, respeitando as diferenças existentes na sociedade.

Vale salientar que em todos os cursos ofertados de Programa as mulheres tiveram acesso a recursos tecnológicos como o computador que era usado como meio de pesquisa, razão pela qual o curso apresentou a disciplina Informática Básica na matriz curricular para ensinar as mulheres a conhecerem e aprenderem a manusear o computador que auxiliava na pesquisa sobre as temáticas desenvolvidas em outras disciplinas. O que de início parecia coisa de outro mundo, a tecnologia contribuiu significativamente para inclusão social das mulheres. Por fim, houve uma exposição dos produtos confeccionados pelas alunas a sociedade envolvente. Uma maneira de colocar em prática tudo o que elas aprenderam no decorrer das aulas, o que faziam as mulheres sentirem empoderamento.

MULHERES, TRABALHO E CONFIGURAÇÕES SOCIAIS

Conforme o Projeto Mulheres Mil (BRASIL, 2006) quando se analisa o nível de escolaridade em que as mulheres brasileiras estão inseridas, constata-se que já houve grande aumento na participação do ensino médio e na educação superior, principalmente das regiões Nordeste e Norte. Contudo, o crescimento no acesso as políticas e programas públicos direcionado as mulheres não significou a superação de dificuldades de formação para muitas mulheres cuja idade é superior a trinta anos que vivenciam situação de vulnerabilidade.

A desigualdade social e econômica entre homens e mulheres nesse caso é visível nos rendimentos que estipulavam em 2003 que mulheres com 11 anos ou mais de estudo tinham uma renda média mensal de 695 reais quanto os homens a renda era de 1.362 reais. Tal situação representa que a desigualdade permanecia mesmo para mulheres cuja escolaridade era superior a 11 anos de estudo, evidenciando questões sociais e culturais como barreiras para a realização e consolidação de uma emancipação social e econômica das mulheres no país. Neste sentido, a emancipação educacional das mulheres por meio da inclusão as políticas e programas educacionais com ênfase no desenvolvimento de suas habilidades para o trabalho são primordiais e devem continuar até atingir os objetivos de contribuir para a organização e consciência política de valorização das potencialidades humanas (BRASIL, 2006).

NOTAS CONCLUSIVAS

A análise dos dados evidenciou que as 100 mulheres alunas do programa, advindas dos bairros periféricos, apresentavam inicialmente dificuldades de ordem interna e externa que interferia em seus processos de formação, sendo eles: baixa-estima, relações conjugais baseadas na dominação masculina, dificuldade de ter com quem deixar os filhos com idade de 0 a 12 anos. Apesar das dificuldades enfrentas no decorrer da realização do programa Mulheres Mil observamos que a participação efetiva de cerca de 60 mulheres nos processos de formação profissional que aconteceram no Campus IFAM/Parintins evidenciou a força de vontade de superação de barreiras das desigualdades sociais e econômicas para estas mulheres e suas famílias amparadas nas políticas e programas públicos com atenção a qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso: 10/10/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Mulheres Mil**. ACCC/ SETEC-MEC. 2006. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso: 10/10/2017.

OLHARES DE MULHERES SATERÉ-MAWÉ SOBRE O URBANO: COTIDIANO, CIDADE E CONFIGURAÇÕES SOCIOCULTURAIS

Mírian de Araújo Mafra Castro

Mestranda no PPGSCA/UFAM

RESUMO: Este trabalho diz respeito à pesquisa de trabalho de conclusão de curso da licenciatura em História, projeto finalizado e que suscitou outras inquietações sobre a cultura indígena em nível de mestrado. Seu objetivo foi investigar o processo de construção dos sentidos do contexto urbano sob os olhares das mulheres Sateré-Mawé, a partir de suas histórias de vida. As categorias de análise gênero, educação e trabalho foram abordados à luz de seus cotidianos, vivências na cidade e suas configurações socioculturais.

Palavras-chave: Mulher Sateré-Mawé; Cidade; Identidade;

Introdução

Partimos da perspectiva da importância da construção contemporânea da história de mulheres que esta pesquisa visa contribuir para dar maior visibilidade à mulher Sateré-Mawé real, que habita a cidade de Parintins, Barreirinha ou Maués. O intuito de desconstruir a ideia criada pelo imaginário europeu no processo de colonização, de corpos nus e meramente libidinosos sobre a mulher amazônica, e reafirmados pelo Festival Folclórico de Parintins em tempos de mercantilização da cultura, da mulher como ícone de beleza exótica da floresta e atrelada há um tempo histórico cimentado pela negação da transformação social na vida indígena, exige um aprofundamento teórico e crítico que vai da Invenção da Amazônia.

Em seu cotidiano essa mulher Sateré-Mawé disputa, na realidade, o seu “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2011). Em busca de emprego e condições dignas de vida, para si e para seus filhos se depara com valores e conflitos de classe que a empurram para as margens e para situações extremas de vulnerabilidade social exige compreender que mesmo nos espaços centrais de circulação e apropriação de tudo aquilo que a cidade oferece em oportunidades de promoção social, fica distante delas, restando às mulheres Sateré-Mawé – etnia majoritária na região do Baixo Amazonas – uma inserção marginal na vida urbana.

Assim, ainda que a lei assegure o direito de todos à vida digna e que as convenções jurídicas estabeleçam condições favoráveis para que os povos indígenas travem contato com o não indígena, na prática faltam mecanismos para assegurar condições dignas de vida a esses grupos em espaços que não sejam suas próprias aldeias ou comunidades situadas em territórios demarcados.

Caminhos Metodológicos

A pesquisa foi de caráter qualitativo, envolvendo a participação de 05 mulheres Sateré-Mawé e suas experiências na cidade, tendo como lócus Parintins e Barreirinha. A metodologia da história oral de mulheres entrevistadas, sendo dirigida por perguntas centrais sobre os ciclos de vida entre a cidade transitória até a cidade permanente (abordamos: educação familiar e formal; trabalho e agricultura; casamento e maternidade).

Mulheres Sateré-Mawé e configurações socioculturais

As participantes desta pesquisa viveram sua infância ou parte dela nas aldeias da T.I. Andirá-Marau e Uaicurapá possuem suas construções sociais entre a comunidade indígena e a cidade. Participaram ativamente na infância e adolescência dos trabalhos agrícolas juntamente com suas mães e irmãs de modo que é válido ressaltar que esta pesquisa tem como campo de investigação o espaço urbano, mas não pode desconsiderar que o rural e urbano se entrelaçam nas histórias de vida dessas mulheres.

As duas mulheres mais velhas que nasceram entre as décadas de 1940 a 1950 foram as que mais conviveram com os elementos culturais tradicionais na infância e juventude, como rito de passagem da menina moça vivido pela entrevistada denominada Entrevistada A – natural da aldeia Terra Preta – momento em que a jovem tem parte do corpo riscada por dente de paca para “tirar preguiça e afastar doenças de mulher”, além de ser resguardada de comer certos peixes e tomar banho no rio. Contudo, o processo de aculturação mais avançado na aldeia Ponta Alegre (devido à proximidade com o município de Barreirinha) local de origem da Entrevistada B, estabelece diferenças consideráveis entre as mesmas, por exemplo, a Entrevistada A até os 15 anos de idade falava predominantemente a língua materna, enquanto a Entrevistada B teve a língua portuguesa como linguagem principal, sendo esta falada por seus familiares e depois reafirmada na vida escolar que na época em que estudou não considerava as especificidades da educação indígena.

A Entrevistada C relatou a violência sofrida na infância como uma memória urgente, que não pode ser silenciada neste trabalho, que marcou sua história a ponto de ser uma de suas primeiras colocações na entrevista. Torres (2014) ressalta que a violência no contexto indígena é uma prática socialmente construída, com significados próprios, envolve processos normativos e até mesmo representados como positivos como no caso a punição dos pais aos filhos, sendo necessárias políticas públicas que defendam os direitos das crianças a condições de dignidade humana.

Assim, em meados da década de 1970 o espaço urbano era temporário e as mulheres muitas vezes estudavam apenas o antigo primário – vindo raramente à cidade, salvo exceções e casos de tratamento de doenças. A Entrevistada B e a Entrevistada A estudaram até a 5ª série em suas aldeias. Vir à cidade era mais recorrente aos homens, seja para negociar os produtos agrícolas ou no caso dos mais jovens continuar os estudos na cidade. A dificuldade em encontrar uma casa de parentes para morar era uma realidade enfrentada pelos indígenas que necessitavam vir à cidade, assim, a Casa de Trânsito Indígena era o abrigo temporário viável.

Cotidiano de mulheres Sateré-Mawé em Parintins

Atender as demandas das mulheres indígenas na atualidade por políticas públicas na área de educação, saúde reprodutiva, geração de trabalho e renda, combater à violência doméstica e familiar, criar espaços participativos no poder, discutir sustentabilidade para a promoção de políticas de igualdade de gênero, raça e etnia, exige pensar as particularidades étnicas com que essas mulheres lidam no cotidiano para buscar meios de eliminar todas as formas de exclusão e perseguição às mulheres, construindo novos hábitos e comportamentos na sociedade, sobretudo para as mulheres negras e indígenas que sofrem os estereótipos veiculados na mídia (BASTHI, 2011).

Sobre a vida na aldeia as mesmas relataram a convivência entre o trabalho na agricultura junto a suas mães e irmãs e a inserção na vida escolar por intermédio dos órgãos indigenistas FUNAI e a presença das missões religiosas, seja católicas ou evangélicas, tendo as mais velhas professoras não indígenas, trazidas pelo então SPI, por volta da década de 1960 (Serviço de Proteção ao Índio). A Entrevistada A só começou a estudar depois dos 15 anos, após o falecimento de sua avó (pois em sua aldeia a educação escolar ainda não havia sido inserida) depois de casar com um civilizado de origem paraense, que na época foi levado para

sua localidade por intermédio de uma empresa e depois ao casar com a Entrevistada A tornou-se professor, pois naquele tempo ser alfabetizado, ter as séries fundamentais era o critério básico para ensinar. A Entrevistada B começou há estudar um pouco mais cedo, ainda na infância, mas não lembra a idade certa, recorda que a professora era civilizada, que estudou o antigo primário e depois se dedicou apenas ao trabalho na roça, na produção da farinha.

[...] eu estudava em Parintins, nas férias a gente ia pro interior, só estava aqui pra estudar mesmo né [...] A gente tinha que ir né, só que eu não gostava muito não, ia por que papai e mamãe mandava, mas eu não ia de coração, por que lá na roça o pau estrepa o teu pé, aí o cerrado corta, outro risca por aqui, sabe, eu não gostava não, eu ia mesmo porque a mamãe e o papai me obrigavam, aí a mamãe dizia assim: oh: minha filha se tu não quiser trabalhar na roça tem que estudar. Estuda pra ti arranjar um outro emprego que não seja roça. E eu botei isso na minha cabeça né, de estudar que eu não queria ir pra roça, não menosprezando, mas assim o corpo da gente fica muito machucado maltratado é muito sacrificoso o trabalho no roçado (Entrevistada C, entrevista realizada em 2015).

Assim, o trabalho na agricultura inicia na infância das mulheres Sateré-Mawé, não por exploração propriamente dita nos moldes do capital, mas por um contexto cultural a educação familiar é ensinada na prática, assim como suas mães, as meninas aprendem o processo do roçado e produção da farinha bem cedo. Este não é um trabalho fácil, ocorre ainda hoje de modo bem artesanal nas aldeias, salvo algumas mudanças. As mulheres mais velhas falam da dificuldade, dos ferimentos ocasionados pelo trabalho na hora de ralar a mandioca.

Notas conclusivas

Ao observar as falas das mulheres Sateré-Mawé e suas relações com a cidade as participantes da pesquisa indicaram a preocupação com a educação formal e a educação indígena no âmbito familiar como dois valores imprescindíveis à convivência em suas territorialidades, rurais ou urbanas, no contexto atual.

Sobre a vida na área rural e a ausência de políticas de melhoramento do trabalho para a agricultura familiar, no que dizem respeito ao conhecimento técnico, algumas mulheres consideram que este trabalho “maltrata a saúde da mulher indígena” e neste caso optaram por estudar para sair do trabalho na roça, embora considerem este trabalho de grande importância.

Assim, as mulheres Sateré-Mawé criam meios de adaptação a culturas dominantes no espaço da cidade e ao mesmo tempo novas formas de resistência e (re) existência frente à dominação cultural hegemônica e ao neoconservadorismo presente nas mentalidades coletivas quanto aos direitos indígenas no tempo presente.

Referências

- BASTHI, Angélica (org.). **Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia**. Brasília: ONU Mulheres: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ): Programa Internacional de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundos do Alcance dos Objetivos do Milênio), 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.
- LORENZ, Sônia da S. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

TEIXEIRA, Pery (org.). **Sateré-Mawé**. Retrato de um povo indígena. Manaus: UFAM: UNESCO, 2005.

TORRES, Iraldes Caldas (Org.) **Mulheres Sateré-Mawé**, a epifania de seu povo e suas práticas sociais. Organizado por Iraldes Caldas Torres. Manaus: Valer, 2014.

UGGÉ, Henrique. **As bonitas histórias Sateré-Mawé**. Manaus: Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, 1993.

SABER E IDENTIDADE: A IMPORTÂNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS NA CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA

Peterson Medeiros Colares (PPGICH – UEA)¹

Edilza Laray de Jesus (PPGICH – UEA)²

A crise ambiental é uma das principais pautas de discussão no mundo e constitui-se desafio a ser superado em nome da sobrevivência. As noções de progresso e desenvolvimento, enviadas pelo poder econômico do capitalismo moderno compõem uma racionalidade que entende a natureza como fonte inesgotável de recursos e busca silenciar ou invisibilizar outros saberes e epistemologias. A relação entre produção de conhecimento e concepções de natureza não são, no entanto, assunto recente. Desde os primeiros habitantes hominídeos do Planeta, a necessidade de sobrevivência impele à busca de uma compreensão sobre o funcionamento dos elementos do cotidiano, como condições de vida e de reprodução da espécie. O ser humano tem a necessidade de modificar o espaço de vivência através do trabalho. Saber e ação são os produtos desse trabalho, que procura entender a natureza para transformá-la. Marx (2009) entende que o homem se constitui historicamente a partir do trabalho, pois em sua atividade físico- intelectual, não apenas produz os meios necessários à sua atividade cotidiana e sobrevivência, mas engendra a si mesmo enquanto sujeito. Espinosa (2012) concebe os modos do ser, ou seja, conhecer e produzir conhecimento “de nós mesmos e das coisas que estão fora de nós” (p. 92) nos modifica em nossa própria condição de ser. É, portanto, uma relação retroalimentar: produzimos saber para nos conhecer e modificar, e ao modificar-nos, buscamos novamente empreender um novo saber dessa nova consciência. Ora, se a modernidade, ao aspira ao triunfo do social sobre a imprevisibilidade natural e, na impossibilidade de tal triunfo, produz a crise ambiental, entende-se que esta é também uma crise da racionalidade e, portanto, de saberes. Nesse contexto, entender o que é o saber neste recorte epistemológico importa para se estabelecer uma crítica à modernidade. Isso porque os modos de produção, distribuição, validação e circulação do conhecimento são ideologizados e determinam o lugar da fala e do poder. A constituição de novos sujeitos e novos discursos na ordem social está intimamente relacionada com a produção de novos conhecimentos e como estes engendram novas formas de existir, falar, conviver. Os sujeitos se constituem na intersecção entre esses discursos e suas posições resultam da elaboração desse conhecimento em *saber*, pela reflexividade. O *saber*, portanto, é o conhecimento *em situação*. Ou seja, implicado na relação que constitui o sujeito, no seu espaço de ação social, sua posição e legitimidade nas relações de poder. Configuram-se como resistência à crise a possibilidade de novos arranjos identitários. No Brasil, pode-se dizer que a produção de uma identidade nacional implicou uma linha divisória entre aqueles que “são brasileiros” e os que “não são”, ou o são em categorias subalternas. A partir do discurso colonial houve um progressivo processo de “apagamento” de culturas identitárias pré-existentes à chegada do Branco. Bourdieu (1983) aponta que a relação comunicativa não depende apenas da competência linguística, “mas também o conjunto de sua competência social, seu direito a falar, que depende objetivamente de seu sexo, sua idade, sua religião, seu estatuto econômico, e seu estatuto social” (p. 11). Nomear a partir de uma semiologia colonial é uma forma de apagar elementos identitários, escrever uma história de sujeição e dominação. Assim, termos como ribeirinhos, povos da floresta, povos tradicionais, surgem como resultado de tentativas de construção de identidades a partir de fronteiras simbólicas construídas no reconhecimento das diferenças, buscando ao mesmo tempo apropriar-se de sua historicidade e de sua autonomia.

¹ Psicólogo institucional, especialista em Metodologia do Ensino Superior e mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA), petersonmcolares@gmail.com.

² Doutora em Educação; Mestre em Educação Ambiental; Especialista em Ciências da Educação; Licenciada em Geografia; Professora da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, ejesus@uea.edu.br

Entende-se, portanto, que tais identidades se inscrevem no campo social como categorias de resistência política e cultural, buscando ao mesmo tempo apropriar-se de sua historicidade e de sua autonomia. Não há uma identidade unificada dos povos amazônicos, mas multiplicidades de expressões e devires que criam novas formas de ver e sentir o mundo e a si mesmos, numa produção poética existencial. As identidades amazônicas, ao apropriarem-se daquilo que tentou fazer delas o discurso colonial, explodiram nessa multiplicidade que Deleuze e Guattari (1995) chamam de *devenir-minoria*. Essa multiplicidade de expressões constitui parte na luta pelo direito a terra e permanência em seus territórios. Especificamente na região Norte, observa-se um avanço do Estado Brasileiro, como ponta de lança de interesses empresariais elitistas (notadamente do agronegócio e da indústria de mineração), sobre os direitos e autonomia dos povos tradicionais. A análise de Almeida (2012) mostra que, sob a justificativa de proteção dos recursos naturais nacionais, empreendem-se iniciativas de caráter jurídico e econômico recolhidas sob o termo *desenvolvimentismo*, que visam principalmente reordenar espaços e territórios, possibilitando juridicamente o avanço das fronteiras da indústria agromonocultural e mineradora, e o enfraquecimento do arcabouço jurídico que assegura direitos aos movimentos sociais, que são a corporificação política dessas comunidades. Diante desse quadro, a pesquisa social e interdisciplinar sobre a relevância dos povos tradicionais na conservação de seu território ocupado é essencial no sentido de desmistificar e desconstruir esse quadro paradoxal de exploração e predação sob a justificativa de um ideal preservacionista. Não é concebível pensar conservação sem a presença dos povos tradicionais nessas áreas, uma vez que os processos de transformação do ambiente empreendidos a partir de seus saberes são parte da solução, e não o problema. A diversidade biocultural resultante desses processos de transformação é expressão do saber tradicional, que por sua vez traduz um sistema complexo de expressão da identidade de seu povo. Esse saber é indispensável na manutenção dos ecossistemas naturais. Enfileiramo-nos em concordância com Toledo e Barrera-Bassols (2015) quando estes entendem que a história da evolução da vida na Terra não é linear ou hierarquizada pela perspectiva da supremacia do humano sobre as outras espécies. Ao contrário, tem se mostrado fluida e complexa, sendo impossível que uma sobreviva sem a outra. No plano biológico, a diversidade se mostra nos estudos mais recentes, que demonstram que a ideia de conservar a biodiversidade como algo estático é equivocada. Os grandes eventos de extinção em massa evidenciam que a vida no planeta está sempre em transformação. Ao mesmo tempo, no plano cultural, a necessidade de adaptação do ser humano às paisagens diversas do planeta produziu uma diversidade humana, a qual, num terceiro momento, passa a domesticar essas paisagens, de forma a também transformá-las. As sociedades agrícolas primeiras modificaram o ambiente, porém de forma complementar, harmônica. A diversidade biocultural é o resultante desses processos de diversificação (biológica, genética, linguística, cognitiva, agrícola, paisagística). “Juntas, elas configuram o complexo biológico-cultural originado historicamente e que é produto de milhares de anos de interação entre as culturas e os ambientes naturais” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p.39). O reconhecimento de tal importância se faz necessário para que a ciência reflita e se transforme, e as instâncias políticas sejam pressionadas a agir na garantia desses direitos e na efetivação de políticas públicas que venham mitigar os efeitos dessa crise ambiental, do conhecimento e do fazer humano.

Palavras-chave: Saber Tradicional; Identidade; Etnoecologia.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e Territorialidades Específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p.63-71, abr. 2012. Quadrimestral.

BOURDIEU, Pierre. O Que Falar Quer Dizer. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 75-88.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol II. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. (Coleção TRANS).

ESPINOSA, Baruch de. **Breve Tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012 (Coleção Filô/Espinosa).

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

TOLEDO, Vítor M. BARRETA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

EDUCAÇÃO ESPECIAL, ACESSO AO CONHECIMENTO E OS PARADIGMAS DA LEGISLAÇÃO

Tássia Patricia Silva do Nascimento – Universidade Federal do Amazonas - UFAM¹

Nelson Matos de Noronha – Universidade Federal do Amazonas - UFAM²

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo mostrar como é apresentada a questão do acesso ao conhecimento da pessoa com deficiência, pensando na sua relação com a educação e perpassando pela comunicação. Diante da dialética exclusão/inclusão no atual contexto nacional e internacional, em que a Legislação Federal vigente propicia reflexões e críticas a respeito das pessoas com deficiência que se encontram excluídas dos direitos à educação, desenvolveu-se este artigo visando ressaltar questões sobre as condições do acesso de pessoas com deficiência na Educação, que contribuam para o desenvolvimento de atitudes favoráveis à inclusão das referidas pessoas no meio educacional e social, visando o favorecimento de paradigmas que exterminam a questão do estigma e preconceito.

Palavras-chave: Educação Especial; Pessoa com Deficiência; Legislação.

ABSTRACT: This article aims to show how the issue of access to knowledge of the disabled person is presented, thinking about their relationship with education and passing through communication. Faced with the dialectic of exclusion / inclusion in the current national and international context, in which the current Federal Legislation provides reflections and critiques regarding persons with disabilities who are excluded from the rights to education, this article was developed in order to highlight questions about the conditions of the access of persons with disabilities in education that contribute to the development of attitudes favorable to the inclusion of these people in the educational and social environment, aiming at favoring paradigms that exterminate the issue of stigma and prejudice.

Keywords: Special education; Person with Disability; Legislation.

1. Marcos histórico da legislação da Pessoa com Deficiência.

No caso do Brasil, o marco histórico que se consagrou em relação às Pessoas Com Deficiência somente surgiu na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tratando em diversos dispositivos sobre a proteção específica das pessoas com deficiência. A esse respeito e de forma genérica, segue a tabela 1, que traz a apresentação conceitual de alguns dispositivos marcantes da Constituição Federal de 1988.

¹ Graduada em Produção Publicitária (UFAM); Especialista em Comunicação Marketing em Mídias Digitais (ESTÁCIO), Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia (UFAM), Mestranda do Programa de Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA - UFAM), Bolsista FAPEAM.

² Professor Associado IV do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); possui Graduação em Licenciatura em Filosofia pela Universidade do Amazonas (UFAM, 1987); Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 1992); Estágio Doutoral em Filosofia na École Normale Supérieure de Paris (1997/98); Doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2000).

Tabela 1- Constituição Federal de 1988

Artigo Inciso Parágrafo	Texto
Art. 5º Caput	Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
Art.7º, Inciso XXXI	São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
Art. 37 Inciso VIII	Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
Art.203 Incisos IV e V	Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos. IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
Art. 208, III	Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
Art. 227, inciso II do parágrafo I e parágrafo II	Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. § 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Fonte: Arquivo pessoal

2. Educação especial na perspectiva inclusiva

Vimos que a pessoa com deficiência passou por muitos aspectos históricos para se estabelecer na sociedade e ter seus direitos adquiridos e legítimos, assim como também percebemos a interação constante da comunicação como parte desse processo de evolução de indivíduo com deficiência, e as tecnologias estabelecidas a ele.

Entre muitas contribuições de Elias (Elias, 1994, 26) destacamos a relação entre indivíduo e sociedade, que é conduzida a pensar em termos de relações e funções ao considerar que o que liga as pessoas é uma rede de funções interdependentes, com uma dinâmica própria. Destaca-se principalmente em Elias e Scotson (Elias e Scotson, 2000):

27) os conceitos de: figuração, interdependência, equilíbrio de poder e relação entre estabelecidos e outsiders.

A partir das contribuições de Norbert Elias (Elias, 2000: 33) afirmamos que existe uma sociogênese da educação especial no Brasil. Ocorreram mudanças nas políticas de educação especial no que se referem às abordagens teóricas, conceituação da população a ser atendida, definição da educação especial, locus do atendimento, serviços e apoios e formação, atribuições do professor de educação especial.

Dessa forma, Elias e Scotson (Elias e Scotson, 2000: 29), a partir do conceito “balança de poder”, contribuem para o entendimento frente à mudança de um projeto hegemônico da educação. Sendo assim, muitas configurações ocorreram à medida que as correlações de força aconteceram, nas lacunas desse projeto mediante circulação de poder. Chegamos a atual configuração da educação especial enquanto uma modalidade de ensino e podemos refletir com subsídio em Elias e Scotson:

As tensões de grupo inerentes a essa forma de relação podem manter-se latentes (o que costuma acontecer quando os diferenciais de poder são muito grandes) ou aparecer abertamente, sobre a forma de conflitos contínuos (o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos outsiders). (Elias e Scotson, 2000: 32).

Pensando no papel da educação especial, refletimos sobre o papel do Estado no contexto em dar legalidade e garantir os direitos preconizados para os indivíduos. Nessa perspectiva destacamos a contribuição de Elias (Elias, 2001: 66) sobre a formação do Estado:

[...] o Estado tem uma função dupla muito peculiar que, à primeira vista, parece contraditória. Por um lado, ele elimina as diferenças entre as pessoas. Nos registros e órgãos estatais, o indivíduo é basicamente despojado de sua personalidade característica. Ele é um nome ligado a um número, um contribuinte ou, conforme o caso, uma pessoa em busca de ajuda e proteção, que as autoridades estatais podem conceder ou recusar. Mas, embora o aparelho de Estado assim introduza o indivíduo numa rede de normas que é basicamente idêntica para todos os cidadãos, a moderna organização estatal não se relaciona com as pessoas como irmãs ou tios, como membros de um grupo familiar ou de uma das outras formas pré-nacionais de integração, e sim como as pessoas como indivíduos. (Elias, 2001: 149)

Com isso, Elias (2001) nos leva a refletir que existe uma troca intensa de mediação cultural acerca da relação indivíduo e sociedade, que ocorre de modo simultâneo, na qual se deve dar a devida importância ao trabalho colaborativo para as escolas, pois possibilita ao professor, com a sua experiência, colaborar com as resoluções de problemas mais sérios de aprendizagem.

3. Tecendo considerações

Segundo Paulo Freire:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (Freire, 1996: 46)

Em “Pedagogia da autonomia”, Paulo Freire aborda a prática educativa no cotidiano da sala de aula e fora dela, discorrendo sobre o desenvolvimento da formação docente e o que constitui o universo educacional, mantendo sempre uma visão crítica e democrática. O autor defende com veemência a autonomia do educando e sugere a reflexão sobre a prática educativa, afirmando que formar é muito mais que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas.

Dessa forma, faz-se necessário o processo de mudança, as lutas, a criticidade e o exercício da cidadania para a efetivação da prática. Torna-se uma exigência da relação entre teoria e prática.

Com relação à pessoa com deficiência, esse cenário tem características diferenciadas, porém fazem parte de uma mesma esfera de entendimento, com muitas particularidades e diferentes dilemas.

4. Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert . **Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

O papel das Instâncias de Participação Comunitária no Prosamim

Viviane Alves da Silva*

(Mestranda do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas da
Universidade do Estado do Amazonas –
UEA)

O estudo apresentado problematiza os aspectos urbanos e culturais de Manaus num contexto que realiza intervenções urbanísticas como o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim, em especial, o financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Busca-se analisar, observando a partir de uma ótica utilizada por Rykwert, quando afirma um contexto de transformação: “a cidade atual é uma cidade de contradições; ela abriga muitas *ethnes*, muitas culturas e classes, muitas religiões.” (RYKWERT, 2004, p. 08). E acrescenta-se Pesavento, (2002) quando coloca que, a cidade é... por excelência, “o lugar do homem”, ela se presta a multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados.

Busca-se trabalhar a relação entre as práticas e a forma de execução do programa, mais especificamente, o processo de participação comunitária preconizado na Política Operacional (OP-710) com a importância dos locais de memória e a realidade socioambiental vivenciada nos igarapés do centro da cidade.

Propõe-se uma análise bibliográfica que envolveu aspectos geográficos, históricos e culturais, visando desenhar o “pano de fundo”, no qual, o Prosamim está implantado e sob a perspectiva que Manaus foi observada para sua proposição, buscou-se autores que discutem cidade, dados do Estudo de Impacto Ambiental-EIA e de documentos preparatórios oficiais para, então, abordar o programa e, a partir deste, a Política Operacional de Reassentamento Involuntário (OP 710) BID que preconiza a participação comunitária em suas intervenções.

Geograficamente, Manaus tem sua configuração entrecortada por pequenos braços de rio, chamados igarapés. De acordo com Dias (2007, p.18), estes cursos d’água foram os mais impactados pelos problemas sociais decorrentes do processo de urbanização e do crescimento desordenado ao longo de dois grandes processos de urbanização (Látex e Zona Franca).

Assim, a cidade teve sua população quintuplicada entre 1970 e 2003, passando de 300 mil para mais de 2 milhões de habitantes, um ritmo intenso de crescimento vegetativo com pessoas que migraram tanto do interior do Estado como de outras zonas do País. (IBGE 2015)

As bacias hidrográficas que mais sofreram intervenções de urbanização nos ciclos econômicos e de programas urbanísticos foram: Educandos, São Raimundo e Mindu. Nesta primeira, a mais densamente povoada, vivem cerca de 580 mil habitantes. (RIMA, 2004)

Buscando tratar as problemáticas sociais, ambientais e urbanas dos igarapés centrais da cidade, o Governo do Estado deu início, em 2003, as negociações que culminaram no Prosamim e, a partir de 2006, já firmados 04 (quatro) contratos de empréstimo com o BID. (UGPE, 2016)

O Prosamim – BID acontece na primeira e segunda intervenção na Bacia do Educandos, com obras nos Igarapés: Quarenta, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico e na terceira aplicação, está na Bacia do São Raimundo, onde atua no igarapé de mesmo nome, trecho que entrecorta os bairros: Centro, Aparecida, Glória, São Raimundo e Presidente Vargas. (PER 3, 2012)

Estas já estão em fase avançada e somam mais de 10 anos de execução com, aproximadamente, 15.000 (quinze mil) famílias que passaram pelo processo de reassentamento em intervenções do programa. (PROSAMIM, 2016)

Os empreendimentos que mais impactaram na cidade foram os Parques Urbanos, os 09 (nove) parques residenciais e a entrega de 2.823 (dois mil, oitocentos e vinte e três) unidades habitacionais somando 14.115 (quatorze mil, cento e quinze) pessoas que residindo nestas moradias. (UGPE, 2016)

O tratamento por elas recebido está amparado na OP 710, princípios e premissas que devem reger as ações financiadas pelo BID (BID, 2016)

Na política visa - se mitigar o risco de empobrecimento, que neste caso pode ser caracterizado com diversos fatores dentre estes a **desarticulação das redes sociais**; (BID, 1998).

A fim de alcançar os objetivos gerais da política, as operações que possam requerer reassentamento, devem ser avaliadas e preparadas de acordo com dois princípios fundamentais: Será empregado todo esforço para evitar ou minimizar a necessidade de reassentamento involuntário e Quando o deslocamento for inevitável, um Plano de Reassentamento deve ser elaborado a fim de assegurar que as pessoas afetadas recebam compensação e reabilitação adequadas. (BID, 1998).

No caso, Prosamim-BID os critérios aplicados estão descritos nos Planos Específicos de Reassentamento, em 15 (quinze) diretrizes que apontam para: Minimizar o número de imóveis desapropriados, Garantia da oferta de diferentes opções e escolha de atendimento, **Gestão Compartilhada**, Segurança jurídica, Manutenção das condições de moradia, Isonomia e Equidade Social, Atenção ao Aspecto de Gênero, População Tradicional (indígena / Quilombola), reposição e/ou oferta de serviços sociais. (PROSAMIM - 2016)

Nesta a aplicação o processo participativo e de gestão compartilhada se dá por meio de instâncias de participação como: Comitês de Representantes de comunidade – CRC, Grupos de Apoio Local – GAL no pré- reassentamento e Agentes de Vizinhança no pós – reassentamento. Conforme pesquisa de acompanhamento realizadas pela própria Unidade Gestora, as instâncias formais e informais tem um grau de representatividade médio e alguns conseguem recompor seu papel de liderança comunitária no local de destino. As populações demonstram para 50% dos casos um boa relação entre vizinhos, conhecimento do agente de vizinhança porém declaram baixo interesse em participar de associações ou organizações que visem a organização do novo espaço.

Percebe-se a falta de vivência e de laços que são gerados no conhecimento mutuo e relacional do dia a dia, sobretudo nos casos de lideranças informais, estes nascem do estar junto, vivenciando problemas e soluções das mais variadas naturezas que ultrapassam o que pode ser criado a partir de reuniões e ritos eleitorais, estes até aproximam, motivam e chamam a atenção para o que pode ser melhorado a partir da organização comunitária mas a recomposição de redes sociais e a gestão compartilhada preconizadas são mais complexas para o alcance.

Posto os aspectos práticos da forma de execução e descritos premissas e soluções propostas cabe acrescentar a esta discussão que: A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade... Esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentido. (PESAVENTO, 2002, p. 16)

Verifica-se uma preocupação para com a reposição de moradia e possíveis mitigação de perdas relacionadas ao reassentamento, aponta-se a necessidade do diálogo - participação comunitária, assim como, a busca pela garantia de direitos e a sustentabilidade dos empreendimentos. Porém, quais aspectos da cidade de Manaus e de sua população precisam ser aprofundados?

É possível verificar que nos estudos ponderou-se que a marginalidade e a degradação seriam maiores ou mais urgentes que aspectos dos locais de cultura, de memória e da representação de mundo constituída a partir destes ambientes. Assim, nos deparamos com um

contexto que necessita de diálogo entre o que se planeja, o que se executa e o que se consolida na cidade.

Palavras – Chave: Programa; Governo; Reassentamento;

Referências bibliográficas

AMAZONAS. Governo do Estado. **Relatório de Impactos Ambientais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus RIMA**. Manaus, 2004. 140 p.

ANA. Agência Nacional das Águas. **Região hidrográfica amazônica** (2010). Disponível em: Acesso em: 10 mai. 2016.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Disponível em: [http:// www.iadb.org](http://www.iadb.org) Acesso em 20 mai. 2016

_____. **Reassentamento involuntário:** política operacional e documento de antecedentes. Washington, DC. Out. 1998. Nº IND-103, 41P. Disponível em <HTTP://iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=822554>. Acesso em 20 de mai.2016

IBGE. **Cidades**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 12 mai. 2016.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PROSAMIM. **Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus**. Governo do Amazonas. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, Manaus. 2016

Rama, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROP (Regulamento Operacional do Prosamim). 1º Financiamento. Manaus: GEA/ UGPI, 2007.

RYKWER, Loseph. **A sedução do Lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

*Contatos: veida12@gmail.com, Telefone: 99161-4814, End. Rua Ilídio Lopes, nº 744 Japiim, Manaus – AM.